

ANEXO V - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de gestão

**Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETROBRÁS**

Exercício de 2007

SUMÁRIO

1. Identificação.....	2
2. Responsabilidades institucionais.....	3
3. Estratégia de atuação.....	5
4. Gestão de programas e ações	7
6. Previdência Complementar Patrocinada	35
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal	36
8. Operações de fundos	49
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007).....	49
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	49
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	49
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	49
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	50
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	54
Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	57


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
Natureza jurídica	Sociedade Anônima de Economia Mista
Vinculação ministerial	Ministério de Minas e Energia - MME
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Constituída em conformidade com a autorização contida na Lei No. 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e organizada por Estatuto atualizado com as alterações aprovadas na 142ª. Assembléia Geral Extraordinária, de 28.04.2005 e Decreto No. 5723, de 16.03.2006, publicado no D.O.U., de 17.03.2006. A administração da ELETROBRÁS, na forma do estatuto e da legislação de regência, Decreto No. 4912/03, publicado no D.O.U. em 11.12.2003, compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.
CNPJ	00.001.180/0002-07
Nome e código no SIAFI	ELETROBRÁS - 910808
Código da UJ titular do relatório	910808
Códigos das UJ abrangidas	
Endereço completo da sede	Sede: SCN, Quadra 4, Bloco B, sala 203, Edifício Centro Empresarial Varig, CEP 70714-900 – Brasília – DF – Tel: (61) 3329-7306/7315. Escritório Central: Av. Presidente Vargas, 409 – 13º.- CEP 20071-003 - Centro – Rio de Janeiro — Tel: (21) 2514-6201/6001
Endereço da página institucional na internet	www.elektrobras.com
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.
Função de governo predominante	Energia
Tipo de atividade	

A ELETROBRÁS tem por objeto social:

I - realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica;

II - cooperar com o Ministério, ao qual se vincule, na formulação da política energética do País;

III - conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no País ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão;

IV - conceder financiamentos e prestar garantia, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle;

V - promover e apoiar pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;

VI - contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado;

VII - colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério ao qual se vincule.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1. O espaço político-institucional

A Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha, e de Nova York, nos Estados Unidos. O governo federal possui 53,99% das ações ordinárias da companhia e, por isso, tem o controle acionário da empresa. A Administração federal é proprietária ainda de 15,68% das ações preferenciais, cuja maioria (84,32%) está em mãos privadas.

Na condição de *holding*, as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil por intermédio de seis subsidiárias: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE. Além de principal acionista destas empresas, a Eletrobrás, em nome do governo brasileiro, detém metade do capital da Itaipu Binacional. Em 2007, a capacidade geradora das concessionárias do grupo Eletrobrás, acrescida de metade da potência de Itaipu pertencente ao Brasil, alcançou a marca de 38.566 MW, correspondentes a 39,6% do total nacional, distribuídos em 29 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas nucleares. As linhas de transmissão pertencentes ao Sistema, com 57.339 quilômetros de extensão, representam 63% do total nacional.

O Sistema Eletrobrás atua de forma integrada, com políticas e diretrizes definidas pelo seu Conselho de Administração e operacionalizadas pelo Conselho Superior do Sistema Eletrobrás (CONSISE), formado pelos presidentes da *holding* e das empresas controladas, que se reúne regularmente.

O *portfolio* de negócios da ELETROBRÁS está estruturado segundo duas vertentes dominantes que caracterizam historicamente a sua atuação:

- Empresa *holding* de capital aberto, voltada para o desenvolvimento do Setor Elétrico Brasileiro, no qual mapeia e exerce opções de expansão, novos negócios e parcerias, com conseqüente realização de lucro para seus acionistas;
- Empresa implementadora e gestora de programas sociais, setoriais e de comercialização de energia elétrica, por delegação de seu acionista majoritário – o Governo Federal –, o qual lhe proporciona o aporte de recursos oriundos de fundos setoriais, capazes de assegurar que, em paralelo aos benefícios institucionais agregados, essas funções enquanto “braço do governo” sejam desempenhadas com eficiência e equilíbrio econômico-financeiro.

No desempenho deste segundo papel, a Eletrobrás é a gestora de uma carteira de fundos setoriais, composta pela Reserva Global de Reversão - RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Conta de Consumo de Combustível - CCC e pela Utilização do Bem Público - UBP. Nesta mesma linha, dá suporte a programas estratégicos do governo, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), o programa Luz Para Todos e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), custeados com recursos dos supracitados RGR e CDE, que também contribuem para o financiamento de obras de geração e transmissão de energia elétrica.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Missão

A missão da empresa é criar, ofertar e implementar soluções que atendam aos mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países em que venha a atuar.

Visão

Ser referência mundial no negócio de energia elétrica com eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

Valores

Ética, Integração, Comprometimento, Valorização das pessoas, Excelência na gestão, Transparência e Responsabilidade social e ambiental.

Comentários

Destaque-se a oportunidade e a abrangência da MISSÃO da ELETROBRÁS, proposta em seu Planejamento Estratégico, ao situá-la de forma ampla nos mercados nacional e internacional de energia elétrica, com o intuito de “criar, ofertar e implementar soluções” que os atendam, seja nos negócios existentes de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização, seja em negócios futuros que venham a explorar novas tecnologias ou formas de atuação empresarial.

Às ações de “criar, ofertar e implementar” são associados, no texto da MISSÃO, os atributos “excelência empresarial”, “rentabilidade” e “responsabilidade social e ambiental”, reconhecendo-se, desde já, a dupla linha de atuação da ELETROBRÁS, enquanto empresa de economia mista, de capital aberto, e executora de políticas governamentais de cunho social e setorial para o Setor Elétrico Brasileiro.

2.1.2. Principais realizações no exercício

Consciente de que o crescimento sustentável envolve uma atuação ética e transparente, a Eletrobrás implantou em 2007 o Comitê de Sustentabilidade das Empresas do Sistema Eletrobrás. O Comitê atua baseado em um modelo de gestão de negócios onde as dimensões sociais e ambientais, aliadas às boas práticas de governança corporativa, impactam positivamente a dimensão econômica, promovendo a sustentabilidade interna, a diversidade e a ética na condução dos seus negócios.

Tal empenho foi reconhecido pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, que incluiu a Eletrobrás no restrito grupo de companhias que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.

Merece ainda destaque a continuidade das ações relacionadas com a adequação de mecanismos e processos de controle das empresas do Sistema Eletrobrás aos regulamentos estabelecidos pela Lei *Sarbanes-Oxley*, bem como a tomada de medidas com vistas a consolidar as boas práticas de governança corporativa.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

No que tange à área de geração de energia, destacaram-se no exercício de 2007 os seguintes empreendimentos/estudos: conclusão da 2ª etapa da UHE Tucuruí (8.370 MW); conclusão das 2 últimas unidades da Itaipu Binacional (1.400 MW); retomada da geração a carvão (Candiota III – 350MW); retomada da UTN Angra 3 (1.350 MW) e, finalmente, o arremate da UHE Santo Antonio (3.150 MW), no último leilão de energia, realizado no dia 10 de dezembro de 2007.

O valor de R\$ 78,87/MWh, praticado neste certame, para venda de energia no ambiente de contratação regulada, representou um deságio de 35% e estabelece um novo paradigma de preços de energia elétrica, sobretudo para os futuros aproveitamentos do potencial hidrelétrico da Amazônia, revertendo uma tendência de progressivo encarecimento que vinha se configurando nos leilões de energia nova.

Quanto ao sistema de transmissão, ressaltou-se a viabilização da LT Tucuruí - Macapá - Manaus e os estudos de integração das Usinas do Rio Madeira.

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2007: a entrada em operação comercial de 10 empreendimentos de geração, acrescentando 231,10 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional e totalizando 986,18 MW desde a criação do Programa.

No ano de 2007, foram realizadas 397.877 novas ligações no âmbito do Programa de Universalização do Acesso à Energia - Luz para Todos, acumulando até 31.12.2007, um montante de 1.435.935 ligações efetuadas, o que corresponde a um total de mais de 7 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Foram liberados para o Programa R\$ 1,91 bilhão, sendo R\$ 1,42 bilhão originado de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e R\$ 0,49 bilhão da Reserva Global de Reversão - RGR.

O Programa Nacional de Conservação de Energia - PROCEL é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. A Eletrobrás, na função de Secretaria Executiva do PROCEL, é responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa. Em 2007, o Programa, com investimentos de aproximadamente R\$ 65,4 milhões incluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 3 mil GWh. Estes resultados podem ser comparados ao consumo de energia elétrica de quase 1,7 milhões de residências no período de um ano, representando um investimento postergado no setor elétrico em torno de R\$ 2,35 bilhões, recursos que podem ser alocados em outros projetos, por exemplo, na área social ou de infra-estrutura.

O RELUZ, subprograma do PROCEL, voltado para a Eficiência Energética na Iluminação Pública, beneficiou 131 municípios em 2007, tornando eficientes mais de 166 mil pontos o que resultou em uma economia de energia de 66,7 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 15,2 mil kW. Além disso, instalou outros 1.065 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram, em 2007, R\$ 50,2 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 37,6 milhões.

Os Programas e Ações que constituíram a base da atuação do Sistema ELETROBRÁS no exercício de 2007, - além de orientados estrategicamente para a expansão de seus ativos de geração e transmissão -, tiveram como característica comum o alinhamento com os pilares do marco regulatório do Setor Elétrico Brasileiro, a saber, a universalização dos serviços de energia elétrica, a modicidade tarifária e a segurança do abastecimento. Não menos importante é o papel de agente para a viabilização de projetos considerados *estruturantes* pelo planejamento governamental (ver Plano Nacional de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015), como é o caso da UHE Santo Antonio.

3. Estratégia de atuação

A ELETROBRÁS, no âmbito das Estratégias Corporativas que norteiam o seu Planejamento Estratégico Empresarial, tem buscado alternativas de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a incrementar sua participação no setor

José Antonio Amiz
Presidente

e o atendimento com segurança à crescente demanda dos consumidores brasileiros por serviços de energia elétrica, aumentando sua capacidade de geração de recursos, com foco na ampliação de sua rentabilidade e melhor remuneração de seus acionistas.

A ELETROBRÁS encontra-se inserida no Índice de Sustentabilidade Empresarial e no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, o que reflete uma avaliação positiva pelo mercado quanto à sua transparência no trato das informações, à adoção de boas práticas de governança corporativa e à abordagem sócio-ambiental de seus negócios.

O conceito de avaliação da sustentabilidade empresarial tem como base o princípio do *triple bottom line*, que pressupõe o mesmo peso para indicadores ambientais, sociais e financeiros.

Este princípio pressupõe que um projeto pode vir a ser inviabilizado por um grande passivo ambiental ou por práticas trabalhistas não aceitáveis internacionalmente. Por este motivo, as grandes instituições financeiras internacionais atribuem menor risco às empresas que apresentam estas práticas de sustentabilidade inseridas em sua estratégia de negócio. Integrar um índice de sustentabilidade significa, para as empresas signatárias, um menor custo de captação internacional, seja no mercado de *equity* ou no de *debt*. Os grandes fundos de pensão manifestam grande interesse em ações de empresas vistas como sustentáveis.

A empresa também aderiu ao Pacto Global, posicionando-se estrategicamente, face à responsabilidade social corporativa, ao lado das maiores corporações mundiais, lideradas pela ONU. Em busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva, o Pacto advoga dez Princípios Universais, envolvendo direitos humanos, direito do trabalho, proteção ambiental e princípios contra a corrupção. O Pacto Global está ligado aos grandes movimentos de ISR (Investimento Socialmente Responsável) que tratam em nível mundial do conceito de sustentabilidade empresarial.

Em sintonia com estas medidas, a Companhia está em vias de obter seu registro na *Securities Exchange Commission* - SEC dos Estados Unidos da América do Norte para lançamento de *American Depositary Receipts* - ADR's Nível 2 e ultimando o atendimento, em suas práticas corporativas, aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley*.

3.1. Investimentos

A realização do orçamento de investimento do Sistema Eletrobrás, em 2007, foi de R\$ 3,1 bilhões nos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica pelas empresas controladas e federais de distribuição, correspondendo a 56,8% do limite anual aprovado de R\$ 5,5 bilhões, fixado pela Lei nº. 11.625, de 26 de dezembro de 2007.

Tabela 2 - Investimento do Sistema ELETROBRÁS em 2007 (Em R\$ milhão)

Natureza dos Investimentos	Aprovado Lei No. 11.625/07	Realização	
		Acumulado	Em %
Geração	2.541.598,8	1.284.272,7	49,0
Transmissão	1.872.063,7	1.287.926,1	68,6
Distribuição	582.048,1	331.847,3	58,0
Qualidade Ambiental	104.538,7	20.211,3	74,2
Pesquisa	20.600,0	18.043,6	87,6
Infra-estrutura	344.308,0	161.977,2	47,1
Total Geral	5.465.157,3	3.104.278,2	56,8


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Algumas empresas do Sistema ELETROBRÁS apresentaram baixos resultados em seus investimentos explicados pelos seguintes fatores:

- Ações judiciais vêm impedindo a conclusão dos Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na Região Amazônica.
- Atraso na assinatura do convênio ECV - 205/2006 e no processo licitatório para construção e montagem da rede de ramais termelétricos - gasoduto - para atendimento aos Produtores Independentes de Energia Elétrica, em Manaus (AM).
- Dificuldades enfrentadas nos processos de licitação.
- Problemas relacionados a questões ambientais.
- Atraso no cronograma de obras, entrega de equipamentos e execução de serviços.
- Inadimplência junto à Eletrobrás, impedindo o recebimento de recursos.
- No tocante ao Programa Luz Para Todos, que representa a maior parte do orçamento de investimento das empresas federalizadas, fatores como: difícil acesso a certas localidades no período de chuvas, o embargo de obras por órgãos ambientais, e as dificuldades nos processos licitatórios afetaram o cumprimento do programa.
- Atraso na instalação de canteiros de obras para construção de usinas e linhas de transmissão das controladas Furnas, Eletrosul e Chesf, motivado por licenças ambientais.
- Adiamento da construção de Angra III para 2008 - Eletronuclear.
- Atraso na contratação de obras civis para ampliação da Usina de Candiota III - CGTEE

4. Gestão de programas e ações

4.1. Programas


A ELETROBRÁS participa do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA, através de algumas ações orçamentárias e não orçamentárias distribuídas entre 3 Diretorias, de acordo com a finalidade e objetivos das mesmas. As ações estão contidas nos Programas abaixo relacionados:

1. Gestão da Política de Energia (0276)

Objetivo Setorial: Consolidar o modelo institucional do setor de energia, mineração e metalurgia, resgatando a indelegável responsabilidade do Estado como agente formulador de políticas, indutor e coordenador de todo o processo de planejamento setorial, em estreita articulação com os órgãos vinculados e demais agentes envolvidos, ajustando-o aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões sócio-ambientais pertinentes, com a necessária transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso às informações.

2. Energia nos Sistemas Isolados (1042)

Objetivo Setorial: Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda, com a necessária qualidade, continuidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica em todo o território brasileiro, sob regras econômico-financeiras e políticas tarifárias adequadas, que permitam a atração e remuneração dos investimentos requeridos para a expansão, em condições justas.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

3. Energia na Região Sul (0295)

Objetivo Setorial: Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda, com a necessária qualidade, continuidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica em todo o território brasileiro, sob regras econômico-financeiras e políticas tarifárias adequadas, que permitam a atração e a remuneração dos investimentos requeridos para a expansão, em condições justas.

4. Energia Cidadã - Luz para Todos (0273)

Objetivo Setorial: Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento de água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.

5. Eficiência Energética (1046)

Objetivo Setorial: Desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia através da promoção de ações com vistas a transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para atuação de empresas voltadas para este negócio. Fundamentalmente, visa aumentar a disponibilidade de energia para o País. A não execução deste programa pode implicar no aumento dos custos de produção, aumento da necessidade de investimentos na expansão do setor energético, mau aproveitamento e redução da disponibilidade dos recursos naturais, dificultando o desenvolvimento sustentável do País.

6. Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Objetivo: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.

4.1.1. Programa 0276 - Gestão de Políticas de Energia

4.1.1.1. Dados gerais

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área de energia.
Gerente do programa	
Gerente executivo	Iran de Oliveira Pinto
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Governo, Sistema Eletrobrás e sociedade

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

As principais ações referem-se aos estudos de inventário e viabilidade para implantação de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica. Neste Programa inclui-se, também, a ação referente aos estudos de integração energética com os países da América Latina. Todas as ações objetivam identificar as melhores opções econômicas e sócio-ambientais, para a realização dos estudos e, posteriormente, dos empreendimentos.

Uma das características dessas ações, dentro das Empresas controladas do Sistema Eletrobrás, é a de se confundir com as atividades correntes, uma vez que estão permanentemente desenvolvendo estudos para identificar oportunidades para realização de empreendimentos de seu próprio interesse, bem como para os objetivos do Programa.

Jose Afonso Muniz Lopes
Presidente

Trata-se, portanto, de uma atividade contínua.

É importante notar que, a maioria dos estudos, até que efetivamente venha a se realizar, é precedida por um longo período de negociações e procedimentos burocráticos, que não são usualmente computados nas metas físicas de realização das ações.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. Ação 3427–Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistema de Geração e de Transmissão na Região Amazônica

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Realizar estudos e projetos de viabilidade de implantação de sistema de geração e transmissão na região Amazônica.
Descrição	Desenvolvimento de estudos de Inventário, nos rios Teles Pires e outros, e dos estudos complementares de Belo Monte, estratégicos para a expansão da geração de energia elétrica, de modo a promover o uso racional de recursos energéticos da região, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, visando o atendimento às demandas regionais, bem como às de outros mercados, através do sistema interligado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Geração
Coordenador nacional da ação	Luciano Nobre Varella
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	O próprio coordenador

4.1.1.3.1.2. Resultados

Os Estudos de Belo Monte são uma das principais atividades desta ação e têm enfrentado, ao longo dos anos, várias ações judiciais que contribuíram para o adiamento de sua conclusão. Foram retomados em 2007, após liberação judicial. A Revisão dos Estudos de Inventário do rio Xingu foi concluída e registrada na ANEEL em 31/10/2007. O IBAMA emitiu em dezembro de 2007, os Termos de Referência-TR que nortearão os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A FUNAI emitiu o Termo de Referência para os estudos antropológicos que contemplou, parcialmente, as populações indígenas envolvidas. Aguardam-se esclarecimentos, em reunião já agendada com aquele órgão. A continuidade dos estudos, inclusive da Análise Ambiental Integrada - AAI depende da aprovação da Revisão do Inventário da Bacia do Xingu pela ANEEL.

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

Unidades: % dos estudos completos x R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
13%	12.600.000,00	1,8%	230.887,00

Comentário: A não realização da meta financeira prevista deveu-se, sobretudo, ao adiamento no pagamento de parcela constante do Acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos estudos de viabilidade técnico, econômico e ambiental do AHE Belo Monte, só ocorrido em 02.08. A meta física realizada, implantada no SIGPLAN, é função direta do desembolso efetuado.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

4.1.1.3.2. Ação 6508 - Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

4.1.1.3.2.1. Dados Gerais

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Ampliação de capacidade de geração de energia elétrica.
Descrição	Desenvolvimento de estudos de inventário e viabilidade em todo o território nacional, de acordo com as prioridades do CNPE/MME.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Geração
Coordenador nacional da ação	Luciano Nobre Varela
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	O próprio coordenador

4.1.1.3.2.2. Resultados

Esta Ação tem como objetivo efetuar os estudos de viabilidade relacionados com a ampliação do sistema de geração de energia elétrica, em todo o território nacional. Ainda não foram definidos e acordados com as controladas e/ou outros parceiros os estudos a serem realizados.

Tabela 4 – Metas e resultados da ação no exercício
 Unidades: Nº. de estudos x R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
2	2.600.000,00	0	0

Comentário: Ação ainda não iniciada. Em definição o modelo de governança a ser adotado.

4.1.1.3.3. Ação 6510 - Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica

4.1.1.3.3.1. Dados Gerais

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Ampliação de capacidade de transmissão de energia elétrica.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e projetos para viabilizar a ampliação da transmissão de energia elétrica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Transmissão
Coordenador nacional da ação	Luis Yoshihiro Guenka
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	O próprio coordenador

José Antônio Muniz Lopes
 Presidente

4.1.1.3.3.2. Resultados

Esta Ação tem como objetivo efetuar os estudos de viabilidade relacionados com a ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional, em conformidade com a solicitação do MME/EPE e respaldado por Resolução autorizadora da ANEEL.

A Eletrobrás não iniciou ainda o desenvolvimento de estudos próprios. Entretanto, vem participando das atividades dos grupos de trabalho coordenados pela EPE. Até o presente momento, os dispêndios relacionados com essa atividade contemplam somente os gastos com viagens dos técnicos da Eletrobrás para participação nas reuniões dos grupos de trabalho, não sendo, portanto, contabilizados na Ação.

A Eletrobrás tem contribuído nos seguintes estudos, já concluídos e em andamento:

- 1) Estudos de Integração das Usinas do Rio Madeira (AHE Sto. Antônio e Jirau);
- 2) LT Tucuruí –Macapá -Manaus 500 kV (circuito duplo);
- 3) Ampliação da Interligação Brasil-Uruguai;
- 4) Interligação Acre/Rondônia/Mato Grosso;
- 5) LT Colinas-São João do Piauí C2-Ribeiro Gonçalves C2- Milagres 500 kV.

Tabela 5 – Metas e resultados da ação exercício
Unidades: N°. de estudos x R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
2	1.000.000,00	0	0

Comentário: Ação não iniciada, no que diz respeito a estudos próprios.

4.1.1.3.4. Ação 2C40 - Estudos para Integração Energética com os Países da América Latina

4.1.1.3.4.1. Dados Gerais

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Ampliação de capacidade de geração e transmissão de energia elétrica através da implementação de parcerias com países da América Latina.
Descrição	Desenvolvimento de estudos elaborados em conjunto com os países da América Latina, no que diz respeito a integração dos sistemas de transmissão e ao potencial energético disponível e de interesse comum, como o da UHE de Garabi, no Rio Uruguai, cujo estudo está sendo retomado, em parceria com a Argentina.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Engenharia – Departamento de Engenharia da Geração
Coordenador nacional da ação	Luciano Nobre Varella
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	O próprio coordenador

4.1.1.3.4.2. Resultados

A implementação dos estudos aguarda os resultados das negociações que estão em andamento, em um primeiro momento com o Uruguai, relativamente à UHE Garabi, bem como aos estudos de interligação dos sistemas. Outros estudos podem se tornar objeto de projetos conjuntos, assim que forem definidos estrategicamente.

José Antônio Muniz Lopes
Presidente

Tabela 6 – Metas e resultados da ação exercício
 Unidades: No. de estudos x R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
2	700.000,00	0	0

Comentário: estudos ainda não iniciados.

4.1.2. Programa 1042 – Energia nos Sistemas Isolados

4.1.2.1. Dados gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.
Gerente do programa	Ronaldo Schuck
Gerente executivo	Edvaldo Luis Risso
Indicadores ou parâmetros utilizados	Consumo de Energia nos Sistemas Isolados
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima e, indiretamente, a sociedade em geral, pela conseqüente redução dos subsídios.

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

4.1.2.2.1 Ação 7F43 - Implantação de Redes de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus.

Esta ação tem como principal objetivo viabilizar a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de combustível e as conseqüentes emissões de monóxido de carbono e redução dos custos da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC-Isol.

Conforme o Convênio ECV -205/2006, celebrado entre ELETROBRÁS, CIGÁS (Companhia de Gás do Amazonas), MANAUS ENERGIA e ELETRONORTE, em 11 de dezembro de 2006, a CIGÁS é a responsável pela elaboração do projeto, a construção, a montagem e a pré-operação dos Ramais Termelétricos, incluindo: o licenciamento ambiental, compensações ambientais, projeto, gerenciamento, construção, montagem e pré-operação (comissionamento) dos Ramais Termelétricos.

4.1.2.3. Gestão das ações

4.1.2.3.1- Ação 7F43 –Implantação de Redes de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Viabilizar a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de combustível e as conseqüentes emissões de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC - Isolados.
Descrição	Interligar o gasoduto principal, aos produtores independentes de energia termelétrica, através da construção de rede de ramais, para atendimento à demanda da cidade de Manaus.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Engenharia – Departamento de Sistemas Isolados e Combustíveis
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	O próprio coordenador

4.1.2.3.1.2. Resultados

Foi elaborado e disponibilizado o Projeto Básico e Executivo dos Ramais Termelétricos, incluindo o dimensionamento e especificação dos materiais e equipamentos contemplados na construção dos Ramais e da Estação de Odorização, elaboração de Plano de Trabalho e Cronogramas Físico e Financeiro. Em seqüência, foram elaborados os seguintes estudos: EAS - Estudo Ambiental Simplificado, EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança e EAR - Estudo de Análise de Risco. A partir do mês de julho de 2007, as atividades de planejamento e controle dos processos de gerenciamento e fiscalização começaram a ser desenvolvidas.

Nos meses de novembro e dezembro de 2007, foram pagas as duas primeiras parcelas correspondentes à medida compensatória de uso do solo (outorga onerosa paga à Prefeitura da Cidade de Manaus – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEMDURB/Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB).

Tabela 7 – Metas e resultados da ação no exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
87,8%	51.308.300,000	1,5%	4.677.990,00 (9,12%)

Obs.: O percentual físico previsto foi estimado considerando o cronograma físico e o plano de execução (Metas) contidos no Convênio ECV – 205/2006.

Os índices de execução física e financeira verificados evidenciam-se baixos em comparação com os valores previstos e podem ser justificados pelos seguintes fatores:

(1) Atraso na assinatura do convênio ECV - 205/2006, de aproximadamente 05 meses, fato concretizado no dia 11 de dezembro de 2006. O prazo para a assinatura deste convênio era de 30 dias contados a partir da data de assinatura do contrato OC - 1902/2006, de 1º de junho de 2006.

José Antônio Muniz Lopes
Presidente

(2) Entraves ao processo licitatório para construção e montagem dos referidos ramais. A seguir é apresentado um breve histórico do referido processo:

- Concorrência Pública Internacional nº 001/2007, de 02/02/2007 - para fornecimento dos tubos de aço carbono API 5L, restou fracassada por força da inabilitação da única empresa participante deste processo licitatório, por descumprimento da legislação e do edital.
- Concorrência Pública nº 002/2007, de 27/06/2007 - para construção e montagem da rede de distribuição de gás natural, restou deserta, embora dez empresas tivessem comprado o edital e três delas efetuado a visita obrigatória ao local.
- Concorrência Pública nº 003/2007, de 30/07/2007 - para construção e montagem da rede de distribuição de gás natural. Nesta concorrência, quinze empresas compraram o edital, cinco efetuaram a visita obrigatória ao local, três apresentaram Garantia de Proposta e duas entregaram proposta em 30/08/2007. A empresa declarada como vencedora desse certame, em 05/12/2007, foi a LJA Construtora Ltda., com o resultado homologado e publicado nos DOE e DOU dos dias 17 e 18/12/2007, respectivamente.

De acordo com o convênio ECV - 205/2006, as obras de construção e montagem dos Ramais Termelétricos deveriam ter sido iniciadas em 1º/04/2007.

4.1.3. Programa 0295 – Energia na Região Sul

4.1.3.1. Dados gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender às necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.
Gerente do programa	Ronaldo Schuck
Gerente executivo	Enio Bocorny
Indicadores ou parâmetros utilizados	Consumo de Energia Elétrica na Região Sul
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica na Região Sul

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

4.1.3.2.1 Ação 1H02: Adequações na Interligação dos sistemas elétricos brasileiro e uruguaio, através da Conversora de Freqüência de Rivera (RS) (ressarcimento dos dispêndios efetuados pela ELETROSUL).

Esta Ação tem por objetivo ressarcir a ELETROSUL dos dispêndios efetuados na instalação dos equipamentos de manobra e a substituição dos equipamentos de medição na SE Livramento (bay da LT proveniente de Rivera).

4.1.3.3. Gestão das ações

4.1.3.3.1. Ação 1H02 - Adequações na Interligação dos Sistemas Elétricos Brasileiro e Uruguaio através da Conversora de Freqüência de Rivera (RS) (Ressarcimento dos dispêndios efetuados pela Eletrosul)


 José Antonio Muniz Leão
 Presidente

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Propiciar a instalação dos equipamentos de manobra e a substituição dos equipamentos de medição na SE Livramento (bay da LT proveniente de Rivera), visando dar maior flexibilidade e confiabilidade à interligação e atender às exigências do ONS e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
Descrição	A execução dos serviços de instalação dos equipamentos de manobra e a substituição dos equipamentos de medição na SE Livramento ficaram a cargo da ELETROSUL. A conclusão dos serviços ocorreu no segundo semestre de 2006. A ELETROBRÁS efetuou o ressarcimento de todos os dispêndios incorridos na execução desses serviços, mediante a apresentação das faturas pela ELETROSUL
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Engenharia – Departamento de Sistemas Isolados e Combustíveis
Coordenador nacional da ação	Luis Yoshihiro Guenka
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	O próprio coordenador

4.1.3.3.1.2. Resultados

Esta Ação foi inserida no SIGPLAN, com o objetivo de ressarcir a ELETROSUL, na execução dos serviços de adequação nas instalações de transmissão de propriedade da ELETROBRÁS, vinculados à interligação dos sistemas elétricos brasileiro e uruguaio, através da conversora de frequência de Rivera. Esses serviços estavam previstos para serem executados pela ELETROSUL até 2007. Entretanto, considerando que a ELETROSUL concluiu todas as adequações previstas nesta Ação em outubro de 2006, a ELETROBRÁS efetuou o ressarcimento integral dos dispêndios incorridos na execução dos trabalhos em dezembro de 2006. Dessa forma a Ação foi encerrada em 2006, não havendo necessidade de se utilizar os recursos previstos para 2007, no montante de R\$100.000,00.

4.1.4. Programa 0273 – Energia Cidadã – Luz para Todos

4.1.4.1. Dados gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender às demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento de água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.
Gerente do programa	Ronaldo Schuck
Gerente executivo	Hélio Morito Shinoda
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidades Consumidoras Atendidas
Público-alvo (beneficiários)	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento de água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

4.1.4.2. Principais Ações do Programa

Ação 9642: Promoção da Universalização do Acesso à Energia

Esta ação visa propiciar o acesso e o uso da energia elétrica, sendo preferencialmente orientada para a população rural de baixo aquisitivo, através de financiamentos às concessionárias, especialmente àquelas da região norte; para a realização de projetos, aquisição e instalação de equipamentos e para a prestação de serviços de energia elétrica.

4.1.4.3. Gestão das ações

4.1.4.3.1. Ação 9642 - Promoção da Universalização do Acesso à Energia

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tipo	Não Orçamentária
Finalidade	Propiciar o acesso e o uso da energia elétrica, sendo, preferencialmente, orientada para a população rural de baixo poder aquisitivo.
Descrição	Viabilizar, através de financiamento às concessionárias, a realização de projetos, aquisição e instalação de equipamentos, para prestação de serviços de energia elétrica à população rural.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério de Minas e Energia – MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Engenharia – Departamento de Gestão do Programa de Universalização
Coordenador nacional da ação	José Antonio da Costa Moreira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	O próprio coordenador

4.1.4.3.1.2. Resultados

Antes do início do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz para Todos, existiam no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade.

A regulamentação da ANEEL, que definiu metas de universalização para cada município do país, estabeleceu como limite nacional para o completo atendimento o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definiram, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, em função de localização mais adversa e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente somente seria contemplada no final do prazo limite estipulado pela ANEEL.

O Programa Luz para Todos pretende antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural.

Mais de 70% do Programa Luz para Todos é executado com recursos não-orçamentários provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e da Reserva Global de Reversão – RGR, recolhidas à ELETROBRÁS, que gerencia os recursos e os utiliza para a viabilização do Programa.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

O Programa conta com a participação das empresas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estaduais ou privadas e das cooperativas de eletrificação rural.

O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas.

Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania, além da promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

No exercício de 2007, foram assinados 30 contratos de financiamento e de concessão de subvenção entre a ELETROBRÁS e os Agentes Executores, para a realização de obras de eletrificação rural, totalizando 176 contratos desde 2004.

Esses contratos assinados possibilitaram o atendimento de 1,4 milhões de domicílios, até dezembro de 2007, sendo 397 mil somente em 2007, beneficiando mais de 7 milhões de pessoas, gerando uma grande quantidade de empregos diretos e indiretos.

Os números apurados são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 8 – Metas e resultados no exercício de 2007

Unidades: No. de ligações x R\$

Prevista		Realizada	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
266.387	753.000.000,00	311.415	1.738.349.589,02

Comentário: os resultados obtidos na Ação 9642, no exercício de 2007 não contemplam as ações sob a responsabilidade das empresas federais de distribuição, de onde a diferença para o número global de 397.877 ligações efetuadas.

4.1.5. Programa Nacional de Conservação de Energia – PROCEL (1046)

4.1.5.1. Dados gerais

O Programa Nacional de Conservação de Energia - PROCEL é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. A Eletrobrás, na função de Secretaria Executiva do Procel, é responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa.

Em 2007, o Procel, com investimentos de aproximadamente R\$ 65,4 milhões incluindo recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 3 mil GWh. Estes resultados podem ser comparados ao consumo de energia elétrica de quase **1,7 milhão** de residências no período de um ano, representando um investimento postergado no setor elétrico em torno de **R\$ 2,35 bilhões**, recursos que podem ser alocados em outros projetos, por exemplo, na área social ou de infra-estrutura.

Instituído em 1993, o Selo Procel de Economia de Energia destina-se a destacar, anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobrás/Procel com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro.

José Antônio Muniz Lopes
Presidente

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Selo Procel em 2007, vale ressaltar sua concessão a 2.431 modelos, distribuídos em 21 categorias de equipamentos e eletrodomésticos, representando um acréscimo de aproximadamente 55% em relação a 2006.

Este também foi o primeiro ano de concessão do Selo Procel para televisores em modo espera (*stand-by*), categoria que contemplou 38 equipamentos. Estima-se para este ano, preliminarmente, uma economia de energia de cerca de 3 mil GWh em função do programa do Selo Procel.

O Procel atua ainda, em todo Brasil através de seus programas setoriais nas áreas de prédios públicos, saneamento ambiental, gestão energética municipal, indústria e edificações. Os resultados de 2003 a 2007 são expressivos: 718 grandes e médias indústrias participantes, 4.200 técnicos treinados na indústria e 446 na área de saneamento, 120 companhias de água e esgoto participantes, 456 municípios com gestão energética, 37 laboratórios com 210 bolsas de estudos e 25 unidades hospitalares eficientes.

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício.
Gerente do programa	Marcio Zimmermann
Gerente executivo	Marcos Spagnol
Indicadores ou parâmetros utilizados	Unidade / financeira
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica, concessionárias de energia elétrica de geração, transmissão e distribuição, fabricantes e importadores de equipamentos utilizados no Setor de Energia Elétrica.

4.1.5.2. Principais Ações do Programa

4.1.5.2.1. Formação, Capacitação e Treinamento na área de Eficiência Energética (9651).


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

4.1.5.2.1.1. Dados gerais

Tipo	Não orçamentária.
Finalidade	Capacitar os professores de ensino fundamental e médio que multiplicam a ação junto às escolas, por meio de uma metodologia apropriada (PROCEL Educação). Capacitar profissionais envolvidos diretamente com a gestão do consumo de energia elétrica na área de eficiência energética.
Descrição	A ELETROBRÁS/Procel em parceria com as concessionárias de energia e outros agentes promove ações de capacitação de professores para atuação como multiplicadores de ações de conservação de energia junto às áreas de ensino fundamental e médio. Além disto, implementa planos de treinamento em eficiência energética, abrangendo cursos direcionados aos setores industrial, comercial, de aquecimento solar, de saneamento, de prédios públicos e outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Unidades executoras	Diretoria de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Planejamento e Estudos de Conservação de Energia
Coordenador nacional da ação	Marcio Zimmermann
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcos Spagnol

4.1.5.2.1.2 Resultados

Tabela 9 – Metas e resultados no exercício

Unidades: No. de projetos-mês* e R\$

Previsão		Realizadas	
Física	Financeira – R\$	Física	Financeira – R\$
145	11.408.781,00	135	3.124.792,00

* Projetos-mês significa a quantidade de projetos em andamento em um mês

A utilização pela ELETROBRÁS de somente **27,4%** dos recursos financeiros reflete a grande receptividade do programa, uma vez que a maior parte do custo envolvido tem sido suportada voluntariamente pelos diversos parceiros.

Em 2007, os seguintes resultados foram obtidos:

- No ensino básico (níveis infantil, fundamental e médio), a ação atingiu cerca de 1 milhão e trezentos mil alunos. Foram realizados dois cursos envolvendo 60 profissionais de duas concessionárias e capacitados 8.100 professores de mais de 1.600 escolas.
- No ensino superior, a Eficiência Energética alcançou 12 universidades via introdução da disciplina “Conservação de Energia”.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

4.1.5.2.2 Disseminação da Informação sobre Conservação de Energia (9652)

4.1.5.2.2.1. Dados gerais

Tipo	Não orçamentárias
Finalidade	Transmitir para a sociedade os conceitos sobre conservação de energia e seu uso racional de forma qualificada e estruturada, para conscientizá-la sobre a importância da eficiência energética para o desenvolvimento do país, bem como para reduzir os impactos ambientais (Procel Marketing e Procel Info).
Descrição	Participação em eventos: ampla distribuição de material informativo e promocional, produção e divulgação de vídeos e programas para a mídia; divulgação dos diversos programas do PROCEL; promoção dos instrumentos de marketing "selo" e "prêmio" PROCEL e realização das respectivas solenidades de entrega; elaboração de parcerias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Unidades executoras	Diretoria de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Desenvolvimento de Projetos Especiais e Departamento de Planejamento e Estudos de Conservação de Energia
Coordenador nacional da ação	Marcio Zimmermann
Responsável pela execução da ação no nível local	Marcos Spagnol

4.1.5.2.2.2 Resultados

Tabela 10 – Metas e resultados no exercício

Unidades: Projetos-mês* e R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
68	1.419.403,00	88	280.717,00

* quantidade de projetos em andamento em um mês

A utilização pela ELETROBRÁS de somente **20%** dos recursos financeiros reflete a grande receptividade do programa, uma vez que a maior parte do custo envolvido tem sido suportada voluntariamente pelos diversos parceiros.

Da mesma forma, a realização física **29,4%** superior à prevista reflete a força da marca PROCEL / ELETROBRÁS, cujo poder de penetração viabilizou a multiplicação das ações de marketing.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Foram executadas, em 2007, as seguintes ações:

- Edição 2007 do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, com 138 Inscrições nas categorias: Indústria, Imprensa, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Edificações, Empresas do Setor Energético, Órgãos e Empresas da Administração Pública;
- Veiculação das Edições 76 e 77 do Boletim do PROCEL (coordenação da pauta junto à área de Comunicação);
- Atendimento a 5931 consultas – via 'Fale Conosco' do site do PROCEL;
- Contabilização de 214 mil visitas ao site do PROCEL em 2007;
- Participação em 14 eventos (Seminários, feiras, congressos, lançamento de material técnico e marketing esportivo);
- Produção de material para divulgação do PROCEL, totalizando 18.500 itens.

Adicionalmente, o Procel Info, inaugurado em 27/11/2006, com um ano de funcionamento já contava com cerca de 3.700 usuários cadastrados no Portal e uma média de 22000 acessos mensais. Mais de 50% dos usuários cadastrados são assinantes da *Newsletter* Procel Info, um boletim de notícias exclusivas sobre eficiência energética enviado diariamente por e-mail aos usuários.

4.1.5.2.3 Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética (9950)

4.1.5.2.3.1. Dados gerais

Tipo	Não orçamentárias
Finalidade	Incentivar a oferta ao mercado de produtos eficientes com informações sobre eficiência energética, orientando o consumidor no momento de compra, pelo destaque dos eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes, através de sistema de etiquetagem (Selo PROCEL).
Descrição	A sistemática de informações referentes ao desempenho energético de equipamentos é estruturada através do processo de etiquetagem que se desenvolveu, em parceria com o INMETRO (Programa Brasileiro de Etiquetagem - PBE) e que subsidia o selo PROCEL. Paralelamente, instaura-se a competitividade entre os fabricantes pela oferta de equipamentos mais eficientes, através de novos investimentos em desenvolvimento tecnológico e industrial.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Unidades executoras	Diretoria de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Planejamento e Estudos de Conservação de Energia
Coordenador nacional da ação	Marcio Zimmermann
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o	Marcos Spagnol

José Antonio Muniz Lope
Presidente

4.1.5.2.3.2 Resultados

Tabela 11– Metas e resultados

Unidades: projetos-mês x R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira – R\$	Física	Financeira – R\$
84	8.658.782,00	85	1.440.188,00

A utilização pela ELETROBRÁS de somente **17%** dos recursos financeiros reflete a grande receptividade do programa, uma vez que a maior parte do custo envolvido tem sido suportada voluntariamente pelos diversos parceiros.

Em 2007, o Selo PROCEL foi concedido a 2.431 modelos, distribuídos em 21 categorias de equipamentos e eletrodomésticos, representando um acréscimo de aproximadamente 55% em relação a 2006. Este também foi o primeiro ano de concessão do Selo PROCEL para televisores em modo espera (*stand-by*), categoria que contemplou 38 equipamentos.

Em termos de capacitação laboratorial foram realizadas as seguintes etapas:

- Inauguração do Centro de Energia Eólica na PUCRS, em Porto Alegre - RS;
- Inauguração do Laboratório de Etiquetagem de Bombas Centrífugas e do Laboratório Móvel de Hidráulica da UNIFEI, em Itajubá - MG;
- Início das atividades dos laboratórios do IPT (aquecedores e reservatórios; ventiladores e compressores; eletroeletrônicos), do IEE-USP (sistemas fotovoltaicos) e da UCIEE (iluminação e aquecedores elétricos), em São Paulo - SP.

Para disseminação do uso de tecnologias eficientes em unidades consumidoras de alta tensão, foram emitidos em 2007 os relatórios "Avaliação de Mercado de Eficiência Energética do Brasil Pesquisa Industrial/Comercial AT Brasil e Regiões, Racionamento e Prédios Públicos". Foram também disponibilizados o relatório "Impactos Sócio - Ambientais das Ações de Eficiência Energética no Setor Residencial" e o Simulador Potencial de Conservação de Energia.

4.1.5.2.4 Implantação de Projetos de Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico em Eficiência Energética (9650)


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

4.1.5.2.4.1. Dados gerais

Tipo	Não orçamentárias
Finalidade	Promover a conservação e o uso eficiente de energia em prédios públicos, empresas de saneamento, edificações e nos segmentos industrial, comercial e residencial, através de parcerias com diversos agentes da sociedade (Subprogramas PROCEL EPP, Sanear, GEM, Edifica e Indústria).
Descrição	A metodologia de desenvolvimento do projeto é realizada de forma estruturada, em parcerias com diversos agentes, com abrangência nacional e obedecendo a critérios de potencial de replicação, visando estimular e difundir as ações de eficiência energética nos segmentos industrial, comercial e residencial, em prédios públicos, em edificações e nas empresas de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Unidades executoras	Diretoria de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Desenvolvimento de Projetos Especiais
Coordenador nacional da ação	Marcio Zimmermann
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o	Marcos Spagnol

4.1.5.2.4.2 Resultados

Tabela 12 – Metas e resultados no exercício

Unidades: projetos-mês e R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira – R\$	Física	Financeira – R\$
505	24.323.289,00	547	10.118.628,00

Pode-se observar que foram utilizados diretamente pela ELETROBRÁS somente 41,6% dos recursos financeiros previstos em função da maior parte do custo ter sido suportado pelos diversos parceiros, evidenciando a receptividade dos projetos.

Na área de prédios públicos, ao longo de 2007, estavam em andamento 17 convênios, através dos quais foram implementados projetos de eficiência energética em hospitais e universidades.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

O Procel – GEM – Gestão Energética Municipal manteve em andamento 6 Convênios, 1 Contrato e 3 Protocolos de Intenções e colaborou para que as prefeituras economizassem R\$ 227.392,68/ano com a redução dos desperdícios de energia elétrica. Ainda no âmbito desta ação, o Projeto Comunidades de Aprendizado foi classificado entre as 20 melhores iniciativas no Prêmio Inovação na Gestão Pública 2007, organizado pela ENAP / Ministério do Planejamento.

No setor industrial, através de 12 convênios com universidades e federações de indústrias estaduais, levaram-se as técnicas de minimização de perdas em sistemas motrizes a 586 indústrias em todo Brasil, tendo sido formados 2.354 técnicos.

Em 2007, no setor de saneamento ambiental, através do Procel Sanear, estavam em andamento 15 Convênios, 2 Protocolos de Cooperação Técnica e 1 Protocolo de Intenções. Estes instrumentos viabilizaram a implementação de projetos demonstrativos e a promoção de ações em todo Brasil

O Procel Sanear lançou em outubro de 2007, durante o XIX SNPTEE, no Rio de Janeiro, o manual que estabelece os critérios e os procedimentos destinados a orientar as Concessionárias de energia elétrica na apresentação de projetos de eficiência energética em sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com recursos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Na área de edificações, o Procel Edifica lançou, em outubro de 2007, a Rede de Eficiência Energética em Edificações (Rede EEE), com o objetivo de incentivar a troca de informações, experiências e material didático, bem como de estimular o aprofundamento dos temas de pesquisa e de tecnologia desenvolvidos em 15 laboratórios universitários capacitados em eficiência energética em edificações pela Eletrobrás. A rede também tem como objetivo possibilitar o intercâmbio entre estes laboratórios e outros centros de pesquisa que venham a se alinhar ao Plano de Ação do PROCEL EDIFICA. Ainda em 2007, foi de grande importância para o Procel Edifica a aprovação, a partir de consulta pública, do texto da “Regulamentação para Etiquetagem Voluntária de Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos”. Neste ano, estiveram em andamento 6 Convênios, 1 Contrato e 2 Protocolos de Cooperação Técnica.


José Antônio Muniz Lopes
Presidente

4.1.5.2.5 Iluminação Pública Eficiente (RELUZ) (9649)

4.1.5.2.5.1. Dados gerais

Tabela – Dados gerais da ação

Tipo	Não orçamentárias
Finalidade	Proporcionar melhoria das condições de iluminação pública dos municípios brasileiros, tornando-os mais eficientes, contribuindo para o aumento da segurança pública nas regiões urbanas, com reflexos positivos para o bem estar da população e para a redução do consumo de energia elétrica e dos gastos públicos.
Descrição	Iluminação pública eficiente é aquela que melhora a quantidade de iluminação (+ luz) com redução simultânea do consumo de energia elétrica (- energia) através da substituição dos equipamentos existentes por outros de tecnologia e implantação mais eficientes em áreas ainda não atendidas. Tendo com resultados: redução dos gastos públicos dos municípios com o consumo de energia elétrica, implantação da cultura de combate ao desperdício de energia e aumento do nível de segurança.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Unidades executoras	Diretoria de Projetos Especiais e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Desenvolvimento de Projetos Especiais
Coordenador nacional da ação	Marcio Zimmermann
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o	Marcos Spagnol

4.1.5.2.5.2 Resultados

Tabela 13 – Metas e resultados da ação

Unidades: ponto de luz modernizado x R\$

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira – R\$	Física	Financeira
160.000	36.000.000,00	166.000	37.600.000,00

Comentário: O Reluz beneficiou 131 municípios em 2007, tornando eficientes mais de 166 mil pontos, o que resultou em uma economia de energia de **66,7 mil MWh/ano** e uma redução na demanda de **15,2 mil kW**. Além disso, instalou outros **1.065** novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram em 2007, R\$ 50,2 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 37,6 milhões.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Tabela 14 – Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução de ações do PROCEL

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total US\$	Empréstimo Contratado (ingressos externos) US\$		Contrapartida Nacional US\$	Valor das transferências de Recursos US\$*		
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano de 2007	Valor acumulado no projeto
Projeto BRA/01/001- Programa de Eficiência Energética (EE) Finalidade: Capacitação Laboratorial e desenvolvimento de atividades/projetos sobre Eficiência Energética - Procel Financiador: GEF/BIRD	16,558,145.00	11,838,936.00	11,838,936.00	4,719,209.00	Pagamento de Consultorias e Fornecedores	58,855.69	16,558,145.00

Observações: GEF – Global Environment Facility

BIRD – Banco Mundial

Esse projeto teve seu início no ano de 2002 e término em 2007, tendo utilizado todo o recurso disponibilizado de US\$ 16,558,145.00

4.1.6. Programa 0807–Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

4.1.6.1. Dados gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional
Gerente do programa	-
Gerente executivo	-
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não há
Público-alvo (beneficiários)	A Empresa

4.1.6.2 Principais Ações do Programa

4.1.6.2.1 Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Descrição	Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por	Diretoria de Administração

José Antonio Maniz Lopes
Presidente

4.1.6.2.1.1 Resultados

- Orçamento aprovado (Lei Nº. 11.625/07): R\$ 33.000.000,00
- Realizado em 2007: 0,00
- Justificativa: Destinava-se à aquisição de andares do Ed. Herm. Stoltz ou próximo, a fim de se agrupar os empregados em prédios próximos e/ou adjacentes. Postergada a aquisição. Em 2008, há verba para este fim, porém reduzida a 48% do orçado para 2007.

4.1.6.2.2 Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

4.1.6.2.2.1 Resultados


- Orçamento Aprovado (Lei Nº. 11.625/07): R\$ 9.537.948,00
- Realizado em 2007: R\$ 2.971.075,00
- Justificativa: 1) Principais licitações não concretizadas: aquisição e instalação de sistema integrado de CFTV; aquisição e instalação completa de 1.500 postos de trabalho (R\$ 6,2 milhões); aquisição de 2 sistemas de refrigeração central; aquisição de 9 *splits* e aparelhos de ar condicionado; 2) Diferença a menor por conta de economia com licitações via pregão. A realização deve-se basicamente à aquisição de automóveis (R\$ 68 mil), aquisição de 2.400 cadeiras, armários e mesa para o auditório, guilhotina e *plotter* (R\$ 2,9 mil)

4.1.6.2.3 Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.
Descrição	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria de Administração

4.1.6.2.3.1 Resultados

- Orçamento aprovado (Lei Nº. 11.625/07): R\$ 19.169.476,00.
- Realizado em 2007: R\$ 233.671,00
- Justificativa: Principais projetos não realizados. 1) Consolidação de Servidores (R\$7milhões): com a mudança de tecnologia, foi abandonada a estratégia inicial, iniciando-se outro projeto com a mesma finalidade; 2) Projeto Voz sobre IP (R\$ 4,1 milhões): não realizado devido à decisão pela manutenção do sistema de telefonia tradicional; 3) Equipamentos para Empresas Federalizadas (R\$ 2 milhões): não realizado; 4) Equipamentos de Vídeo Conferência (R\$ 200 mil): não realizado, postergado para 2008; 5) Demais equipamentos (R\$ 5,6 milhões): pequena parte realizada. Aquisições foram postergadas, pela mudança de tecnologia a ser implantada na consolidação/virtualização dos servidores.


 José Antônio Muniz Lope
 Presidente

4.1.7 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) tem por objetivo principal e imediato aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN). Dessa forma, o PROINFA contribui para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais de fornecimento de energia elétrica e para a criação de oportunidades de emprego, o que lhe permite estar em absoluta consonância com os programas de desenvolvimento do Governo Federal.

4.1.7.1 Dados Gerais

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN).
Gerente do programa	MME
Gerente executivo	Departamento de Desenvolvimento Energético do MME
Indicadores ou parâmetros utilizados	Geração de energia elétrica produzida pelos empreendimentos em operação.
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN)

4.1.7.2 Principais Ações do Programa

Implantação de 3.300 MW de capacidade por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN), assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

4.1.7.3 Gestão das ações

4.1.7.3.1 Ação 001 - Implantação de 3.300 MW de capacidade por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

4.1.7.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Ação não orçamentária
Finalidade	Implantação de 3.300 MW de capacidade por meio de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa
Descrição	Implantação de 144 empreendimentos. Contratação da ELETROBRÁS no âmbito do PROINFA: 63 empreendimentos de PCH, 54 empreendimentos de Eólica e 27 empreendimentos de Biomassa totalizando 3.299,40 MW
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	ELETROBRÁS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Comercialização de Energia, Departamento de Engenharia de Geração e Departamento de Meio Ambiente.
Coordenador nacional da ação	Ministério de Minas e Energia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Diretoria de Engenharia da ELETROBRÁS

4.1.7.3.1.2 Resultados

Até o término do ano de 2007, entrou em operação pelo PROINFA um total de 38 empreendimentos de geração, perfazendo uma potência total de 986,18 MW.

A grande maioria dos empreendimentos que entraram em operação são os de fonte biomassa, em um total de 18 empreendimentos que juntos representam uma potência instalada de 499,34 MW. As PCH's vêm em segundo lugar com um total de 14 usinas em operação até o presente momento, representando uma potência instalada de 268,34 MW. São 6 os empreendimentos eólicos já em operação, perfazendo 218,50 MW de potência.

Apenas em 2007, entraram em operação comercial 10 (dez) empreendimentos do PROINFA, acrescentando 231,10 MW de potência ao sistema.

A previsão para 2007 era a conclusão de 21 empreendimentos, somando 428,90 MW de potência.

Do total de 11 (doze) empreendimentos que não entraram em operação comercial, 8 (oito) tinham datas planejadas para final de dezembro de 2007 e devem cumpri-las nos primeiros meses de 2008.

A tabela a seguir, totaliza os dados dos empreendimentos que entraram em operação comercial em 2007:

Tabela 15 – Empreendimentos do PROINFA com entrada em Operação Comercial em 2007

Fontes	Entrada em operação em 2007 (quantidade)	Potência (MW)
PCH	6	136,00
Eólica	1	10,20
Biomassa	3	84,90
TOTAL	10	231,10


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

4.1.7.3.2 Ação 002 – Compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

4.1.7.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Ação Não Orçamentária
Finalidade	Produção de energia elétrica através de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica e Biomassa.
Descrição	Compra pela Eletrobrás da energia produzida pelos 63 empreendimentos de PCH, 54 empreendimentos de Eólica e 27 empreendimentos de Biomassa no prazo de 20 anos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	MME
Unidades executoras	ELETROBRAS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Comercialização de Energia, Departamento de Engenharia de Geração e Departamento de Meio Ambiente.
Coordenador nacional da ação	Ministério de Minas e Energia
Responsável pela execução da ação no nível local	Diretoria de Engenharia da ELETROBRÁS

4.1.7.3.2.2 Resultados

4.1.7.3.2.2.1 Resultados alcançados até o término de 2007:

A Lei 10.438/02 preconiza que na primeira fase, os contratos serão celebrados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), para a implantação de 3.300 MW de capacidade, assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato.

A aquisição da energia é feita pelo valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte. Esse valor, acrescido dos custos administrativos da ELETROBRÁS, será rateado entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Interligado nacional (SIN). O índice de nacionalização dos equipamentos e dos serviços será de, no mínimo, 60%.

4.1.7.3.2.2.2 Montantes de Energia e Custeio do PROINFA – 2007

A ELETROBRÁS elabora periodicamente o Plano Anual do PROINFA, documento que sintetiza os valores de energia e custeio do programa para cada ano, e encaminha à ANEEL para aprovação a cada mês de setembro. Os valores de energia e custeio para o ano de 2007 foram calculados em 2006 e aprovados pela Resolução ANEEL n°. 405/2006.

Na elaboração do PAP-2008, em setembro de 2007, foram apurados e informados os valores realizados de janeiro a agosto de 2007, bem como feitas as previsões para os meses subsequentes até o término do ano. A tabela a seguir apresenta estes valores referentes a 2007, constantes do PAP-2008.

José Antonio Murtz Lopes
Presidente

Tabela 16 - Montante de energia e custeio para 2007

Fonte: Plano Anual do PROINFA - PAP 2007			
Fonte	Número de Empreendimentos	Energia (MWh)	Custo Anual (R\$)
Biomassa	20	1.367.780,07	149.031.052,64
Eólica	06	625.490,92	145.189.288,78
PCH	23	1.209.182,97	164.225.261,96
TOTAL	49	3.202.453,96	458.445.603,38

Os valores de energia e custeio expressos na tabela acima referem-se somente a parcela de energia contratada dos empreendimentos.

4.1.8 Programa Gestão das Empresas Federais de Distribuição

4.1.8.1 Resultados das Empresas Federais de Distribuição (CEAL, CEAM, CEPISA, CERON, ELETROACRE, Boa Vista Energia e Manaus Energia):

As empresas continuaram a ser monitoradas pelo Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial - SIAGE. Em 2007, não obstante os esforços empreendidos pela CEAL, CEPISA, CERON e Manaus Energia, essas empresas não conseguiram atingir os níveis de perdas de energia elétrica reconhecidos pela ANEEL, bem como as metas pactuadas com a Eletrobrás. No caso da CEAM, embora apresente uma curva descendente das perdas de energia elétrica, também não atingiu a meta estabelecida pela ELETROBRÁS. A ELETROACRE e a Boa Vista Energia, que atingiram os níveis reconhecidos pela ANEEL, destacam-se como as empresas de melhor desempenho no combate às perdas de energia elétrica.

Com relação à inadimplência, a ELETROACRE foi a única empresa a atingir a meta estabelecida pela ELETROBRÁS para a relação arrecadação x faturamento em 2007. Os trabalhos para o processo de reestruturação societária da Companhia Energética do Amazonas - CEAM e da Manaus Energia S.A., para a integração das atividades de distribuição de energia elétrica das duas concessionárias no Estado do Amazonas, foram executados e estão em fase final de conclusão.

Em 2007, a Eletrobrás continuou com os estudos para uma proposta de mudança no modelo de governança que vem adotando nas empresas federais de distribuição, com vistas ao saneamento econômico financeiro dessas empresas, conforme previsto na própria Lei que autorizou a participação da Eletrobrás em tais empresas e que as colocou no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Exercício	2006	2007
Total de Consumidores	2.724.847	2.868.792
Consumidores por Empregado	3.767	3.594
Municípios e Localidades	575	579
Ligações Realizada - Urbanas	272.817	300.403
Ligações Realizadas - Rurais	55.055	50.803
Perdas Técnicas/ Comerciais (MWh)	5.295.800	5.890.317

5. Desempenho operacional

5.1 Programa 0276 - Gestão de Políticas de Energia

O Programa de Gestão de Políticas de Energia não possui outros indicadores além daqueles referentes ao acompanhamento das metas físicas e financeiras.


José Antonio Muñoz Lope
Presidente

5.2 Programa 1042 - Energia nos Sistemas Isolados

O Programa Energia nos Sistemas Isolados não possui outros indicadores além daqueles referentes ao acompanhamento das metas físicas e financeiras.

5.3 Programa 0295 - Energia na Região Sul

A ação 1H02 foi concluída com antecipação em 2006, não tendo sido necessária a utilização dos recursos previstos para 2007 (R\$ 100.000,00).

5.4 Programa 0273 – Energia Cidadã – Luz para Todos

O Programa 0273 – Luz para Todos tem vinculados 12 indicadores de desempenho operacional, com periodicidade anual, que fornecem subsídios para a avaliação de sua eficiência.

Esses indicadores são relacionados a seguir, com o detalhamento de sua fórmula de cálculo, descrição da área responsável pelo cálculo e/ou medição e apresentação do resultado no exercício de 2007.

5.4.1 Indicador: Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural – Nacional

Fórmula de cálculo: Índice = (Total de domicílios rurais atendidos + Total de domicílios rurais não atendidos ligados no ano) / Total de domicílios rurais existentes

Área responsável: IBGE e MME

Unidade de Medida: Percentagem

Resultado em 2007: 70,00 %

5.4.2 Indicador: Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Centro-Oeste

Fórmula de cálculo: Índice = (Total de domicílios rurais atendidos na região centro-oeste + Total de domicílios rurais não atendidos ligados no ano na região centro-oeste) / Total de domicílios rurais existentes na região centro-oeste

Área responsável: IBGE e MME

Unidade de Medida: Percentagem

Resultado em 2007: 71,00 %

5.4.3 Indicador: Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Nordeste

Fórmula de cálculo: Índice = (Total de domicílios rurais atendidos na região nordeste + Total de domicílios rurais não atendidos ligados no ano na região nordeste) / Total de domicílios rurais existentes na região nordeste

Área responsável: IBGE e MME

Unidade de Medida: Percentagem

Resultado em 2007: 60,00 %

5.4.4 Indicador: Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Norte

Fórmula de cálculo: Índice = (Total de domicílios rurais atendidos na região norte + Total de domicílios rurais não atendidos ligados no ano na região norte) / Total de domicílios rurais existentes na região norte

Área responsável: IBGE e MME

Unidade de Medida: Percentagem

Resultado em 2007: 49,00 %

5.4.5 Indicador: Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sudeste

Fórmula de cálculo: Índice = (Total de domicílios rurais atendidos na região sudeste + Total de domicílios rurais não atendidos ligados no ano na região sudeste) / Total de domicílios rurais existentes na região sudeste

Área responsável: IBGE e MME

Unidade de Medida: Percentagem

José Antônio Muniz Lopes
Presidente

5.4.6 Indicador: Índice de Atendimento de Energia Elétrica Rural na Região Sul

Fórmula de cálculo: $\text{Índice} = (\text{Total de domicílios rurais atendidos na região sul} + \text{Total de domicílios rurais não atendidos ligados no ano na região sul}) / \text{Total de domicílios rurais existentes na região sul}$

Área responsável: IBGE e MME

Unidade de Medida: Percentagem

Resultado em 2007: 100,00 %

5.4.7 Indicador: Número de Domicílios Atendidos - Nacional

Fórmula de cálculo: Número absoluto da quantidade anual de domicílios atendidos no país

Área responsável: MME

Unidade de Medida: Unidade

Resultado em 2007: 397.877

5.4.8 Indicador: Número de Domicílios Atendidos – Região Centro-Oeste

Fórmula de cálculo: Número absoluto da quantidade anual de domicílios atendidos na região centro-oeste

Área responsável: MME

Unidade de Medida: Unidade

Resultado em 2007: 25.956

5.4.9 Indicador: Número de Domicílios Atendidos – Região Nordeste

Fórmula de cálculo: Número absoluto da quantidade anual de domicílios atendidos na região nordeste

Área responsável: MME

Unidade de Medida: Unidade

Resultado em 2007: 201.141

5.4.10 Indicador: Número de Domicílios Atendidos – Região Norte

Fórmula de cálculo: Número absoluto da quantidade anual de domicílios atendidos na região norte

Área responsável: MME

Unidade de Medida: Unidade

Resultado em 2007: 77.220

5.4.11 Indicador: Número de Domicílios Atendidos – Região Sudeste

Fórmula de cálculo: Número absoluto da quantidade anual de domicílios atendidos na região sudeste

Área responsável: MME

Unidade de Medida: Unidade

Resultado em 2007: 59.817

5.4.12 Indicador: Número de Domicílios Atendidos – Região Sul

Fórmula de cálculo: Número absoluto da quantidade anual de domicílios atendidos na região sul

Área responsável: MME

Unidade de Medida: Unidade

Resultado em 2007: 33.743


José Antônio Muniz Lopes
Presidente

5.5 Programa 1046 – Programa Nacional de Conservação de Energia – PROCEL

Um fator de eficiência comum a quase todas as ações do Procel refere-se à economia dos recursos previstos em função do aporte financeiro proporcionando pelas parcerias estabelecidas, demonstrando a força da marca e sua penetração nos diversos mercados-alvo.

Destaquem-se os indicadores globais de consumo evitado (\approx 3 mil GWh) e de investimento postergado (\approx R\$ 2, 35 bilhões), associados ao Programa.

5.6 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

A tabela a seguir apresenta a situação de implantação do PROINFA em 31/12/2007.

Tabela 17 – Situação do PROINFA no exercício

SITUAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PROINFA	Nº	POTÊNCIA (MW)
TOTAL OBRA: 58 EM ANDAMENTO E 1 PARALISADAS (43 PCH, 2 UTE, 15 UEE)	60	980,03
TOTAL EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO/CONCLUÍDA (15 PCH, ***18 UTE, 6 UEE)	39	1001,18
SUBTOTAL	99	1.981,21
**OBRAS COM INÍCIO POSTERIOR A 30 DE DEZEMBRO DE 2007, DE ACORDO COM OS CRONOGRAMAS ATUAIS (2 UTE, 20*UEE)	22	486,94
OBRAS ATRASADAS - INÍCIO ATÉ 30 DE DEZEMBRO DE 2007, DE ACORDO COM OS CRONOGRAMAS ATUAIS (4 PCH, 12*UEE, 1 UTE)	17	671,85
SUBTOTAL	39	1.158,79
REINTEGRADA POR DECISÃO JUDICIAL UEE ELEBRÁSCIDREIRA	1	70,00
TOTAL	139	3.210,00
**SOLICITAÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E CONTRATO ANULADO (4 UTE, 1 PCH)	5	89,40
TOTAL GERAL	144	3.299,40

* 20 UEE's não iniciadas, totalizando 657,28 MW, já contrataram equipamentos.

** UTEs Sidrolândia, Brasilândia, Energia Ambiental e Sonora e a PCH Cachoeira Grande (rescisão contratual).

Comentário: A capacidade total das usinas já em operação é comparável à da Usina de Sobradinho. A maior parte do Programa ainda por realizar refere-se a usinas eólicas, devido à falta de capacidade da indústria nacional de suprir equipamentos para esta tecnologia de geração, em quantidade suficiente para atender ao PROINFA, associada às exigências de nacionalização dos parques eólicos. Tais barreiras foram removidas pela Resolução CAMEX nº 07/2007, que, em 1º de março de 2007, retirou a alíquota de 14% para importação de aerogeradores, abrindo caminho para que os empreendedores do PROINFA pudessem adquirir equipamentos no exterior a preços competitivos. Os reflexos positivos desta ação serão sentidos durante o ano de 2008.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

6. Previdência Complementar Patrocinada

a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ):

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS / CNPJ 34.268.789 / 0001-88

b) Demonstrativo anual:

i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

R\$ 72.274.861,44

ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

R\$ 5.692.588,05 (Benefício Definido) + R\$ 3.542.086,34 (Contribuição Definida)

iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:

R\$ 5.879.948,25 (Benefício Definido) + R\$ 3.288.010,55 (Contribuição Definida)

iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:

Ver Demonstrativo Anual anexo.

v. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:

Ver Demonstrativo Anual anexo.

vi. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Ver Demonstrativo Anual anexo.

vii. Manifestação da Secretaria de Previdência

Complementar:

Ver Anexo.

viii. Parecer da auditoria independente:

Ver Anexo.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal

ECP	Nome	Proponente	Valor	2.007 LIBERADO	2008		Acompanhamento Fiscal (prest. contas)
					Liberado	A Liberar	
003/07	As Eruditas	Júpiter Teatro Produções Artísticas	200.000,00	200.000,00		0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
005/07	Antonio Carlos Jobim - O Homem Iluminado	Regina Filmes Ltda.	150.000,00	120.000,00		30.000,00	EM ANÁLISE
007/07	X Mostra de Tiradentes	Universo Produções	150.000,00	150.000,00		0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
009/07	Muriçocas do Miramar	Muriçocas Eventos Culturais	200.000,00	200.000,00		0,00	OK
010/07	Van Gogh	Maurício Bartolo Grecco	100.000,00	100.000,00		0,00	OK
011/07	Plano Anual de Atividades do Centro Tom Jobim	Pan Eventos e Projetos Culturais	200.000,00	150.000,00		50.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)


Antonio Muniz Lopes
Presidente

012/07	Livro Amazônia - 500 Anos de Ocupação Branca	Desiderata MM Batalha e Edições	100.000,00	70.000,00		30.000,00	INADIMPLENTE
013/07	5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE	União Nacional dos Estudantes - UNE	200.000,00	150.000,00		50.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
016/07	Frida Kahlo	Duka produções Ltda ME	200.000,00	140.000,00		60.000,00	EM ANÁLISE
017/07	Um Dia de Verão	Dueto Produções e Publicidade	150.000,00	150.000,00		0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
019/07	Sacramentos - Turnê 2006	AVATAR Produções Artísticas	200.000,00	200.000,00		0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
020/07	A Hora e a Vez de Augusto Matraga	Sarau Agência de Cultura Brasileira	150.000,00	150.000,00		0,00	OK
021/07	A Alma Imoral	NISKA Produções Culturais	60.000,00	40.000,00	20.000,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
023/07	Fala Baixo senão eu Grito	Barata Comunicação	200.000,00	200.000,00		0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
024/07	A Tuba	Mário Faini Ribeiro	200.000,00	150.000,00		50.000,00	EM ANÁLISE
025/07	Lembranças	ODDONE Produções e Shows	200.000,00	200.000,00		0,00	OK


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

027/07	Os Angueras e Convidados	Renato Borghetti Cia LTDA	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
028/07	XVIII Salão Carioca do Humor	Poeblo Associados Produções Artísticas	100.000,00	100.000,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
029/07	Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica	Consórcio de Desenv. Sustentável da 4ª Colônia	200.000,00	150.000,00	50.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)
033/07	Carnaval Multicultural do Recife	Universidade Federal de Pernambuco	200.000,00	200.000,00	0,00	OK
034/07	Grandes Nomes da MPB	Arte Viva Produções	80.000,00	80.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
035/07	Intercâmbio Pop com bandas do R.G.do Sul	Mauro de Vargas Morales	200.000,00	200.000,00	0,00	OK
038/07	Nos Caminhos de JK	AML Cultural Ltda	200.000,00	200.000,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
039/07	Dona Flor e seus Dois Maravilhos	Faria e Vasconcelos LTDA	150.000,00	120.000,00	30.000,00	EM ANÁLISE


Antonio Muniz Lopes
Presidente


040/07	Projeto Instrumental - Raízes Brasileiras	ND Comunicação Ltda.	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
041/07	4ª Mostra de Artes Visuais - Vento Sul	Inst. Paranaense de Arte	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	EM ANÁLISE
044/07	Uerê o Indiozinho Amazônico	Grupo de Teatro Luzes	124.340,00	94.340,00	30.000,00	30.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
044/07	SEPE Tiaraju e o Povo Guarani	Educação e Pesquisa da Região Celeiro	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
045/07	Maria Bethânia	Quitanda Produções Artísticas Ltda.	200.000,00	150.000,00	50.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
048/07	Paixão de Cristo em Arapiraca	Associação dos Artistas de Massaranduba	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
049/07	Ó Pai Ó	Dueto Filmes e Participações	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	INADIMPLENTE
050/07	Barca dos livros	Sociedade Amantes da Leitura	200.000,00	160.000,00	40.000,00	40.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)

Antônio Muniz Lopes
Presidente

052/07	Cine PE - Festival do Audiovisual 2007	BPE - Bertini Produções e Eventos Culturais e Esportivos	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
053/07	Paulo Gracindo O Bem Amado	Gracindo Júnior Participações Empreendimentos	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
054/07	Noite de Domingo	Traquitana Filmes	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	INADIMPLENTE
055/07	O Púcaro Búlgaro	Casa de Teatro Produções Artísticas Ltda	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
056/07	Um Brasileiro Chamado Brizola	Extensão Comunicação e Marketing Ltda.	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
059/07	Expedição Natureza - Rio Grande do Sul	Paiva Fotografias Ltda. ME	150.000,00	100.000,00	100.000,00	50.000,00	INADIMPLENTE
059/07	Políticos ao Entardecer	CEPAC Pesquisa e Comunicação	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	INADIMPLENTE
063/07	Circuito de Teatro Centro Oeste	Arte em Marketing Projetos e Eventos	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL


Antonio Muniz Lopes
Presidente

064/07	3º Festival Cinema Países Língua Portuguesa	Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
066/07	Suassuna 80 Anos, O Imperador do Brasil	Paso D'Arte Eventos e Editora Ltda	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	OK
068/07	A Fala das Coisas	Paralux Produções Artísticas Ltda	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
069/07	Billy Paul Only The Best	Arte em Marketing Projetos e Eventos	100.000,00			100.000,00	Não foi pago a 1ª parcela
075/07	Gauchesca Emoção	Cleci Tomazzoni dos Santos	137.693,00	137.693,00	0,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
076/07	Boa Vista Junina	Fundação de Educação e Turismo de Boa Vista	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
078/07	São João de Campina Grande	A-Sim Comunicação Consultoria e Projetos	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	OK


Antonio Muniz Lopes
Presidente

079/07	30º Festival Guarnicê de Cinema	Fund. Sôsândrade Apoio Desenv. da UFMA	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
081/07	São João de Caruaru	A-Sim Comunicação Consultoria e Projetos	100.000,00	100.000,00	0,00	OK
084/07	Festival Ibero-Americano Cinema - Cine Ceará	Irê Brasil Produções Artísticas	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
088/07	Atelier Livre Bruno Segalla	Associação Artístico-Cultural Agosto 17 - OSCIP	200.000,00	100.000,00	100.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
089/07	Arena de Resistência	Libretos Comunicação Ltda	77.928,28	77.928,28	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
090/07	Locatelli no Brasil	Instituto Vêneto	200.000,00	80.000,00	120.000,00	INADIMPLENTE
091/07	Caminhos de Pedra	Angela Martins Troian	100.552,66	50.552,60	50.000,06	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
092/07	Plano Anual de Atividades - Assoc. Casa Azul	Associação Casa Azul	150.000,00		150.000,00	Proponente no CADIN


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

094/07	Clube do Choro de Brasília	Clube do Choro de Brasília	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
096/07	Florianópolis, História e ser Contada	ZIG Filmes Ltda.	199.707,20	199.707,20	199.707,20	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
099/07	As Cartas	Crisis Produtivos - Comunicação	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)
100/07	Festival de Inverno Música Erudita de Ouro Preto	Fund. Educativa de Rádio e TV de Ouro Preto	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
101/07	Cineop - Mostra de Cinema de Ouro Preto	Universo Produção Ltda.	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	PENDENTE ANÁLISE (2ª PARC.)
102/07	Forrondeua	Clube dos Servidores Públicos de Ananindeua	150.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	EM ANÁLISE
105/07	Nossa Senhora do Caravaggio	Raccord Produções Artísticas e Cinematográficas	196.072,00	196.072,00	196.072,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
108/07	Festa de Santana em Pedra de Fogo	Inst. Dom Vital Desenv. Social e Sustentável	50.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	EM ANÁLISE.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

110/07	A República em Laguna	Grupo Teatro Terra	100.000,00	50.000,00	50.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
113/07	O Oco do Toco	2B Produções Ltda.	200.000,00	200.000,00	0,00	OK
115/07	Coxilha Nativista e Coxilha de Piá	Tiago Cesarino Produções	60.000,00	60.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
117/07	Belém das Águas	Agência Amazônia de Comunicação	200.000,00	100.000,00	100.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
118/07	Círio de Nazaré 2007	Obras Sociais da paráquia de N.S. de Nazaré	65.000,00	32.500,00	32.500,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
126/07	12ª Jornada de Literatura	Fundação Universitária de Passo Fundo	200.000,00	187.600,00	12.400,00	EM ANÁLISE
131/07	37º Festival da Canção de Boa Esperança	Fenac Promoções e Eventos Ltda	100.000,00	100.000,00	0,00	EM ANÁLISE
132/07	Odisseia das Águas	Açoriana Associação de Cultura, Eventos e Promoções	200.000,00	100.000,00	100.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
136/07	Eu Prefiro a Maré	Taiga Filmes e Vídeos Ltda	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL

139/07	I Mostra de Cultura Popular	Muriçocas Eventos Culturais Ltda	44.000,00	44.000,00	0,00	OK
140/07	Festa Nacional da Música	VF Promoções e Publicidade Ltda	200.000,00	200.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
142/07	VI Festival de Jazz de Ouro Preto	Drummond Consultores Associados Ltda	75.000,00	150.000,00	75.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
143/07	Livro – O Rio de Janeiro no Cinema	Dois Um Produções Ltda	99.898,00	199.796,00	99.898,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
144/07	O Casamento de Dona Baratinha	Sergio Miguel de Lima Braga	35.211,70	35.211,70	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
145/07	III Bienal Nacional do livro de Alagoas	Fund. Universitári a Desenv. Extensão e Pesquisa	25.000,00	50.000,00	25.000,00	EM ANÁLISE
146/07	Bienal Internacional do livro de Pernambuco	Eventos Produções Culturais Ltda	50.000,00	100.000,00	50.000,00	EM ANÁLISE
153/07	Ensina-me a Viver	Primeira Página – Jornalismo e Comunicação Ltda. S/C.	50.000,00	100.000,00	50.000,00	EM ANÁLISE

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

156/07	Primeira Chuva no Deserto	Ana Paula Oliveira e Silva	174.400,00	87.200,00	87.200,00	INADIMPLENTE
159/07	53ª Feira do livro de Porto Alegre	Câmara Rio-Grandense do Literatura	200.000,00	100.000,00	100.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
160/07	Não Sou Feliz Mas Tenho Marido	MJC Polessa Produções Artísticas Ltda.	100.000,00	50.000,00	50.000,00	EM ANÁLISE
161/07	Festival Literário de Ouro Preto - 2006	Fund.Educativa de Radio e Televisão Ouro Preto	50.000,00	25.000,00	25.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
163/07	Juventude Que Dá Samba - Ano II	Casa da Cultura Centro de Formação Artística e ...	80.000,00	40.000,00	40.000,00	INADIMPLENTE
164/07	DARWIN - Descubra o Homem e a Teoria ...	Instituto Sangari	200.000,00	100.000,00	100.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)
168/07	Silêncio	Comuns Eventos e Projetos Culturais Ltda	100.000,00	50.000,00	50.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
170/07	Porto Alegre 230 Anos	CICERO ARAUJO ARAGON DOS SANTOS ME	165.000,00	85.000,00	80.000,00	EM ANÁLISE


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

174/07	Retrato Brasileiro	Julia Savino Varela	162.402,00	81.201,00	81.201,00	INADIMPLLENTE
176/07	Balé O Quebra Nozes	Assoc. Amigos do Teatro Municipal do RJ	1.000.000,00	500.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
177/07	Mãe Coragem	Louise Cardoso Produções Artísticas Ltda	150.000,00	150.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
179/07	Centro Histórico Vila Santa Thereza - Bagé -RS	Associação Pró-Santa Thereza	200.000,00	100.000,00	100.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)
180/07	Santo Antônio em Mogeiro - Didimaíis	Associação Comunitária São Francisco de Assis	49.898,00	24.949,00	24.949,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
183/07	Natal Luz - Apresentação Cênica ao Ar Livre	Associação de Cultura e Turismo de Gramado	200.000,00	100.000,00	100.000,00	INADIMPLLENTE
184/07	Suite Floral	Sonata Consultoria e Produções Artísticas Ltda	200.000,00	100.000,00	100.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)
187/07	Uma Família Feliz	LUIZ CARLOS PULCHÉRIO DE MEDEIROS	50.000,00	25.000,00	25.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

188/07	Muriçocas do Miramar - 2008	Muriçocas Eventos Culturais Ltda.	200.000,00		100.000,00	100.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
190/07	Cheirando Minha Roupa	Canela Produções Artísticas Ltda.	172.000,00		172.000,00	0,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS FINAL
191/07	Até que a Barriga nos Separe	Voglia Produções Artísticas S/C Ltda.	200.000,00		100.000,00	100.000,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)
192/07	Centro de Ensino Navegantes da Cultura	Centro de Ensino Navegantes da Cultura	114.015,00	70.000,00		44.015,00	AGUARD. CHEGAR PREST. CONTAS (1ª PARC.)
194/07	O Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas	Libretos Comunicação Ltda	99.959,10		49.979,55	49.979,55	INADIMPLENTE
197/07	Ricardo Vilas - 40 anos de MPB	Elaborar Projetos e Produções Culturais Ltda	99.868,90		50.868,90	49.000,00	PENDENTE ANÁLISE (1ª PARC.)
S/Nº	IV Semana Cultural de Santa	Câmara Comunitária dos Bairros Saúde e Centro	200.000,00	200.000,00		0,00	OK
Total			16.097.843,84	11.463.903,78	1.692.695,45	2.941.244,61	


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

8. Operações de fundos

Não aplicável.

9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

Não aplicável.

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não ocorreram fatos irregulares que pudessem nortear a instauração de Tomadas de Contas Especiais – TCE.

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não foram constatados, no exercício, quaisquer dos eventos acima descritos.

Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Não houve utilização de cartões de crédito corporativos em 2005, 2006 e 2007.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

a) Controladoria-Geral da União-CGU:

Abaixo relacionamos os Ofícios recebidos e a identificação dos expedientes encaminhados em resposta àquele órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo pela Eletrobrás.

1. Ofício – 563 – DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 09.01.2007: Assunto – Solicitação de informações e dados financeiro-contábeis. Resposta da ELETROBRÁS: PR-783/2007, de 23.01.2007.
2. Ofício – circular - 16/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 12.01.2007: Assunto – Tomada e Prestação de Contas do exercício de 2006. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-5806/2007, de 31.05.2007.
3. Ofício – 1434 – DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 17.01.2007: Assunto – Repasse de recursos orçamentários a Organizações Não-Governamentais e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-2662/2007, de 16.03.2007 e CTA-PR-1691/2007, de 15.02.2007.
4. Ofício – 6391/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 05.03.2007: Assunto – Encaminhamento da Solicitação de Auditoria Final. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-2365-01/2007, de 12.03.2007.
5. Ofício – 7259/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 13.03.2007: Assunto – Encaminhamento da Solicitação de Auditoria Final. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-2767/2007, de 19.03.2007.
6. Ofício – 10046/2007/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 05.04.2007: Assunto – Solicitação de informações e disponibilização de documentos. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-4597/2007, de 07.05.2007.
7. Ofício – 21523/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 06.06.2007: Assunto – Solicita informações sobre preços de materiais e insumos. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-7888/2007, de 27.06.2007.
8. Ofício – 19134/2007/CGU- Regional/RJ/CGU-PR, de 20.06.2007: Assunto – Encaminhamento da Solicitação de Auditoria Final. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-6774/2007, de 28.06.2007.
9. Ofício – 21843/2007/CGU-regional/RJ/CGU-PR, de 09.07.2007: Assunto – Encaminha Relatório de Auditoria, Certificado e Parecer. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-LIGHTPAR-184/2007, de 30.07.2007.
10. Ofício – 22029/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 10.07.2007: Assunto – Solicita informações sobre obras do Programa Luz Para Todos. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-8736/2007, de 20.08.2007.
11. Ofício – 22696/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 16.07.2007: Assunto – Encaminha Relatório de Auditoria, Certificado e Parecer. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-9915/2007, de 20.09.2007.

12. Ofício – 23933/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 25.07.2007: Assunto – Pedido de cópia de atas de Reunião da ELETROBRÁS. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-7890/2007, de 27.07.2007.
13. Ofício – 23934/2007/CGU-PR, de 25.07.2007: Assunto – Supostos fatos irregulares ocorridos na Companhia Energética do Piauí (CEPISA), relacionados com a “Operação Navalha” do Departamento de Polícia Federal. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-8453/2007, de 13.08.2007.
14. Ofício – 220/2007/CGU-PR, de 27.07.2007: Assunto – Declaração de inidoneidade da empresa Construtora Gautama Ltda. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-8792/2007, de 21.08.2007.
15. Ofício – 25340/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, 06.08.2007: Assunto – Auditoria de Recursos Externos – Solicitação de documentos/informações. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-8737/2007, de 20.08.2007.
16. Ofício – 26262/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 13.08.2007: Assunto – Pedido de cópia de Relatórios e Resoluções de Diretoria Executiva. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PRA-037/2007, de 14.08.2007.
17. Ofício – 28657/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 03.09.2007: Assunto – Solicita informações sobre a primeira Chamada Pública do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-9851/2007, de 18.09.2007.
18. Ofício – 28959/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 05.09.2007: Assunto – Solicita informações adicionais sobre Programa Luz Para Todos S /Ref.: Carta da Presidência de ELETROBRÁS nº CTA-PR 8558/2007, de 15.08.2007. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-10883/2007.
19. Ofício – 30625/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 18.09.2007: Assunto – Encaminha Relatório da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão sobre possíveis irregularidades no Programa Luz para Todos. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-10574/2007, de 09.10.2007.
20. Ofício – 30627/ DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 18.09.2007: Assunto – Encaminha denúncia sobre possíveis fraudes no Programa Luz Para Todos. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-10575/2007, de 09.10.2007.
21. Ofício Nº 31464/2007/CGU-PR de 25/09/2007: Assunto: Solicitação de Informações Complementares – CEPISA. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR- 11412/2007 de 31/10/2007.
22. Ofício – 32776/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 04.10.2007: Assunto – CTA-PR-9915/2007, de 20/09/2007. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-10841/2007, de 17.10.2007.
23. Ofício – 34187/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 15.10.2007: Assunto – Auditoria Operacional – Apresentação do Coordenador de Equipe. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PRA-046/2007, de 24.10.2007.
24. Ofício – 37967/2007/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 14.11.2007: Assunto – Solicita identificação de dados no Anexo – Demonstrativo das Constatações ao Relatório de Auditoria de Gestão. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR- 12352/2007, de 27.11.2007.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

25. Ofício Nº. 41585/2007/SFC/DI/CGU/PR de 12/12/2007: Assunto: RAC nº 00190.034127/2007-17 – Execução das Obras e Serviços do Programa Luz para Todos no Estado do Piauí. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-277/2008 de 09/01/2008.

b) Tribunal de Contas da União – TCU:


Abaixo relacionamos os Ofícios recebidos e os expedientes encaminhados em resposta àquele TCU.

1. Ofício Nº 1009/2007/TCU/SEFID de 22/02/2007: Assunto – Diligência sobre acórdão N. 344/2003-TCU - Plenário, de 09.04.2003 referente a universalização dos serviços de substituição de energia elétricas e a tarifa social. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-2424/2007.
2. Ofício - Nº 1107/1109/1117/1118/140/2007/TCU/SECEX-1 de 12/03/2007: Assunto – Verificação da regularidade das contratações realizadas de 2002 a 2005 nas áreas de publicidade / propaganda e informática. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-3973/2007 e CTA-PR 5827/2007.
3. Ofício de Requisição – Nº 10-146/2007/TCU de 25/04/2007. Assunto – Requisição de Informações, solicitação de documentos e de outras providências. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PRA-017/2007.
4. Ofício de Requisição - Nº 04-134/2007/TCU de 02/05/2007: Assunto – Realizar auditoria na obra do programa de trabalho 25.752.1042.7F43.0058. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-4716/2007.
5. Ofício Nº 1443/2007/TCU/SECEX/RJ de 22/05/2007: Assunto – Apuração de possíveis irregularidades na gestão da empresa. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-11715/2007.
6. Ofício Nº 220 e 221/2007/TCU/SECEX-1 de 28/06/2007: Assunto – Adoção de medidas previstas nos itens 9.4, cópia do acórdão. Decisão do tribunal sujeita a responsável à multa prevista no art. 58 1º da lei nº 78.443/92. Resposta da ELETROBRÁS: CTA – PR 7646/07; CTA – PR 5287/07; e CTA – PR 3973/07.
7. Ofício Nº 379/2007/TCU/SEMAG-Gabinete de 05/07/2007: Assunto – Recomendações do TCU à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão, em conjunto com a Eletrobrás, que acrescentem os valores referentes à remuneração por uso do Bem público e às multas arrecadadas. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR- 8738/2007.
8. Ofício Nº 1191/2007-TCU/SEFID de 13/07/2007: Assunto – Suposta irregularidade na execução do programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz Para Todos”. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR 8111/2007.
9. Ofício Nº 432/2007/TCU/SECEX-AM de 31/07/2007: Assunto – Encaminhamento do acórdão 1429/2007. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PRA-043/2007.
10. Ofício Nº 1545/2007/TCU/SECEX-1 de 08/08/2007: Assunto – Diligência referente reclamação trabalhista por Christiano José Mattos, objeto TRT 00026-2003-020-10-00-9. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR- 8924/2007.
11. Ofício Nº 1010/2007/TCU/SECEX de 21/08/2007: Assunto – Projetos de eletrificação rural nos sítios Riacho da Serra e Água Fria, Programa Luz para Todos, Celpe. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR- 9715/2007.

José Antônio Muniz Lopes
Presidente

12. Ofício Nº 318/2007/TCU/SECEX-1 de 23/08/2007: Assunto – Processo nº 021845/2007 – Requisição de informações sobre possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do programa de incentivo. Resposta da ELETROBRÁS: CTA – PR 9634/2007.
13. Ofício Nº 445/2007/TCU/SEMEG -3DT de 29/08/2007: Assunto – Solicitação de informação complementar referente à contratação de operação de crédito entre a Eletropaulo e a Prefeitura de São Paulo, no âmbito do Programa Reluz. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR 9361/2007.
14. Ofício Nº 396/2007/TCU/SECEX-1 de 25/09/2007: Assunto – Diligência Referente prestação de contas da Eletrobrás exercício 2003. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-11010/2007.
15. Ofício Nº 1627/2007-TCU/SECEX-1 de 15.10.2007: Assunto – Saneamento do processo de Representação acerca de supostas ilegalidades ocorridas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-11159/2007.
16. Ofício Nº 1662/2007-TCU/SECEX-1/SA de 06.11.2007: Assunto – Saneamento do processo de Prestação de Contas das Centrais Elétricas Brasileiras S/A, exercício de 2004 (tc 013.088/2005-8), com fundamento no art.11 da Lei nº. 8.443/92 e na delegação de competência expedida pelo Ministro-Relator. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-12876/2007.
17. Ofício Nº 502/2007 – TCU/SECEX-1 de 22/11/2007: Assunto: Prorrogação do prazo por mais 30 dias. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-13090/2007 de 12/12/2007.
18. Ofício Nº 519/2007 – TCU/SECEX-1 de 29/11/2007: Assunto: Prorrogação de prazo de 15 dias úteis ao ofício nº 1662/2007. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR-12076/2007.
19. Ofício Nº 530/2007-TCU/SECEX-1 de 04/12/2007: Assunto – Comunicado que foi determinada a oitiva, no prazo de 15 dias, para manifestação acerca das alegações constantes da peça inicial da representação tc nº 028.240/2007-8. Resposta da ELETROBRÁS: Expediente PR-s/nº, de 26.12.2007, encaminhado ao Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União – Exmo. Sr. Benjamim Zymler.
20. Ofício Nº 531/2007. Assunto: Resposta N. TCU 531/07 referente validade de contrato celebrado com construtora Andrade Gutierrez. Resposta da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A : Carta P-607/07.
21. Ofício Nº 1677/2007-TCU/SECEX-1: Assunto: Encaminhamento para conhecimento e adoção das recomendações cópia do acórdão nº2344/2007. Resposta da ELETROBRÁS: CTA-PR- 12751/2007.
22. Ofício 1015/2007 – TCU –SECEX-BA, em anexo – PRAZO DE 15 DIAS PARA RESPOSTA. Resposta da ELETROBRÁS: sendo providenciado.

O detalhamento das providências tomadas quanto a cada recomendação / determinação é apresentado no Parecer da Unidade de Auditoria Interna.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tipo	Código Siasf/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivo	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Convênio	-	ECV-161/2006	Convênio com a Oxigênio Desenvolvimento de Políticas Públicas e Sociais para execução do projeto Cidadão do Mundo para qualificação social e profissional de jovens carentes		R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 10.000,00	59.587.949/0001-82	O convênio perdeu a vigência, havendo glosa de R\$ 30.876,67 da parcela repassada e R\$ 3.120,67 de rendimentos de aplicação. Encerrado
Convênio	-	ECV 166/06	Convênio com a P.M. de Niterói para execução do Projeto Padaria Escola do Capim Melado - Implantação da Padaria e Capacitação de Profissionais	24.04.06	R\$ 213.223,40	R\$ 167.904,00	R\$ 49.713,50	28.521.748/0001-59	O projeto não foi realizado por motivo de força maior. O valor repassado foi devolvido com os rendimentos de aplicação do período no valor de R\$ 12.804,61. Encerrado
Convênio	-	ECV 168/06 e ECV 168-A/2007	Convênio com a Prefeitura Municipal de Boa Vista para a execução do Projeto Crescer - Capacitar e gerar renda através de oficinas profissionalizantes, incluindo escolarização média e fundamental	24.04.06	R\$ 200.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 10.000,00	05.943.030/0001-55	Em andamento
Convênio	-	ECV-172/06 ECV-172-A/06	Convênio com a Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB para a execução do projeto Ação Alfabetizadora realizada pela ANAB - Capacitação de Educadores e Coordenadores Pedagógicos	19.06.06 27.06.07	R\$ 915.194,75	R\$ 915.194,75	Uso de materiais e as instalações em Brasília	73.316.457/0001-83	Objetivos e metas alcançados. Encerrado.
Convênio	-	ECV 179/2006	Convênio com a Prefeitura Municipal de Rorainópolis para a execução do Projeto de Inclusão digital - Dar ao Município de mão de obra qualificada na área de informática	08.06.06	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 4.500,00	01.613.031/0001-80	Objetivos e metas alcançados. Encerrado.
Convênio	-	ECV-186/2006 e ECV-186-A/2007	Convênio com a ANAB para desenvolver programas de informação, educação e capacitação energética	25.06.06 15.08.07	R\$ 702.159,40	R\$ 374.738,80	Uso da área cedida em Tomé-Açu	73.316.457/0001-83	Objetivos e metas alcançados. Encerrado.
Convênio	-	ECV-187/06	Convênio com a POEMA para realizar estudos nas áreas rurais integrando nos sistemas de (re)produção dos agricultores familiares atividades de piscicultura e de apicultura	10.06.06	R\$ 199.989,00	R\$ 199.989,00	Uso das instalações em Belém-Pa	00.715.264/0001-21	Objetivos e metas alcançados. Encerrado.



José Antonio Muniz Lopes
Presidente

074



Convênio	-	ECV-188/2006	Convênio com a POEMA visando a reprodução em laboratório de espécies de peixes regionais economicamente viáveis, garantindo segurança alimentar e geração de renda	10.06.06	R\$ 199.805,00	R\$ 160.000,00	Recursos materiais representado pela área Cediá para instalação do Projeto	00.715.264/0001-21	O convênio perdeu a vigência, não houve o repasse da 3ª parcela. Em fase de encerramento
Convênio	-	ECV-195/2006 e ECV-195-A/2007	Convênio com a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão - Desenvolvimento sustentável dos territórios quilombolas, gerando ocupação e renda para as famílias	01.02.06	R\$ 302.550,00	R\$ 250.000,00	R\$ 53.100,00	02.786.414/0001-13	Em andamento
Convênio	-	ECV-203/2006	Convênio com a Confederação das Mulheres do Brasil para alfabetização de mulheres jovens e adultas em cursos de 240 horas de duração	11.12.06	R\$ 201.417,00	R\$ 80.566,80	R\$30.350,00	59.832.683/0001-96	O Convênio perdeu a vigência, só houve o repasse da 1ª parcela. Mas o executor alcançou os objetivos com recursos próprios. Encerrado.
Convênio	-	ECV-204/2006	Convênio com a Colônia de Pescadores Antonio Inácio de Lima - Z27, para implantação de um telecentro de informática em Soledade-PB, para inclusão digital da comunidade e adjacências	13.12.06	R\$ 47.000,00	R\$ 47.000,00	R\$ 8.220,00	06.798.424/0001-20	Objetivos e metas alcançados. Encerrado.
Convênio	-	ECV-217/2006	Convênio com a Associação Agropastoril Quilombola de Tijuacu e Adjacências para implantação do projeto de melhorias na criação de comercialização de aves e ovos em 42 comunidades quilombolas na Bahia	06.02.07	R\$ 344.563,00	R\$ 250.000,00	R\$ 7.200,00	04.663.966/0001-60	em andamento
Convênio	-	ECV-219/2006	Convênio com a Fundação Centro de Referência da Cultura Negra - FCRN para implantação do projeto de desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas dos municípios de Chapada do Norte e Minas Novas - MG por meio de artesanato e agricultura	05.02.07	R\$ 372.192,00	R\$ 250.000,00	R\$ 54.456,80	03.599.337/0001-55	em andamento
Convênio	-	ECV-221/2006 e ECV-221-A/2007	Convênio com o Instituto Estação Desenvolvimento - IEDES para implantação de um Centro de Beneficiamento, Comercialização e Distribuição de Ostras no Litoral Norte de Alagoas	06.02.07 05.09.07	R\$ 179.590,00	R\$ 170.610,50	R\$ 21.752,50	05.506.180/0001-00	Objetivos e metas alcançados. Em fase de Encerramento
Convênio	-	ECV-222/2006	Convênio com o Comitê Fome Zero Joinville para implantar o projeto de sustentação da Rede Popular de Inclusão Digital, com a realização de cursos de informática e instalação de laboratórios de informática	18.01.07	R\$ 41.300,00	R\$ 36.351,00	R\$ 85.100,00	05.797.132/0001-00	Mesmo sem o repasse da última parcela, alcançou os objetivos e metas. Encerrado
Convênio	-	ECV-223/2006 e ECV-223-A/2007	Convênio com a Fundação Napoleão Laureano de Combate ao Câncer da Paraíba, para implantação do projeto de reestruturação e reequipamento do Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa - PB	17.01.07 02.08.07	R\$ 183.400,00	R\$ 180.519,20	R\$ 24.050,00	09.112.236/0001-94	Objetivos e metas alcançados. Em fase de Encerramento

Convênio	-	ECV 226/06 e ECV-226 A/2007	Convênio com o Centro de Atendimento Popular da Leopoldina - CAPL, para implantação do projeto Viver com tranquilidade, apoio à Gravidez na Adolescência em comunidades da Leopoldina - RJ	17.01.07 26.09.07	R\$ 230.318,40	R\$ 205.615,65	R\$ 62.210,00	06.248.775/0001-67	em andamento
Convênio	-	ECV 227/06	Convênio com Instituto Hospitalar Santo antonio - IHSA para implantação do projeto de reestruturação e reequipamento do Instituto Hospitalar Santo Antonio, em Santo Antonio da Patrulha - RS	05.02.07	R\$ 237.250,69	R\$ 237.250,69	R\$ 47.450,16	05.730.575/0001-83	Objetivos e metas alcançados. Em fase de Encerramento
Convênio	-	ECV-237/2007	Incrementar o nível de ocupação, emprego e renda de famílias carentes, mediante a concessão de operações de microcrédito à produção de bens e serviços	18.05.07	R\$ 160.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 131.910,01	07.457.457/0001-79	em andamento
Convênio	-	ECV-235/2007	Convênio com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC para implantação do projeto de apoio financeiro à responsáveis pelo funcionamento do COEP em nível nacional	26.02.07	R\$ 352.800,00	R\$ 88.200,00	R\$ 120.400,00	72.060.999/0001-75	em andamento
Convênio	-	ECV 239/07 e ECV-239-A/2007	Fabricação de 200 movéis bibliotecas, para doação as comunidades rurais beneficiadas pelo Projeto Luz para Todos no Estado da PB. Os movéis serão fabricados no Centro de Qualificação e Produção em Marcenaria da Secretaria de Des. Social, por 20 jovens e adultos	09.05.07 07.12.07	R\$ 60.729,50	R\$ 32.529,50	R\$ 20.652,00	08.806.721/0001-03	em andamento
Convênio	-	ECV-242/2007	Convênio com a Associação Viva Brasil para realização de um programa com 50 jovens entre 15 e 22 anos, que cursam o Ensino Médio do Colégio Souza Aguiar, apresentando produtos culturais, identificando aptidões, desenvolvendo talentos e encaminhando os jovens.	23.09.07	R\$ 203.592,77	R\$ 135.059,77	R\$ 37.400,00	33.638.388/0001-00	em andamento


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (conforme item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	26	25 (*)
Desligamento	67 (**)	67
Aposentadoria	-	-
Pensão	-	-

Comentários da UJ:

(*) A diferença entre a quantidade de admitidos e de registros no SISAC refere-se à reintegração da empregada Lucienne Fernandes Symonowicz, conforme Mandado de Reintegração referente ao processo judicial RT 0366/96. O citado mandado ainda é objeto de tentativa de impugnação por parte da Eletrobrás.

(**) Deste total, 30 empregados foram desligados pelo Plano de Demissão Voluntária da Eletrobrás, em dezembro de 2007.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

ANEXO**ITEM 6 DO RELATÓRIO DE GESTÃO****PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA
(FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL)**



PRE027/2008

Rio de Janeiro, 14 de março de 2008

Ao

Dr. Francisco Ribeiro Rego

Assessor da Presidência da

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

Rio de Janeiro - RJ

Senhor Auditor-Geral,

Em resposta à Carta nº CTA-PRA-004/2008 e para auxiliar essa Eletrobrás no atendimento à Portaria CGU nº 1950/2007, de 28.02.08, referente a tomada de Prestação de Contas do exercício de 2007, item 6, Previdência Complementar Patrocinada, informamos que:

a) Quanto à Identificação da Entidade:

- Nome /Razão Social: Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS;
- CNPJ: 34.268.789/0001-88, anexo I, comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

b) Quanto ao Demonstrativo anual :

i – Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

- Conforme apresentado no anexo II, demonstramos o valor mensal da Folha de Pagamentos dos Empregados Participantes da Patrocinadora Eletrobrás, bem como o valor total no ano de 2007;

ii – Valor total das Contribuições pagas pelos empregados participantes e
iii – Valor das contribuições pagas pela patrocinadora:

- Conforme **anexo III**, temos o Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias segregados por Planos, BD e CD, o valor total mensal da Contribuição da Patrocinadora e o valor total mensal da Contribuição dos participantes;

iv – Valor total dos recursos repassados pela patrocinadora e
v – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

- Conforme **anexo IV**, temos o Demonstrativo mensal dos Repasses da Patrocinadora e as justificativas cabíveis;

vi – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

- Conforme Relatórios de Carteira Diária (**anexo V**) e Relatório de Enquadramento de investimentos (**anexo VI**), são demonstrados os Ativos que compunham a carteira da Eletros em 31.12.2007, bem como o enquadramento legal dos mesmos, de acordo com o previsto no art. 9º., parágrafo 1º da Lei Complementar 109/01, regulamentado através da Resolução CMN 3.456/2007, que revogou a Resolução CMN 3.121/2003. Esta Resolução dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e estabelece limites máximos de aplicação em cada segmento permitido e vedações, já que o parágrafo 2º. do art. 9º. da LC 109/2001 vedou o estabelecimento de aplicações compulsórias ou limites mínimos de aplicação.

vii – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar:

- Informamos que, de acordo com o previsto no Anexo "E", Título IV, itens 18 e seguintes, da Resolução CGPC n.º 05/2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 10/2002, e pela Resolução CGPC n.º 23/2006, que dispõem que a entidade fechada de previdência complementar deve enviar à Secretaria de Previdência Complementar-SPC, na forma estabelecida, até o dia 30 de março do exercício subsequente, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício juntamente com os Pareceres de envio obrigatório estão sendo submetidas aos órgãos de Administração e Fiscalização da Eletros, motivo por que ainda não possuímos a Manifestação da SPC respectiva.

viii – Parecer da Auditoria Independente:

c) Limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para adequação:

- Não se aplica à Eletros, devido a natureza jurídica da Entidade.

d) Listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada destacando a comprovação da formalização da cessão: Conforme **anexo VII**, segue cópia dos seguintes documentos referentes aos recursos humanos cedidos.

- Ata da 79ª reunião do Conselho Deliberativo da Eletros, de 21 de dezembro de 2006, referente a nomeação do Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos para Presidente da Eletros;


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



- Carta PRE-229/2006, de 27 de dezembro de 2006, referente à solicitação da cessão do Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, a fim de que ele assumisse a presidência da Eletros conforme decisão do Conselho Deliberativo da Eletros tomada em sua 79ª reunião;
 - Resolução da Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, RES-1269/2006 referente a aprovação da cessão do empregado Sylvio Murad Carolino dos Santos à Eletros, a partir de 02.01.2007, pelo período de 1 (um) ano;
 - Ata da 97ª reunião do Conselho Deliberativo da Eletros, de 29 de junho de 2007, referente a nomeação do Sr. Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva para Presidente da Eletros;
 - Carta PRE-093/2007, de 29 de junho de 2007, referente a solicitação da cessão do Sr. Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva, a fim de que ele assumisse a presidência da Eletros em substituição ao Presidente Sylvio Murad Carolino dos Santos, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Eletros tomada em sua 97ª reunião;
 - Carta CTA-PR-7129/2007, de 06 de julho de 2007, e Resolução da Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobrás, RES-510/2007, referente a aprovação da cessão do empregado Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva para assumir a presidência da Eletros;
 - Ata da 112ª reunião do CDE, de 07 de dezembro de 2007, contendo a homologação do resultado do processo eleitoral para Diretor Financeiro e posse do Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos.
 - Carta PRE-133/2007, de 03 de dezembro de 2007, referente a solicitação de cessão do empregado Sylvio Murad Carolino dos Santos para assumir a Diretoria Financeira da Eletros;
- (78) No que se refere aos recursos patrimoniais, informamos que a Eletros não contou com qualquer recurso da Patrocinadora no exercício de 2007.

e) Discriminação das dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência:

- Em resposta a este item, encaminhamos planilha (**anexo VIII**) relativa às dívidas existentes entre a Patrocinadora e a Eletros, incluindo as datas e números das correspondências que já foram encaminhadas à Eletrobrás visando o recebimento dos respectivos valores, ainda de forma administrativa.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

f) Ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no parágrafo 2º do art. 41 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001:

- Exercido através de Auditorias Internas periódicas, promovidas pela Patrocinadora Instituidora através do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base numa avaliação de risco calculada pela própria Patrocinadora Instituidora. Durante o exercício de 2007 foram executados os seguintes trabalhos:
 1. Dívidas das Patrocinadoras - Relatório de Auditoria da Eletrobrás nº 08 de 04.04.2007;
 2. Plano de Saúde Odontológico - Relatório de Auditoria da Eletrobrás nº 13 de 21.06.2007;
 3. Reembolso Médico - Relatório de Auditoria da Eletrobrás nº 17 de 01.08.2007.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais necessários.

Atenciosamente,


Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva
Presidente


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Anexos: o mencionado.

C.c.: **Dr. Jorge José Teles Rodrigues - Auditor-Geral**

PRE/DBP/DFI/CDOC

MPHCT/rcar

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andares - Centro - CEP 20050-092 - Rio de Janeiro - RJ Tel. 2179-4700 Fax 2509-2897




ANEXO I

034

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,


Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.268.789/0001-88	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/11/1971
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.41-3-00 - Previdência complementar fechada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - OUTRAS FORMAS DE FUNDACOES MANTIDAS COM RECURSOS PRIVADOS			
LOGRADOURO R URUGUAIANA	NÚMERO 174	COMPLEMENTO 5 6 7 ANDARES	
CEP 20.050-092	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **10/03/2008** às **12:29:24** (data e hora de Brasília).

Voltar

 Preparar página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

ANEXO II

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS
 VALOR TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS EMPREGADOS PARTICIPANTES
 DA PATROCINADORA ELETROBRAS

MÊS	Remunerações dos Empregados Participantes
JAN	6.320.505,12
FEV	5.734.820,63
MAR	5.652.644,16
ABR	5.723.462,20
MAI	5.841.604,10
JUN	5.728.915,56
JUL	6.593.720,44
AGO	6.058.626,55
SET	6.148.397,24
OUT	6.123.726,05
NOV	6.179.315,82
DEZ	6.169.123,57
TOTAL	72.274.861,44


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



ANEXO III

Contribuição

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS
DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - 2007 (BD)

MES	CONTRIBUIÇÃO PATROCINADORA	CONTRIBUIÇÃO PARTICIPANTES	SOBRECARGA PATROCINADORA	SOBRECARGA PARTICIPANTES	JOIA		TOTAL
	31.11.01.01.02	31.12.01.01.01.02	31.11.01.03.04	31.12.01.01.03.04	31.12.01.01.05		
JAN	647.712,83	621.656,62	19.431,38	18.649,69	904,60		1.308.355,12
FEV	525.266,63	527.688,97	15.757,99	15.830,67	473,06		1.085.017,32
MAR	503.303,20	474.613,25	15.099,10	14.238,40	1.823,34		1.009.077,29
ABR	451.024,35	452.257,75	13.530,73	13.567,74	473,06		930.853,63
MAI	481.897,03	477.050,59	14.456,91	14.242,47	1.925,21		989.572,21
JUN	450.548,17	458.233,33	13.516,45	13.747,01	567,70		936.612,66
JUL	582.266,65	577.950,29	17.468,00	17.338,50	468,85		1.195.492,29
AGO	475.541,27	478.944,85	14.266,24	14.367,77	948,47		984.068,60
SET	476.499,75	464.126,02	14.294,99	13.923,77	1.889,80		970.734,33
OUT	464.897,93	424.442,33	13.946,93	12.733,27	516,79		916.537,25
NOV	430.669,36	421.977,00	12.920,08	12.659,31	516,79		878.742,54
DEZ	390.321,08	313.647,05	11.709,64	9.409,40	516,79		725.603,96
TOTAL	5.879.948,25	5.692.588,05	176.398,44	170.708,00	11.024,46		11.930.667,20

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - 2007 (CD)

MES	CONTRIBUIÇÃO PATROCINADORA	CONTRIBUIÇÃO PARTICIPANTES	SOBRECARGA PATROCINADORA	SOBRECARGA PARTICIPANTES	TOTAL	
	31.11.01.01.02	31.12.01.01.01.02	31.11.01.03.04	31.12.01.01.03.04	31.12.01.01.03.04	
JAN	207.137,92	235.470,63	6.214,14	7.064,12	455.886,81	
FEV	205.945,22	212.900,95	6.178,36	6.387,03	431.411,56	
MAR	204.497,69	238.692,89	6.134,93	7.160,79	456.486,30	
ABR	245.734,78	248.953,02	7.372,04	7.468,59	509.528,43	
MAI	243.019,80	252.432,05	7.290,60	7.572,96	510.315,41	
JUN	246.265,43	249.498,41	7.387,96	7.484,95	510.636,75	
JUL	319.435,45	329.549,10	9.583,06	9.886,47	668.454,08	
AGO	276.550,96	283.116,88	8.296,52	8.493,51	576.457,87	
SET	292.420,10	308.318,25	8.772,60	9.249,55	618.760,50	
OUT	295.723,49	338.662,56	8.871,71	10.159,88	653.417,64	
NOV	332.215,95	344.245,76	9.966,48	10.327,37	696.755,56	
DEZ	419.063,76	500.245,84	12.571,90	15.007,35	946.888,85	
TOTAL	3.288.010,55	3.542.086,34	98.640,30	106.262,57	7.034.999,76	


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

ANEXO IV

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS
DEMONSTRATIVO DOS REPASSES ELETROBRÁS

MES	CONVENIO C/INSS ECV-073/05	CONVENIO C/ELETROS SAUDE ECV-883/01 e ECV-249/07	RENDA MINIMA GLOBAL RES. DEE-879/89	FATURA ENCONTRO DE CONTAS RES. DEE-737/88 e 409/63	TOTAL
JAN	65.000,00	110.000,00	240.302,72	27.767,36	443.070,08
FEV	65.000,00	110.000,00	245.742,40	27.899,68	448.642,08
MAR	65.000,00	110.000,00	252.421,86	27.899,60	455.321,46
ABR	65.000,00	110.000,00	217.896,24	24.108,22	417.004,46
MAI	65.000,00	110.000,00	221.257,02	24.107,41	420.364,43
JUN	65.000,00	110.000,00	267.823,31	37.994,18	480.817,49
JUL	65.000,00	110.000,00	229.998,82	35.993,05	440.991,87
AGO	65.000,00	110.000,00	236.208,34	33.529,14	444.737,48
SET	65.000,00	110.000,00	245.226,95	33.784,67	454.011,62
OUT	65.000,00	110.000,00	252.437,33	41.185,30	468.622,63
NOV	65.000,00	131.973,79	253.489,27	41.668,05	492.131,11
DEZ	65.000,00	131.973,79	575.500,86	78.304,84	850.779,49
TOTAL	780.000,00	1.363.947,58	3.238.305,12	434.241,50	5.816.494,20

Justificativas:

Convênio c/ INSS ECV-073/05 - Os repasses relativos a este convênio, firmado entre a Eletrobrás e o INSS, são referentes ao processamento de benefícios previdenciários e acidentários, concedidos aos empregados da Eletrobrás, aposentados e seus respectivos dependentes e beneficiários. A Eletrobrás é interveniente executora do convênio.

Convênio c/Eletros Saúde ECV-883/01 e ECV-249/07- Convênio Celebrado entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e ELETROS visando a administração e supervisão pela ELETROS de serviços relativos à assistência à saúde prestada pela ELETROBRÁS aos seus empregados e dependentes.

Renda Mínima Global - Conforme disposição constante da Resolução DEE- Eletrobrás 879/89 de 07-11-1989 e Memo PRG-146/91 de 19-12-1991 da Eletrobrás, os valores de repasses demonstrados nesta coluna, referem-se à garantia de renda mínima global (soma dos valores pagos pelo INSS e Eletros), não inferior a 90% (noventa por cento) no mês de concessão da complementação de aposentadoria do participante, de responsabilidade da ELETROBRÁS.

Fatura Encontro de Contas - Conforme disposto na Resolução DEE- Eletrobrás n° 737/88 de 20-12-1988 e RES 409/93 de 05-11-1993, os valores expressos nesta coluna referem-se ao acerto positivo relativo ao encontro de contas realizado, considerando-se o custo mensal, a cargo da Eletros, de todas as despesas referentes aos empregados da ELETROBRÁS que prestam serviço na ELETROS, e, todas as despesas concernentes à administração dos serviços e benefícios de natureza não previdenciária, compreendidos no Convênio ECV-068/71, firmado em 07-12-1971, visando a administração e supervisão dos serviços assistenciais, bem como à sobrecarga administrativa constante do regulamento da Eletros, as quais são de responsabilidade da Eletrobrás.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

ANEXO V

Relatório de Carteira Diária - Fechamento



001/003

Data de Emissão: 06/03/2008 17:47:29
 Data da Posição: 31/12/2007
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 Cliente: FIM VT GERIBÁ MULTIMERCADO [082189] [10059]

FUNDOS DE INVESTIMENTO - OUTROS FUNDOS

Código	Fundo	Instituição	Quantidade Cotas	Qtde Bloq.	Valor Cota	Aplic. / Resg.	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/ FI	% S/ Total
Fundos de Renda Fixa											
BMGFDCVI	BMG FIDC CRED CON VI	INTRAG	1.154,000000000	0,000000000	28.132,33110490	0,00	32.464.710,10	0,00	32.464.710,10	100,00%	10,95%
Total Fundos de Renda Fixa											
			1.154,000000000				32.464.710,10		32.464.710,10	100,00%	10,95%
			1.154,000000000				32.464.710,10		32.464.710,10	100,00%	10,95%

RENDA FIXA

MERCADO NACIONAL

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Anual	Valor da Aplicação	Vlr. Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
CDB FOS SUBORDINADO																		
Operações à Vista																		
1452538	27/03/06	BRADES	1012646	0,000000%	1,305727%	0,000000%	cdi d 104	27/03/06	28/03/11	32.396,0000	1.250,19685000	32.396.000,00	0,00	40.501.377,15	0,00	40.501.377,15	15,33%	13,66%
1620693	22/05/07	ITAU	1048202	0,000000%	1,297849%	0,356159%	cdi	22/05/07	22/05/14	40,000000	1.070,12401239	40.000.000,00	0,00	42.804.960,50	0,00	42.804.960,50	16,21%	14,43%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
TOTAL CDB FOS SUBORDINADO																		
72.396,0000																		
72.396,0000																		
83.306,337,65																		
83.306,337,65																		
31,54%																		
28,09%																		

DEBENTZES

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Anual	Valor da Aplicação	Vlr. Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
1452994	03/08/06	AMBEV	1012650	-0,000173%	1,277436%	-0,000000%	cdi d 101,75	01/07/06	01/07/09	2.492,0000	10.262,91044200	25.243,710,80	0,00	25.575.172,82	0,00	25.575.172,82	9,68%	8,62%
1452993	17/02/06	CPFL PI	1006415	0,023604%	1,308983%	-0,000000%	cdi d 104	01/01/06	01/01/11	1.495,0000	10.559,78292000	15.291.308,50	0,00	15.786.875,57	0,00	15.786.875,57	5,98%	5,32%
1453003	27/03/06	TEL-NL	929667	0,034802%	1,297999%	-0,000000%	cdi d 103	01/03/06	01/03/11	748,0000	10.339,43300600	7.565.668,44	0,00	7.733.895,89	0,00	7.733.895,89	2,93%	2,61%
1453001	03/08/06	AMBEV	1012460	-0,000976%	1,286577%	0,000004%	cdi d 102,5	01/07/06	01/07/12	748,0000	10.265,29657200	7.577.883,28	0,00	7.678.441,84	0,00	7.678.441,84	2,91%	2,59%
1482323	03/05/07	CBD	1022095	0,000000%	1,314908%	0,499999%	cdi	01/03/07	01/03/13	2.000,0000	10.356,81544732	20.426.600,00	0,00	20.713.631,09	0,00	20.713.631,09	7,84%	6,98%
1474062	27/04/07	LAME	1017388	0,000000%	1,310748%	-0,000000%	cdi d 104,4	01/04/07	01/04/13	2.000,0000	10.269,82360600	20.177.000,00	0,00	20.539.647,21	0,00	20.539.647,21	7,78%	6,93%
1453004	19/12/06	VAL	1012652	0,225000%	1,282274%	0,250405%	cdi	20/11/06	20/11/13	2.831,0000	10.135,58504224	28.612.237,56	0,00	28.693.841,25	0,00	28.693.841,25	10,86%	9,67%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
124.894,408,58																		
124.894,408,58																		
126.721,505,67																		
126.721,505,67																		
47,97%																		
42,72%																		

TOTAL DEBENTZES

Código	Fundo	Instituição	Quantidade Cotas	Qtde Bloq.	Valor Cota	Aplic. / Resg.	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/ FI	% S/ Total
TOTAL MERCADO NACIONAL											
			84,710,0000				210.027,843,32		210.027,843,32	79,51%	70,81%
TOTAL											
			84,710,0000				210.027,843,32		210.027,843,32	100,00%	70,81%

José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:47:29

Data da Posição: 31/12/2007

Cliente: FIM VT GERIBÁ MULTIMERCADO [082189] [00059]

Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00



002/003

OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

MERCADO NACIONAL

Código	Aquisição	Emitente	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Vencido	Resgate	Quantidade	PU	Valor da Aplicação	Valor do Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RE	% S/ Total
LTV-O	28/12/07	TESOUR/LTN		0,000000%	1,261936%	11,180000%	pre	01/01/06	01/01/09	02/01/08	60,986,0000	887,38455586	54,095,279,60	54,140,799,01	54,118,034,52	0,00	54,118,034,52	20,49%	18,25%
											60,986,0000		54,095,279,60	54,140,799,01	54,118,034,52	0,00	54,118,034,52	0,20	18,25%
											60,986,0000		54,095,279,60	54,140,799,01	54,118,034,52	0,00	54,118,034,52	20,49%	18,25%
TOTAL											60,986,0000		54,095,279,60	54,140,799,01	54,118,034,52	0,00	54,118,034,52	20,49%	18,25%

TOTAL MERCADO NACIONAL

TOTAL

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Tx de Custódia s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2008	(2.344,25)		
Tx Administrat. [VOT] Bruta a Pagar em 08/01/2008	(3.516,37)		
TOTAL	(5.860,62)	28,09%	(0,00%)
IR a Recolher em 03/01/08	(119,84)		
TOTAL	(119,84)	0,57%	(0,00%)
Despesa com Auditoria em 02/01/08	(772,96)		
TOTAL	(772,96)	3,71%	(0,00%)
Diferimento de despesa de Taxa de Fiscalização CVM com vencimento 10/01/08	1.083,87		
TOTAL	1.083,87	(5,20%)	0,00%
Diferimento de despesa de ANBID com vencimento 15/02/08	337,22		
TOTAL	337,22	(1,62%)	0,00%
Cartório em 02/01/08	(25,85)		
TOTAL	(25,85)	0,12%	(0,00%)
Despesa de CUSTO CETIP com pagamento	(44,99)		
TOTAL	(44,99)	0,22%	(0,00%)
Despesa de CUSTO SELIC com pagamento 21/01/08	(43,62)		
TOTAL	(43,62)	0,21%	(0,00%)
Tx de Controladoria s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2008	(586,06)		
TOTAL	(586,06)	2,81%	(0,00%)
Taxa, Despesa e Funcionamento.	(4.233,28)		

José Antonio Muniz Lopes

 Presidente



Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:47:29
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: FIM VT GERIBA MULTIMERCADO [082189] [0059]

003/003

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Ajuste de Debentures.	(10.594,89)		
TOTAL	(14.828,17)	71,08%	(0,00%)
TOTAL GERAL	(20.861,02)	100,00%	(0,01%)

TESOURARIA

Descrição	Valor	% S/ TES	% S/ Total
Saldo em Tesouraria	0,00	0,00%	0,00%
Saldo em Tesouraria RESERVA	10.979,87	100,00%	0,00%
TOTAL	10.979,87	100,00%	0,00%

PATRIMÔNIO

TOTAL	296.600.706,79	100,00%
--------------	-----------------------	----------------

RENTABILIDADE ACUMULADA

Indexador	Benchmark	Rent. Real	Varição Diária	Varição Mensal	Varição Anual	Últimos 6 meses	Últimos 12 meses
Data Inicial							
Data Final							
COTA LÍQUIDA			0,0430895%	0,8552%	8,0237%	5,6531%	8,0237%
CDI	102,9613%	0,0012%	0,0418502%	0,8394%	7,7727%	5,4838%	7,7727%
SELIC	102,4368%	0,0010%	0,0420645%	0,8447%	7,8166%	5,5142%	7,8166%

Quantidade de Cotas	2.505.072,794128
Valor da cota unitária	118,400035114
Quantidade de Cotas (Bruta)	0,000000
Valor da cota unitária (Bruta)	0,000000000
Valor da cota unitária (Bruta) de performance	118,400035114

Antônio Muniz Lopes
 Presidente



Bradesco
001/006

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:10
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: ELETRON - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL [001256] [01003959] [0]

Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

RENTA VARIÁVEL

AÇÕES

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

Cód.	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/ Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF sobre Pos.Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/RV	% S/ Total
AMBY4	AMBEVFN EDI	92,027	0	92,027	0,00	129,36	11.904.612,72	11.904.612,72	11.904.612,72	0,00	11.904.612,72	3,61%	0,57%
BRML3	BR MALLS PARON	116,600	0	116,600	24,46	26,81	2.852.082,62	(75.836,62)	2.776.246,00	0,00	2.776.246,00	0,84%	0,13%
BBDC4	BRDESCOPN EB N1	385,016	111,700	496,716	16,25	56,53	8.073.336,04	20.006.019,44	28.079.355,48	0,00	28.079.355,48	8,51%	1,34%
BRTP3	BRASIL TELECPN* N1	0	0	0	0,00	46,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
BRT04	BRASIL TELECPN* N1	0	0	0	0,00	18,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
BBAS3	BRASILON EI NM	99,300	295,000	394,300	0,00	30,74	0,00	12.120.782,00	12.120.782,00	0,00	12.120.782,00	3,67%	0,58%
CMIG4	CEMIGPN* N1	175,317	0	175,317	0,00	33,00	0,00	5.785.461,00	5.785.461,00	0,00	5.785.461,00	1,75%	0,28%
CPLE6	COPELPNB*	66,400	0	66,400	0,00	27,05	0,00	1.796.120,00	1.796.120,00	0,00	1.796.120,00	0,54%	0,09%
CPFE3	CPFL ENERGIAON NM	162,900	0	162,900	0,00	34,19	0,00	5.569.551,00	5.569.551,00	0,00	5.569.551,00	1,69%	0,27%
CCPR3	CYRE CPOM CCP - CYREL	36,220	0	36,220	0,00	12,03	0,00	435.726,60	435.726,60	0,00	435.726,60	0,13%	0,02%
CYRE3	CYRELA REALTON NM	70,800	0	70,800	23,27	23,94	1.647.209,54	47.742,46	1.694.952,00	0,00	1.694.952,00	0,51%	0,08%
ELET6	ELETRORASON* N1	0	0	0	0,00	23,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
ELET6	ELETRORASPNB* N1	0	0	0	0,00	23,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
ELPL6	ELETPROPAUFPNB* N2	17,500,000	0	17,500,000	0,00	144,20	0,00	2.523.500,00	2.523.500,00	0,00	2.523.500,00	0,76%	0,12%
ENBR3	ENERGIAS BRON NM	702,646	0	702,646	17,87	28,74	12.556.284,02	7.637.762,02	20.194.046,04	0,00	20.194.046,04	6,12%	0,96%
GFSA3	GAFISAON EB	102,800	0	102,800	27,96	32,61	2.874.178,33	478.129,67	3.352.308,00	0,00	3.352.308,00	1,02%	0,16%
GGBR3	GERDAUON NI	70,000	0	70,000	0,00	42,57	0,00	2.979.900,00	2.979.900,00	0,00	2.979.900,00	0,90%	0,14%
GGBR4	GERDAUPN NI	235,400	0	235,400	0,00	52,38	0,00	12.330.252,00	12.330.252,00	0,00	12.330.252,00	3,74%	0,59%
GTDF3B	GTD PARTON MB	7,722,466	0	7,722,466	2,50	0,51	19.306.165,00	(15.367.707,34)	3.938.457,66	0,00	3.938.457,66	1,19%	0,19%
GTDP4B	GTD PARTFN MB	6,932,466	0	6,932,466	4,00	0,60	27.729.864,00	(23.570.384,40)	4.159.479,60	0,00	4.159.479,60	1,26%	0,20%
ITSA4	ITAUSAFN N1	1.922,784	0	1.922,784	8,31	11,97	15.980.172,01	7.035.532,47	23.015.724,48	0,00	23.015.724,48	6,98%	1,10%
KLBN4	KLABIN S/APN ED N1	366,000	0	366,000	7,67	6,69	2.807.554,27	(359.014,27)	2.448.540,00	0,00	2.448.540,00	0,74%	0,12%
OHLE3	OHL BRASILON NM	182,900	0	182,900	0,00	22,46	0,00	4.107.934,00	4.107.934,00	0,00	4.107.934,00	1,25%	0,20%
PRG43	PERDIGAO SAON NM	226,000	0	226,000	0,00	44,01	0,00	9.946.260,00	9.946.260,00	0,00	9.946.260,00	3,01%	0,47%
PETR4	PETROBRASFN	139,388	822,200	961,588	0,00	87,13	0,00	83.783.162,44	83.783.162,44	0,00	83.783.162,44	25,39%	4,00%
PSSA3	PORTO SEGUROON NM	39,700	0	39,700	72,99	64,67	2.897.644,95	(330.245,95)	2.567.399,00	0,00	2.567.399,00	0,78%	0,12%
SDIA4	SADIA S/APN N1	247,300	0	247,300	11,73	10,22	2.901.459,60	(374.053,60)	2.527.406,00	0,00	2.527.406,00	0,77%	0,12%
CSNA3	SID NACIONALON	58,700	0	58,700	0,00	157,41	0,00	9.239.967,00	9.239.967,00	0,00	9.239.967,00	2,80%	0,44%
SUZB5	SUZANO FAPELPNA ID6 N1	150,400	0	150,400	0,00	28,94	0,00	4.352.576,00	4.352.576,00	0,00	4.352.576,00	1,32%	0,21%
TAMM4	TAM S/APN EDI N2	0	0	0	0,00	42,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TBLE3	TRACTEBELON NM	174,900	0	174,900	0,00	21,77	0,00	3.807.573,00	3.807.573,00	0,00	3.807.573,00	1,15%	0,18%
UBBR11	UNIBANCON N1	0	0	0	0,00	24,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
VALE3	VALE R DOCEON N1	807,000	272,400	1.079,400	27,06	59,75	29.206.281,94	35.287.868,06	64.494.150,00	0,00	64.494.150,00	19,55%	3,08%
TOTAL BOLSA		38.785.430	1.501.300	40.286.730			128.832.232,32	201.099.209,70	329.931.442,02	0,00	329.931.442,02	100,00%	15,74%
TOTAL		38.785.430	1.501.300	40.286.730			128.832.232,32	201.099.209,70	329.931.442,02	0,00	329.931.442,02	100,00%	15,74%

Jose Antonio Muniz Lopes
 Presidente



002.006

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:10
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL [001236] [01003959] [0]

FUNDOS DE INVESTIMENTO - OUTROS FUNDOS

Código	Fundo	Instituição	Quantidade	Cotas	Qtde Bloq.	Valor Cota	Aplic. / Resg.	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/ FI	% S/ Total
Fundos de Renda Fixa												
006185	IPANEMA	BRADESCO	89.367.600,66285524	0,00000000	0,00000000	2,52346098	0,00	225.515.653,15	0,00	225.515.653,15	21,49%	10,76%
082187	ALFA ITAIPAVA FIM	BRADESCO	3.492.258,51885183	0,00000000	0,00000000	118,10392400	0,00	412.449.434,70	0,00	412.449.434,70	39,31%	19,68%
082189	VOTORANTIM_GERBA	BRADESCO	2.234.913,96368335	0,00000000	0,00000000	118,40003511	0,00	264.613.891,77	0,00	264.613.891,77	25,22%	12,62%
Total Fundos de Renda Fixa												
95.094.773,14539042												
Fundos de Renda Variável												
082188	CSAM IBX_E	BRADESCO	7.912.577,09173692	0,00000000	0,00000000	14,50535700	0,00	113.192.240,09	0,00	113.192.240,09	10,79%	5,40%
ARX_FIA	ARX FIA	MELLON	1.322.187,38709470	0,00000000	0,00000000	8,19492907	0,00	10.835.231,85	0,00	10.835.231,85	1,03%	0,52%
GERA_FH	GERAÇÃO FIA	GERACAO	61.785,57383860	0,00000000	0,00000000	186,50324310	0,00	11.523.172,60	0,00	11.523.172,60	1,10%	0,55%
GERACAO	MERCATTO GERAÇÃO FUT	MELLON	1.310.158,18281291	0,00000000	0,00000000	8,42432257	0,00	11.037.195,15	0,00	11.037.195,15	1,05%	0,53%
Total Fundos de Renda Variável												
146.587.839,69												
1.049.166.819,31												

RENDA FIXA

MERCADO NACIONAL

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Anual	Valor da Aplicação	Vlr Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
153802	05/12/01	CEMIG	1014209	1,165330%	1,395485%	6,408798%	cdi	01/11/01	01/11/09	232,0000	15,957,94439316	2,375,496,72	0,00	3,697,603,10	0,00	3,697,603,10	0,52%	0,18%
153815	01/03/99	VAL	861416	0,000000%	2,708391%	0,765667%	igpm	08/07/97	08/07/10	494,476,0000	0,02585017	4,944,76	0,00	12,782,29	0,00	12,782,29	0,00%	0,00%
153809	01/11/02	PETR	5218	7,317271%	3,459068%	10,300057%	igpm	01/10/02	01/10/10	10,000,0000	1,718,05667959	10,480,700,00	0,00	17,180,566,80	0,00	17,180,566,80	2,40%	0,82%
153813	01/11/06	CEMIG	827277	0,000000%	1,305727%	0,000000%	cdi d 104	01/11/06	01/11/11	232,0000	16,407,70518427	3,742,586,21	0,00	3,806,587,60	0,00	3,806,587,60	0,53%	0,18%
153814	02/01/07	CEMIG	837569	0,000000%	3,786652%	10,307697%	igpm-100	01/06/06	02/06/14	1,000,0000	12,895,73549780	11,993,174,40	0,00	12,895,735,50	0,00	12,895,735,50	1,80%	0,62%
153801	22/01/02	FERRER	1014204	0,000000%	0,000000%	-0,016015%	ijp	01/06/95	22/06/14	1,102,0000	1,342,65377200	1,816,376,95	0,00	1,479,604,46	0,00	1,479,604,46	0,21%	0,07%
153800	28/12/01	FG TRU	1014203	0,000000%	0,000000%	1,386011%	pre	01/01/98	01/01/50	603,0000	1,073,64000000	834,334,92	0,00	647,404,92	0,00	647,404,92	0,09%	0,03%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
507,645,0000																		
31,247,613,96																		
TOTAL DEBENTIS2																		
507,645,0000																		
31,247,613,96																		
LETRA HIPOTECARIA																		
Operações à Vista																		
153803	01/02/01	CEF	1015186	6,767540%	5,817915%	10,715225%	igpm	01/02/01	01/02/21	44,000,0000	2,757,49229255	44,000,000,00	0,00	121,329,660,87	0,00	121,329,660,87	16,97%	5,79%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
44,000,0000																		
44,000,000,00																		
TOTAL LETRA HIPOTECARIA																		
44,000,0000																		
44,000,000,00																		

Antonio Muniz Lopez
 Presidente



003/006

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:10
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: ELEITROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL [001236] [01003939] [0]

RENDA FIXA

MERCADO NACIONAL

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Atual	Valor da Aplicação	Vlr. Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
153819	02/01/07	TESOUR 9204		6,777219%	1,959150%	7,856781%	ipeca	15/09/03	15/05/09	4.035,0000	1.681,82582754	6.226.250,02	0,00	6.786.167,21	0,00	6.786.167,21	0,95%	0,32%
153820	02/01/07	TESOUR 9204		6,777219%	1,959150%	7,856781%	ipeca	15/09/03	15/05/09	9.596,0000	1.681,82582754	15.045.029,79	0,00	16.138.800,64	0,00	16.138.800,64	2,26%	0,77%
153818	02/01/07	TESOUR 910001		7,549500%	2,047282%	7,704043%	ipeca	15/10/03	15/05/15	25.394,0000	1.557,63064106	37.262.750,17	0,00	39.554.472,50	0,00	39.554.472,50	5,53%	1,89%
153818	02/01/07	TESOUR 910001		7,549500%	2,047282%	7,704043%	ipeca	15/10/03	15/05/15	16.729,0000	1.557,63064106	24.547.867,51	0,00	26.057.602,99	0,00	26.057.602,99	3,64%	1,24%
153817	02/01/07	TESOUR 910001		7,549500%	2,047282%	7,704043%	ipeca	15/10/03	15/05/15	9.500,0000	1.557,63064106	13.940.148,33	0,00	14.797.491,09	0,00	14.797.491,09	2,07%	0,71%
153804	02/01/07	TESOUR 156949		6,955502%	1,981417%	7,642390%	ipeca	15/10/03	15/08/24	20.528,0000	1.571,97615248	28.875.151,84	0,00	32.269.526,46	0,00	32.269.526,46	4,51%	1,54%
2393774	03/10/07	TESOUR 805929		0,000000%	1,908459%	6,306591%	ipeca	07/03/06	15/05/35	34.450,0000	1.636,27158610	56.646.649,96	0,00	56.369.556,14	0,00	56.369.556,14	7,88%	2,69%
2386548	02/10/07	TESOUR 910000		6,588102%	1,938523%	6,199997%	ipeca	15/08/04	15/05/45	28.000,0000	1.567,46790024	46.544.930,46	0,00	43.889.101,21	0,00	43.889.101,21	6,14%	2,09%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA													0,00	229.188.778,08	0,00	235.862.718,24	32,98%	11,25%
TOTAL NIN-B													0,00	229.188.778,08	0,00	235.862.718,24	32,98%	11,25%

NIN-C

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx. Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Atual	Valor da Aplicação	Vlr. Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
153806	02/01/07	TESOUR 3935		3,691303%	3,050120%	8,002996%	igpm	01/04/02	01/04/08	6.100,0000	2.079,20860353	11.468.791,53	0,00	12.686.222,48	0,00	12.686.222,48	1,77%	0,61%
153805	01/02/02	TESOUR 20058		6,904186%	3,414205%	10,499990%	igpm	01/03/01	01/03/11	17.000,0000	2.028,37327334	15.538.414,90	0,00	34.482.345,65	0,00	34.482.345,65	4,82%	1,65%
153808	01/10/02	TESOUR 5000		6,791998%	3,401350%	2,891576%	igpm	01/05/02	01/07/17	22.000,0000	1.991,34735053	39.465.307,22	0,00	43.809.641,71	0,00	43.809.641,71	6,13%	2,09%
153807	02/01/07	TESOUR 5000		6,791998%	3,401350%	7,837797%	igpm	01/05/02	01/07/17	18.729,0000	1.991,34735053	31.028.973,67	0,00	37.295.944,53	0,00	37.295.944,53	5,22%	1,78%
153812	02/01/07	TESOUR 65048		6,541704%	3,372114%	7,656700%	igpm	01/01/01	01/01/31	30.338,0000	3.431,24140459	83.941.131,72	0,00	104.097.001,73	0,00	104.097.001,73	14,56%	4,97%
153811	02/01/07	TESOUR 65048		6,541704%	3,372114%	7,656700%	igpm	01/01/01	01/01/31	17.007,0000	3.431,24140459	47.056.062,60	0,00	58.355.122,57	0,00	58.355.122,57	8,16%	2,78%
153810	02/01/07	TESOUR 65048		6,541704%	3,372114%	7,656700%	igpm	01/01/01	01/01/31	8.000,0000	3.431,24140459	22.134.915,08	0,00	27.449.931,24	0,00	27.449.931,24	3,84%	1,31%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA													0,00	318.176.209,91	0,00	318.176.209,91	44,49%	15,18%
TOTAL NIN-C													0,00	318.176.209,91	0,00	318.176.209,91	44,49%	15,18%
TOTAL MERCADO NACIONAL													0,00	715.088.873,69	0,00	715.088.873,69	100,00%	34,11%
TOTAL													0,00	715.088.873,69	0,00	715.088.873,69	100,00%	34,11%

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 760 de ITSA4 em 02/01/2008 [CCI/588422]	9,12		
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 94.340 de ITSA4 em 02/01/2008 [CCI/588422]	1.132,08		
Dividendo de 2.59 a rec. s/ 71.500 de CSNA3 em 08/01/2008 [CC/588422]	185.400,28		
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 1.731.824 de ITSA4 em 02/01/2008 [CCI/588422]	20.781,88		
Dividendo de 2.59 a rec. s/ 3.900 de CSNA3 em 08/01/2008 [CCI/588422]	10.112,74		

José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento



004/006

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:10
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: ELETTROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL [001236] [01003959] [0]

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Dividendo de 0.01 a rec. s/ 95,860 de ITSA4 em 02/01/2008 [CC/588422]	1.150,32		
TOTAL	218.586,42	12,55%	0,01%
Estorno de Juros de SUZB5	(20.740,87)		
Estorno de Dividendos CSNA3	(43.303,28)		
TOTAL	(64.044,15)	(3,68%)	(0,00%)
Juros s/ capital de 0.50 a rec. s/ 831,888 de PETR4 em 31/12/49 [CC/588422]	415.944,00		
Juros s/ capital de 0.13 a rec. s/ 8,600 de TBLE3 em 31/12/49 [CC/588422]	1.159,41		
Juros s/ capital de 0.13 a rec. s/ 166,300 de TBLE3 em 31/12/49 [CC/588422]	22.419,87		
Juros s/ capital de 0.02 a rec. s/ 92,860 de ITSA4 em 30/04/08 [CC/588422]	2.204,78		
Juros s/ capital de 0.41 a rec. s/ 15,700,000 de ELP6 em 31/12/49 [CC/588422]	26.394,85		
Juros s/ capital de 0.02 a rec. s/ 40,500 de BRTP3 em 31/12/49 [CC/588422]	16.613,91		
Juros s/ capital de 0.02 a rec. s/ 482,016 de BBDC4 em 02/01/08 [CC/588422]	9.557,83		
Juros s/ capital de 0.02 a rec. s/ 87,100 de BBDC4 em 02/01/08 [CC/588422]	1.727,09		
Juros s/ capital de 0.02 a rec. s/ 760 de ITSA4 em 30/04/08 [CC/588422]	17,48		
Juros s/ capital de 1.68 a rec. s/ 900,000 de ELP6 em 31/12/49 [CC/588422]	1.513,08		
Juros s/ capital de 0.19 a rec. s/ 318,874 de BRTO4 em 31/12/49 [CC/588422]	61.412,43		
Juros s/ capital de 0.53 a rec. s/ 3,900 de CSNA3 em 08/01/08 [CC/588422]	2.051,48		
Juros s/ capital de 0.50 a rec. s/ 122,600 de PETR4 em 31/12/49 [CC/588422]	61.300,00		
Juros s/ capital de 0.50 a rec. s/ 831,888 de PETR4 em 31/12/49 [CC/588422]	415.944,00		
Juros s/ capital de 0.50 a rec. s/ 49,600 de PETR4 em 31/12/49 [CC/588422]	24.800,00		
Juros s/ capital de 1.68 a rec. s/ 900,000 de ELP6 em 31/12/49 [CC/588422]	1.513,08		
Juros s/ capital de 0.53 a rec. s/ 71,500 de CSNA3 em 08/01/08 [CC/588422]	37.610,50		
Juros s/ capital de 0.14 a rec. s/ 99,300 de BBAS3 em 31/03/08 [CC/588422]	13.900,68		
Juros s/ capital de 0.50 a rec. s/ 122,600 de PETR4 em 31/12/49 [CC/588422]	61.300,00		
Juros s/ capital de 0.25 a rec. s/ 122,600 de SUZB5 em 09/01/08 [CC/588422]	3.037,67		
Juros s/ capital de 0.14 a rec. s/ 221,500 de SUZB5 em 09/01/08 [CC/588422]	55.151,28		
Juros s/ capital de 0.14 a rec. s/ 275,500 de BBAS3 em 31/03/08 [CC/588422]	38.566,34		
Juros s/ capital de 0.50 a rec. s/ 49,600 de PETR4 em 31/12/49 [CC/588422]	24.800,00		
Juros s/ capital de 0.14 a rec. s/ 19,500 de BBAS3 em 31/03/08 [CC/588422]	2.729,74		
Juros s/ capital de 0.02 a rec. s/ 1,731,824 de ITSA4 em 30/04/08 [CC/588422]	39.831,95		
Juros s/ capital de 0.02 a rec. s/ 94,340 de ITSA4 em 30/04/08 [CC/588422]	2.169,82		
TOTAL	1.343.671,27	77,13%	0,06%
Estorno de Juros de SUZB5	(8.495,27)		
Estorno de Dividendos CSNA3	(8.495,27)		
TOTAL	(16.990,54)	(0,49%)	(0,00%)

José Antônio Muniz Lopes
 Presidente

Antonio Muniz Lopes
 Presidente

098

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:10

Data da Posição: 31/12/2007

Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL [001236] [01003959] [0]



005/006

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Despesa de CUSTO CETIP com pagamento 21/01/08	(44,99)	(0,00%)	(0,00%)
TOTAL	(44,99)	(0,00%)	(0,00%)
Despesa de CUSTO SELIC com pagamento 21/01/08	(329,93)	(0,02%)	(0,00%)
TOTAL	(329,93)	(0,02%)	(0,00%)
Amortização de Deb (FGJUI2)	4.338,32	0,25%	0,00%
TOTAL	4.338,32	0,25%	0,00%
Estorno de Juros s/Capital CSNA3	(8.784,55)		
Estorno de Juros s/ capital de BRTO4	(61.412,43)		
Estorno de Juros s/ Capital de BRTP3	(16.613,91)		
Estorno de Juros de BBDC4	(1.435,61)		
Juros sobre 318.874.826 de BRTO4 [1346]	142.752,24		
Juros sobre 88.700.000 de BRTP3 [1346]	45.905,24		
TOTAL	100.410,98	5,76%	0,00%
Tx de Controladoria s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2008	(2.123,82)	(0,12%)	(0,00%)
TOTAL	(2.123,82)	(0,12%)	(0,00%)
Ajuste de Cotas de Fundos	(1.002,40)		
Ajuste de Debêntures	425.450,53		
Ajuste de Letras Hipotecárias	(279.807,83)		
Ajuste de NTN-B	(214,66)		
Ajuste de NTN-C	143,13		
Ajuste de Cotas de Fundos	1,60		
LIQ CETIP D1	4.338,32		
Saldo de Implantação a ser transferido (Citibank)	1.176,98		
TOTAL	150.085,67	8,62%	0,01%
TOTAL GERAL	1.742.054,50	100,00%	0,08%

TESOURARIA

Descrição	Valor	% S/ TES	% S/ Total
Saldo em Tesouraria	0,00	0,00%	0,00%
Saldo em Tesouraria RESERVA	230.204,55	100,00%	0,01%
TOTAL	230.204,55	100,00%	0,01%


Jose Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:10
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL [001236] [01003959] [0]

Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 ELETROS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL [001236] [01003959] [0]



006/006

2.096.159.394,07

PATRIMÔNIO

100,00%

RENTABILIDADE ACUMULADA

Indexador	Benchmark	Rent. Real	Varição Diária	Varição Mensal	Varição Anual	Últimos 6 meses	Últimos 12 meses
Data Inicial							
Data Final							
COTA BRUTA			0,0563440%	1,2532%	109,1891%	6,6318%	109,1891%
COTA LÍQUIDA			0,0563444%	1,2532%	109,1891%	6,6318%	109,1891%
IBSPM	0,0563%		0,0000000%	0,8012%	29,6770%	17,4967%	29,6770%
SELIC	135,9476%	0,0143%	0,0420645%	0,8447%	7,8166%	5,5142%	7,8166%
CDI	134,6335%	0,0145%	0,0418502%	0,8394%	7,7727%	5,4838%	7,7727%

Quantidade de Cotas (Líquida)	1.002.128.976,719533
Valor da cota unitária (Líquida)	2,091706
Quantidade de Cotas (Bruta)	1.002.040.238,715200
Valor da cota unitária (Bruta)	2,091891
Valor da cota bruta de performance	2,091891

Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:39
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: CREDIT SUISSE IBX-E FIAÇÕES [01004017] [0057]
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

001/004

RENDA VARIÁVEL

AÇÕES

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

Cód.	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio c/ Corretagem	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF sobre Pos. Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/ RV	% S/ Total
BTOW3	B2W COMPANHIA GLOBAL	16.500	0	16.500	83,25	71,10	1.173.659,57	(200.509,57)	1.173.150,00	0,00	1.173.150,00	1,06%	1,04%
BBDC4	BRADSCOPN EB NI	119.500	0	119.500	33,07	56,53	3.951.816,03	2.803.518,97	6.755.335,00	0,00	6.755.335,00	6,13%	5,97%
BRAP4	BRADSPARN NI	338.380	77.100	415.480	9,03	47,71	3.751.587,64	16.070.963,16	19.822.550,80	0,00	19.822.550,80	17,99%	17,51%
BRTP4	BRASIL T PARN* NI	134.200	0	134.200	25,13	26,26	3.372.316,23	151.775,77	3.524.092,00	0,00	3.524.092,00	3,20%	3,11%
BRT04	BRASIL TELECN* NI	166.600	0	166.600	6,36	18,19	1.059.967,56	1.970.486,44	3.030.454,00	0,00	3.030.454,00	2,75%	2,68%
BBAS3	BRASILON EJ NM	49.800	0	49.800	30,53	30,74	1.520.486,26	10.365,74	1.530.852,00	0,00	1.530.852,00	1,39%	1,35%
CMIG4	CEMIGPN* NI	42.700	0	42.700	33,00	33,00	1.409.100,00	1.409.100,00	1.409.100,00	0,00	1.409.100,00	1,28%	1,24%
CESP6	CESPBN* NI	31.100	0	31.100	0,00	43,48	0,00	1.352.228,00	1.352.228,00	0,00	1.352.228,00	1,23%	1,19%
ELET3	ELETRBRASON* NI	27.100	0	27.100	25,78	23,94	698.698,34	(49.924,34)	648.774,00	0,00	648.774,00	0,59%	0,57%
ELET6	ELETRBRASPN* NI	27.800	0	27.800	25,19	23,31	700.186,66	(52.168,66)	648.018,00	0,00	648.018,00	0,59%	0,57%
ELPL6	ELETRPAULOPNB* N2	3.600.000	0	3.600.000	0,00	144,20	0,00	519.120,00	519.120,00	0,00	519.120,00	0,47%	0,46%
ITSA4	ITAUSARN NI	1.114.790	0	1.114.790	6,98	11,97	7.783.232,97	5.560.803,33	13.344.036,30	0,00	13.344.036,30	12,11%	11,79%
PETR4	PETROBRASPN	182.000	57.800	239.800	66,54	87,13	15.956.711,16	4.937.062,84	20.893.774,00	0,00	20.893.774,00	18,96%	18,46%
SBSF3	SABESPON* NM	21.800	0	21.800	0,00	41,92	0,00	913.856,00	913.856,00	0,00	913.856,00	0,83%	0,81%
TNLP4	TELEMARN	631.900	0	631.900	40,75	34,75	25.746.784,82	(3.788.259,82)	21.958.525,00	0,00	21.958.525,00	19,93%	19,40%
TMCP4	TELEMIG PARTEN*	8.920	0	8.920	0,00	48,83	0,00	435.563,60	435.563,60	0,00	435.563,60	0,40%	0,38%
UBRR11	UNIBANCOUNT NI	153.300	0	153.300	23,45	24,74	3.595.167,00	197.475,00	3.792.642,00	0,00	3.792.642,00	3,44%	3,35%
USIM5	USMINASRNA	55.675	25	55.700	62,39	81,81	3.475.219,66	1.081.597,34	4.556.817,00	0,00	4.556.817,00	4,14%	4,03%
VIVO3	VIVOON	90.500	0	90.500	0,00	13,60	0,00	1.230.800,00	1.230.800,00	0,00	1.230.800,00	1,12%	1,09%
VIV04	VIVOPN	284.700	0	284.700	10,11	9,27	2.879.173,54	(240.004,54)	2.639.169,00	0,00	2.639.169,00	2,40%	2,33%
TOTAL BOLSA		7.097.265	134.925	7.232.190			75.865.007,44	34.313.849,26	110.178.856,70	0,00	110.178.856,70	100,00%	97,34%
TOTAL		7.097.265	134.925	7.232.190			75.865.007,44	34.313.849,26	110.178.856,70	0,00	110.178.856,70	100,00%	97,34%

FUTUROS / MERCADORIAS

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

Aivo	Vencido	Corretora	Quantidade	Ajuste Equalização	Ajuste Valorização	Preço de Mercado	Valor de Mercado	% S/ FU	% S/ Total
FUT IND	G08	C SUISS	24	0,00	0,00	64.361,00	1.544.664,00	100,00%	1,36%
TOTAL BOLSA							1.544.664,00	0,00%	1,36%
TOTAL							1.544.664,00	100,00%	1,36%


 Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:39
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: CREDIT SUISSE IBX-E FIAÇÕES [082188] [01004017] [0057]
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

002/004

RENDA FIXA

MERCADO NACIONAL

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Índex	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Atual	Valor da Aplicação	Vlr. Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
2072568	09/0807	TESOUR 403815		-0,018138%	1,258950%	-0,000016%	selic	05/10/05	16/12/09	5,0000	3,314,67740026	15,903,91	0,00	16,573,39	0,00	16,573,39	100,000%	0,01%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA													0,00	16,573,39	0,00	16,573,39	100,000%	0,01%
TOTAL LFT													0,00	16,573,39	0,00	16,573,39	100,000%	0,01%
TOTAL MERCADO NACIONAL													0,00	16,573,39	0,00	16,573,39	100,000%	0,01%
TOTAL													0,00	16,573,39	0,00	16,573,39	100,000%	0,01%

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Tx Administração Bruta a Pagar em 08/01/2008	(35.807,07)		
TOTAL	(35.807,07)	(1,24%)	(0,03%)
Despesas com Auditoria em 02/01/08	(5.830,00)		
TOTAL	(5.830,00)	(0,20%)	(0,01%)
Diferimento de despesa de Taxa de Fiscalização CYM com vencimento 10/01/08	650,32		
TOTAL	650,32	0,02%	0,00%
Dividendo de 0,01 a rec. s/ 1,047,600 de ITSA4 em 02/01/2008	12.571,20		
Dividendo de 2,59 a rec. s/ 15,000 de CSNA3 em 08/01/2008	38.895,16		
TOTAL	51.466,36	1,79%	0,05%
Compra de Ações [D+3]	(36.247,16)		
Venda de Ações [D+3]	1.543.245,87		
TOTAL	1.506.998,71	52,34%	1,33%
Juros s/ capital de 0,53 a rec. s/ 15,000 de CSNA3 em 08/01/08	7.890,31		
Juros s/ capital de 1,00 a rec. s/ 55,700 de USIM5 em 31/12/49	55.730,07		
Juros s/ capital de 0,02 a rec. s/ 1,047,600 de ITSA4 em 30/04/08	24.094,80		
Juros s/ capital de 0,02 a rec. s/ 69,000 de BBDC4 em 02/01/08	1.368,19		
Juros s/ capital de 1,53 a rec. s/ 676,200 de TNLP4 em 31/12/49	1.046.622,36		
Juros s/ capital de 1,18 a rec. s/ 21,800 de SBSF3 em 31/12/49	25.724,00		
Juros s/ capital de 0,19 a rec. s/ 166,600 de BRT04 em 31/12/49	32.085,75		
Juros s/ capital de 0,50 a rec. s/ 144,600 de PETR4 em 31/12/49	72.500,00		
Juros s/ capital de 0,41 a rec. s/ 134,200 de BRTP4 em 31/12/49	55.051,52		
Juros s/ capital de 0,14 a rec. s/ 49,800 de BBAS3 em 31/03/08	6.971,33		


 José Antônio Muniz Lope:
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:39

Data da Posição: 31/12/2007

Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

Cliente: CREDIT SUISSE IBX-E FIAÇÕES [082188] [01004017] [0057]

003/004

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Juros s/ capital de 1,68 a rec. s/ 3,600,000 de ELPL6 em 31/12/49	6.052,32		
TOTAL	1.333.890,65	46,32%	1,18%
Fatura de BM&F [C SUISSE]	4.752,00		
TOTAL	4.752,00	0,17%	0,00%
Tx Custódia Bruta a Pagar em 08/01/2008	(895,18)		
TOTAL	(895,18)	(0,03%)	(0,00%)
Despesa de CUSTO SELIC com pagamento 21/01/08	(23,53)		
TOTAL	(23,53)	(0,00%)	(0,00%)
Juros sobre 5.889.200 de BRTP3 [1346]	3.047,85		
Juros sobre 41.730.000 de BRTP4 [1346]	21.596,68		
TOTAL	24.644,53	0,86%	0,02%
Tx de Controladoria s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2008	(223,79)		
TOTAL	(223,79)	(0,01%)	(0,00%)
Estorno de despesa de Publicação 28/12	(110,73)		
TOTAL	(110,73)	(0,00%)	(0,00%)
TOTAL GERAL	2.879.512,27	100,00%	2,54%

TESOURARIA

Descrição	Valor	% S/ TES	% S/ Total
Saldo em Tesouraria	0,00	0,00%	0,00%
Saldo em Tesouraria RESERVA	117.296,36	100,00%	0,10%
TOTAL	117.296,36	100,00%	0,10%

Jose Antonio Muniz Lopes

Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:39
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: CREDIT SUISSE IBX-E FIAÇÕES [082188] [01004017] [0057]
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 004/004
 113.192.238,72
 100,00%

PATRIMÔNIO

RENTABILIDADE ACUMULADA

Indexador	Benchmark	Rent. Real	Variação Diária	Variação Mensal	Variação Anual	Últimos 6 meses	Últimos 12 meses
Data Inicial							
Data Final							
COTA LIQUIDA			-0,0017126%	0,0913%	39,5923%	22,8856%	39,5923%
CDI	-4,0922%	-0,0435%	0,0418502%	0,7973%	8,0763%	5,4367%	8,0763%
SELIC	-4,0714%	-0,0438%	0,0420645%	0,8023%	8,1215%	5,4670%	8,1215%
IBSPM		-0,0017%	0,0000000%	1,1570%	34,0451%	16,3396%	34,0451%

Quantidade de Cotas	7.912.577,091706
Valor da cota unitária	14,305357
Quantidade de Cotas (Bruta)	0,000000
Valor da cota unitária (Bruta)	0,000000
Valor da cota bruta de performance	14,305357


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:14

Data da Posição: 31/12/2007

Moeda da Carteira: RS - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

Cliente: ALFA ITAIPAVA FIM - INVESTIDOR QUALIFICADO [082187] [0054]



001/004

FUTUROS / MERCADORIAS

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

Ativo	Vencido	Corretora	Quantidade	Ajuste Equalização	Ajuste Valorização	Preço de Mercado	Valor de Mercado	% S/ FU	% S/ Total
FUT DII F10	ALFA	750	0,00	0,00	78.518,85	58.889.137,50	100,00%	14,28%	14,28%
TOTAL BOLSA			0,00	0,00		58.889.137,50	100,00%	14,28%	14,28%

FUNDOS DE INVESTIMENTO - OUTROS FUNDOS

Código	Fundo	Instituição	Quantidade Cotas	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Anual	Valor da Aplicação	Vlr Resgate	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/ FI	% S/ Total
Fundos de Renda Fixa														
PACDC01	PACTUAL RECEBIVEIS	PACTUAL	800,000000019	27/11/07	13/02/08	0,000000000	2.061,14586120	14.000.000,00	0,00	1.648.916,69	0,00	1.648.916,69	100,00%	0,40%
Total Fundos de Renda Fixa														
			800,000000019					14.000.000,00	0,00	1.648.916,69	0,00	1.648.916,69	100,00%	0,40%

RENDA FIXA

MERCADO NACIONAL

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Anual	Valor da Aplicação	Vlr Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
2708110	27/11/07	DAYCOO	1254180	0,0000000%	1,305727%	0,0000000%	cdi d 104	27/11/07	13/02/08	14,000,0000	1.010,04851789	14.000.000,00	0,00	14.140.679,25	0,00	14.140.679,25	3,44%	3,43%
2708111	27/11/07	FINE	1254175	0,0000000%	1,337115%	0,0000000%	cdi d 106,5	27/11/07	13/02/08	14,000,0000	1.010,29125351	14.000.000,00	0,00	14.144.077,55	0,00	14.144.077,55	3,44%	3,43%
2708109	27/11/07	SOFISA	1254177	0,0000000%	1,318282%	0,0000000%	cdi d 105	27/11/07	13/02/08	14,000,0000	1.010,14560545	14.000.000,00	0,00	14.142.038,48	0,00	14.142.038,48	3,44%	3,43%
2708106	27/11/07	BNG	1254178	0,0000000%	1,312005%	0,0000000%	cdi d 104,5	27/11/07	13/02/08	14,000,0000	1.010,09706055	14.000.000,00	0,00	14.141.358,85	0,00	14.141.358,85	3,44%	3,43%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
										56,000,0000		56.000.000,00	0,00	56.568.154,13	0,00	56.568.154,13	13,77%	13,72%
TOTAL CERTIF. DEPOS. BANC.																		
										56,000,0000		56.000.000,00	0,00	56.568.154,13	0,00	56.568.154,13	13,77%	13,72%

CDB POS SUBORDINADO

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Anual	Valor da Aplicação	Vlr Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
1452468	27/03/06	BRADES	1012566	0,0000000%	1,305727%	0,0000000%	cdi d 104	27/03/06	28/03/11	32,604,0000	1.250,19685000	32.604.000,00	0,00	40.761.418,10	0,00	40.761.418,10	9,92%	9,88%
1619580	22/05/07	ITAU	1047639	0,0000000%	1,297849%	0,356159%	cdi	22/05/07	22/05/14	20,000,0000	1.070,12401239	20.000.000,00	0,00	21.402.480,25	0,00	21.402.480,25	5,21%	5,19%
1659386	24/05/07	ITAU	1048307	0,0000000%	1,297898%	0,356565%	cdi	22/05/07	22/05/14	15,500,0000	1.070,09641248	15.514.331,67	0,00	16.586.494,39	0,00	16.586.494,39	4,04%	4,02%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
										68,104,0000		68.118.331,67	0,00	78.750.392,74	0,00	78.750.392,74	19,17%	19,09%
TOTAL CDB POS SUBORDINADO																		
										68,104,0000		68.118.331,67	0,00	78.750.392,74	0,00	78.750.392,74	19,17%	19,09%

Antonio Muniz Lopez
Presidente



Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:14
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: ALFA ITAIPAVA FIM - INVESTIDOR QUALIFICADO [082187] [0054]

Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

002/004

RENDA FIXA

MERCADO NACIONAL

Código	Aplicação	Emitente	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Atual	Valor da Aplicação	Vlr. Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
Operações à Vista																		
1452535	03/08/06	AMBEV	1012650	-0,000173%	1,277436%	-0,000000%	cdi d 101,75	01/07/06	01/07/09	2,508,0000	10,262,51044200	25,405,789,20	0,00	25,739,379,39	0,00	25,739,379,39	6,27%	6,24%
249512	01/11/07	ITAU SB	1231446	0,000000%	1,289995%	0,289998%	cdi	01/10/07	01/10/10	6,300,0000	10,265,49931317	63,598,248,00	0,00	64,672,645,67	0,00	64,672,645,67	15,75%	15,68%
1452518	17/02/06	CPFL PE	1006415	0,023604%	1,308983%	-0,000000%	cdi d 104	01/01/06	01/01/11	1,505,0000	10,559,78299200	15,393,591,50	0,00	15,892,473,40	0,00	15,892,473,40	3,87%	3,85%
1452542	27/03/06	TEL-NL	929867	0,034802%	1,297999%	-0,000000%	cdi d 103	01/03/06	01/03/11	752,0000	10,339,43300600	7,606,126,56	0,00	7,775,253,62	0,00	7,775,253,62	1,89%	1,89%
1452534	03/05/06	CSN	1006417	0,018972%	1,303477%	0,000014%	cdi d 103,6	01/02/06	01/02/12	2,000,0000	10,450,76539400	20,774,920,00	0,00	20,901,530,79	0,00	20,901,530,79	5,09%	5,07%
1452536	03/08/06	AMBEV	1012460	-0,000975%	1,286757%	0,000004%	cdi d 102,5	01/07/06	01/07/12	752,0000	10,265,29657200	7,618,406,72	0,00	7,719,503,02	0,00	7,719,503,02	1,88%	1,87%
249511	01/11/07	ITAU SB	1231447	0,000000%	1,297118%	0,349993%	cdi	01/10/07	01/10/12	6,300,0000	10,286,98846250	63,601,587,00	0,00	64,682,027,31	0,00	64,682,027,31	15,75%	15,68%
2490937	23/10/07	ELETRO	1221941	0,000000%	1,362189%	0,899767%	cdi	15/09/07	15/09/13	2,000,0000	10,327,26704295	20,228,020,00	0,00	20,654,534,09	0,00	20,654,534,09	5,03%	5,01%
1452546	19/12/06	VAL	1012652	0,225000%	1,282274%	0,250405%	cdi	20/11/06	20/11/13	2,849,0000	10,135,58504224	28,794,159,24	0,00	28,876,281,79	0,00	28,876,281,79	7,03%	7,00%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA											24,986,0000	255,020,848,22	0,00	256,913,629,08	0,00	256,913,629,08	62,55%	62,29%
TOTAL DEBENT22											24,986,0000	255,020,848,22	0,00	256,913,629,08	0,00	256,913,629,08	62,55%	62,29%
LFT																		
Operações à Vista																		
2557176	05/11/07	TESOUR	203549	-0,018159%	1,261950%	-0,000058%	selic	20/04/05	16/09/09	1,500,0000	3,314,52829271	4,892,781,12	0,00	4,971,792,44	0,00	4,971,792,44	1,21%	1,21%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA											1,500,0000	4,892,781,12	0,00	4,971,792,44	0,00	4,971,792,44	1,21%	1,21%
TOTAL LFT											1,500,0000	4,892,781,12	0,00	4,971,792,44	0,00	4,971,792,44	1,21%	1,21%
TOTAL MERCADO NACIONAL											150,570,0000	382,031,961,01	0,00	397,203,968,39	0,00	397,203,968,39	96,70%	96,30%
TOTAL											150,570,0000	382,031,961,01	0,00	397,203,968,39	0,00	397,203,968,39	100,00%	96,30%

OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

MERCADO NACIONAL

Código	Aquisição	Emitente	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Resgate	Quantidade	PU	Valor da Aplicação	Valor do Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
LTN-O																			
2467926	28/12/07	TESOUR	LTN	0,000000%	1,261956%	11,180000%	pre	06/07/07	01/10/09	02/01/08	16,849,0000	803,77845833	13,537,168,90	13,548,559,98	13,542,863,24	0,00	13,542,863,24	3,30%	3,28%
TOTAL MERCADO NACIONAL											16,849,0000	13,537,168,90	13,548,559,98	13,542,863,24	0,00	13,542,863,24	0,03	3,28%	
TOTAL											16,849,0000	13,537,168,90	13,548,559,98	13,542,863,24	0,00	13,542,863,24	3,30%	3,28%	

José Antonio Muniz Lopes
 residente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:15

Data da Posição: 31/12/2007

Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

Cliente: ALFA ITAIPAVA FIM - INVESTIDOR QUALIFICADO [082187] [] [0054]



003/004

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Diferimento de despesa de Taxa de Fiscalização CVM com vencimento 10/01/08	1.083,87		
TOTAL	1.083,87	2,24%	0,00%
Tx Administração a Pagar em 08/01/2008	(4.912,10)		
TOTAL	(4.912,10)	(10,15%)	(0,00%)
Despesas com Auditoria em 31/12/09	(2.888,60)		
TOTAL	(2.888,60)	(5,97%)	(0,00%)
Fatura de BM&F [ALFA]	54.870,00		
TOTAL	54.870,00	113,36%	0,01%
Tx Custódia Bruta a Pagar em 08/01/2008	(3.274,77)		
TOTAL	(3.274,77)	(6,77%)	(0,00%)
Despesa de CUSTO CETIP com pagamento	(41,47)		
TOTAL	(41,47)	(0,09%)	(0,00%)
Despesa de CUSTO SELIC com pagamento 21/01/08	(45,38)		
TOTAL	(45,38)	(0,09%)	(0,00%)
Tx de Controladoria s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2008	(818,68)		
TOTAL	(818,68)	(1,69%)	(0,00%)
Ajuste de Debentures	(9.710,99)		
Taxa de Licença e Funcionamento	(4.260,47)		
TOTAL	(13.971,46)	(28,87%)	(0,00%)
Amortização do FIDC Factual Recebíveis	18.400,00		
TOTAL	18.400,00	38,02%	0,00%
TOTAL GERAL	48.401,41	100,00%	0,01%

TESOURARIA

Descrição	Valor	% S/ TES	% S/ Total
Saldo em Tesouraria	0,00	0,00%	0,00%
Saldo em Tesouraria RESERVA	5.333,44	100,00%	0,00%
TOTAL	5.333,44	100,00%	0,00%

João Antonio Muniz Lopes

Presidente



004/004

412.449.483,17 100,00%

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:46:15
 Data da Posição: 31/12/2007
 Moeda da Carteira: RS - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 Cliente: ALFA ITAIPAVA FIM - INVESTIDOR QUALIFICADO [082187] [0034]

PATRIMÔNIO

Índiceador	Benchmark	Rent. Real	Variação Diária	Variação Mensal	Variação Anual	Últimos 6 meses	Últimos 12 meses
Data Inicial							
Data Final							
COTA LÍQUIDA			0,0431823%	0,6991%	7,7378%	5,3905%	7,7378%
CDI	103,1830%	0,0013%	0,0418502%	0,8394%	7,7727%	5,4838%	7,7727%
SELIC	102,6573%	0,0011%	0,0420645%	0,8447%	7,8166%	5,5142%	7,8166%

Quantidade de Cotas	3.492.258,909302
Valor da cota unitária	118,103924
Quantidade de Cotas (Bruta)	0,000000
Valor da cota unitária (Bruta)	0,000000
Valor da cota bruta de performance	118,103924


 Antonio Muniz Lopes
 Presidente



001/003

Relatório de Carteira Diária - Fechamento

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:40
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: BRADESCO FIM IPANEMA [006185] [6185]

FUNDOS DE INVESTIMENTO - OUTROS FUNDOS

Código	Fundo	Instituição	Quantidade Cotas	Qtde Bloq.	Valor Cota	Aplic. / Resg.	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% S/ FI	% S/ Total
Fundos de Renda Fixa											
ABIMAC	FIDC ABIMAQ	DEUTSCHE	2.000.000,0000000000	0,000000000	1,00119600	0,00	2.002.392,00	0,00	2.002.392,00	100,00%	0,89%
Total Fundos de Renda Fixa											
			2.000.000,0000000000				2.002.392,00	0,00	2.002.392,00	100,00%	0,89%
			2.000.000,0000000000				2.002.392,00	0,00	2.002.392,00	100,00%	0,89%

RENDA FIXA

MERCADO NACIONAL

Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM %AA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Anual	Valor da Aplicação	Vlr Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
CDB POS SUBORDINADO																		
Operações à Vista																		
1452355	27/03/06	BRADES	1012696	0,000000%	1,305727%	0,000000%	cdi d 104	27/03/06	28/03/11	35,000,0000	1.250,19685000	35.000,000,00	0,00	43.756,889,75	0,00	43.756,889,75	19,58%	19,40%
1619701	22/05/07	ITAU	1048218	0,000000%	1,297849%	0,356159%	cdi	22/05/07	22/05/14	24,500,0000	1.070,12401239	24.500,000,00	0,00	26.218,038,30	0,00	26.218,038,30	11,73%	11,63%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
										59,500,0000		59.500,000,00	0,00	69.974,928,05	0,00	69.974,928,05	31,31%	31,03%
TOTAL CDB POS SUBORDINADO																		
										59,500,0000		59.500,000,00	0,00	69.974,928,05	0,00	69.974,928,05	31,31%	31,03%

DEBENTZ22

Operações à Vista																		
1452338	27/03/06	TEL-NL	929667	0,034802%	1,297999%	-0,000478%	cdi d 103	01/03/06	01/03/11	500,0000	10,339,43300600	5.087,285,99	0,00	5.169,716,50	0,00	5.169,716,50	2,31%	2,29%
1452360	06/10/06	COPEL	1012459	0,050568%	1,312899%	0,000010%	cdi d 104	01/09/06	01/09/11	2,000,0000	10,335,18254900	20.263,300,00	0,00	20.670,365,10	0,00	20.670,365,10	9,25%	9,17%
1452362	06/09/06	AMBEV	1012460	-0,000976%	1,286757%	-0,000000%	cdi d 102,5	01/07/06	01/07/12	1,500,0000	10,265,29657200	15.398,976,90	0,00	15.397,944,86	0,00	15.397,944,86	6,89%	6,83%
1452359	27/03/06	TEL-NL	1012463	0,550000%	1,320832%	0,549993%	cdi	01/03/06	01/03/13	1,000,0000	10,358,45081057	10.115,140,00	0,00	10.358,450,81	0,00	10.358,450,81	4,63%	4,59%
1452357	19/12/06	VAL	1012652	0,225000%	1,282274%	0,225040%	cdi	20/11/06	20/11/13	2,000,0000	10,135,58504224	20.213,520,00	0,00	20.271,170,08	0,00	20.271,170,08	9,07%	8,99%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
										7,000,0000		71.078,222,89	0,00	71.867,647,35	0,00	71.867,647,35	32,15%	31,87%
TOTAL DEBENTZ22																		
										7,000,0000		71.078,222,89	0,00	71.867,647,35	0,00	71.867,647,35	32,15%	31,87%

NTN-B

Operações à Vista																		
2354193	26/09/07	TESOUR	1009222	6,588102%	1,938523%	6,300003%	ipca	15/08/04	15/05/45	35,000,0000	1,567,46790024	57.293,708,29	0,00	54.861,376,51	0,00	54.861,376,51	24,54%	24,33%
TOTAL OPERAÇÕES À VISTA																		
										35,000,0000		57.293,708,29	0,00	54.861,376,51	0,00	54.861,376,51	24,54%	24,33%
TOTAL NTN-B																		
										35,000,0000		57.293,708,29	0,00	54.861,376,51	0,00	54.861,376,51	24,54%	24,33%
TOTAL MERCADO NACIONAL																		
										101,500,0000		187.871,931,18	0,00	196.703,951,91	0,00	196.703,951,91	88,00%	87,22%
TOTAL																		
										101,500,0000		187.871,931,18	0,00	196.703,951,91	0,00	196.703,951,91	100,00%	87,22%

Antonio Muniz
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento



002.003

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:41
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: BRADESCO FIM IPANEMA [006185] [6185]
 Moeda da Carteira: R\$ - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

MERCADO NACIONAL

Código	Aquisição	Emitente	Papel	MTM %AAA	Tx Over	Taxa %AA	Index	Emissão	Venc.	Resgate	Quantidade	PU	Valor da Aplicação	Valor do Resgate	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/ RF	% S/ Total
LTN-O	2968535	28/12/07	TESOUR-LFT	0,000000%	1,260864%	11,170000%	pre	01/11/06	07/03/12	02/01/08	8.116,0000	3.303,72021229	26.801.728,80	26.824.262,41	26.812.993,24	0,00	26.812.993,24	12,00%	11,89%
TOTAL MERCADO NACIONAL											8.116,0000		26.824.262,41	26.812.993,24	0,00	26.812.993,24	0,12	11,89%	
TOTAL											8.116,0000		26.824.262,41	26.812.993,24	0,00	26.812.993,24	12,00%	11,89%	
											8.116,0000		26.824.262,41	26.812.993,24	0,00	26.812.993,24	12,00%	11,89%	

CONTAS A PAGAR / RECEBER

Descrição	Valor	% S/ CPR	% S/ Total
Tx Administração Bruta a Pagar em 08/01/2008	(3.561,92)		
TOTAL	(3.561,92)	37,23%	(0,00%)
Diferimento de despesa de Taxa de Fiscalização CVM com vencimento 10/01/08	867,10		
TOTAL	867,10	(9,06%)	0,00%
Diferimento de despesa de ANBID com vencimento 15/02/08	337,22		
TOTAL	337,22	(3,53%)	0,00%
Tx Custódia Bruta a Pagar em 08/01/2008	(1.780,97)		
TOTAL	(1.780,97)	18,62%	(0,00%)
Despesa de CUSTO CETIP com pagamento	(39,59)		
TOTAL	(39,59)	0,41%	(0,00%)
Despesa de CUSTO SELIC com pagamento 21/01/08	(60,57)		
TOTAL	(60,57)	0,63%	(0,00%)
Tx de Controladoria s/ Tx de Admin. [BBDC] Bruta a Pagar em 08/01/2008	(445,23)		
TOTAL	(445,23)	4,65%	(0,00%)
Estorno de Despesa de Auditoria	(4.882,25)		
TOTAL	(4.882,25)	51,04%	(0,00%)
TOTAL GERAL	(9.566,21)	100,00%	(0,00%)

TESOURARIA

Descrição	Valor	% S/ TES	% S/ Total
Saldo em Tesouraria	0,00	0,00%	0,00%
Saldo em Tesouraria RESERVA	5.882,25	100,00%	0,00%
TOTAL	5.882,25	100,00%	0,00%

Antonio Luiz Lopes
 Presidente

Relatório de Carteira Diária - Fechamento



003/003

Data de Emissão: 06/03/2008 17:45:41
 Data da Posição: 31/12/2007
 Cliente: BRADESCO FIM IPANEMA [006185] [6185]

Moeda da Carteira: RS - REAL - Taxa de Câmbio: - R\$ 0,00

PATRIMÔNIO 225.515.653,19 100,00%

RENTABILIDADE ACUMULADA

Indexador	Benchmark	Rent. Real	Varição Diária	Varição Mensal	Varição Anual	Últimos 6 meses	Últimos 12 meses
Data Inicial							
Data Final							
COTA LÍQUIDA	113,5043%	0,0056%	0,0474181%	0,8414%	6,8027%	4,4789%	6,8027%
CDI			0,0418502%	0,8394%	7,7727%	5,4838%	7,7727%
SELIC	112,7270%	0,0054%	0,0420645%	0,8447%	7,8166%	5,5142%	7,8166%

Quantidade de Cotas	89.367.600,655168
Valor da cota unitária	2.523.460980
Quantidade de Cotas (Bruta)	0,000000
Valor da cota unitária (Bruta)	0,000000000
Valor da cota bruta de performance	2.523.460980

AM
 Antonio Muniz Lopes
 Presidente

ANEXO VI

Relatório de Enquadramento dos Investimentos

Referência: 31/12/2007

Renda Fixa	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
Baixo Risco de Crédito				
Títulos Públicos Federais	702.526.218,15	31,0%	100,0%	Enquadrado
LFT	4.988.365,83	0,2%		
LTN	94.473.891,00	4,2%		
NTN-B	284.887.751,41	12,6%		
NTN-C	318.176.209,91	14,1%		
NTN-L	-	0,0%		
Outros Títulos de Renda Fixa	882.502.149,90	39,0%	80,0%	Enquadrado
Letras Hipotecárias	121.329.660,87	5,4%		
Debêntures Simples	481.556.823,67	21,3%		
CDBs	279.615.665,36	12,3%		
Fundos de Renda Fixa e FIDC	32.614.871,78	1,4%		
Fundos de Renda Fixa	-	0,0%	100,0%	Enquadrado
Fundos FIDC	32.614.871,78	1,4%	20,0%	Enquadrado
Total - Baixo Risco de Crédito	1.617.643.239,83	71,4%	100,0%	Enquadrado

Médio / Alto Risco de Crédito				
Debêntures Imobiliárias	-	0,0%		
Debêntures Conversíveis	-	0,0%		
Total - Médio / Alto Risco de Crédito	-	0,0%	20,0%	Enquadrado
Total - Renda Fixa	1.617.643.239,83	71,4%	100,0%	Enquadrado

Renda Variável	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3.456	Status
Ações em Mercado				
Ações	440.110.298,72	19,4%		
Ações Giro	440.110.298,72	19,4%		
Ações Permanentes	-	0,0%		
Fundos de Renda Variável	33.395.599,60	1,5%		
ARX FIA	10.835.231,85	0,5%		
Mercatto Geração Futuro	11.037.195,15	0,5%		
Geração FIA	11.523.172,60	0,5%		
Total - Ações em Mercado	473.505.898,32	20,9%	50,0%	Enquadrado

Participações				
Ações	-	0,0%		
Debêntures	-	0,0%		
Fundos Venture Capital	-	0,0%		
Fundos Emergentes	-	0,0%		
Fundos Participações	-	0,0%		
Financiamento de Projetos	-	0,0%		
Total - Participações	-	0,0%	20,0%	Enquadrado


José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Renda Variável - Outros Ativos

Ações (BDR's e Mercosul)	-	0,0%		
Fundos Multimercados	-	0,0%		
Demais Ativos	-	0,0%		
Debêntures c/ participação nos lucros	-	0,0%		
Certificado de Ouro Físico	-	0,0%		
Total - Outros Ativos	-	0,0%	3,0%	Enquadrado
Total - Renda Variável	473.505.898,32	20,9%	50,0%	Enquadrado

Imóveis	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3,456	Status
Desenvolvimento	-	0,0%		
Fundos Imobiliários	-	0,0%		
Aluguéis e Renda	69.016.357,06	3,0%		
Outros Investimentos Imobiliários	-	0,0%		
Total Imóveis	69.016.357,06	3,0%	11,0%	Enquadrado

Empréstimos e Fin. Imobiliários	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3,456	Status
Empréstimo	99.030.663,71	4,4%	15,0%	
Financiamentos	-	0,0%	10,0%	
Total de Empréstimos	99.030.663,71	4,4%	15,0%	Enquadrado

Derivativos	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3,456	Status
Swap	-	0,0%	100,0%	
Termo	-	0,0%	100,0%	
Futuros	-	0,0%	100,0%	
Opções	-	0,0%	100,0%	
Total de Derivativos	-	0,0%	100,0%	Enquadrado

Contas a Pagar / Receber - Carteira Própria	1.742.054,50
Contas a Pagar / Receber - Fundos	2.899.736,20
Tesouraria - Carteira Própria	230.204,55
Tesouraria - Fundos	138.307,80

Patrimônio Total da Fundação	2.264.206.461,97	100,0%
-------------------------------------	-------------------------	---------------


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



Relatório Resumo de Enquadramento

Referência: 31/12/2007

Patrimônio Líquido da Fundação **2.264.206.461,97**

Tópico do Enquadramento	Limite 3.458	Aplicação Atual	Valor Limite	% Aplicado	Status
do Segmento RF/PL PLANO	100,00%	1.617.643.239,83	2.264.206.461,97	71,44%	Enquadrado
% do PL em Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do BACEN	100,00%	702.526.218,15	2.264.206.461,97	31,03%	Enquadrado
% do PL em Títulos RF1, exceto títulos do Tesouro Nacional	80,00%	882.502.149,90	1.811.365.169,58	38,98%	Enquadrado
% do PL em FIEEX	10,00%	-	226.420.646,20	0,00%	Enquadrado
% do PL em FIDC		Verificar Rel. de Diversificação FIDC's			
% do PL em Instituições Financeiras RF2	20,00%	-	452.841.292,39	0,00%	Enquadrado
% do PL em uma mesma pessoa jurídica não-financeira		Verificar Rel. de Diversificação Inst. Não Financ.			
% do PL em Instituições Financeiras RF1		Verificar Rel. de Diversificação Inst. Financ.			
% de uma mesma Série de Debêntures		Verificar Rel. de Diversificação Debêntures			
% do PL em RV	50,00%	473.505.898,32	1.132.103.230,99	20,91%	Enquadrado
% do PL em Ações de uma única empresa		Verificar Rel. de Diversificação Renda Variável			
% do capital votante de uma empresa		Verificar Rel. de Diversificação Capital Votante			
% do PL da Fundação em Investimentos Imobiliários	14,00%	69.016.357,06	316.988.904,68	3,05%	Enquadrado
% do PL da Fundação em Empréstimos	15,00%	99.030.663,71	339.630.969,30	4,37%	Enquadrado


José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Diversificação - Debêntures

Referência: 31/12/2007

Limite Resolução 3.456	%
Máximo do Total da Emissão	25%
Máximo do Total do Projeto	40%

Código	Empresa	Origem	Quant. em Carteira	Total de Série	% da Série	Status
AMBV11	AMBEV	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	5.000	81.705	6,12%	Enquadrado
AMBV21	AMBEV	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	3.000	124.803	2,40%	Enquadrado
BRD16	CBD	FIM VT Geribá Multimercado	2.000	54.000	3,70%	Enquadrado
JMIG11	CEMIG	Carteira Própria	232	31.250	0,74%	Enquadrado
CMIG21	CEMIG	Carteira Própria	232	31.250	0,74%	Enquadrado
CMGD11	CEMIG	Carteira Própria	1.000	23.042	4,34%	Enquadrado
CPFL14	Copel	Bradesco FIM Ipanema	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
CPFP11	CPFL Piratininga	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	3.000	40.000	7,50%	Enquadrado
CSNA14	CSN	Alfa Itaipava FIM	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
CVRDA6	Cia Vale do Rio Doce	Carteira Própria	494.476	99.000.000	0,50%	Enquadrado
CVRD27	Cia Vale do Rio Doce	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	7.680	400.000	1,92%	Enquadrado
ELSP10	Eletropaulo	Alfa Itaipava FIM	2.000	60.000	3,33%	Enquadrado
FGTR11	FG Trust	Carteira Própria	603	3.889	15,51%	Enquadrado
FGUI12	Cia Têxtil Ferreira Guimarães	Carteira Própria	1.102	15.000	7,35%	Enquadrado
ITSP12	Itauseg Participações	Alfa Itaipava FIM	6.300	101.385	6,21%	Enquadrado
ITSP22	Itauseg Participações	Alfa Itaipava FIM	6.300	101.115	6,23%	Enquadrado
KLBN15	klabin	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	-	31.405	0,00%	Enquadrado
LAME13	Lojas Americanas	FIM VT Geribá Multimercado	2.000	23.460	8,53%	Enquadrado
PETR13	Petrobras	Carteira Própria	10.000	775.000	1,29%	Enquadrado
TLMP16	Telemar Participações	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	-	15.000	0,00%	Enquadrado
TLNL11	Telemar Norte Leste	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	2.000	54.000	3,70%	Enquadrado
TLNL21	Telemar Norte Leste	Bradesco FIM Ipanema	1.000	54.000	1,85%	Enquadrado


José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Diversificação - FIDC's

Referência: 31/12/2007

Limite Resolução 3.456	%
Máximo Aplicado em FIDC - % do PL da Fundação	10%
Máximo Aplicado por FIDC - % do PL do Fundo	25%

Fundo	Origem	Instituição Proprietária	Valor Aplicado R\$	PL do Fundo R\$	% PL do Fundo	Status
BMG FIDC Cred Cons VI	FIM VT Geribá Multimercado	Intrag	28.963.563,09	610.642.996,80	4,74%	Enquadrado
FIQFIDC Pactual Recebíveis	Alfa Itaipava FIM	UBS Pactual	1.648.916,69	27.553.924,81	5,98%	Enquadrado
FIDC Abimaq	Bradesco FIM Ipanema	Deutsche	2.002.392,00	23.167.157,38	8,64%	Enquadrado

Fundação	PL Total da Fundação	Total Aplicado em FIDC R\$	% PL da Fundação	Status
Fundação	2.264.206.461,97	32.614.871,78	1,44%	Enquadrado


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



Relatório de Diversificação de Renda Fixa - Instituição não Financeira

Referência: 31/12/2007

Limite Resolução 3.456	%
Máximo de Emissão por Instit. não Financeira	10%

Patrimônio Líquido da Fundação	2.264.206.461,97
Total de Instituição não Financeira	481.556.823,67
% PL da Fundação	21,27%

SPC	Origem	Empresa	Papel	Aplicação Atual	% Aplicado	Status
BAIXO RISCO DE CRÉDITO - RF1						
RF1	Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	AMBEV	Debênture	78.524.215,75	3,47%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	CBD	Debênture	18.479.775,70	0,82%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	CEMIG	Debênture	20.399.926,20	0,90%	Enquadrado
RF1	Bradesco FIM Ipanema	Copel	Debênture	20.670.365,10	0,91%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado	CPFL Piratininga	Debênture	29.976.818,07	1,32%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	CSN	Debênture	20.901.530,79	0,92%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria Alfa Itaipava FIM Bradesco FIM Ipanema FIM VT Geribá Multimercado	Cia Vale do Rio Doce	Debênture	74.759.596,63	3,30%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	Eletropaulo	Debênture	20.654.534,09	0,91%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	FG Trust	Debênture	647.404,92	0,03%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	Cia Têxtil Ferreira Guimarães	Debênture	1.479.604,46	0,07%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM	Itauseg Participações	Debênture	129.354.672,98	5,71%	Enquadrado
RF1	FIM VT Geribá Multimercado	Lojas Americanas	Debênture	18.324.555,06	0,81%	Enquadrado
RF1	Carteira Própria	Petrobras	Debênture	17.180.566,80	0,76%	Enquadrado
RF1	Alfa Itaipava FIM FIM VT Geribá Multimercado Bradesco FIM Ipanema	Telemar Participações	Debênture	30.203.257,12	1,33%	Enquadrado

MÉDIO E ALTO RISCO DE CRÉDITO - RF2


José Antonio Múniz Lopes
 Presidente

Resumo do Relatório de Diversificação de Renda Variável

Referência: 31/12/2007

Limite Resolução 3.456	%
Máximo Aplicado em Ações	50%
Máximo de Ações - Novo Mercado e Nível 2	50%
Máximo de Ações - Nível 1	45%
Máximo de Ações - Demais Ações	35%

Patrimônio Líquido da Fundação	2.264.206.461,97
--------------------------------	------------------

Mercado	Cód. Bovespa	Valor Aplicado	% PL	STATUS
Novo Mercado e Nível 2	NM / N2	73.233.255,64	3,23%	Enquadrado
Nível 1	N1	200.340.595,06	8,85%	Enquadrado
Demais Ações		166.536.448,02	7,36%	Enquadrado
Total		440.110.298,72	19,44%	Enquadrado


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



Bradesco



Relatório de Diversificação de Renda Variável

Referência: 31/12/2007

Limite Resolução 3.456	%
Máximo Aplicado em Ações Mesma Companhia - Capital Votante da Companhia	20%
Máximo Aplicado em Ações Mesma Companhia - Capital Total da Companhia	20%
Máximo de Ações - % do PL da Fundação	5%
Máximo de Ações - % do PL da Fundação	10%

Patrimônio Líquido da Fundação 2.284.206.461,92

Cód. Ação	Empresa	Mercado	Valor Aplicado	% de Fundação	Alocação Máxima	Status	Quantidade de Ações em Carteira		% Capital Social		Status
							ON	PN	ON	Total	
AMBV	CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	BOLSA	11.904.612,72	0,53%	10%	Enquadrado	-	92,027	92,027	0,00%	Enquadrado
ARCZ	ARACRUZ CELULOSE S.A.	BOVESPA NIVEL 1	-	0,00%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	Enquadrado
BBAS	BCO BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	13.651.634,00	0,60%	10%	Enquadrado	149,100	-	149,100	0,01%	Enquadrado
BBDC	BCO BRADESCO S.A.	BOVESPA NIVEL 1	34.834.690,48	1,54%	10%	Enquadrado	-	504,516	504,516	0,00%	Enquadrado
BRAP	BRADESPAR S.A.	BOVESPA NIVEL 1	19.822.550,80	0,88%	5%	Enquadrado	-	338,380	338,380	0,00%	Enquadrado
BRML	BR MALLS PARTICIPACOES S.A.	NOVO MERCADO	2.776.245,00	0,12%	5%	Enquadrado	-	116,600	116,600	0,00%	Enquadrado
BRTO	BRASIL TELECOM S.A.	BOVESPA NIVEL 1	3.030.454,00	0,13%	5%	Enquadrado	-	166,600	166,600	0,00%	Enquadrado
BRTP	BRAZIL TELECOM PARTICIPACOES S.A.	BOVESPA NIVEL 1	3.524.092,00	0,16%	5%	Enquadrado	-	134,200	134,200	0,00%	Enquadrado
BTDW	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	NOVO MERCADO	1.173.150,00	0,05%	5%	Enquadrado	16,500	-	16,500	0,01%	Enquadrado
CCPR	CYRELA COMMERCIAL PROPERT S.A. EMPR PART	NOVO MERCADO	435.726,60	0,02%	5%	Enquadrado	36,220	-	36,220	0,01%	Enquadrado
CESP	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	BOVESPA NIVEL 1	1.352.228,00	0,06%	5%	Enquadrado	-	31,100	31,100	0,00%	Enquadrado
CMIG	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	BOVESPA NIVEL 1	7.194.561,00	0,32%	10%	Enquadrado	218,017	-	218,017	0,10%	Enquadrado
CPFE	CPFL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	5.569.551,00	0,25%	5%	Enquadrado	-	162,900	162,900	0,00%	Enquadrado
CPLE	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	BOLSA	1.796.120,00	0,08%	5%	Enquadrado	-	66,400	66,400	0,00%	Enquadrado
CSNA	CIA SIDERURGICA NACIONAL	BOLSA	9.239.967,00	0,41%	10%	Enquadrado	58,700	-	58,700	0,02%	Enquadrado
CYRE	CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREEND E PART	NOVO MERCADO	1.694.952,00	0,07%	5%	Enquadrado	70,800	-	70,800	0,02%	Enquadrado
ELET	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	BOVESPA NIVEL 1	1.296.792,00	0,06%	10%	Enquadrado	27,100	-	27,100	0,00%	Enquadrado
ELPL	ELETROPOL METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	BOVESPA NIVEL 2	3.042.620,00	0,13%	5%	Enquadrado	-	21,100,000	21,100,000	0,00%	Enquadrado
ENBR	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	20.194.046,04	0,89%	5%	Enquadrado	702,646	-	702,646	0,43%	Enquadrado
GFGA	GAFISA S.A.	NOVO MERCADO	3.352.308,00	0,15%	5%	Enquadrado	-	102,800	102,800	0,00%	Enquadrado
GGBR	GERDAU S.A.	BOVESPA NIVEL 1	15.310.152,00	0,68%	10%	Enquadrado	70,000	-	70,000	0,03%	Enquadrado
GTDP	GTD PARTICIPACOES S.A.	BOVESPA NIVEL 1	8.097.937,26	0,36%	5%	Enquadrado	7.722,466	-	7.722,466	9,11%	Enquadrado
ITSA	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	SOMA	36.359.760,78	1,61%	10%	Enquadrado	-	3,037,574	3,037,574	0,00%	Enquadrado
KLBN	KLBIN S.A.	BOVESPA NIVEL 1	2.448.540,00	0,11%	5%	Enquadrado	-	366,000	366,000	0,00%	Enquadrado
NETC	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A.	BOVESPA NIVEL 2	4.107.934,00	0,18%	5%	Enquadrado	182,900	-	182,900	0,27%	Enquadrado
OHLB	OBRACON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	NOVO MERCADO	104.676.936,44	4,62%	10%	Enquadrado	321,388	-	321,388	0,01%	Enquadrado
PCAR	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	BOVESPA NIVEL 1	9.946.260,00	0,44%	5%	Enquadrado	226,000	-	226,000	0,14%	Enquadrado
PETR	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	BOLSA	2.567.399,00	0,11%	5%	Enquadrado	-	39,700	39,700	0,00%	Enquadrado
PRGA	PERDIGAO S.A.	NOVO MERCADO	913.856,00	0,04%	5%	Enquadrado	21,800	-	21,800	0,01%	Enquadrado
PSSA	PORTO SEGURO S.A.	NOVO MERCADO	2.527.406,00	0,11%	5%	Enquadrado	-	247,300	247,300	0,00%	Enquadrado
SBSB	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	NOVO MERCADO	4.352.576,00	0,19%	5%	Enquadrado	-	150,400	150,400	0,00%	Enquadrado
SDIA	SADIA S.A.	BOVESPA NIVEL 1	3.807.573,00	0,17%	5%	Enquadrado	-	-	-	0,00%	Enquadrado
SUZB	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	BOVESPA NIVEL 2	435.563,60	0,02%	5%	Enquadrado	174,900	-	174,900	0,03%	Enquadrado
TAMM	TAM S.A.	NOVO MERCADO	21.958.525,00	0,97%	10%	Enquadrado	-	8,920	8,920	0,00%	Enquadrado
TBLE	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	BOLSA	3.792.642,00	0,17%	10%	Enquadrado	-	631,900	631,900	0,00%	Enquadrado
TMCP	TELEMIG CELULAR PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	4.556.817,00	0,20%	10%	Enquadrado	-	55,675	55,675	0,00%	Enquadrado
TNLP	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	64.494.150,00	2,85%	10%	Enquadrado	807,000	-	807,000	0,05%	Enquadrado
UBBR	UNIBANCO UNIAO DE BCOOS BRASILEIROS S.A.	BOVESPA NIVEL 1	3.869.969,00	0,17%	5%	Enquadrado	90,500	-	90,500	0,02%	Enquadrado
USIM	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS	BOLSA	-	-	-	Enquadrado	-	-	-	-	Enquadrado
VALE	CIA VALE DO RIO DOCE	BOVESPA NIVEL 1	-	-	-	Enquadrado	-	-	-	-	Enquadrado
VIVO	VIVO PARTICIPACOES S.A.	BOLSA	-	-	-	Enquadrado	-	-	-	-	Enquadrado

José Antonio Muniz Lopes
Presidente



Bradesco



Relatório de Diversificação de Renda Fixa - Instituição Financeira

Referência: 31/12/2007

Limite Resolução 3.456	%
Máximo de Emissão por Instit. Financeira	20%
Máximo de Emissão por PL da Instit. Financeira	25%

Patrimônio Líquido da Fundação 2.264.206.461,97

Empresa	Origem	Papel	Aplicação Atual	PL da Instituição	% Instituição	Status	% Fundação	Status
RF 1								
ALFA	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	1.230.460.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
BMG	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	14.141.358,85	1.163.281.000	1,22%	Enquadrado	0,62%	Enquadrado
BRADESCO	Alfa Itaipava FIM	CDB	120.651.826,03	27.944.086.000	0,43%	Enquadrado		Enquadrado
	Bradesco FIM Ipanema						5,33%	
DAYCOVAL	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	14.140.679,25	1.444.870.000	0,98%	Enquadrado	0,62%	Enquadrado
	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	362.991.547	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
FIDIS	Alfa Itaipava FIM	CDB	102.395.685,20	27.405.238.000	0,37%	Enquadrado		Enquadrado
ITAU	Bradesco FIM Ipanema						4,52%	
	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	14.144.077,55	736.710.000	1,92%	Enquadrado	0,62%	Enquadrado
PINE	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	4.332.703.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
SAFRA	Alfa Itaipava FIM	CDB	14.142.038,48	820.339.000	1,72%	Enquadrado	0,62%	Enquadrado
SOFISA	FIM VT Geribá Multimercado	CDB	-	5.599.539.000	0,00%	Enquadrado	0,00%	Enquadrado
VQIORANTIM	Alfa Itaipava FIM	CDB	121.329.660,87	10.506.403.000	1,15%	Enquadrado	5,36%	Enquadrado
C55	Carteira Própria	LHI						

José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Relatório de Diversificação de Fundos de Investimento

Referência: 31/12/2007

Limite Resolução 3.456	%
Máximo Aplicado por Fundo - % do PL da Fundação	20%
Máximo Aplicado por Fundo Aberto- % do PL do Fundo	25%
Máximo Aplicado por Fundo Exclusivo- % do PL do Fundo	100%

Patrimônio Líquido da Fundação	2.264.206.461,97
--------------------------------	------------------

Nome	Patrimônio Líquido	Investimento	Rentabilidade Ano	% PL do Fundo	% PL da Fundação	Status
Bradesco FIM Ipanema	225.515.653,19	225.515.653,15	6,8027%	100,00%	9,96%	Enquadrado
Alfa Itaipava FIM	412.449.483,17	412.449.434,70	7,7378%	100,00%	18,22%	Enquadrado
Credit Suisse IBX-E FIA	113.192.238,72	113.192.240,09	39,5923%	100,00%	5,00%	Enquadrado
FIM VT Geribá	296.600.706,79	264.613.891,77	8,0237%	89,22%	11,69%	Enquadrado
ARX FIA	374.697.972,23	10.835.231,85	N/D	2,89%	0,48%	Enquadrado
Mercatto Geração Futuro	257.361.972,07	11.037.195,15	N/D	4,29%	0,49%	Enquadrado
Geração FIA	465.465.817,72	11.523.172,60	N/D	2,48%	0,51%	Enquadrado


José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



Relatório de Composição da Resolução 3.456 do CMN

Referência: 31/12/2007

	RF1	RF2	Imóveis	Empréstimos	RV1	Derivativos	PG/Receber	Patrimônio
Carteira Própria	715.088.873,69	-	69.016.357,06	99.030.663,71	329.931.442,02	-	1.972.259,05	1.215.039.595,53
Credit Suisse IBX-E FIA	16.573,39	-	-	-	110.178.856,70	-	2.996.808,63	113.192.238,72
ARX FIA	-	-	-	-	10.835.231,85	-	-	10.835.231,85
Mercado Geração Futuro	-	-	-	-	11.037.195,15	-	-	11.037.195,15
Geração FIA	-	-	-	-	11.523.172,60	-	-	11.523.172,60
Bradesco FIM Ipanema	225.519.337,15	-	-	-	-	-	(3.683,96)	225.515.653,19
Alfa Itaipava FIM	412.395.748,32	-	-	-	-	-	53.734,85	412.449.483,17
FIM VT Geribá	264.622.707,28	-	-	-	-	-	(8.815,52)	264.613.891,76
Total	1.617.643.239,83	-	69.016.357,06	99.030.663,71	473.505.898,32	-	5.010.303,05	2.264.206.461,97
Investimento em Fundos	1.049.166.866,44	46,34%						
Investimento em Carteira Própria	1.215.039.595,53	53,66%						
INVESTIMENTOS TOTAIS	2.264.206.461,97	100,00%						


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

Item b.viii -

PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE



BKR - Lopes, Machado

125

The Brazilian Independent
Member firm of
BKR
International

**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE
SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

BKR - LOPES MACHADO

www.bkr-lopemachado.com.br

Rio de Janeiro-RJ - rj@bkr-lopemachado.com.br - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806

Empresas Controladas/Ligadas

Belo Horizonte-MG - bh@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (31) 3296-3232

Macaé-RJ - macae@bkr-lopemachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

São Paulo-SP - sp@bkr-lopemachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Recife-PE - recife@bkr-lopemachado.com.br - Tels (81) 3325-6170 / 6171 / 6040 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Porto Alegre-RS - poa@bkr-lopemachado.com.br - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077


Salvador-BA - sa@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2227

Manaus-AM - am@bkr-lopemachado.com.br - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



BKR - Lopes, Machado

126



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Conteúdo

Parecer dos Auditores Independentes

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Fluxo Financeiro

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BKR - LOPES MACHADO

www.bkr-lopemachado.com.br

Rio de Janeiro-RJ - rj@bkr-lopemachado.com.br - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806

Empresas Controladas/Ligadas

Belo Horizonte-MG - bh@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (31) 3296-3232

Macaé-RJ - macae@bkr-lopemachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

São Paulo-SP - sp@bkr-lopemachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Recife-PE - recife@bkr-lopemachado.com.br - Tels (81) 3325-6170 / 6171 / 6040 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Porto Alegre-RS - poa@bkr-lopemachado.com.br - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Jalvador-BA - sa@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2227

Manaus-AM - am@bkr-lopemachado.com.br - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



BKR - Lopes, Machado

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS
 Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS**, levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstração do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS** em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações e o seu fluxo financeiro, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme descrito na nota explicativa nº4.c, a **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS** criou a possibilidade de migração do plano BD (Benefício Definido) para o plano CD (Contribuição Definida), tendo como incentivo o desbloqueio do teto do Salário Real de Contribuição – SRC. Esse fato gerou uma obrigação das Patrocinadoras dos planos junto a **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS**, no montante de R\$53.201 mil, registrado na rubrica “Outros recursos a receber” em 31 de dezembro de 2007.

Devido as atuais tratativas entre as partes, ainda não é possível determinar o desfecho das negociações.

BKR - LOPES MACHADO

www.bkr-lopemachado.com.br

Rio de Janeiro-RJ - rj@bkr-lopemachado.com.br - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806

Empresas Controladas/Ligadas

Belo Horizonte-MG - bh@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (31) 3296-3232

Macaé-RJ - macae@bkr-lopemachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

São Paulo-SP - sp@bkr-lopemachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Recife-PE - recife@bkr-lopemachado.com.br - Tels (81) 3325-6170 / 6171 / 6040 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Porto Alegre-RS - poa@bkr-lopemachado.com.br - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Salvador-BA - sa@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2227

Manaus-AM - am@bkr-lopemachado.com.br - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



BKR - Lopes, Machado



5. As demonstrações financeiras da **Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 13 de março de 2007, fazendo referência ao trabalho de especialista (atuário), com base nas normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

27 de fevereiro de 2008



BKR - Lopes, Machado Auditores

AN INDEPENDENT MEMBER OF BKR INTERNATIONAL
CRC-RJ-2026/O

Mário Vieira Lopes
Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-60.611/O

Paulo Buzzi Filho

Paulo Buzzi Filho
CONTADOR - CRC-RJ-071138/O-5

BKR - LOPES MACHADO

www.bkr-lopemachado.com.br

Rio de Janeiro-RJ - rj@bkr-lopemachado.com.br - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806

Empresas Controladas/Ligadas

Belo Horizonte-MG - bh@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (31) 3296-3232

Macaé-RJ - macae@bkr-lopemachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

São Paulo-SP - sp@bkr-lopemachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Recife-PE - recife@bkr-lopemachado.com.br - Tels (81) 3325-6170 / 6171 / 6040 - Fax (81) 3325-6041 / 6042

Porto Alegre-RS - poa@bkr-lopemachado.com.br - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Salvador-BA - sa@bkr-lopemachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2227

Manaus-AM - am@bkr-lopemachado.com.br - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

José Antonio Muniz Lopes
José Antonio Muniz Lopes
Presidente



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

Balanço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

Ativo	<u>2007</u>	<u>2006</u>	Passivo	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Disponível	<u>2.574</u>	<u>5.336</u>	Exigível operacional	<u>13.647</u>	<u>9.632</u>
Realizável	<u>2.361.056</u>	<u>2.056.985</u>	Programa previdencial	2.532	586
Programa previdencial	92.631	84.111	Programa assistencial	4.125	3.982
Programa assistencial	5.321	5.120	Programa administrativo	6.976	5.050
Programa administrativo	7.140	10.206	Programa de investimentos	14	14
Programa de investimentos	<u>2.255.964</u>	<u>1.957.548</u>	Exigível contingencial	<u>14.426</u>	<u>11.757</u>
Renda fixa	1.616.202	1.494.873	Programa previdencial	7.615	5.483
Renda variável	471.701	294.114	Programa assistencial	21	-
Investimentos imobiliários	69.030	76.111	Programa administrativo	750	466
Operações com participantes	99.031	92.450	Programa de investimentos	6.040	5.808
Permanente			Exigível atuarial	<u>1.964.387</u>	<u>1.746.449</u>
nobilizado	<u>1.387</u>	<u>1.354</u>	Provisões matemáticas	1.964.387	1.746.449
	1.387	1.354	Benefícios concedidos	1.063.797	1.025.132
			Benefícios a conceder	900.590	721.317
			Reservas e fundos	<u>372.557</u>	<u>295.837</u>
			Equilíbrio técnico		
			Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado	302.664	232.286
			Fundos	<u>69.893</u>	<u>63.551</u>
			Programa assistencial	8.468	5.463
			Programa administrativo	59.917	56.186
			Programa de investimentos	1.508	1.902
	<u>2.365.017</u>	<u>2.063.675</u>		<u>2.365.017</u>	<u>2.063.675</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Antônio Muniz Lopes
 Presidente

The Brazilian Independent
 Member of
 B K R
 International



FUNDAÇÃO ELETOBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

Demonstração do Resultado

Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Programa previdencial		
Recursos coletados	240.659	226.872
Recursos utilizados	(293.738)	(241.913)
Constituições de contingências	(4.389)	(9.127)
Custeio administrativo	(1.616)	(2.571)
Resultado dos investimentos previdenciais	347.399	298.342
Constituições de provisões atuariais	<u>(217.938)</u>	<u>(191.280)</u>
Superávit técnico do exercício	<u>70.377</u>	<u>80.323</u>
Programa assistencial		
Recursos coletados	16.257	15.685
Recursos utilizados	(11.258)	(10.934)
Constituições de contingências	(151)	-
Custeio administrativo	(2.427)	(1.794)
Resultado dos investimentos assistenciais	583	338
Constituições de fundos	<u>3.004</u>	<u>3.295</u>
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	14.563	13.226
Receitas	5.327	7.532
Despesas	(22.054)	(21.407)
Constituições de contingências	(284)	(288)
Resultado dos investimentos administrativos	<u>6.180</u>	<u>6.846</u>
Constituições de fundos	<u>3.732</u>	<u>5.909</u>
Programa de investimentos		
Renda fixa	232.607	225.213
Renda variável	123.123	70.632
Investimentos imobiliários	251	11.469
Operações com participantes	11.172	10.038
Relacionadas com o disponível	(2.120)	(1.676)
Outros investimentos	(274)	(564)
Constituições de contingências	(470)	(962)
Custeio administrativo	(10.520)	(8.861)
Resultados transferidos para outros programas	<u>(354.162)</u>	<u>(305.526)</u>
Reversões de fundos	<u>(393)</u>	<u>(237)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente





FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE
SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

Demonstração do Fluxo Financeiro

Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	2007	2006
Programa previdencial	(61.910)	(49.019)
Entradas	234.385	209.383
Recursos coletados	240.659	226.872
Recursos a receber	(7.652)	(17.489)
Outros realizáveis/exigibilidades	1.378	-
Saídas	(296.295)	(258.402)
Recursos utilizados	(293.738)	(241.913)
Utilizações a pagar	(236)	304
Utilizações futuras	(64)	-
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(9.911)
Constituições de contingências	(2.257)	(6.882)
Programa assistencial	4.812	4.416
Entradas	16.070	15.602
Recursos coletados	16.258	15.685
Recursos a receber	(204)	(83)
Outros realizáveis/exigibilidades	16	-
Saídas	(11.258)	(11.186)
Recursos utilizados	(11.258)	(10.935)
Utilizações a pagar	130	101
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(352)
Constituições de contingências	(130)	-
Programa administrativo	(11.769)	(14.990)
Entradas	9.573	7.437
Receitas	5.327	7.532
Receitas a receber	30	(95)
Outros realizáveis/exigibilidades	4.216	-
Saídas	(21.342)	(22.427)
Despesas	(22.054)	(21.407)
Despesas a pagar	720	1.410
Despesas futuras	26	(172)
Permanente	(34)	215
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(2.221)
Constituições de contingências	-	(252)
Programa de investimentos	66.105	63.904
Renda fixa	111.278	(70.130)
Renda variável	(54.463)	125.506
Investimentos imobiliários	7.332	10.134
Operações com participantes	4.591	936
Relacionadas com o disponível	(2.121)	(1.676)
Outros investimentos	(274)	(564)
Constituições de contingências	(238)	(302)
Fluxo nas disponibilidades	(2.762)	4.311
Final	2.574	5.336
Inicial	5.336	1.025
Varição nas disponibilidades	(2.762)	4.311

4.311
José Antonio Muniz Lopes
Presidente



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

(Em reais)

1 - Contexto Operacional


A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.456, de 01 de junho de 2007.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares 108 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e consistem hoje na administração de três planos de benefícios, como seguem:

- Plano BD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM n.º 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, n.º 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT n.º 1.797, de 30 de maio de 2006, ficando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- Plano CD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, n.º 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC n.º 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, n.º 1.771 de 29 de maio de 2006, sendo oferecido para adesão dos novos empregados e dos não-participantes do Plano BD Eletrobrás, a partir de 01.04.06. Esse processo contempla a migração de participantes, do Plano BD Eletrobrás para o CD Eletrobrás, por um período de doze meses contados a partir de então.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



. 2 .

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em reunião realizada em 17 de janeiro de 2007, o Conselho Deliberativo da Eletros aprovou a prorrogação do prazo de opção pela migração para o Plano CD Eletrobrás, que expiraria em 30 de março de 2007, para 31 de dezembro de 2007, considerando o art. 41, parágrafo 1º do regulamento do Plano CD Eletrobrás. A solicitação de prorrogação foi encaminhada à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, tendo sido aprovada em 23 de março de 2007, conforme Ofício nº 741/SPC/DETEC/CGAT.

Em 23 de novembro de 2007, o Conselho Deliberativo da ELETROS aprovou uma nova prorrogação do prazo de opção pela migração para o plano CD ELETROBRÁS, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 31 de dezembro de 2007, com um novo término em 28 de junho de 2008. A nova prorrogação foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, conforme ofício nº 4.758/SPC/DETEC/CGAT.

- Plano CD ONS - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pelo Ofício DEPAT/SPC nº 2.208, de 10 de novembro de 2004.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 5, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo e a demonstração das origens e aplicações de recursos foi substituída pela demonstração do fluxo financeiro.

3 - Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



. 3 .

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****b) Contribuições para o programa previdencial**

As contribuições são registradas pelo regime de competência.

- Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,08% a 24,48%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,5% a 9%, consoante as faixas de benefícios.

- Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,5% a 15,0%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente.

- Plano de Contribuição Definida – CD ONS

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 2% a 6%, de acordo com as opções individuais; as de responsabilidade da patrocinadora são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em, no mínimo, 40% paga pelo participante e, no máximo, 60% paga pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

c) Programa de investimentos

- Renda fixa e renda variável

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 (alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002), os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- (i) Títulos para negociação - aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Todos os títulos de renda fixa foram classificados como "Títulos para negociação" (nota explicativa 5) e estão avaliados pelo valor de mercado.

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado determinado pela cotação na data mais próxima à do balanço.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

Os dividendos e as bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidos a partir da decisão da assembléia geral dos acionistas.

Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

A variação originada da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



. 5 .

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos respectivos laudos de avaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- Operações com participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos, conforme descrito em (h).

d) Ativo permanente

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo dos bens que constituem o Ativo Permanente Imobilizado às seguintes taxas:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos – “hardware”	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

e) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões são calculadas pelo “regime financeiro de capitalização” e representam o valor atual dos benefícios, líquido de contribuições, a serem pagos aos participantes e/ou beneficiários.

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****f) Demonstração do fluxo financeiro**

É elaborada em conformidade com o estabelecido pela Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores e registra os fluxos derivados de cada um dos programas. Nos programas previdencial, assistencial e administrativo, as entradas e saídas são apresentadas separadamente, ao passo que, no programa de investimentos, são apresentadas líquidas por subgrupo desse programa. Entradas representam as receitas e variações positivas das contas patrimoniais e saídas representam as despesas e variações negativas das contas patrimoniais referentes a cada programa, líquidas dos eventos que não representam movimentação de recursos financeiros.

g) Transferências interprogramas

As transferências interprogramas foram efetuadas nas contas de resultados para cobranças e repasses de recursos entre as diferentes naturezas de gastos dos referidos programas, de acordo com o disposto da Resolução CGPC nº 5/2002 e alterações posteriores. Essas transferências foram efetuadas de acordo com as disposições vigentes em cada exercício social, cujo teor pode ser assim resumido:

- Na demonstração de resultado do programa de investimentos, a rubrica "Resultados transferidos para outros programas" corresponde ao resultado líquido dos investimentos transferido para os programas previdencial, assistencial e administrativo.
- Na demonstração de resultado do programa administrativo, o valor referente à rubrica "Recursos oriundos de outros programas" corresponde ao custeio administrativo dos programas previdencial, assistencial e investimentos.

h) Provisão para perdas na realização de créditos

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto da Resolução CGPC nº 5/2002, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



. 7 .

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4 - Programa Previdencial – Realizável

Em 31 de dezembro, o programa previdencial pode ser assim resumido:

	2007	2006
Contribuições do mês	4.967	4.409
Contribuições contratadas	20.491	23.174
Outros recursos a receber (*)	55.771	45.994
Outros realizáveis	11.402	10.534
	92.631	84.111

(*) Em 2007, os valores correspondentes a “Contribuições extraordinárias” e a Contribuições em atraso” foram reclassificados no grupo “Outros recursos a receber”. Para efeito de comparabilidade, foi utilizado o mesmo critério para 2006.

a) Contribuições do mês

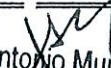
Representam os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

b) Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes ao plano de benefício definido e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2007 e 2006 podem ser assim demonstradas:

	Encargos	2007	2006
Contratos firmados com o CEPEL:			
CF-004/00 - prazo 8 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	2.480	5.074
CF-015/06 - prazo 15 anos (b)	*INPC + 6% a.a.	2.727	2.728
CF-016-A/06 - prazo 15 anos (b)	*INPC + 6% a.a.	2.825	2.841
CF-017-A/06 - prazo 15 anos (b)	*INPC + 6% a.a.	12.459	12.531
		20.491	23.174


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



. 8 .

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Garantias:

- (a) Caução de ações PN das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT.
- (b) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

* INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

c) Outros recursos a receber

Composição do grupo Outros recursos a receber em 31 de dezembro:

	2007	2006
Aporte de reservas do desbloqueio do SRC	53.201	44.917
Aporte de reservas de aposentadorias especiais	2.570	1.077
	<u>55.771</u>	<u>45.994</u>

• Aporte de reservas do desbloqueio do SRC

Representam os recursos a receber das patrocinadoras referentes a aportes de reservas originárias do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes que optaram pela migração ao Plano Previdenciário da Eletros até dezembro de 2007. Segue a sua composição:

Patrocinadoras:	Plano de benefícios	2007	2006
		<u>2007</u>	<u>2006</u>
ELETROBRÁS	CD	32.516	27.748
CEPEL	CD	19.434	16.207
ELETROS	CD	1.251	962
		<u>53.201</u>	<u>44.917</u>


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



. 9 .

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A forma documental que consubstancia o registro destes recursos a receber encontra amparo nos atos praticados pela Eletros a partir de maio de 2006 até 31 de dezembro de 2007, envolvendo procedimentos contratuais entre os participantes que optaram pela migração e constituíram a futura obrigação.

Cabe menção aos atos praticados pela patrocinadora Eletrobrás que, através da Resolução de Diretoria nº RES-1272/2006, de 26 de dezembro de 2006, deu encaminhamento ao Conselho de Administração daquela empresa para deliberação da proposta de aporte financeiro à Eletros no valor aproximando de R\$15.045 mil, como incentivo à migração dos participantes da Eletrobrás do Plano de Benefício Definido (BD) para o Plano de Contribuição Definida (CD), dos empregados que aderiram ao Plano de Contribuição Definida até outubro de 2006.


Tal ato foi posteriormente revogado através da Resolução de Diretoria nº RES-341/2007, de 02 de maio de 2007.

• Aporte de reservas de aposentadorias especiais

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais. Essas contribuições estão compostas como segue:

	Plano de benefícios	2007	2006
Patrocinadoras:			
ELETROBRÁS	BD	3.941	2.196
ELETROBRÁS	CD	2.295	-
CEPEL	BD	1.546	1.391
CEPEL	CD	1.735	-
Provisão para perdas na realização de créditos		(6.947)	(2.510)
		<u>2.570</u>	<u>1.077</u>

A entidade constitui provisão para perdas na realização de créditos de acordo com os critérios descritos na nota explicativa 3(h).


 José Antônio Muniz Lopes
 Presidente



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5 - Programa de Investimentos - Realizável

Em 31 de dezembro, a carteira do programa de investimentos apresentava a seguinte composição:

	2007	2006
Renda fixa	<u>1.616.202</u>	<u>1.494.873</u>
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	<u>554.039</u>	<u>67.907</u>
Notas do Tesouro Nacional	554.039	67.907
Aplicações em instituições financeiras	<u>1.023.922</u>	<u>1.402.939</u>
Caderneta de poupança	14	14
Letras hipotecárias	121.329	104.908
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	902.579	1.298.017
Títulos de empresas – Debêntures	38.241	24.027
Renda variável	<u>471.701</u>	<u>294.114</u>
Ações (*)	325.113	214.457
Fundos de investimentos em ações	146.588	79.657
Investimentos imobiliários	<u>69.030</u>	<u>76.111</u>
Edificações	65.993	72.768
Valores a receber	917	868
Direito em alienação de investimentos imobiliários	2.120	2.475
Operações com participantes		
Empréstimos	<u>99.031</u>	<u>92.450</u>
	<u>2.255.964</u>	<u>1.957.548</u>

(*) Inclui provisão para perda de R\$6.417 mil visando a demonstrar, de forma conservadora, o real valor econômico dos investimentos em ações da GTD Participações S.A.. A adoção deste procedimento leva em consideração o fato de que, devido à baixa liquidez da ação, a utilização do valor da última negociação na bolsa de valores não reflete de forma satisfatória o seu real valor econômico. Em 2006 as ações da GTD Participações foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente





FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

• Renda fixa

Composição da carteira de títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de mercado e por prazo de vencimento, em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC n.º 4, de 30.01.2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 08, de 19.06.2002:

	Prazo de vencimento					Acima de 720	Total
	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	12.686	-	-	22.925	-	518.428	554.039
Notas do Tesouro Nacional	12.686	-	-	22.925	-	518.428	554.039
Aplicações em instituições financeiras	126.282	56.568	-	66.882	64.673	709.517	1.023.922
Caderneta de poupança	14	-	-	-	-	-	14
Letras hipotecárias	-	-	-	-	-	121.329	121.329
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa	126.268	56.568	-	66.882	64.673	588.188	902.579
Títulos de empresas	-	-	-	3.698	17.180	17.363	38.241
Debêntures	-	-	-	3.698	17.180	17.363	38.241
	<u>138.968</u>	<u>56.568</u>	<u>-</u>	<u>93.505</u>	<u>81.853</u>	<u>1.245.308</u>	<u>1.616.202</u>

Fundamentada no conservadorismo, a Eletros mantém provisão de R\$1.483 mil (2006 - R\$1.392 mil) para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



. 12 .

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

• Investimentos imobiliários

Localização	Última Reavaliação	Valor contábil	
		2007	2006
Uso próprio:			
Rua Uruguaiana nº 174 – RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro de 2007	1.977	2.074
Avenida Rio Branco nº 81 (parte) - RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2007	647	473
		<u>2.624</u>	<u>2.547</u>
Locados às patrocinadoras:			
Rua da Quitanda nº 196 – RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro de 2006	23.121	22.287
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro de 2007	14.649	21.473
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro de 2007	2.725	2.967
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	-	2.491	-
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	-	3.212	-
		<u>46.198</u>	<u>46.727</u>
Locados a terceiros:			
Avenida Rio Branco nº 81 (parte) - RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2007	1.293	907
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro de 2007	15.878	20.195
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	-	-	1.396
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	-	-	996
		<u>17.171</u>	<u>23.494</u>
		<u>65.993</u>	<u>72.768</u>
Valores a receber		917	868
Direito em alienação de investimentos imobiliários		2.120	2.475
		<u>69.030</u>	<u>76.111</u>


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

No exercício de 2007, em atendimento a Resolução CMN nº 3.456, de 01 de junho de 2007, procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários, conforme laudos técnicos emitidos por empresa especializada. O resultado negativo das reavaliações realizada em 2007, no montante líquido de R\$9.148 mil, decorre dos lançamentos positivos e negativos dessas reavaliações.

Foram também realizadas benfeitorias cujos custos foram acrescidos aos valores dos imóveis.

Em 2007, o impacto da reavaliação dos imóveis possibilitou um decréscimo patrimonial de R\$9.148 mil, registrado no programa de investimentos.

Em setembro de 2006, foi realizada a venda da participação da Eletros no empreendimento Ilha Plaza Shopping no valor de R\$3.400 mil. No ato da assinatura da promessa de compra e venda foi recebido o valor de R\$1.000 mil, ficando o montante de R\$2.400 mil a ser liquidado em 4 parcelas anuais de R\$600 mil, que serão atualizadas com base na variação do INPC e juros de 8% a.a.

6 - Exigível Contingencial

Registra as provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências previdenciais, fiscais e trabalhistas, deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, apresentando a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Programa previdencial:	7.615	5.483
Provisão constituída	30.560	24.606
Depósitos judiciais	(22.945)	(19.123)
Programa assistencial:	21	-
Provisão constituída	46	19
Depósitos judiciais	(25)	(19)
Programa administrativo:	750	466
Provisão constituída	1.989	1.615
Depósitos judiciais	(1.239)	(1.149)
Programa de investimentos:	6.040	5.808
Provisão constituída	16.806	15.733
Depósitos judiciais	(10.766)	(9.925)
	<u>14.426</u>	<u>11.757</u>


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



. 14.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

• Contingências do Programa Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da Eletros, foram constituídas provisões relativas a processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros.

• Contingências do Programa Administrativo

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências trabalhistas e tributárias (IPTU).

• Contingências do Programa de Investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a IPTU, IOF, ITBI, PIS e COFINS.

7 - Exigível Atuarial

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos executados pelos atuários responsáveis pelos planos, de acordo com os seus pareceres datados de 20 de fevereiro de 2008.

Em 31 de dezembro, o exigível atuarial possuía a seguinte composição consolidada:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Benefícios concedidos		
Benefícios do plano	1.063.797	1.025.132
Benefícios a conceder		
Benefícios do plano com a geração atual		
• Contribuição definida	349.492	166.126
• Benefício definido	<u>609.047</u>	<u>659.630</u>
	958.539	825.756
Outras contribuições da geração atual	<u>(57.949)</u>	<u>(104.439)</u>
	<u>900.590</u>	<u>721.317</u>
	<u>1.964.387</u>	<u>1.746.449</u>

Benefícios concedidos

No Plano BD Eletrobrás, registram o valor atual dos compromissos correspondentes a benefícios concedidos, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados.

José Antonio Muniz Lopes
Presidente



**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Benefícios do plano**

Registram o valor atual dos benefícios a serem pagos pela entidade aos assistidos e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber.

Benefícios do plano com a geração atual - contribuição definida

Registram a totalidade dos saldos acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

Benefícios do plano com a geração atual - benefício definido

Registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas, quando do recebimento dos referidos benefícios.

Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, excluindo toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos, bem como as contribuições registradas nas rubricas benefício do plano com a geração atual e contribuições das patrocinadoras sobre benefícios da geração atual.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



. 16.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Provisões matemáticas do plano de benefício definido - BD ELETROBRÁS

Composição das provisões matemáticas do plano BD Eletrobrás:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Benefícios concedidos		
Aposentadoria	1.000.857	975.661
Pensões	51.516	45.057
	<u>1.052.373</u>	<u>1.020.718</u>
Benefícios a conceder		
Aposentadoria a conceder (ativos)	321.072	415.331
Reversão de aposentadoria em pensão (assistidos)	101.907	97.561
Pensões (ativos)	28.169	38.327
Benefício proporcional diferido (ativos)	20.076	35.407
Valor presente das contribuições futuras	(57.949)	(104.439)
	<u>413.275</u>	<u>482.187</u>
	<u>1.465.648</u>	<u>1.502.905</u>

As provisões matemáticas aumentaram em R\$89.155 mil, em janeiro de 2006, devido à mudança da taxa de juros considerada no cálculo atuarial, de 6% ao ano para 5,5% ao ano, conforme aprovação do Conselho Deliberativo da Eletros.

A redução evidenciada na composição das provisões matemáticas acima é decorrente do processo de migração ocorrido com a implantação do plano CD-Eletrobrás a novas adesões.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente



. 17.

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As provisões matemáticas que migraram do plano BD Eletrobrás para o plano CD Eletrobrás, foram transferidas deduzindo-se as contribuições futuras devidas como assistidos no plano de origem.

Provisões matemáticas do plano de contribuição definida CD ELETROBRÁS

Composição das provisões matemáticas do plano CD Eletrobrás:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Benefícios concedidos		
Aposentadoria	<u>8.553</u>	<u>2.317</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	274.788	112.233
Benefício Proporcional Diferido Saldado	137.823	73.004
	<u>421.164</u>	<u>187.554</u>

Provisões matemáticas do plano de contribuição definida CD ONS

Composição das provisões matemáticas do plano CD ONS:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Benefícios concedidos		
Aposentadoria	1.256	682
Pensão por morte	<u>1.615</u>	<u>1.415</u>
	<u>2.871</u>	<u>2.097</u>
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	<u>74.704</u>	<u>53.893</u>
	<u>77.575</u>	<u>55.990</u>


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

**FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****8 - Fundos**

Os fundos são constituídos com as sobras dos programas administrativo, assistencial e de investimentos, após a transferência do custeio administrativo e da rentabilidade dos recursos aplicados, a qual é alocada com base no resultado líquido do programa de investimentos, calculado de forma proporcional à participação de cada um no montante aplicado.

Programa assistencial

Composto pelos fundos FABES - Fundo de Assistência e Bem Estar Social, em extinção, e ELETROS-SAÚDE, destinados ao custeio do plano de benefício assistencial da Fundação.

Os fundos pertencentes ao plano assistencial não recebem transferência de recursos provenientes dos planos de benefícios previdenciários e, tampouco, aportam recursos para este. Os recursos desses fundos são aplicados exclusivamente em seus respectivos programas, sendo as despesas administrativas incorridas para a gestão desses fundos alocadas aos mesmos.

Fundo Fabes-Transitório

Em 2003, a entidade constituiu a Fundação Eletros de Assistência e Bem Estar Social - Fabes, com a finalidade de dar apoio aos seus programas assistenciais.

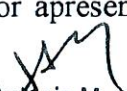
O saldo do antigo Fundo Fabes, considerado em extinção, foi transferido para um novo Fundo intitulado Fundo Fabes - Transitório, cujos recursos passaram a ser, por decisão do Conselho Deliberativo da entidade, progressivamente transferidos para a Fundação Fabes.

No fim do exercício de 2007 o Fundo Fabes Transitório permanecia com um saldo de R\$7.858 mil (2006 – R\$7.359 mil).

Fundo Eletros-Saúde

Dentro do contexto de reestruturação do Eletros-Saúde, a partir do exercício de 2006 o registro contábil das atividades assistencial e administrativa foi segregado em fundos distintos, conforme determinação do Conselho Deliberativo. Além dessa segregação, foi constituído o fundo garantidor do Eletros-Saúde, que tem por finalidade a redução de déficits futuros.

A contribuição para o fundo garantidor foi calculada com base no percentual de 5% sobre as contribuições vertidas para o plano, a partir de julho de 2006. O fundo garantidor apresentava o saldo de R\$1.380 mil (2006 – R\$494 mil).


José Antonio Muniz Lopes
Presidente





FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

É apresentada a seguir a demonstração do resultado do exercício referente ao programa assistencial:

	Fundo		Fundo		Total	
	Eletros-Saúde		Fabes-Transitório			
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Programa assistencial						
Recursos coletados	15.990	15.584	267	101	16.257	15.685
Recursos utilizados	(11.258)	(10.934)	-	-	(11.258)	(10.934)
Constituição de Contingências	(59)	-	(92)	-	(151)	-
Custeio administrativo	(2.399)	(1.777)	(28)	(17)	(2.427)	(1.794)
Resultado dos investimentos assistenciais	231	(54)	352	392	583	338
Constituições de fundos	2.505	2.819	499	476	3.004	3.295

Programa administrativo

Composto pelos fundos administrativos do Plano Administrativo Geral da Eletros – PAGE e do Eletros-Saúde, que se destinam a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros e do Eletros-Saúde, respectivamente.

- Plano Administrativo Geral da Eletros – PAGE

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PAGE em 2007, no valor de R\$5.916 mil, foram usados no custeio apenas R\$3.818 mil, o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro de 2007 a R\$57.544 mil (2006 - R\$55.446 mil).

- Plano Assistencial – Fundo Eletros-Saúde

O fundo administrativo do Eletros-Saúde foi constituído no exercício de 2006 com a receita de sobrecarga administrativa apurada com base no percentual de 5,53% sobre as contribuições vertidas até junho de 2006, e de 15% sobre as contribuições, a partir de julho de 2006.

Além dessa receita, foram destinados ao fundo os recursos oriundos do convênio com o Banco Real, recebidos como contrapartida da centralização, naquele banco, do pagamento da folha de pagamento dos assistidos e dos empregados da Eletros, desde janeiro de 2006, e estão sendo utilizados para redução de mensalidades da categoria de assistidos e pensionistas.

O fundo administrativo do Eletros-Saúde apresentava o saldo de R\$2.373 mil (2006 – R\$740 mil).


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente





FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Demonstração do resultado do exercício referente ao programa administrativo:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes-Transitório		Page	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Programa administrativo						
Recursos oriundos de outros programas	2.399	1.777	28	17	12.136	11.432
Receitas	3.395	2.068	-	-	1.932	5.464
Despesas	(4.178)	(3.126)	(28)	(17)	(17.848)	(18.264)
Constituições de contingências	(248)	-	-	-	(36)	(288)
Resultado dos investimentos administrativos	264	21	-	-	5.916	6.825
Constituições de fundos	1.632	740	-	-	2.100	5.169

Apresentamos abaixo demonstrativo consolidado das constituições dos fundos dos programas assistencial e administrativo:

	Fundo Eletros-Saúde		Fundo Fabes- Transitório		Page	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Constituições de fundos						
Programa Assistencial	2.505	2.819	499	476	-	-
Programa Administrativo	1.632	740	-	-	2.100	5.169
Total	4.137	3.559	499	476	2.100	5.169

) - Detalhamento dos Saldos das Rubricas Contábeis com a Denominação “Outros”:

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros(as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2007, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Programa previdencial – realizável

	2007	2006
Outros recursos a receber		
Aporte de reservas das patrocinadoras	55.771	-
Valores a receber das patrocinadoras	11.338	10.534
	<u>67.109</u>	<u>10.534</u>

José Antônio Muniz Lopes
Presidente

The Brazilian Independent
Member of
B K R
International



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Programa assistencial – realizável

	2007	2006
Outros recursos a receber:		
Valores referentes ao empréstimo do Fundo Fabes Transitório para Fundo Eletros-Saúde	4.074	3.944
Outros	1.223	1.149
	<u>5.297</u>	<u>5.093</u>

Programa administrativo – realizável

	2007	2006
Outros realizáveis:		
Convênio de interveniência com o INSS	5.767	6.471
Valores a receber referentes a convênios com as patrocinadoras	262	2.702
Outros valores a receber	719	585
	<u>6.748</u>	<u>9.758</u>

Programa previdencial – exigível

	2007	2006
Outras exigibilidades:		
Valores referentes a retenção de IRRF sobre o pagamento dos assistidos	2.222	40
Outros	2	2
	<u>2.224</u>	<u>42</u>

Programa administrativo – exigível

	2007	2006
Outras exigibilidades:		
Valores referentes a seguros a pagar	1.875	1.251
Valores referentes a retenção de IRRF e INSS sobre prestadores de serviços	207	62
Outros	537	100
	<u>2.619</u>	<u>1.413</u>


 José Antônio Muniz Lopes
 Presidente
 BKR
 Internacional



FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

10 - Custeio Administrativo

A ELETROS adota a apropriação das despesas administrativas em um único plano, denominado internamente de “Plano Administrativo Geral da Eletros”. Para a cobertura das despesas administrativas, o Plano Administrativo Geral da Eletros tem como fontes de recursos a sobrecarga administrativa, a taxa de administração do ativo e os ressarcimentos de despesas operacionais.

11 - Ações Judiciais – Tributárias

A ELETROS, adicionalmente ao mencionado na nota explicativa 6, iniciou diversos processos judiciais que visam à recuperação de valores que reduziram seus ativos pela edição de planos de estabilização econômica e por mudanças na legislação que contemplava as entidades fechadas de previdência complementar com a imunidade tributária (Lei n° 6.435/77).

12 - Mudança na Legislação Societária

A Administração está estudando os eventuais impactos nas demonstrações contábeis produzidos pela aprovação da Lei n.º 11.638/07, que alterou e revogou alguns dispositivos previstos na Lei n.º 6.404/76.

Na visão preliminar da Administração, não são esperados ajustes significativos nas suas demonstrações contábeis.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



ANEXO VII

ATA DA 79ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro de 2006, às 14:00 horas, no 5º andar do edifício da sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, situada na Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º, 7º andares e Av. Rio Branco, 81 - 20º, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo da ELETROS, com a presença do Presidente Antonio Carlos Gerude Rodrigues, e dos conselheiros Antonio Augusto de Albuquerque Costa, Eduardo Eugênio Goulart M. Figueira, Roberto Murga da Silva e Maurício Joseph Marques Filho. E considerando que o conselheiro Juvenor Pereira da Silva Junior não pôde estar presente por motivo justificado de férias, compareceu o seu suplente Alvaro Francisco Monteiro de Paula, com direito a voto. Tendo sido verificado e superado o quorum mínimo de instalação previsto no art. 35, § 3º do Estatuto da ELETROS, a reunião do Conselho Deliberativo foi instalada, convocada para tratar do seguinte assunto constante da Carta SEGE077/06: **1) ALTERAÇÃO DE MEMBRO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETROS** - O Presidente do Conselho Deliberativo, Antonio Carlos Gerude Rodrigues, representante da Patrocinadora-Instituidora, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS e o conselheiro Maurício Joseph Marques Filho, representante do Patrocinador Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, após consulta às respectivas patrocinadoras, deram conhecimento aos demais membros do Conselho Deliberativo, de uma lista tríplice de nomes indicados para a escolha do Presidente da ELETROS, em substituição ao atual Presidente, Luiz Clovis Martins Limaverde, o qual permanecerá no cargo até 31.12.06, constante da Carta da Patrocinadora-Instituidora CTA-PR-14943/2006, de 20.12.06, cujo teor segue transcrito: "Ilmo. Sr. Antonio Carlos Gerude Rodrigues - Presidente do Conselho Deliberativo - Eletros. *N e s t a*. Senhor Presidente, Conforme aprovado em reunião da Diretoria Executiva da ELETROBRÁS, em 18 de dezembro passado, estamos encaminhando, abaixo, os nomes dos participantes, para escolha desse Conselho, como indicados a Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social - ELETROS, em substituição ao atual. -Pedro Paulo da Cunha; -Renato Pereira Mahler; -Sylvio Murad Carolino dos Santos. Respeitosamente, ALOISIO VASCONCELOS-Presidente" O Presidente do Conselho Deliberativo deu conhecimento da Carta do patrocinador Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS - 590/100/2006, de 21.12.06 recebida por ele momentos antes desta reunião, cujo teor segue transcrito: "Ilmo. Sr. Antonio Carlos Gerude Rodrigues - Presidente do Conselho Deliberativo - Eletros. Assunto: Indicação de candidatos à inclusão em lista tríplice para a Diretoria da Eletros. Referência: Carta CDE-009/2006, de 13.07.2006. Senhor Presidente, Em atenção a sua correspondência CDE-009/2006, de 13 de julho de 2006, onde o Conselho Deliberativo da ELETROS, em decisão tomada em 66ª reunião, solicita o encaminhamento de uma lista tríplice para a avaliação do Conselho Deliberativo da ELETROS, visando a escolha do Presidente e de 1 (um) Diretor para a Fundação, informamos que estamos de acordo com o pleito do CDE. Diante disso, estamos indicando os nomes de Juvenor Pereira da Silva Junior e Roberto Murga para a apreciação desse CDE. Registramos que a

MPHC/mphc

José Antonio Muniz Lopez
Presidente




indicação se baseia no conhecimento que estes dois profissionais têm sobre o tema "previdência privada complementar" e a plena familiaridade com as questões da Fundação, adquirida como membros do Conselho Deliberativo da Eletros. Certo de estar contribuindo para o aprimoramento da gestão da Fundação ELETROS me despeço. Atenciosamente, Hermes J. Chipp - Diretor Geral..." Em seguida, distribuiu a todos os presentes cópia das mesmas. Embora considere premente a substituição do atual Presidente da ELETROS, o conselheiro Roberto Murga manifestou a opinião de que a escolha nesta data seria precipitada, tendo em vista não se ter conseguido até o momento consensar uma única lista tríplice entre ELETROBRÁS/CEPEL e ONS. O CDE entendeu que, como os nomes foram apresentados pelas patrocinadoras, a escolha e a nomeação deveriam ser realizadas nesta data. Conforme o disposto no art. 38, inciso I do Estatuto da Eletros, o Presidente do Conselho Deliberativo, Antonio Carlos Gerude Rodrigues, representante da Patrocinadora-Instituidora, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS e o conselheiro Maurício Joseph Marques Filho, representante do Patrocinador Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL indicaram os seguintes nomes à apreciação desse CDE: Pedro Paulo da Cunha, Renato Pereira Mahler e Sylvio Murad Carolino dos Santos. O representante do ONS, Roberto Murga indicou os seguintes nomes à apreciação desse CDE: Juvenor Pereira da Silva Junior e Roberto Murga. Desta forma, iniciou-se o processo de votação. O Presidente do CDE votou no nome de Sylvio Murad Carolino dos Santos. O conselheiro Maurício Joseph Marques Filho, tendo em vista que considera os nomes de Renato Pereira Mahler e Sylvio Murad Carolino dos Santos, dois bons nomes, por conta do histórico profissional dos dois e da atuação de Renato Pereira Mahler na época em que foi Presidente do Conselho Deliberativo da ELETROS, e com o intuito de que haja unanimidade na Deliberação, propôs a escolha dos dois nomes para compor a Diretoria Executiva da ELETROS. No entanto, o Presidente do Conselho alertou que esta proposta não poderia ser votada, visto que a reunião foi convocada para a escolha do Presidente da ELETROS. Sendo assim, o conselheiro Maurício Joseph Marques Filho votou no nome de Renato Pereira Mahler para Presidente da ELETROS. Os conselheiros Eduardo Eugênio Figueira e Roberto Murga da Silva votaram no nome de Sylvio Murad Carolino dos Santos, e os conselheiros Antonio Augusto de Albuquerque Costa e Alvaro Francisco Monteiro de Paula votaram no nome de Renato Pereira Mahler. O conselheiro Alvaro Francisco Monteiro de Paula solicitou registrar que acha estranha a postura do conselheiro Roberto Murga da Silva em relação às seguintes questões: considerar, neste momento, precipitada a escolha de um novo Presidente para a ELETROS; afirmar que não tinha lido a carta do ONS; e não ter votado em um dos nomes indicados na citada carta do ONS. O conselheiro Roberto Murga da Silva esclareceu que embora não tenha lido a carta, encaminhada diretamente ao Presidente do CDE, estava ciente da indicação de dois nomes. Acrescentou que não é pertinente a observação de não ter votado em um dos nomes indicados pelo ONS, pois tinha total liberdade da Direção do ONS para votar em qualquer um dos nomes indicados pelos conselheiros representantes das patrocinadoras, inclusive consonância com o parágrafo 11 do art. 26 do Estatuto da ELETROS. Considerando o empate entre Sylvio Murad Carolino dos Santos e Renato Pereira Mahler, o Presidente declarou o voto de desempate em favor do nome de Sylvio Murad Carolino dos Santos. A votação resultou na seguinte **DELIBERAÇÃO: O Conselho**

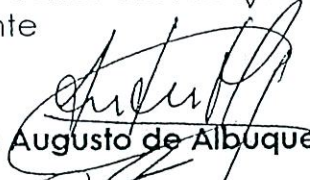
Antonio Carlos Gerude Rodrigues
Presidente

[Handwritten signatures and initials]

Deliberativo, à maioria dos presentes, por 4 votos para Sylvio Murad Carolino dos Santos, computado o voto de desempate do Presidente, considerando a prerrogativa contida no parágrafo 2º do art. 35 do Estatuto da ELETROS, e 3 votos para Renato Pereira Mahler, considerando o disposto no art. 38, I c/c art. 33, VII do Estatuto da ELETROS, e, ainda, o disposto no art. 13, inc. VI da Lei Complementar 108/01, nomeou, para Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, SYLVIO MURAD CAROLINO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado à Rua General Polidoro, 30 – aptº 501 - Botafogo, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 03.593.863-8, expedida pelo SSP-DETRAN-RJ em 30 de setembro de 2002, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 601.512.697-34, em substituição ao Sr. Luiz Clovis Martins Limaverde, para completar, a partir de 02.01.07, o mandato deste último, iniciado em 24 de setembro de 2004, com término em 20 de setembro de 2007. O Sr. SYLVIO MURAD CAROLINO DOS SANTOS, acima qualificado, será empossado, a partir de 02.01.07, como Presidente da ELETROS, após assinatura do termo de posse. Encerrada a votação, o conselheiro Eduardo Eugênio Figueira manifestou-se favorável à proposta apresentada pelo conselheiro Maurício Joseph Marques Filho, em apoio ao nome de Renato Pereira Mahler para Diretor de Benefícios Previdenciários da ELETROS. Como a proposta não cabe solução no contexto da presente reunião, a mesma deveria ser encaminhada à ELETROBRÁS como sugestão do CDE, que concordou por maioria com a referida proposta e o respectivo encaminhamento à Patrocinadora-Instituidora, à exceção do representante do ONS, Roberto Murga, cuja opção neste contexto para a Diretoria de Benefícios Previdenciários da ELETROS, seria a indicação do conselheiro Juvenor Pereira da Silva Junior. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada no mínimo, pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo, presentes na ocasião, e por mim que a redigi.



Antonio Carlos Gerude Rodrigues
Presidente



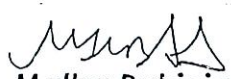
Antonio Augusto de Albuquerque Costa



Eduardo Eugênio Goulart M. Figueira



Maurício Joseph Marques Filho



Malba Patricia H. da Cunha Teixeira
Secretária-Geral



Roberto Murga da Silva



Alvaro Francisco Monteiro de Paula



José Antonio Muniz Lopes
Presidente

PRE229/2006

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2006

Ao

Dr. Aloisio Vasconcelos

Presidente da

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

Rio de Janeiro - RJ

Senhor Presidente,

Informamos que o Conselho Deliberativo da Eletros, na sua 79ª Reunião, de 21/12/2006, nomeou para Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros, o Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, em substituição ao atual Presidente Sr. Luiz Clovis Martins Limaverde, e para completar, a partir de 02/01/2007, o mandato deste último até 20/09/2007.

E tendo em vista que o futuro Presidente, membro da Diretoria Executiva da Eletros também é empregado dessa Patrocinadora-Instituidora, vimos pela presente, devolver, a partir de 01/01/2007, o empregado dessa Patrocinadora-Instituidora Luiz Clovis Martins Limaverde e solicitar que V.Sª. se digne a determinar a cessão, sem ônus para essa Eletrobrás, do Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos à Eletros, a partir de 02/01/2007.

Desde já agradecemos a atenção de V.Sª.

Atenciosamente,


Luiz Limaverde
Presidente

C/c: Dra. Aracilba Alves da Rocha – Diretora de Administração - DA;
Dr. Alecir Ângelo Gomes Coelho – Departamento de Gestão de Pessoas - DAG.


MPHCT/mpht


José Antonio Muniz Lopes

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 – 5º, 6º e 7º andares – Centro – CEP 20050-092 - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3806-4700 Fax 2509-2897

Presidente


RELATOR: Presidente ALOÍSIO MARCOS VASCONCELOS NOVAIS.

ASSUNTO: Cessão de SYLVIO MURAD CAROLINO SANTOS à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS.

A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório à Diretoria Executiva nº PR-176, de 26.12.2006, RESOLVEU:

1. aprovar a cessão do empregado SYLVIO MURAD CAROLINO DOS SANTOS à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, para exercer o cargo de Presidente da ELETROS, a partir de 02.01.2007, pelo período de 1 (um) ano, sem ônus para a ELETROBRÁS;
2. estabelecer que a cessão seja feita sem prejuízo de remuneração (salário+ ADL+ATS), direitos e demais vantagens, assegurados ao empregado durante o período de sua cessão os reajustamentos coletivos, de acordo com as normas da Empresa;
3. determinar que o Gabinete da Presidência e o Departamento de Gestão de Pessoas - DAG adotem as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução.


 AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº
 Secretário-Geral

PRESIDÊNCIA ELETROS	
Recebido por:	
N.º Doc.:	028
Em:	18.01.2007
Hora:	18 : 50


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

ATA DA 97ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2007, às 17:00 horas, no 5º andar do edifício da sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, situada na Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º, 7º andares e Av. Rio Branco, 81 - 20º, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo da ELETROS-CDE, com a presença do Presidente Afrânio Alencar Matos Filho e dos Conselheiros efetivos Maurício Joseph Marques Filho, Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Pedro Paulo da Cunha, Cleber Villa Verde e Roberto Murga da Silva. Participou também o Conselheiro suplente Juvenor Pereira da Silva Júnior. Participaram como convidados o Presidente e Diretores da Eletros, Sylvio Murad Carolino dos Santos, Marcio Cavour e Sergio Mendes de Azevedo Tinoco. Verificado e superado o quorum mínimo de instalação previsto no art. 35, § 3º do Estatuto da ELETROS, a reunião do Conselho Deliberativo foi instalada, cujos membros, de acordo com as atribuições nele previstas, trataram, em caráter extraordinário, do seguinte assunto: **1) ALTERAÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETROS** - O Presidente do CDE, Afrânio Matos Filho, representante da Patrocinadora-Instituidora, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS deu conhecimento aos demais membros do Conselho Deliberativo, da Carta PR-6822/2007 do Presidente em Exercício da ELETROBRÁS, de 29.06.07, anexa à presente, indicando os nomes de Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva e Alice Valderez de Andrade Salomão, para Presidente e Diretora de Benefícios Previdenciários da ELETROS, respectivamente, em substituição ao atual Presidente, Sylvio Murad Carolino dos Santos, e ao atual Diretor de Benefícios Previdenciários Sergio Mendes de Azevedo Tinoco, que voltaria a ser atuário da ELETROS, os quais permaneceriam no cargo até esta data. Conforme o disposto no art. 38, inciso I do Estatuto da Eletros, o Presidente do CDE, Afrânio Matos Filho, representante da Patrocinadora-Instituidora, Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS, o conselheiro Maurício Joseph Marques Filho, representante do Patrocinador Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e o conselheiro Roberto Murga da Silva, representante do Patrocinador Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS referendaram os nomes apresentados. O Presidente do CDE ressaltou que as mudanças de gestores ora implementadas decorreram de acordo entre os Conselheiros indicados pelas patrocinadoras, com vistas à pacificação da gestão na Eletros. O Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa solicitou que constasse o registro de que nada de pessoal ou profissional existe no seu veto com relação à indicação do nome da Sra. Alice Valderez para ocupar o cargo na Diretoria de Benefícios, pois entende que não deveria ocorrer a substituição do Sr. Sergio Mendes de Azevedo Tinoco neste momento, e que antes de o cargo ser ocupado por representante do patrocinador ONS, o cargo poderia ser ocupado por representante do patrocinador CEPEL, devido ao volume de recursos acumulados por este patrocinador e seus respectivos participantes no Plano BD-Eletrobrás e no CD-Eletrobrás serem superiores aos do Plano CD-ONS. O Conselheiro Cleber Villa Verde expressou que se preocupa que um assunto de suma importância como este seja tratado extra-pauta, mas que é favorável aos dois nomes indicados. O Conselheiro Pedro Paulo da Cunha também manifestou-se favoravelmente aos dois nomes indicados, e disse concordar com a opinião do

MPHCT/mphct

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Conselheiro Cleber Villa Verde. Disse ainda que entende ser um retrocesso em relação ao processo de escolha de Presidente e Diretor indicados mediante apresentação de uma lista tríplice. Entende também que a mudança freqüente de dirigentes e conselheiros dentro do mandato poderá trazer algum questionamento futuro. Os Conselheiros Cleber Villa Verde, Pedro Paulo da Cunha e Roberto Murga da Silva também agradeceram pela atuação dos Srs. Sylvio Murad e Sergio Tinoco, enquanto ocuparam os cargos de Presidente e Diretor de Benefícios Previdenciários da Eletros, respectivamente. O Presidente do CDE também deu conhecimento da carta de renúncia da Sra. Alice Valderez de Andrade Salomão, datada de 29.06.07, que até então exercia o cargo de suplente indicada do Conselho Deliberativo, e concluiu que este cargo ficará vacante até a apresentação da nova indicação do ONS ao Conselho Deliberativo, com o que todos concordaram. A votação resultou na seguinte **DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo, à maioria dos presentes, registrado o voto contrário do Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa para o nome da Sra. Alice Valderez de Andrade Salomão pelo motivo exposto acima, considerando o disposto no art. 38, I c/c art. 33, VII do Estatuto da ELETROS, e, ainda, o disposto no art. 13, inc. VI da Lei Complementar 108/01, nomeou, para Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, o Sr. MARCO AURÉLIO ORREGO DA COSTA E SILVA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado à Av. Oswaldo Cruz, 101 – apto. 1002, Flamengo, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CREA-RJ sob o nº 83104611-3-D, em 26 de março de 1986, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 914.461.127-72, em substituição ao Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, para completar, a partir de 02.07.07, um mandato, iniciado em 24 de setembro de 2004 pelo Sr. Luiz Clovis Martins Limaverde, com término em 20 de setembro de 2007, e considerando a proximidade desta data, o Sr. MARCO AURÉLIO ORREGO DA COSTA E SILVA já fica nomeado para cumprir, a partir de 21 de setembro de 2007, um mandato com término em 20 de setembro de 2010, o qual será empossado, a partir de 02.07.07, como Presidente da ELETROS, independentemente de assinatura de termo de posse; e para Diretora de Benefícios Previdenciários da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, ALICE VALDEREZ DE ANDRADE SALOMÃO, brasileira, divorciada, bacharel em direito, residente e domiciliada à Av. Rainha Elizabeth, nº 371 – aptº 801, Copacabana, Rio de Janeiro, RJ, portadora da Identidade nº M 920751, expedida pelo SSP-MG em 02 de outubro de 2001, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 151.084.736-72, em substituição ao Sr. Sergio Mendes de Azevedo Tinoco, para completar, a partir de 02.07.07, um mandato, iniciado em 24 de setembro de 2004 pelo Sr. Fernando Antonio Lopes, com término em 20 de setembro de 2007, e considerando a proximidade desta data, a Sra. ALICE VALDEREZ DE ANDRADE SALOMÃO já fica nomeada para cumprir, a partir de 21 de setembro de 2007, um mandato com término em 20 de setembro de 2010, a qual será empossada, a partir de 02.07.07, como Diretora de Benefícios Previdenciários da ELETROS, independentemente de assinatura de termo de posse. O Presidente do CDE agradeceu ao Presidente e Diretor que se retiraram do cargo, passando a palavra aos mesmos. O Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos passou a ler a carta destinada ao Presidente do CDE, que segue a seguir transcrita: "Rio de Janeiro, 29 de junho de 2007 – Ao Sr. Afrânio Alencar Matos Filho - Presidente do Conselho Deliberativo da Eletros - Rio de Janeiro – RJ - Prezado Senhor, É inerente ao homem o gosto pela realização, deparar-se e observar que uma certa obra, pensada, estudada, compartilhada e na qual tem sido posto energia, amor e verdade e que vem sendo reconhecida pela comunidade é motivo de orgulho para quem dela participa. Falo isso, neste momento pessoalmente difícil, afastando-me da realidade a amargura pelo fato desta precoce interrupção, para registrar o meu enorme**

agradecimento a todos aqueles que acreditaram no meu trabalho, me permitindo servir com despreendimento, transparência e honestidade aos participantes da Eletros de maneira indistinta. Em especial agradeço ao colega Antonio Carlos Gerude Rodrigues, que ao me convidar para exercer este mandato, soube compreender o enorme desafio que os nossos cargos representavam naquele momento singular da Eletros e não poupou esforços na reconstrução da governança, bastante esgarçada. Estendo meus agradecimentos a todos os demais Conselheiros, deliberativos e fiscais, titulares e suplentes, pelo convívio institucional muito gratificante e enriquecedor, cujo maior ganho para mim foi ver renovada nossa confiança na grandeza do trabalho, feita pelos nossos antecessores, e a necessidade de mantermos sempre viva a imagem de excelência da Eletros. Reafirmo meu entusiasmo de ter tido o privilégio de conviver nestes seis meses com um corpo de empregados abnegado, aguerrido, capaz e extremamente profissional, que chamado ao trabalho apresenta-se de forma vibrante, diligente e com visão cooperativa. Por último, agradeço a confiança depositada em mim pelos dirigentes das nossas Patrocinadoras, não só por ter sido indicado para o cargo mas pelo apoio recebido no exercício desta missão, entendendo ser parte da dinâmica empresarial retornar à ELETROBRÁS para dar continuidade a minha trajetória com a mesma disposição, amor e responsabilidade à minha carreira profissional. Que Deus o abençoe e o cubra de sucesso e aos Conselheiros que agora iniciam seus mandatos. Atenciosamente, Sylvio Murad Carolino dos Santos – Presidente" O Sr. Sergio Mendes de Azevedo Tinoco agradeceu a confiança nele depositada e a oportunidade de ter sido Diretor da Eletros. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada, no mínimo, pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo, presentes na ocasião, e por mim que a redigi.




Afrânio Matos Filho
Presidente



José Antonio Muniz Lopes
Presidente



Antônio Augusto de Albuquerque Costa



Maurício Joseph Marques Filho



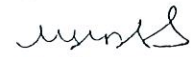
Pedro Paulo da Cunha



Cleber Villa Verde



Roberto Murga da Silva



Malba Patricia H. da Cunha Teixeira
Secretária-Geral



Eletros

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

PRE

163



PRE-093/2007

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2007

Ao

Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza

Presidente em exercício

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

Rio de Janeiro - RJ

Senhor Presidente,

Informamos que o Conselho Deliberativo da Eletros, na sua 97ª Reunião, de 29/06/2007, nomeou para Presidente da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros, o Sr. Marco Aurélio Orrego C. e Silva, em substituição ao atual Presidente Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, e para completar, a partir de 02/07/2007, o mandato deste último até 20/09/2007, podendo ser reconduzido para o mandato subsequente, a partir de 21/09/2007.

E tendo em vista que o futuro Presidente, membro da Diretoria Executiva da Eletros também é empregado dessa Patrocinadora-Instituidora, vimos pela presente, devolver, a partir de 02/07/2007, o empregado dessa Patrocinadora-Instituidora Sylvio Murad Carolino dos Santos e solicitar que V.Sª. se digne a determinar a cessão, sem ônus para essa Eletrobrás, do Sr. Marco Aurélio Orrego C. e Silva à Eletros, a partir de 02/07/2007.

Desde já agradecemos a atenção de V.Sª.

Atenciosamente,

Sylvio Murad Carolino dos Santos

Presidente

C/c: Dra. Aracilba Alves da Rocha – Diretora de Administração - DA;

Dr. Alecir Ângelo Gomes Coelho – Departamento de Gestão de Pessoas - DAG.


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

MPHCT/mphct

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS


Rua Uruguaiana, 174 – 5º, 6º e 7º andares – Centro – CEP 20050-092 - Rio de Janeiro - RJ Tel. 3806-4700 Fax 2509-2897

Relatório de confirmação

164 

Hora : 02-JUL-07 10:47
Linha 1 : +55-21-2509-2897
Linha 2 : +
Nome : ELETROS-Presidência

Núm.	Trab.	Data	Hora	Duração	Págs	Para	Dept.	Conta	Modo	Status
244	858	02-JUL	10:46	00/41	01	25146498			G3 501	OK


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

EM BRANCO

Eletrobrás

CTA-PR- 7129/2007

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2007.

Ao Senhor
MARCO AURÉLIO ORREGO COSTA E SILVA
 Presidente
 Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
 Rio de Janeiro - RJ

Senhor Presidente,

De ordem, informamos a V.Sª que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS aprovou sua cessão à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 02.07.2007, conforme os termos da RES-510/2007, anexa.

Ressaltamos que a cessão está de acordo com a Norma ERH-06 – Cessão e Requisição de Pessoal e será com ônus para a ELETROS.

Atenciosamente,


SINVAL ZAIDAN GAMA
 Chefe de Gabinete da Presidência

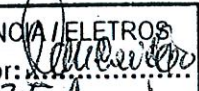
Anexo.


A SEGE,
 para providências
 cabíveis.


 Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva
 Presidente

A cópia entregue a DRAD-RH.


 José Antonio Muniz Lopes
 Presidente

PRESIDÊNCIA / ELETROS	
Recebido por:	
N.º Doc.:	351
Em:	10.07.2007
Hora:	09 : 30


 Elaine Oliveira
 Recursos Humanos

RELATOR: Presidente em exercício VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA.

ASSUNTO: Cessão de MARCO AURÉLIO ORREGO COSTA E SILVA à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS.

A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, no uso de suas atribuições e fundamentada nos termos do Relatório à Diretoria Executiva nº PR-090, de 03.07.2007, RESOLVEU:

1. aprovar a cessão do empregado MARCO AURÉLIO ORREGO COSTA E SILVA, à Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, pelo período de um ano, a partir de 02.07.2007, com ônus para ELETROS;
2. estabelecer que a cessão seja feita sem prejuízo de remuneração (salário + ADL), direitos e demais vantagens, assegurados ao empregado durante o período de sua cessão;
3. determinar que a Presidência, por meio de seu Gabinete, e o Departamento de Gestão de Pessoas - DAG adotem as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução.


AFRÂNIO ALENCAR MATOS Fº
Secretário-Geral


José Antonio Muniz Lopes
Presidente

ATA DA 112ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro de 2007, às 09:00 horas, no 5º andar do edifício da sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, situada na Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º, 7º andares e Av. Rio Branco, 81 - 20º, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo da ELETROS, com a presença do Presidente Afrânio Matos Filho, e dos Conselheiros Cleber Villa Verde, Pedro Paulo da Cunha. E considerando que o Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa não compareceu por motivo justificado, compareceu o seu suplente Mauro Madeira de Sequeira, com direito a voto. Os Conselheiros Roberto Murga da Silva, Maurício Joseph Marques Filho não compareceram por motivos justificados. Considerando que o Conselheiro Antônio Augusto de Albuquerque Costa não compareceu por motivo justificado, participou o seu suplente Mauro Madeira de Sequeira, com direito a voto. Compareceu também o suplente Aloysio Marques Pereira. Compareceu como convidado o Sr. Gilson Mussi Machado, que será nomeado nessa reunião. Tendo sido verificado o quorum mínimo de instalação previsto no art. 35, § 3º do Estatuto da ELETROS, a reunião do Conselho Deliberativo foi instalada. O Presidente do CDE deu ciência a todos os membros presentes da Carta da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, recebida em 06.12.07, contendo a indicação de membro suplente indicado para o Conselho Deliberativo, suprimindo a vacância ocorrida após a renúncia do Sr. Marcos de Almeida que havia ocupado o cargo no lugar da Sra. Alice Valdez de Andrade Salomão, destacando a importância da análise desse assunto pelo CDE, para que sua composição fique completa, facilitando desta forma, os trabalhos deste Conselho. Motivo por que se faz necessário incluir este assunto na pauta e votá-lo nesta reunião, invertendo a ordem da pauta. **2) Nomeação e Posse de Membro Suplente indicado pela Patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para compor o Conselho Deliberativo da ELETROS, face à renúncia da Sra. Alice Valdez de Andrade Salomão** - Considerando a carta do Diretor Geral da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, CARTA ONS 759/100/2007, de 06.12.07, o Presidente colocou a matéria em votação, resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo, à unanimidade dos presentes, e tendo em vista a indicação contida na carta do Diretor Geral da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (ONS 759/100/2007, de 06.12.07), anexa, e referendada pelos representantes das Patrocinadoras junto a este Conselho, presentes à reunião, nomeou o Sr. GILSON MUSSI MACHADO, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, residente e domiciliado à Rua Timóteo da Costa, 297/1401, Leblon, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CONFEA/CREA-RJ sob o nº 21008394-0 em 02.07.07 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 317.245.237-91, para completar, a partir de 07 de dezembro de**

MPHCT/mphct



José Antonio Muniz Lopes
Presidente 

2007, como membro suplente indicado para o Conselho Deliberativo, um mandato iniciado em 19 de novembro de 2004, e término em 18 de novembro de 2008, suprimindo dessa forma a vacância do cargo, o qual é declarado empossado, neste ato, independentemente da assinatura de termo de posse. O Presidente e os demais membros do Conselho presentes deram boas vindas ao novo Conselheiro. **1) Homologação do Resultado da Eleição de Diretor Financeiro 2007; Nomeação e Posse** – O Presidente lembrou aos Conselheiros a decisão do Conselheiro, inclusive dos Conselheiros representantes dos participantes e assistidos em adotar, para a indicação para a vaga de Diretor, prevista no art. 38, II do Estatuto, um processo eleitoral, cujo resultado, de acordo com o exarado na ata da Reunião Conjunta da Comissão Eleitoral e da Junta Apuradora e decisão já tomada pelo Conselho Deliberativo na 108ª Reunião, de 19.10.07, foi a declaração, por aclamação, para o cargo de Diretor Financeiro, de Sylvio Murad Carolino dos Santos, único candidato inscrito e habilitado para o pleito, sendo de se observar que a Norma Eleitoral prevê a homologação do nome do vencedor da eleição pelo Conselho Deliberativo. Relatou também que a conclusão do parecer exarado pelo Escritório Reis Advocacia a respeito do eventual impedimento apontado pelo SINTERGIA indicou inexistir qualquer impedimento do Sr. Sylvio Murad a exercer o cargo de Diretor Financeiro, uma vez que não se aplica a Resolução CGPC 04/03 ao caso, ressaltando que o sócio do citado Escritório, Adacir Reis era titular da Secretaria de Previdência Complementar na época relatou a matéria como Conselheiro, quando foi aprovada a citada Resolução no Conselho de Gestão de Previdência Complementar. Acrescentou que, tanto o parecer da Divisão Jurídica da ELETROS, como o parecer da ELETROBRÁS foram unânimes nesse sentido. E conforme o art. 38, inciso II do Estatuto da ELETROS, os Conselheiros representantes dos participantes e assistidos presentes, Cleber Villa Verde, Pedro Paulo da Cunha e Mauro Madeira de Sequeira referendaram o nome do Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos para ocupar o cargo de Diretor Financeiro da ELETROS. Em seguida o Presidente colocou a matéria em votação resultando na seguinte **DELIBERAÇÃO: O Conselho Deliberativo, à unanimidade dos presentes, e tendo em vista a Ata da 108ª Reunião deste Conselho, de 19.10.07, com base em recomendação da Comissão Eleitoral e Junta Apuradora, e o referendo dos Conselheiros representantes dos participantes e assistidos presentes, nomeou o candidato único no processo eleitoral findo, Sr. SYLVIO MURAD CAROLINO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Senador Vergueiro, 66/602, Flamengo, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 03.593.863-8, expedida pelo SSP-DETRAN-RJ em 30 de setembro de 2002, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 601.512.697-34 para Diretor Financeiro da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, para cumprir um mandato com início em 10 de dezembro de 2007 e com término em 09 de dezembro de 2010, o qual é declarado empossado, neste ato, independentemente da assinatura de termo de posse.** Foram dadas boas vindas ao futuro Diretor, Sr. Sylvio Murad Carolino dos Santos, que nesse momento compareceu como convidado, o qual agradeceu à dedicação do

MPHCT/mphct

José Antonio Muniz Lopes
Presidente

atual Diretor Financeiro Marcio Cavour. Os membros do Conselho Deliberativo presentes e os membros da Diretoria Executiva, Marco Aurélio O. da Costa e Silva e Alice Valderéz de Andrade Salomão, convidados nesta parte da reunião, manifestaram o voto de louvor e reconhecimento pelo empenho e dedicação do Sr. Marcio Cavour durante o período que esteve à frente da Diretoria Financeira da ELETROS. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada no mínimo, pela maioria dos membros do Conselho Deliberativo, presentes na ocasião, e por mim que a redigi.



Afranio Matos Filho
Presidente



Mauro Madeira de Sequeira



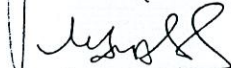
Pedro Paulo da Cunha



Cleber Villa Verde



Gilson Mussi Machado



Malba Patricia H. da Cunha Teixeira
Secretária-Geral

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICASComarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, nº 164 sobreloja 103CERTIFICO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.
282712007/2211316501
UM01859509/01/2008
Emol: 27,04 Adic: 5,41**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS****Jalber Lira Buannafina**

UM018595



0 Oficial



José Antonio Muniz Lopes
Presidente

PRE-133/2007

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2007

Ao

Dr. Valter Luiz Cardeal de Souza

Presidente em exercício

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS

Rio de Janeiro - RJ

REF.: PROCESSO ELEITORAL ELETROS 2007 – DIRETOR FINANCEIRO

Senhor Presidente,

Conforme é do pleno conhecimento dessa Patrocinadora-Instituidora, a Eletros, por intermédio de uma Comissão Eleitoral, constituída para a escolha do nome do próximo Diretor Financeiro, formada majoritariamente por representantes dos participantes ativos e assistidos, aclamou o nome de SYLVIO MURAD CAROLINO DOS SANTOS, que substituirá Marcio Cavour, que se retira ao término do cumprimento de seus dois mandatos, à frente da Diretoria Financeira.

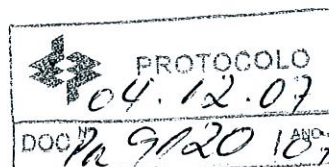
O nome de Sylvio Murad Carolino dos Santos, participante ativo desta Eletros e empregado dessa Eletrobrás, está sendo encaminhado para o Conselho Deliberativo da Eletros, para homologação do resultado e posse, em reunião deste Conselho agendada para o dia 07/12/2007.

Sendo assim, vimos pela presente solicitar a V.Sa. que se digne determinar a cessão do empregado Sylvio Murad Carolino dos Santos à Eletros, comprometendo-se esta Fundação, desde já, a reembolsar essa Patrocinadora dos custos mensais com o referido empregado.

Atenciosamente,


Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva
Presidente


José Antonio Muniz Lopes
Presidente



RM/cp

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 – 5º, 6º e 7º andares – Centro – CEP 20050-092 - Rio de Janeiro - RJ Tel. 2179-4700 Fax 2509-2897



ANEXO VIII

DÍVIDA DA ELETROBRÁS COM A ELETROS EM 31.12.2007

Contribuições a Contratar

Referência - Dotação Adicional pelo Desbloqueio da Média do S.R.C.- Plano BD

DATA COBRANÇA	Nº CARTA COBRANÇA	FUNCIONÁRIO	DIFERENÇA DA PROVISÃO MATEMÁTICA
23/07/02	349/02	Aureo Machado Lima Guedes	37.794,48
23/07/02	350/02	Maria Dilma Belmiro de Souza	97.346,61
23/07/02	351/02	Roberto Cavalcanti de Albuquerque	204.802,15
23/07/02	352/02	Sonia Maria Campos de Carvalho	2.962,61
SUBTOTAL			342.905,85

Referência - Aposentadoria com Tempo Especial - SB 40 - Plano BD

DATA COBRANÇA	Nº CARTA COBRANÇA	FUNCIONÁRIO	DIFERENÇA DA PROVISÃO MATEMÁTICA
18/05/05	181/05 - 492/06	Maria de Lourdes de Souza Leite	346.137,67
14/09/05	372/05 - 493/06	Danilo Secin Fidalgo	169.180,39
28/08/06	476A/06	Stenio Alvarenga Filho	487.397,98
28/09/06	521/06	Roberto Murga da Silva	570.245,39
07/08/07	328/07	Ronaldo Vieiralves Souto	1.497.132,39
SUBTOTAL			3.070.093,82

Referência - Dotação Adicional pelo Tempo Anterior de Participante Fundador - Plano BD

DATA COBRANÇA	Nº CARTA COBRANÇA	FUNCIONÁRIO	DIFERENÇA DA PROVISÃO MATEMÁTICA
23/07/02	347/02	Alcydes Lira Lopes	237.195,18
SUBTOTAL			237.195,18

Referência - Dotação Adicional pelo Incremento Retroativo no S.R.C. -Plano BD

DATA COBRANÇA	Nº CARTA COBRANÇA	FUNCIONÁRIO	DIFERENÇA DA PROVISÃO MATEMÁTICA
03/11/04	502/04	Jorge Pessoa Maranhão	290.428,03
SUBTOTAL			290.428,03

Referência - Desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC) - Migração Plano CD Eletrobrás

DATA COBRANÇA	Nº CARTA COBRANÇA	FUNCIONÁRIO	DIFERENÇA DA PROVISÃO MATEMÁTICA
03/10/07	119/2007	Diversos	32.515.550,18
SUBTOTAL			32.515.550,18

Referência - Aposentadoria com Tempo Especial - SB 40 - Plano CD

DATA COBRANÇA	Nº CARTA COBRANÇA	FUNCIONÁRIO	DIFERENÇA DA PROVISÃO MATEMÁTICA
17/04/07	163-441/2007	Júlio Cesar Gonçalves Trindade	775.889,49
29/05/07	220-442/2007	Marcos Spagnol	740.640,42
29/05/07	221-443/2007	Marco Antonio da Silva	113.939,31
29/05/07	222-444/2007	Nelson Leon	57.896,86
29/05/07	223-445/2007	Paulo Roberto de Holanda Sales	20.840,84
29/05/07	224-446/2007	Rogério Tavares dos Santos	43.850,11
29/05/07	225-447/2007	Paulo Cesar Fraga de Carvalho	417.419,83
29/05/07	226-448/2007	Fernando Luiz Restum Pertusier	30.125,68
29/05/07	227/2007	Jorge Pessoa Maranhão	93.850,47
SUBTOTAL			2.294.453,01

TOTAL

38.750.626,07



José Antonio Muniz Lopes
Presidente

Demonstrações Contábeis

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS

*31 de dezembro de 2007 e de 2006
com parecer dos Auditores Independentes*

*Diretoria Financeira – DF
Departamento de Contabilidade - DFC*

BOVESPA
A Bolsa do Brasil



Empresa associada à
ABRACONEE
Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

João Vicente A. Torres

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.**ELETROBRÁS***Companhia Aberta***ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

	Página
	1
- Balanço Patrimonial – Ativo	2
- Balanço Patrimonial – Passivo	3
- Demonstração do Resultado do Exercício	4
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	5
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos ✓	6
- Demonstração do Fluxo de Caixa	7
- Demonstração do Valor Adicionado	8
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
- Nota 1 – Contexto Operacional	9
- Nota 2 – Concessões do Serviço Público	10
- Nota 3 – Governança Corporativa	12
- Nota 4 – Relacionamento com Auditores Independentes	12
- Nota 5 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	13
- Nota 6 – Principais Práticas Contábeis	13
- Nota 7 – Procedimentos de Consolidação	18
- Nota 8 – Disponibilidades	22
- Nota 9 – Consumidores e Revendedores de Energia Elétrica	22
- Nota 10 – Financiamento e Empréstimos Concedidos	24
- Nota 11 – Remuneração dos Investimentos	27
- Nota 12 – Créditos Renegociados	27
- Nota 13 – Títulos e Valores Mobiliários	31
- Nota 14 – Ativos Fiscais Diferidos e Créditos Tributários	33
- Nota 15 – Ativo Regulatório	35
- Nota 16 – Estudos e Projetos	37
- Nota 17 – Estoque de Combustível Nuclear	38
- Nota 18 – Adiantamento para Participação Societária	39
- Nota 19 – Investimentos	40
- Nota 20 – Imobilizado	46
- Nota 21 – Intangível	47
- Nota 22 – Financiamentos e Empréstimos Obtidos	47

- Nota 23 - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	48
- Nota 24 – Fornecedores	50
- Nota 25 – Taxas Regulamentares	50
- Nota 26 – Tributos e Contribuições Sociais	51
- Nota 27– Adiantamento de Cliente	54
- Nota 28 – Empréstimo Compulsório	55
- Nota 29 – Remuneração aos Acionistas	56
- Nota 30 – Créditos do Tesouro Nacional	58
- Nota 31 - Previdência Complementar	58
- Nota 32 – Passivos Contingentes	62
- Nota 33 – Obrigações para Desmobilização de Ativos	67
- Nota 34 – Patrimônio Líquido	70
- Nota 35 – Operações com Energia Elétrica	72
- Nota 36 – Deduções às Operações com Energia Elétrica	73
- Nota 37 – Participações Societárias	73
- Nota 38 – Pessoal, Material e Serviço	74
- Nota 39 – Energia Comprada para Revenda	74
- Nota 40 – Provisões Operacionais	74
- Nota 41 – Resultado Financeiro	75
- Nota 42 – Participação no Resultado da Companhia	75
- Nota 43 – Segmentos de Negócios	75
- Nota 44 – Seguros	76
- Nota 45 – Leilão de Energia Elétrica e Linhas de Transmissão	77
- Nota 46 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos	78
- Nota 47 – Remuneração de Empregados e Dirigentes	80
- Nota 48 – Programa de Demissão Voluntária	81
- Nota 49 – Gestão de Recursos Setoriais	82
- Nota 50 – Esclarecimento de Assunto Relevante	83
- Nota 51 – Eventos Subseqüentes	85
- Anexos às Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	
- Anexo I – Consumidores e Revendedores	89
- Anexo II – Financiamentos e Empréstimos a Receber	90
- Anexo III – Investimentos em Empresas Consolidadas	91
- Anexo IV – Ativo Imobilizado - 2007	92
- Anexo IV.a - Ativo Imobilizado - 2006	93
- Anexo V – Financiamentos e Empréstimos a Pagar	94
- Anexo VI – Resultado por Segmento de Negócio	95
- Anexo VII - Resumo das Demonstrações Contábeis das Controladas	96
- Anexo VIII – Siglas Utilizadas nas Demonstrações Contábeis	97
- Parecer dos Auditores Independentes	98
- Parecer do Conselho Fiscal	

João Vicente A. Torres 

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
CIRCULANTE					
Disponibilidades	8	5.585.519	2.877.879	8.094.907	5.459.139
Consumidores e revendedores	9	1.349.259	1.180.392	3.622.343	3.994.924
Financiamentos e empréstimos	10	3.034.328	5.985.076	1.506.511	1.414.788
Conta de Consumo de Combustível - CCC		549.467	860.023	541.087	833.555
Remuneração dos investimentos	11	635.357	543.731	152.468	174.455
Créditos renegociados	12	112.803	106.935	526.275	352.158
Ativos fiscais diferidos	14	1.773.215	1.213.421	2.443.072	1.842.337
Direito de ressarcimento		179.460	275.468	179.460	275.468
Devedores diversos		290.840	2.278	427.358	128.224
Almoxarifado		2.519	2.427	603.177	519.816
Despesas pagas antecipadamente		21	-	66.728	46.299
Outros		74.002	65.632	446.573	374.279
		<u>13.586.790</u>	<u>13.113.262</u>	<u>18.609.959</u>	<u>15.415.442</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Financiamentos e empréstimos	10	33.488.103	31.334.465	13.405.369	13.052.790
Créditos renegociados	12	203.959	3.022.767	1.920.766	4.735.269
Títulos e valores mobiliários	13	1.491.900	1.411.661	1.495.242	1.414.136
Estoque de combustível nuclear	17	-	-	657.188	594.169
Estudos e projetos	16	292.579	292.330	312.122	308.011
Consumidores e revendedores		-	-	26.178	589.223
Ativos fiscais diferidos	14	1.351.862	790.359	2.515.443	1.959.457
Cauções e depósitos vinculados		177.336	140.034	397.113	367.179
Conta de Consumo de Combustível - CCC		500.512	474.052	500.512	474.052
Direito de ressarcimento		590.025	-	590.025	-
Outros		66.426	46.527	287.840	376.636
		<u>38.162.702</u>	<u>37.512.195</u>	<u>22.107.798</u>	<u>23.870.922</u>
Adiantamentos para participação societária	18	1.824.255	700.085	4.027	80.383
		<u>39.986.957</u>	<u>38.212.280</u>	<u>22.111.825</u>	<u>23.951.305</u>
INVESTIMENTOS	19	43.062.138	42.304.993	5.183.898	4.565.745
IMOBILIZADO	20	28.807	30.822	74.157.189	77.695.285
INTANGÍVEL	21	55.558	57.410	469.810	412.538
DIFERIDO		5.891	1.242	45.995	45.136
		<u>43.152.394</u>	<u>42.394.467</u>	<u>79.856.892</u>	<u>82.718.704</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>96.726.141</u></u>	<u><u>93.720.009</u></u>	<u><u>120.578.676</u></u>	<u><u>122.085.451</u></u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.


João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	139.430	169.968	1.429.199	1.990.178
Empréstimo compulsório	28	96.709	111.106	96.709	111.106
Fornecedores	24	1.269.365	1.159.921	2.291.929	1.976.903
Adiantamento de clientes	27	202.250	102.387	237.441	134.909
Tributos e contribuições sociais	26	1.092.560	918.483	1.823.838	1.448.655
Conta de Consumo de Combustível - CCC		515.418	836.878	515.418	836.878
Remuneração aos acionistas	29	881.002	566.043	902.915	590.756
Créditos do Tesouro Nacional	30	58.150	51.123	58.150	51.123
Provisões estimadas		78.274	7.282	426.267	294.877
Obrigações de ressarcimento		444.225	193.811	444.225	193.810
Previdência complementar	31	-	-	183.512	338.355
Provisões para contingências	32	-	-	1.029.109	893.299
Pesquisa e desenvolvimento		-	-	343.010	287.460
Taxas regulamentares	25	-	-	514.897	591.290
Outros		33.648	273.208	706.088	455.724
		<u>4.811.031</u>	<u>4.390.210</u>	<u>11.002.707</u>	<u>10.195.323</u>
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	1.576.872	2.007.461	12.981.322	17.819.926
Créditos do Tesouro Nacional	30	726.989	459.808	726.989	459.808
Fornecedores		-	-	-	268.332
Reserva Global de Reversão - RGR		6.769.011	6.171.300	6.769.011	6.171.300
Empréstimo compulsório	28	202.375	23.870	202.375	23.870
Tributos e contribuições sociais	26	-	647.844	1.625.530	2.150.748
Obrigações para desmobilização de ativos	33	-	-	451.017	356.604
Adiantamento de clientes	27	-	-	1.056.761	942.330
Conta de Consumo de Combustível - CCC		500.512	474.052	1.143.258	1.036.531
Provisões para contingências	32	1.214.528	1.298.389	2.042.787	2.147.921
Previdência complementar	31	-	-	798.623	1.992.061
Provisão para passivo a descoberto em investidas		875.777	342.996	875.777	342.996
Outros		85.810	68.291	553.669	97.372
		<u>11.951.874</u>	<u>11.494.011</u>	<u>29.227.119</u>	<u>33.809.799</u>
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	385.614	244.541
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34				
Capital social		24.235.829	24.235.829	24.235.829	24.235.829
Reservas de capital		25.907.304	25.907.304	25.907.304	25.907.304
Reservas de reavaliação		208.109	230.538	208.109	230.538
Reservas de lucros		25.800.369	24.054.259	25.800.369	24.054.259
		<u>76.151.611</u>	<u>74.427.930</u>	<u>76.151.611</u>	<u>74.427.930</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital		3.811.625	3.407.858	3.811.625	3.407.858
		<u>79.963.236</u>	<u>77.835.788</u>	<u>79.963.236</u>	<u>77.835.788</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>96.726.141</u>	<u>93.720.009</u>	<u>120.578.676</u>	<u>122.085.451</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
Chefe do Departamento de Contabilidade
CRC - RJ - 057991/O-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
 (em milhares de Reais)

CONSOLIDADO

Nota	CONTROLADORA		Trimestres			2006 Reclassificado
	2007	2006 Reclassificado	4T/07	até 3T/07	4T/06	
RECEITAS OPERACIONAIS						
35	7.555.634	6.297.277	6.610.382	17.096.219	5.700.192	21.011.354
36	-	-	(312.134)	(802.342)	(252.750)	(1.292.529)
37	1.883.289	988.561	(128.645)	(310.065)	85.599	(438.710)
15	-	-	303.717	449.575	(41.196)	361.667
	-	-	300.136	-	-	300.136
	-	-	27.209	74.434	-	101.643
	<u>9.438.923</u>	<u>7.285.838</u>	<u>6.800.665</u>	<u>16.507.821</u>	<u>5.923.466</u>	<u>23.308.486</u>
DESPESAS OPERACIONAIS						
38	318.370	287.024	1.271.465	3.077.802	1.170.609	4.355.267
39	7.152.195	6.256.845	1.805.545	4.320.087	1.479.321	4.895.225
	-	-	160.106	320.428	41.921	442.724
	86.947	62.925	314.007	611.307	348.301	750.756
	-	-	222.352	729.247	146.924	951.599
	-	-	655.476	439.758	323.626	1.152.447
40	7.016	5.947	481.346	1.552.570	507.644	2.006.805
15	586.483	114.934	(84.273)	1.364.949	(73.345)	957.613
	-	-	599.822	374.120	102.288	(390.916)
	126.400	140.743	319.968	143.489	45.115	198.990
	356.336	182.588	445.271	861.278	333.328	1.306.549
	<u>8.633.747</u>	<u>7.051.006</u>	<u>6.252.586</u>	<u>13.795.035</u>	<u>4.425.732</u>	<u>15.474.630</u>
	805.176	234.832	548.079	2.712.786	1.497.734	4.571.928
	595.844	1.235.774	1.744.426	(2.671.095)	(1.058.606)	(2.706.030)
41	1.401.020	1.470.606	2.292.505	41.691	439.128	1.865.880
	-	-	(18.032)	(18.847)	5.819	(17.964)
	<u>1.401.020</u>	<u>1.470.606</u>	<u>2.274.473</u>	<u>22.844</u>	<u>444.947</u>	<u>1.847.925</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO						
RESULTADO FINANCEIRO						
RESULTADO OPERACIONAL						
RESULTADO NÃO OPERACIONAL						
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, DO IMPOSTO DE RENDA, DAS PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA						
	146.976	(210.603)	(354.303)	(59.006)	8.473	(413.309)
	17.861	(81.685)	(116.972)	(55.020)	7.032	(151.373)
	1.565.857	1.178.318	1.803.198	(91.182)	460.452	1.284.932
	(18.000)	(17.000)	(159.926)	-	(138.469)	(138.468)
	-	-	(4.098)	(135)	13.869	14.854
	<u>1.547.857</u>	<u>1.161.318</u>	<u>1.639.174</u>	<u>(91.317)</u>	<u>335.852</u>	<u>1.161.318</u>
	<u>RS\$1.37</u>	<u>RS\$1.03</u>	<u>RS\$1.45</u>	<u>(RS\$0,08)</u>	<u>RS\$0,30</u>	<u>RS\$1,03</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO						
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO						

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

 178
João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade
 CRC - RJ - 05798110-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIÇÃO	LEGAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
					ESTATUTÁRIAS	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS			
Em 31 de dezembro de 2005	24.235.829	25.907.304	247.855	1.595.578	14.318.074	6.448.973	-	2.961.277	75.714.889	
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	-	-	-	-	-	972.548	-	446.581	1.419.129	
Realização de reservas de reavaliação	-	-	(17.317)	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.317	-	-	
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	1.161.317	-	-	
Constituição de reservas	-	-	-	58.066	592.272	-	(719.086)	-	-	
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(459.548)	-	(459.548)	
Em 31 de dezembro de 2006	24.235.829	25.907.304	230.538	1.653.644	14.910.346	7.421.521	68.748	3.407.858	77.835.788	
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	-	-	-	-	-	879.311	-	403.767	1.283.078	
Realização de reservas de reavaliação	-	-	(22.429)	-	-	-	22.429	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.547.857	-	-	
Destinação do resultado:	-	-	-	77.394	789.405	-	(866.799)	-	-	
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(703.487)	-	(703.487)	
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2007	24.235.829	25.907.304	208.109	1.731.038	15.699.751	8.300.832	68.748	3.811.625	79.963.236	

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente Amato Torres
 Chefe do Departamento de Contabilidade

CRC - RJ - 0579910-S-DF

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
ORIGENS				
Das operações - lucro líquido do exercício	1.547.857	1.161.318	1.547.857	1.161.318
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	7.016	5.947	2.033.916	2.006.805
Variações monetárias líquidas de longo prazo	2.536.733	529.148	3.066.185	1.870.503
Ajuste dos investimentos	(1.455.947)	(575.696)	(306.002)	(73.467)
Ativo Regulatório	(287.746)	-	(287.746)	-
Provisões de longo prazo	(938.109)	(663.429)	(412.433)	337.200
Participação minoritária no resultado	-	-	4.233	(14.854)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.283.075	1.419.127	1.283.075	1.419.131
Resultado a compensar de Itaipi	-	-	(694.088)	(390.917)
Outras	416.887	433.880	121.636	178.290
	<u>3.109.766</u>	<u>2.310.295</u>	<u>6.356.633</u>	<u>6.494.009</u>
De Acionistas	-	-	-	-
De Terceiros				
Financiamentos obtidos	-	-	904.022	648.794
Reserva Global de Reversão e Empréstimo Compulsório	875.571	1.105.965	875.571	1.105.965
Transferência do passivo circulante para passivo não circulante	28.010	149.742	57.136	270.459
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	3.309.303	2.666.759	3.980.084	2.481.870
Realização e alienação de investimentos	742.787	607.051	901.515	687.507
	<u>4.955.671</u>	<u>4.529.517</u>	<u>6.718.328</u>	<u>5.194.595</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>8.065.437</u>	<u>6.839.812</u>	<u>13.074.961</u>	<u>11.688.604</u>
APLICAÇÕES				
Na aquisição de direitos e bens do imobilizado e em gastos diferidos	8.013	17.877	3.194.193	3.153.722
Em financiamentos e empréstimos concedidos	3.413.978	1.007.681	1.295.055	1.380.006
Em participação em empresas	1.213.233	21.235	-	64.333
Transferência do não circulante para o circulante	772.109	911.634	2.411.657	3.198.336
Remuneração aos acionistas	703.486	459.548	753.010	555.622
Transferência do circulante para o realizável a longo prazo	1.850.465	2.227.931	2.206.848	1.608.900
Outras	51.449	23.171	827.065	275.549
	<u>8.012.733</u>	<u>4.669.077</u>	<u>10.687.828</u>	<u>10.236.468</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>8.012.733</u>	<u>4.669.077</u>	<u>10.687.828</u>	<u>10.236.468</u>
Variação do capital circulante líquido	<u>52.704</u>	<u>2.170.735</u>	<u>2.387.133</u>	<u>1.452.136</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido:				
Ativo circulante:				
No início do exercício	13.113.262	10.236.414	15.415.442	12.697.332
No fim do exercício	<u>13.586.788</u>	<u>13.113.264</u>	<u>18.609.959</u>	<u>15.415.441</u>
Variação	<u>473.526</u>	<u>2.876.850</u>	<u>3.194.517</u>	<u>2.718.109</u>
Passivo circulante:				
No início do exercício	4.390.209	3.684.093	10.195.323	8.929.351
No fim do exercício	<u>4.811.030</u>	<u>4.390.209</u>	<u>11.002.707</u>	<u>10.195.324</u>
Variação	<u>420.821</u>	<u>706.116</u>	<u>807.384</u>	<u>1.265.973</u>
Variação do capital circulante líquido	<u>52.704</u>	<u>2.170.734</u>	<u>2.387.133</u>	<u>1.452.136</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Vicente A. Torres

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	1.547.857	1.161.318	1.547.857	1.161.318
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações				
Depreciação e amortização	7.016	5.947	2.033.916	2.006.805
Variações monetárias líquidas de longo prazo	2.536.733	529.148	3.066.185	1.870.503
Ajuste dos investimentos	(1.455.947)	(575.696)	(306.002)	(73.467)
Ativo Regulatório	(287.746)	-	(287.746)	-
Provisões de longo prazo	(938.109)	(663.429)	(412.433)	337.200
Participação minoritária no resultado	-	-	4.233	(14.854)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	1.283.075	1.419.127	1.283.075	1.419.131
Resultado a compensar de Itaipu	-	-	(694.088)	(390.917)
Outras	416.887	433.880	121.636	178.290
Sub total	3.109.766	2.310.295	6.356.633	6.494.009
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais				
Consumidores e revendedores	(168.865)	184.724	372.582	127.507
Financiamentos e empréstimos - principal	183.695	(616.416)	(106.616)	(251.283)
Financiamentos e empréstimos - encargos	2.767.053	(944.339)	14.892	(293.667)
Conta de consumo de combustível - CCC	310.556	(681.082)	292.468	(670.728)
Remuneração dos investimentos	(91.626)	154.518	21.987	(103.664)
Títulos e valores mobiliários	-	237.010	-	237.349
Créditos renegociados	(5.868)	(35.100)	(174.117)	43.257
Créditos tributários	(559.794)	19.847	(600.735)	(377.712)
Direito de ressarcimento	96.008	188.481	96.008	188.481
Devedores diversos	(288.562)	(212)	(299.134)	264.379
Almoxarifado	(92)	79	(83.361)	(70.251)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(20.429)	9.975
Outros	(8.391)	126.047	(72.294)	13.359
	2.234.114	(1.366.443)	(558.748)	(882.998)
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais				
Financiamentos e empréstimos	(26.902)	(28.841)	(578.539)	390.445
Financiamentos e empréstimos - encargos	(3.636)	(2.046)	17.559	(51.382)
Empréstimo compulsório	(14.397)	(55.168)	(14.397)	(55.168)
Fornecedores	109.444	(236.518)	315.026	(275.988)
Tributos e contribuições sociais	174.077	(150.961)	375.183	(159.487)
Conta de consumo de combustível - CCC	(321.460)	693.834	(321.460)	693.834
Remuneração aos acionistas	314.505	93.926	312.159	87.234
Créditos do Tesouro Nacional	7.027	4.884	7.027	4.884
Obrigações estimadas	70.992	(26.439)	131.390	72.405
Obrigações de ressarcimento	250.415	-	250.415	-
Adiantamento de clientes	99.863	-	102.532	74.729
Previdência complementar	-	-	(154.843)	(52.643)
Provisões para contingências	-	-	135.810	27.151
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	55.550	-
Taxas regulamentares	-	-	(76.393)	32.321
Outras	(239.106)	219.635	250.364	283.829
	420.822	512.306	807.382	1.072.163
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades operacionais	5.764.702	1.456.157	6.605.267	6.683.174

(CONTINUA)
 João Vicente A. Torres

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

(CONTINUAÇÃO)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	-	-	904.022	648.794
Financiamentos obtidos de longo prazo transferidos para o circulante	(772.109)	(911.634)	(2.411.657)	(3.198.336)
Remuneração aos acionistas	(703.486)	(459.548)	(753.010)	(555.622)
Empréstimos e financiamentos concedidos - liberações	(3.413.978)	(1.007.681)	(1.295.055)	(1.380.006)
Empréstimos e financiamentos concedidos - recebimento	3.309.303	2.666.759	3.980.084	2.481.870
Refinanciamentos obtidos (transf. do passivo circ. para o não circ.)	28.010	149.742	57.136	270.459
Refinanciamentos concedidos (transf. do circ. para realiz. longo prazo)	(1.850.465)	(2.227.931)	(2.206.848)	(1.608.900)
Empréstimo compulsório e RGR	875.571	1.105.965	875.571	1.105.965
Outros	16.640	(23.171)	(827.065)	(275.548)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento	(2.510.514)	(707.499)	(1.676.822)	(2.511.324)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	(8.013)	(17.877)	(3.194.193)	(3.153.722)
Investimentos	(538.535)	585.816	901.515	623.175
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de investimento	(546.548)	567.939	(2.292.678)	(2.530.547)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.707.640	1.316.597	2.635.767	1.641.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.877.879	1.561.282	5.459.139	3.817.837
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.585.519	2.877.879	8.094.907	5.459.139
	2.707.640	1.316.597	2.635.768	1.641.302

João Vicente A. Torres

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(em milhares de Reais)

	2007			2006		
	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	Distribuição %	CONSOLIDADO
1 - RECEITAS (DESPESAS)						
Venda de mercadorias, produtos e serviços	7.555.634	125,47%	24.108.380	6.297.277	120,28%	21.442.976
Não operacionais	-	0,00%	(56.872)	7.450	0,14%	(25.414)
	7.555.634	125,47%	24.051.508	6.304.727	120,42%	21.417.562
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Materiais, serviços e outros	(540.680)	-8,98%	(6.138.147)	(428.097)	-8,19%	(3.106.617)
Encargos setoriais	-	-	(1.114.476)	-	-	(910.266)
Energia comprada para revenda	(7.152.195)	-118,77%	(6.125.632)	(6.256.845)	-119,51%	(4.895.225)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(480.534)	-	-	(442.724)
	(7.692.875)	-127,75%	(13.878.789)	(6.685.542)	-127,69%	(9.354.832)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(137.240)	-2,28%	10.192.713	(380.815)	-7,27%	12.062.729
4 - RETENÇÕES						
Provisões operacionais	(586.483)	-9,74%	(1.400.928)	(114.934)	-2,20%	(918.134)
Depreciação, amortização e exaustão	(7.016)	-0,12%	(2.033.916)	(5.947)	-0,11%	(2.006.805)
	(593.499)	-9,86%	(3.434.844)	(120.881)	-2,31%	(2.924.939)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(730.739)	-12,13%	6.757.868	(501.696)	-9,58%	9.137.790
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Participações societárias	1.883.289	31,27%	753.292	988.561	18,88%	361.667
Reservas financeiras	4.869.301	80,86%	4.306.208	4.748.760	90,70%	2.553.469
	6.752.590	112,13%	5.059.500	5.737.321	100,58%	2.895.136
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.021.851	100,00%	11.817.368	5.235.625	100,00%	12.032.927
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
PESSOAL						
Pessoal, encargos e honorários da Diretoria	248.352	4,12%	2.702.995	177.175	3,38%	2.249.671
Participação de empregados nos lucros	18.000	0,30%	159.925	17.000	0,32%	138.468
Plano de aposentadoria e pensão	12.073	0,20%	224.388	11.953	0,23%	312.211
	278.425	4,62%	3.087.309	206.108	3,94%	2.700.350
TRIBUTOS						
Impostos, taxas e contribuições	(77.800)	-1,29%	1.949.325	511.459	9,77%	1.770.304
ENCARGOS FINANCEIROS E ALUCUEIS	4.273.459	70,97%	5.232.878	3.512.987	67,10%	6.391.956
ACIONISTAS						
Dividendos e juros sobre capital próprio	703.486	11,68%	703.486	459.548	8,78%	459.548
Participação de acionistas não controladores	844.371	14,02%	(64.233)	707.769	13,40%	14.854
Lucros retidos	1.547.857	25,70%	1.547.856	1.161.317	22,18%	1.161.317
	6.021.851	100,00%	11.817.368	5.235.625	100,00%	12.032.927

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.**ELETROBRÁS****(COMPANHIA ABERTA)***CNPJ 00.001.180/0001-26***NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006***(CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA)***NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A ELETROBRÁS é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF – Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 – Asa Norte, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo – Brasil e Madri - Espanha, tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras de energia elétrica, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, cooperar com o Ministério de Minas e Energia na formulação da política energética do País; conceder financiamentos, prestar garantias no País e no exterior, podendo, inclusive, adquirir debêntures de empresas que atuam no serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário; conceder financiamentos e prestar garantias, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com órgãos do Ministério de Minas e Energia.

A Companhia é responsável pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão – RGR, pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, pela Utilização de Bem Público – UBP, e pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financiam os programas do Governo Federal de Universalização de Acesso à Energia Elétrica – LUZ PARA TODOS, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica.

A Companhia é gestora do PROINFA, programa do Governo Federal que visa promover a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia elétrica, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, sendo assegurada à ELETROBRÁS o direito à compra da energia a ser produzida até 2026.

A Companhia é controladora das empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR e da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. A função básica dessas controladas é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.


A Companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. – LIGHTPAR e, em regime de controle conjunto, da ITAIPU Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai.

A Companhia é controladora indireta das empresas Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., controladas integrais da ELETRONORTE, que atuam na geração e distribuição de energia elétrica nos Estados do Amazonas e Roraima.

A Companhia atua, também, como o agente responsável pela comercialização da energia elétrica gerada pela ITAIPU Binacional e pelo PROINFA.

NOTA 2 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia, por intermédio de suas empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir (Vide Nota 20 e Anexo IV):

João Vicente A. Torres 

I – Geração de Energia Elétrica

	RIO	CAPACIDADE EM MW	VENCIMENTO
EM OPERAÇÃO			
UHE Furnas	Grande	1.216	07/2015
UHE Estreito	Grande	1.050	07/2015
UHE Marimbondo	Grande	1.440	03/2017
UHE Itumbiara	Paranaíba	2.082	02/2020
UHE Serra da Mesa	Tocantins	1.275	05/2011
UHE Luiz Gonzaga	São Francisco	1.479	10/2015
UHE Xingo	São Francisco	3.162	10/2015
UHE Sobradinho	São Francisco	1.050	02/2022
UHE Tucuruí	Tocantins	8.370	07/2024
UHE Complexo Paulo Afonso	São Francisco	3.879	10/2015
UTE Santa Cruz	-	766	07/2015
Outras concessões de geração	-	2.552	Até 2035
EM CONSTRUÇÃO			
UHE Simplício	Paraíba do Sul	306	08/2041
UHE Baguari	Doce	140	08/2041
UHE Batalha	São Marcos	53	08/2041
		<u>28.820</u>	

A capacidade total instalada das usinas do Sistema ELETROBRÁS, considerando ITAIPU Binacional e ELETRONUCLEAR é de cerca de 38.000 MW e a geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva, e
- disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado.

II – Transmissão de Energia Elétrica

A capacidade de transmissão do Sistema ELETROBRÁS está demonstrada a seguir:

	<u>LINHAS EM KM</u>	<u>SUBESTAÇÕES</u>	<u>VENCIMENTO</u>
FURNAS	19.278	46	07/2015
ELETRONORTE	9.840	55	07/2015
CHESF	18.468	83	06/2037
ELETROSUL	9.145	36	07/2015
Outras	655	-	07/2015
	<u>57.386</u>	<u>220</u>	

NOTA 3 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em setembro de 2006 a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – nível I, da BOVESPA. Em decorrência, a Companhia, que tem suas ações incluídas no índice IBOVESPA, passou a compor o Índice de Governança Corporativa – IGC. A Companhia está, também, inserida no Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE.

NOTA 4 – RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, a ELETROBRÁS informa que utiliza, os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratada pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005 para execução de serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis.

Os auditores independentes das empresas do Sistema ELETROBRÁS, que, individualmente, também prestam serviços exclusivos de auditoria independente das demonstrações contábeis são informados abaixo:

Controladas	Auditor Independente
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
CHESF	Boucinhas & Campos + SOTECONTI
ELETRONORTE	BDO Trevisan
ELETRONUCLEAR	HLB Audilink e CIA
ELETROSUL	Horwath Tufani, Reis & Soares
FURNAS	HLB Audilink e CIA
ITAIPU	BDO Trevisan
LIGHTPAR	Russell Bedford Brasil
MANAUS	HLB Audilink e CIA
BOA VISTA	HLB Audilink e CIA

NOTA 5 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e foram examinadas por auditores independentes.

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentados:

- a) Demonstração do Fluxo de Caixa, preparada de acordo com as Normas e Procedimentos contábeis – NPC 20 emitida pelo IBRACON;
- b) Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC 1.010, de 21 de janeiro de 2005, e
- c) Demonstração da segmentação de negócio, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade *SFAS-131* emitida pelo *Financial Accounting Standards Board*.

Para efeito de melhor entendimento, estão relacionadas no Anexo VIII as principais siglas adotadas nestas notas explicativas.

NOTA 6 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram adotadas as práticas contábeis descritas a seguir:

I - GERAIS

a) DISPONIBILIDADES

Estão demonstradas ao custo e são representadas substancialmente, por aplicações financeiras de curto prazo, acrescidas das remunerações obtidas até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis e não excedem ao seu valor de mercado (Vide Nota 8);

b) CONSUMIDORES E REVENDEDORES

O saldo de consumidores e revendedores (Vide Anexo I) é composto por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, além do fornecimento e suprimento não faturado, registrado com base no regime de competência.

Inclui, também, os acréscimos moratórios em função de atrasos no pagamento por parte dos consumidores, concessionários e permissionários;

c) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos (Vide Anexo II) e seus respectivos encargos apropriados até a data do Balanço são atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial;

d) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

São constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa, em montante julgado suficiente pela administração da Companhia, para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas e títulos a receber (Vide Notas 9, 10, 13 e 15 e Anexos I e II às Notas Explicativas);

e) CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a ELETROBRÁS administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários;

f) IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A depreciação é calculada pelo método linear;

g) INVESTIMENTOS

As participações societárias em controladas e controlada em conjunto (Vide Anexo III), bem como os demais investimentos em coligadas com participação acionária igual ou superior a 20% do capital total das companhias investidas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos termos da legislação societária e da Instrução CVM 247/96. A contrapartida do ajuste decorrente dessa avaliação é computada no resultado do exercício. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição (Vide Nota 19);

h) FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os financiamentos e empréstimos obtidos e os correspondentes encargos apropriados até a data do Balanço, estão atualizados pelos índices contratuais e demonstrados no Anexo V;

i) RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

Os saques efetuados pela ELETROBRÁS junto à RGR (Vide Nota 49), destinados a concessão de empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano, a partir da vigência da Lei 8.631, de 04 de março de 1993;

j) EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

É registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (Vide Nota 28);

l) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM 273, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002, estão registrados no ativo circulante e no ativo não circulante e passivo não circulante os ativos diferidos e as obrigações fiscais diferidas, calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, (Vide Notas 14 e 26);

m) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme os procedimentos estabelecidos pela Deliberação CVM 371/2000, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos ao longo do tempo de serviço dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada tempo de serviço como base de uma unidade de benefício, consideradas no cômputo da obrigação final. São utilizadas, também, premissas como a estimativa da evolução dos custos de assistência médica, hipóteses biométricas e econômicas, bem como, informações históricas de gastos incorridos e contribuições dos empregados (Vide Nota 31);

n) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os demais ativos são registrados pelos seus efetivos valores de custo, retificados, quando aplicável, por provisões de forma a refletir seus efetivos valores de realização. Incluem, também, os rendimentos e eventuais variações monetárias ou cambiais auferidos; os passivos são registrados por seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, conforme aplicável, dos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos, e

o) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício é apurado segundo o regime de competência.

II – PRÁTICAS ESPECÍFICAS DO SETOR ELÉTRICO

a) IMOBILIZADO EM SERVIÇO

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação são calculadas de acordo com a Instrução ANEEL 44, de 17 de março de 1999 (Vide Nota 20 e Anexos IV e IV.a.);

b) IMOBILIZADO EM CURSO

De acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, juros e outros encargos financeiros (variações monetárias e cambiais), relacionados aos empréstimos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados em construções em andamento, são registrados como parte dos custos de construção.

Despesas administrativas gerais são alocadas ao imobilizado em andamento. A alocação de custos diretos com pessoal e serviços de terceiros é permitida com base em critérios estabelecidos pela Agência Reguladora (Vide Nota 20 e Anexos IV e IVa);

c) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

São registrados obrigações em contrapartida de contribuições recebidas da União e de consumidores exclusivamente para o investimento na rede de distribuição de energia elétrica. A obrigação é registrada como redutora do ativo imobilizado, sendo, no término da concessão, compensada contra os ativos correspondentes, incluindo aqueles adquiridos com as contribuições recebidas da União e de consumidores. O prazo da concessão de serviço público são firmados pela ANEEL (Vide Nota 20 e Anexos IV e IVa);

d) ALMOXARIFADO

Os materiais de almoxarifado, classificados no ativo circulante, são registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados à construção do ativo imobilizado são classificados no ativo não circulante imobilizado, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;

e) DECORRENTES DO ACORDO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

De acordo com o estabelecido pela Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, é apresentado na rubrica consumidores e revendedores o valor referente à Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, definida pela Resolução 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001 e pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 (Vide Nota 15);

f) OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Conforme previsto no Manual de Contabilidade da ANEEL, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termoeletricas, com o objetivo de alocar ao respectivo

período de competência da operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da vida útil.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício, com base em quotas anuais fixadas em quantidades de dólares norte - americanos, à razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidas pela taxa de câmbio do final de cada mês de competência. O passivo relativo ao descomissionamento é mantido atualizado pela variação do dólar norte - americano (Vide Nota 33);

g) ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e na chamada piscina destinada a elementos utilizados – PCU, são registrados pelo custo de aquisição.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia (Vide Nota 17), e

h) PARADAS PROGRAMADAS

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas são inicialmente registrados no Ativo Circulante, e após a retomada da operação da usina, os custos são apropriados ao resultado em quotas mensais, até o início da próxima parada.

III - PRÁTICAS CONTÁBEIS ESPECÍFICAS DE ITAIPU BINACIONAL

Para a contabilização de suas operações a Itaipu Binacional segue as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e no Paraguai, observadas as disposições específicas estabelecidas no Tratado Internacional, firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a ITAIPU Binacional, sendo as principais disposições descritas abaixo:

- a) Não é registrada a depreciação de suas instalações, por ter sua receita calculada com base nos encargos do passivo e não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no Anexo "C", do Tratado Internacional Brasil-Paraguai;
- b) os resultados acumulados não integram o Patrimônio Líquido e são alocados na rubrica Resultados a Compensar, transferido para o ativo imobilizado, e
- c) a remuneração sobre capital próprio dos acionistas não leva em consideração a realização de lucros, sendo apresentado como despesa operacional no resultado.

IV - ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, que altera e revoga dispositivos da Lei 6.404/76, objetivando a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade - IFRS.

As principais alterações trazidas pela citada Lei, indicadas na nota 51, têm aplicação a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008, não produzindo efeitos nas presentes Demonstrações Contábeis.

NOTA 7 – PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

I) As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM 247, de 27 de março de 1996 e incluem a ELETROBRÁS e as seguintes empresas:

	PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS	
	2007 e 2006	
	Direta	Indireta
FURNAS	99,54%	-
CHESF	99,45%	-
ELETROSUL	99,71%	-
ELETRONORTE	98,66%	-
ELETRONUCLEAR	99,80%	-
ITAIPU BINACIONAL (*)	50,00%	-
CGTEE	99,94%	-
LIGHTPAR	81,61%	-
MANAUS ENERGIA (**)	-	100%
BOA VISTA ENERGIA (**)	-	100%

(*) – Controlada em conjunto com a ANDE (Paraguai)

(**) – Participação indireta por meio da ELETRONORTE

II) Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 das empresas consolidadas estão demonstradas de forma resumida no Anexo VII.

III) Apresentamos abaixo as principais práticas de consolidação adotadas:

- eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- eliminação de saldos a receber e a pagar inter-companhias;
- eliminação das receitas e despesas inter-companhias, e
- destaque da participação dos demais acionistas no patrimônio líquido e no resultado das empresas investidas consolidadas.

Face à inexistência de resultados não realizados nas operações inter-companhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido da controladora são iguais aos do consolidado.

IV) Procedimentos de consolidação da controlada em conjunto ITAIPU Binacional

- As Demonstrações Contábeis da ITAIPU Binacional são originalmente elaboradas em Dólares Norte-Americanos e foram convertidas para Reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2007 - US\$ 1.00 – R\$ 1,7713 divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2006 - US\$ 1.00 – R\$ 2,1380);

- b) O resultado a compensar de ITAIPU Binacional é ajustado no ativo imobilizado consolidado;
- c) A remuneração sobre o capital paga por ITAIPU Binacional é registrada como receita da controladora e eliminada no consolidado, e
- d) Todo o resultado gerado por ITAIPU Binacional no consolidado é eliminado na consolidação pela rubrica “Resultado a Compensar de ITAIPU Binacional”.

A seguir está apresentado, simplesmente para efeito de análise, o resumo do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do exercício excluindo os efeitos da consolidação proporcional da ITAIPU Binacional. A informação, de caráter meramente informativo, visa apresentar aos acionistas e analistas do mercado de capitais a influência das Demonstrações Contábeis da ITAIPU Binacional nas demonstrações consolidadas do Sistema ELETROBRÁS, dada suas especificidades, não devendo o mesmo ser considerado, em nenhuma hipótese, como sendo as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Sistema ELETROBRÁS.

João Vicente A. Torres

R\$ mil
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(de caráter meramente informativo)

	2007	
	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Ativo		
Circulante		
Consumidores e revendedores	3.583.564	3.622.343
Financiamentos e empréstimos	1.529.363	1.506.511
Outros	13.398.228	13.481.105
	<u>18.511.155</u>	<u>18.609.959</u>
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Financiamentos e empréstimos	20.656.088	13.405.369
Outros	8.592.882	8.706.456
	<u>29.248.970</u>	<u>22.111.825</u>
Investimentos	5.272.463	5.183.898
Imobilizado, intangível e diferido	57.105.933	74.672.994
	<u>62.378.396</u>	<u>79.856.892</u>
Total do Ativo	<u>110.138.521</u>	<u>120.578.676</u>
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante		
Financiamentos e empréstimos	753.886	1.429.199
Fornecedores	2.853.120	2.291.929
Outros	6.842.368	7.281.579
	<u>10.449.374</u>	<u>11.002.707</u>
Não Circulante		
Financiamentos e empréstimos	3.761.572	12.981.322
Outros	15.578.725	16.245.797
	<u>19.340.297</u>	<u>29.227.119</u>
Participação do Acionista ANDE	385.614	385.614
Patrimônio Líquido	<u>79.963.236</u>	<u>79.963.236</u>
	<u>80.348.850</u>	<u>80.348.850</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	<u>110.138.521</u>	<u>120.578.676</u>

R\$ mil
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 (de caráter meramente informativo)
 2007

	SEM ITAIPU	COM ITAIPU
Receitas Operacionais		
Operações com energia elétrica	23.542.027	23.706.601
Deduções	(1.553.186)	(1.553.186)
Outras	401.780	401.779
	22.390.621	22.555.194
Despesas Operacionais		
Energia comprada para revenda	(9.144.679)	(6.125.632)
Depreciação e amortização	(2.033.916)	(2.033.916)
Resultado a compensar de ITAIPU	-	(694.088)
Outras	(9.950.100)	(11.193.985)
	(21.128.695)	(20.047.621)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	1.261.926	2.507.573
Resultado Financeiro	336.123	(926.669)
Resultado de Participação Societária	734.957	753.292
Resultado Operacional	2.333.006	2.334.196
Resultado não Operacional	(35.689)	(36.879)
Resultado antes da CSLL e IRPJ	2.297.317	2.297.317
CSLL e IRPJ	(585.301)	(585.301)
Resultado antes das participações	1.712.016	1.712.016
Participação no lucro	(159.926)	(159.926)
Participação Minoritária	(4.233)	(4.233)
Lucro Líquido do Exercício	1.547.857	1.547.857
Lucro por ação	R\$ 1,37	R\$ 1,37

João Vicente A. Torres

NOTA 8 - DISPONIBILIDADES

As disponibilidades financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que tem como meta a rentabilidade em função da Taxa Média da SELIC.

O total das disponibilidades, em 31 de dezembro de 2007, encontra-se abaixo demonstrado:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Caixa e Bancos	32.374	791	238.828	91.749
Aplicações Financeiras	5.553.145	2.877.088	7.856.079	5.367.390
	<u>5.585.519</u>	<u>2.877.879</u>	<u>8.094.907</u>	<u>5.459.139</u>

NOTA 9 – CONSUMIDORES E REVENDEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

I - Os valores a receber de consumidores e revendedores de energia elétrica encontram-se detalhados no Anexo I destas Notas Explicativas e incluem o ativo regulatório descrito no item I da Nota 15.

II - Comercialização da energia elétrica gerada por ITAIPU Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à ELETROBRÁS a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por ITAIPU, passando a ser a comercializadora no Brasil desta energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2007, o equivalente a 82.753 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra) praticada por ITAIPU de US\$ 22,20/kW e a tarifa de repasse (venda) US\$ 23,75/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da ITAIPU, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação (Vide item II, da Nota 15):

a) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

b) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

No exercício de 2007, a atividade foi superavitária em R\$ 96.009 mil, sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica Direito de Ressarcimento.

III – PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA, geraram um resultado líquido positivo em 2007 de R\$ 250.414 mil, não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da ELETROBRÁS. O saldo líquido da atividade é apresentado no Passivo Circulante e corresponde a R\$ 444.225 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 193.810 mil), incluído na rubrica Obrigação de Ressarcimento.

IV – Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE estão registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

As operações realizadas no exercício de 2007 geraram, para a ELETROBRÁS e suas controladas, um crédito líquido de R\$ 106.830 mil.

A controlada FURNAS, mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560 mil, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a Companhia mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito constituída no último trimestre de 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação (Vide Nota 12 item c).

V – Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A Companhia constitui e mantém provisões com observância das normas da ANEEL a partir de análise dos valores constantes do seu contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 1.241.317 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 978.517 mil), sendo composto como segue:

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
RTE (Energia Livre – Perda de Receita e Parcela A)	309.732	351.988
Consumidores e Revendedores		
CEA	413.302	298.285
Outras	224.723	328.244
	638.025	626.529
CCEE – Energia de Curto Prazo	293.560	-
	1.241.317	978.517

O saldo de PCLD – RTE refere-se às provisões constituídas para cobrir eventuais perdas de realização nos ativos constituídos referentes a perda de receita, parcela A e energia livre (Vide Nota 15).

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado ao Lucro Real, para efeitos de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da ELETROBRÁS, além dos recursos setoriais, de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, como, também, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional (Vide Anexo II).

Todos os financiamentos e empréstimos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 8,99% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 46% do total da carteira. Já os que prevêem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil, atingem a 27% do saldo da carteira.

I - Fator Anual de Reajuste dos Contratos com ITAIPU Binacional

Conforme divulgado em nota de eventos subsequentes nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, bem como em Fato Relevante publicado em 19 de janeiro de 2007, as autoridades das Chancelarias e das áreas econômica e de energia do Brasil e do Paraguai delegaram ao Governo brasileiro, e este assumiu o compromisso de tomar todas as medidas necessárias, para suprimir o fator anual de reajuste dos contratos de financiamento, celebrados entre a ITAIPU Binacional e a ELETROBRÁS, apurados com base nos índices norte-americanos *Industrial Goods* e *Consumer Price*.

A supressão do fator anual de reajuste, levado a efeito a partir do exercício de 2007, se deu por meio de mecanismos regulamentados pelo Decreto-Lei 6.265, de 22 de novembro de 2007,

preservando o fluxo de recebimentos financeiros da ELETROBRÁS, nos termos da Lei 11.480, de 30 de maio de 2007, que autorizou a renegociação dos créditos da ELETROBRÁS, assim como os da União junto à ITAIPU Binacional.

Tais medidas afetam contratos de financiamento concedidos à ITAIPU Binacional, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 atinge a R\$ 14.671.171 mil, sendo preservado os valores correspondentes aos fatores anuais de reajuste já reconhecidos e incorporados aos saldos devedores dos contratos entre a ELETROBRÁS e a ITAIPU Binacional.

Como decorrência, sobre os saldos devedores dos financiamentos a receber da ITAIPU Binacional, não mais incidem, a partir de 2007, o chamado fator anual de reajuste (Vide Item II, da Nota 15).

II - Reestruturação da Dívida da ELETRONORTE

Objetivando reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e obter condições compatíveis com a capacidade de pagamento da ELETRONORTE, o Conselho de Administração da ELETROBRÁS, conforme divulgado em nota de eventos subsequentes nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, aprovou o equacionamento da dívida daquela controlada, bem como, a conversão em capital de parte do débito total de empréstimos e financiamentos devidos pela ELETRONORTE.

Nesse sentido, a reestruturação dos financiamentos da ELETRONORTE, envolvendo créditos no montante de R\$ 7.621.909 mil, contempla as seguintes condições:

- a) quitação em espécie de R\$ 601.510 mil relativo aos contratos vencidos concedidos com recursos da RGR e repasses em moeda estrangeira;
- b) retomada, por parte da controlada, do fluxo de pagamentos a partir de 2007, com carência de 1 ano para as parcelas de principal dos contratos concedidos com recursos da RGR, e sem carência para os contratos de repasse em moeda estrangeira;
- c) conversão de parte do saldo devedor dos contratos de financiamento, vencido e a vencer, concedidos com recursos próprios da ELETROBRÁS, em adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 1.213.233 mil, e
- d) refinanciamento de parcelas vencidas, no montante de R\$ 1.950.476 mil, com carência de um ano para o início da amortização do principal, mantendo-se inalteradas as demais condições financeiras originalmente pactuadas, como prazo e encargos.

O detalhamento da carteira de financiamentos e empréstimos concedidos pela ELETROBRÁS, incluindo juros, comissões e taxas, apresentado no Anexo II, já contempla essa negociação.

III – Créditos junto à AES-ELETROPAULO – Ação Judicial

Em 1989, a ELETROBRÁS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, objetivando receber créditos oriundos de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos, segundo critérios avençados nas cláusulas e condições estabelecidas.

Tramitado o feito foi publicada sentença em abril de 1999, condenando a Eletropaulo ao pagamento da importância financiada e não adimplida. Posteriormente, foi confirmada o transitio em julgado da sentença, significando dizer que a ELETROPAULO não recorreu da decisão de primeiro grau. Conseqüentemente, foi proposta a execução por título judicial pela ELETROBRÁS perante a Quinta Vara cível do Rio de Janeiro determinando o pagamento.

Contudo, em janeiro de 1998, ocorreu a cisão parcial de ativos da ELETROPAULO, originando três empresas distintas - EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. e EBE – Empresa Brasileira de Energia S.A., sendo que a ELETROPAULO – Eletricidade de São Paulo S.A., teve a sua razão social alterada para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..

A ELETROPAULO questionou a ilegitimidade por conta do Protocolo da Cisão Parcial, sendo indeferido e determinado o prosseguimento da execução. Em dezembro de 2003 foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento pela ELETROPAULO, com requerimento de efeito suspensivo contra a decisão que determinara o prosseguimento da execução, o qual foi concedido entendendo que a ELETROPAULO não seria legítima para suportar a demanda executiva e sim a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (antiga EPTE), por força do referenciado protocolo.

Foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela ELETROBRÁS discutindo o julgamento do Recurso da ELETROPAULO, sendo provido no sentido de que a execução deveria prosseguir e que a defesa da ELETROPAULO deveria ser atacada via embargos do devedor e não em exceção. Desta decisão a ELETROPAULO manejou embargos de declaração, posteriormente Agravo Regimental e, finalmente, embargos de divergência cuja decisão final foi publicada em novembro de 2007 negando de toda sorte o citado Recurso da ELETROPAULO. Após esgotar toda a possibilidade de êxito perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, a ELETROPAULO apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal – STF, estando em vias de processamento para uma de suas turmas.

Diante deste cenário, a administração da ELETROBRÁS dará continuidade ao processo de execução e, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, considera a realização do crédito como praticamente certa.

Tais créditos atingem, em 31 de dezembro de 2007, o montante de R\$ 372.748 mil, considerada as condições originais dos contratos com a ELETROPAULO, registrados contabilmente, os quais, se atualizados pelos índices praticados pela justiça, atingem o montante de R\$ 1.329.545 mil.

A administração da Companhia, de forma prudente e conservadora, não registra a parcela de atualização com base em critérios distintos daqueles contratualmente pactuados, optando por aguardar o processo de execução.

IV – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia reconhece de forma conservadora provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 80.630 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 51.629 mil) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de diversas empresas em inadimplemento.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

NOTA 11 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela ELETROBRÁS:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
FURNAS	164.121	92.160	-	-
CHESF	238.680	198.249	-	-
ITAIPU Binacional	10.628	17.615	-	-
ELETROSUL	46.842	62.956	-	-
ELETRONUCLEAR	27.893	7.103	-	-
CEMAR	57.990	56.281	57.990	56.281
CTEEP	33.295	81.097	33.295	81.097
Outros	55.908	28.270	61.183	37.077
	<u>635.357</u>	<u>543.731</u>	<u>152.468</u>	<u>174.455</u>

NOTA 12 – CRÉDITOS RENEGOCIADOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
CEB	54.347	45.289	91.834	71.479
CELG	48.217	48.499	72.392	64.513
AES-SUL	10.227	12.288	10.227	12.288
CEMAT	-	844	25.034	28.864
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	188.867	155.127
Outros	12	15	137.921	19.887
	<u>112.803</u>	<u>106.935</u>	<u>526.275</u>	<u>352.158</u>
NÃO CIRCULANTE				
Cessão de créditos de ITAIPU	-	2.679.043	-	2.679.043
CELG	175.636	257.899	476.199	592.032
CEB	-	53.790	181.341	256.975
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	965.006	939.621
Outros	28.323	32.035	298.220	267.598
	<u>203.959</u>	<u>3.022.767</u>	<u>1.920.766</u>	<u>4.735.269</u>
	<u>316.762</u>	<u>3.129.702</u>	<u>2.447.041</u>	<u>5.087.427</u>

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, e prevêem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque:

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

A ELETROBRÁS é detentora de créditos junto à CEB, decorrentes da comercialização, então praticada por FURNAS, da energia elétrica gerada por ITAIPU Binacional, que foram recebidos por sub-rogação em janeiro de 2003. Tais créditos foram, naquele mesmo exercício, renegociados para equacionamento da inadimplência da distribuidora com atuação no Distrito Federal, no montante original de R\$ 163.892 mil. A negociação estabelece, entre outras condições, o pagamento das dívidas em atraso até o final do exercício de 2008 (60 meses), atualizadas pela taxa SELIC, com garantias reais, mediante a transferência diretamente da instituição financeira arrecadadora da CEB, de 4% de seu faturamento bruto mensal, em favor da ELETROBRÁS.

O montante a receber em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 54.347 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 99.079 mil).

A controlada FURNAS também renegociou créditos detidos contra a CEB, no montante de R\$ 191.129 mil, relativos à energia própria, com amortização em 144 meses, contados de agosto de 2003, em parcelas correspondentes a 3 % do seu faturamento bruto, podendo ser automaticamente prorrogado até a liquidação final do compromisso. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% a.m. e monta em 31 de dezembro de 2007 R\$ 218.828 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 210.373 mil), sendo R\$ 162.000 mil cedidos ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 23).

a) Oriundos de energia elétrica repassada à CEB

CEB II – Através de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, firmado em 01.6.2006, entre FURNAS e a CEB Distribuição, foi firmada a repactuação do pagamento das faturas vincendas nos meses de junho a outubro/2006, cujos recebimentos ocorreriam nos dias 05, 15 e 25 dos respectivos meses, faturas essas vinculadas à aquisição de energia por meio dos Contratos CCEAR's 279 e 662/2004. A dívida será quitada conforme as seguintes cláusulas financeiras:

- 1) Prazo de amortização estimado em 24 meses;
- 2) Atualização do saldo devedor com a aplicação pro rata die da variação da taxa média anual SELIC, acrescido de juros de 1,8% a.a.;
- 3) Até a liquidação do total da dívida, as partes acordam que eventuais pagamentos que FURNAS tenha de fazer à CEB DISTRIBUIÇÃO poderão ser objeto de compensação, até o limite do saldo devedor;
- 4) Em caso de inadimplência em qualquer outro compromisso assumido com FURNAS, superior a 10 dias, durante a vigência deste Instrumento, implicará no vencimento das parcelas não quitadas, independentemente de prévia comunicação.

5) No caso de mora, sobre a parcela em atraso (que é corrigida monetariamente pela variação pro rata die do IPCA, relativo ao mês anterior ao do inadimplemento) até a data do pagamento incidirão os seguintes acréscimos:

1.a) multa de 2%, e

1.b) juros de mora de 1% ao Mês, calculados pro rata die.

b) Oriundos de energia elétrica repassada à CELG

A ELETROBRÁS renegociou em 2003, os créditos decorrentes do repasse de energia da ITAIPU Binacional à CELG, sub-rogados por FURNAS à ELETROBRÁS, no montante de R\$ 392.021 mil. A repactuação prevê a realização desses créditos mediante transferência, efetuada diretamente pela instituição financeira arrecadadora da distribuidora, de 3,34% de seu faturamento bruto mensal. O parcelamento tem um prazo estimado para a sua quitação total de 216 meses contados a partir de janeiro de 2004 e é corrigido pela variação do Dólar Norte-Americano.

O saldo em 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$ 223.853 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 306.398 mil), sendo R\$ 175.636 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2006 - R\$ 257.899 mil).

De forma semelhante, a controlada FURNAS renegociou em dezembro de 2003 o montante de R\$ 378.938 mil, relativos a créditos de energia própria, sendo o prazo estimado de pagamento de 216 meses, corrigido mensalmente pelo IGP-M e juros de 1% a.m.. O pagamento mensal corresponde a 2,56% do faturamento bruto da CELG e esta lastreado em garantia baseada em conta bancária vinculada, sendo o saldo da dívida, em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 324.738 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 350.147 mil), tendo sido parte do direito creditório, no montante de R\$ 258.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 23).

c) Oriundos da comercialização no âmbito da CCEE

A controlada FURNAS repactuou, em agosto de 2005, débitos da CEMIG, no montante de R\$ 62.308 mil relativos à energia livre comercializada no âmbito do extinto MAE, no período do racionamento de energia elétrica, abrangendo os meses de setembro de 2000 a setembro de 2002. O crédito atualizado monta a R\$ 72.083 mil, e será realizado em 50 meses, atualizado pela Taxa SELIC acrescido de juros de 1% a.a..

d) Rolagem da dívida dos Estados

Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público, implementado pela Lei 8.727/93, a controlada FURNAS firmou contrato de cessão de crédito com a União, para refinanciamento de dívidas da CELG existentes àquela época, relativas à compra de energia, a serem realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994. Os créditos são atualizados com base no IGP-M e remunerados a 11 % a.a., e montam a R\$ 527.027 mil em 31 de dezembro de 2007, (31 de dezembro de 2006 - R\$ 506.623 mil), sendo R\$ 438.455 mil registrado no ativo não circulante (31 de dezembro de 2006 - R\$ 432.617 mil), sendo parte do direito creditório, no montante de R\$ 228.000 mil, cedido ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS II (Vide Nota 23).

A controlada ELETROSUL no âmbito do mesmo programa de saneamento financeiro, detém créditos junto à União atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., no montante de R\$ 626.846 mil, em 31 de dezembro de 2007 (31 de dezembro de 2006 - R\$ 588.125 mil), sendo R\$ 526.551 mil no ativo não circulante (31 de dezembro de 2006 - R\$ 507.004 mil), decorrentes da assunção de direitos que a controlada possuía junto às concessionárias estaduais de energia elétrica, os quais serão realizados em 240 meses, contados a partir de abril de 1994.

A legislação regente prevê que, vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a receber, o parcelamento poderá ser estendido por mais 10 anos.

Esta hipótese é possível de ocorrer uma vez que a União repassa somente os recursos efetivamente recebidos dos Estados que, por sua vez, estão limitados por lei a níveis de comprometimento de suas receitas.

e) Cessão de créditos – TESOUREIRO NACIONAL

A ELETROBRÁS cedeu à União, em 1998, créditos em montante equivalente a US\$ 10,756,524 mil detidos contra a ITAIPU Binacional, correspondendo a 65,47% do saldo total dos créditos que a Companhia detinha, naquela data, junto a controlada em conjunto, com a conseqüente liquidação de diversas dívidas em igual montante.

Como conseqüência, estabeleceu-se um fluxo de pagamentos efetuados diretamente pela ITAIPU Binacional ao Tesouro Nacional, compatibilizado com os vencimentos das dívidas de médio e longo prazos – DMLP, assumidas pela União naquele mesmo ano. Em função desta adequação ao citado fluxo, as parcelas pagas pela ITAIPU Binacional à União não observaram a efetiva proporção em relação ao saldo cedido, fazendo com que a União recebesse, até o exercício de 2007, parcelas mensais superiores à sua efetiva proporção na cessão de crédito, em função da liquidação substancial de parte da referida DMLP. A partir de 2008, essa relação se inverte, cabendo à União o recebimento de valores inferiores aos 65,47%, a favor da ELETROBRÁS. A partir de 2016 a relação torna-se equilibrada e proporcional à cessão de créditos.

Nesse sentido, a ELETROBRÁS registrou o diferencial entre os valores a receber apropriados por competência e o valor efetivamente recebido, como um ativo, registrado no não circulante, cujo montante atingiu a R\$ 2.965.275 mil, em 31 de dezembro de 2007 equivalentes a US\$ 1,674,068 mil.

Como decorrência da renegociação dos créditos da ELETROBRÁS junto à ITAIPU Binacional, realizado sob a égide da Lei 11.480, de 30 de maio de 2007, tais direitos foram incorporados aos saldos devedores dos contratos de financiamento mantidos junto à ITAIPU Binacional, respeitando-se o fluxo previsto de pagamento, passando os valores até então registrados na rubrica Créditos Renegociados para a rubrica Financiamento e Empréstimos do Ativo Circulante e Não Circulante.

O detalhamento da carteira de financiamentos e empréstimos concedidos pela ELETROBRÁS, apresentado no Anexo II, já contempla os efeitos da incorporação desses créditos.

NOTA 13 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
NÃO CIRCULANTE				
CFT-E1	194.405	164.707	194.405	164.707
NTN-P	126.395	117.533	129.737	119.979
Rendimentos de Parcerias	313.145	298.206	313.145	298.206
Investimentos Temporários	202.228	175.308	202.228	175.308
Partes Beneficiárias	652.575	652.575	652.575	652.575
Outros	3.152	3.332	3.152	3.361
	<u>1.491.900</u>	<u>1.411.661</u>	<u>1.495.242</u>	<u>1.414.136</u>

a) CFT- E1 – Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada a partir de agosto de 2012. A controladora mantém uma provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 91.761 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 100.949 mil), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais e apresentada como redutora do respectivo ativo. É intenção da Companhia resgatar os títulos no vencimento.

b) NTN-P – Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial – TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012. É intenção da Companhia resgatar os títulos no vencimento.

c) Outros – Refere-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados a projetos nas áreas do FINOR/FINAM, de atuação das controladas CHESF e ELETRONORTE, para os quais a Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 284.414 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 284.233 mil) e apresentada como redutora do respectivo ativo.

e) RENDIMENTOS DE PARCERIAS – Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias (Vide Nota 19), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

João Vicente A. Torres

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
EATE	60.839	80.477
TANGARÁ	48.181	40.829
ELEJOR	50.459	49.379
ITIQUIRA	122.131	97.009
Outras	31.535	30.512
	<u>313.145</u>	<u>298.206</u>

e) INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS – A Companhia detém ações ordinárias de concessionárias de energia elétrica originariamente de propriedade de diversos Estados da Federação, adquiridas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND.

Esses títulos, que estão inseridos no PND, têm como base de avaliação, para identificação e mensuração de perdas na sua realização, o valor do patrimônio líquido contábil dessas empresas, considerando a ausência de um valor de mercado efetivo.

O saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2007, substancialmente representado por adiantamentos para futuro aumento de capital, está líquido da parcela de R\$ 3.109.103 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 3.066.709 mil) correspondente ao valor acumulado das provisões para perdas constituídas, fundamentalmente, em exercícios anteriores, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ mil	
		CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2007	2006
CEAL	Valor do Investimento	604.169	581.044
	(-) Provisão para perdas	(482.494)	(499.615)
		<u>121.675</u>	<u>81.429</u>
CEPISA	Valor do Investimento	857.680	837.629
	(-) Provisão para perdas	(857.680)	(837.629)
		<u>-</u>	<u>-</u>
CERON	Valor do Investimento	986.818	985.024
	(-) Provisão para perdas	(986.818)	(955.059)
		<u>-</u>	<u>29.965</u>
ELETROACRE	Valor do Investimento	165.514	161.403
	(-) Provisão para perdas	(84.961)	(97.490)
		<u>80.553</u>	<u>63.913</u>
CEAM	Valor do Investimento	697.150	676.916
	(-) Provisão para perdas	(697.150)	(676.916)
		<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL	Valor do Investimento	3.311.331	3.242.016
	(-) Provisão para perdas	(3.109.103)	(3.066.709)
		<u>202.228</u>	<u>175.307</u>

As Empresas CEAM, CEPISA e CERON apresentam patrimônio líquido negativo nos montantes de R\$ 657.508 mil, R\$ 177.819 mil e R\$ 40.450 mil, respectivamente, para as quais a ELETROBRÁS mantém provisão para cobertura desses passivos a descoberto no valor de R\$ 875.777 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 342.996 mil), face os compromissos de saneamento econômico-financeiro assumidos no âmbito do PND.

f) PARTES BENEFICIÁRIAS – Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da ELETROBRÁS na INVESTCO S.A.. Estes títulos têm rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos e serão resgatados em outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
PAULISTA LAJEADO	49.975	49.975
REDE LAJEADO	266.798	266.798
EDP LAJEADO	184.577	184.577
CEB LAJEADO	151.225	151.225
	<u>652.575</u>	<u>652.575</u>

NOTA 14 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS				
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	1.386.390	585.969	1.442.669	765.807
Antecipações de IRPJ e CSLL	383.218	615.852	396.286	695.676
Prejuízo fiscal-base negativa de CSLL	-	-	19.423	-
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	-	-	407.585	-
PASEP/COFINS compensáveis	3.607	11.600	45.672	257.652
ICMS a recuperar	-	-	63.544	9.121
Outros	-	-	67.893	114.081
	<u>1.773.215</u>	<u>1.213.421</u>	<u>2.443.072</u>	<u>1.842.337</u>

Do montante de créditos tributários apresentados acima, serão compensados, quando da apresentação da Declaração das Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ/2008, relativa ao ano-calendário de 2007, os montantes de R\$ 763.721 mil, correspondente às obrigações de IRPJ e R\$ 280.669 relativo à CSLL (Vide Nota 26).

João Vicente A. Torres

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS				
NÃO CIRCULANTE				
ICMS a recuperar	-	-	939.193	961.679
Ativos fiscais diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	50.895	87.495
Provisão de JCP	239.185	156.246	239.185	156.246
Diferenças temporárias	-	-	83.549	-
Provisão para contingências PCLD	457.407	457.407	469.115	457.407
Provisão para redução ao valor de mercado	127.899	130.962	130.049	130.962
Outros	460.216	-	533.930	119.924
	<u>1.351.862</u>	<u>790.359</u>	<u>1.576.250</u>	<u>997.778</u>
	<u>1.351.862</u>	<u>790.359</u>	<u>2.515.443</u>	<u>1.959.457</u>

Os Ativos Fiscais Diferidos correspondem as chamadas diferenças temporárias na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sendo seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem.

Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentada na capacidade de realização do ativo fiscal diferido registrado, identificada com análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas internas e em cenários macro-econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, a expectativa é de que serão realizados ao longo dos próximos cinco a oito exercícios, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores.

Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS - O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, as empresas do Sistema ELETROBRÁS buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas demonstrações contábeis, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema ELETROBRÁS possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Contábeis, vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 15 – ATIVO REGULATÓRIO

I - Decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

O setor elétrico brasileiro foi submetido ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, gerido pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica criada pelo Governo Federal para administrar programas de ajuste de demanda, coordenar ações para o aumento da oferta de energia e implementar medidas de caráter emergencial durante o período do racionamento de energia elétrica que vigorou de 1º de junho de 2001 à 28 de fevereiro de 2002.

A Lei 10.438/2002, concretizou os instrumentos legais de implementação do Acordo Geral do Setor Elétrico decorrente do programa de racionamento e autorizou a ANEEL a proceder a Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, que tem por propósito recuperar os impactos financeiros a que ficaram submetidas as empresas integrantes do Sistema Elétrico Interligado Nacional submetidas ao citado Programa.

Neste cenário, as empresas Geradoras de energia elétrica reconheceram créditos relativos à energia livre, perda de receita e parcela A, realizáveis nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, via arrecadação da RTE feita junto aos consumidores finais, com prazo limite estipulado pela ANEEL, prazo esse variável para cada distribuidora.

Em atendimento ao Ofício Circular ANEEL 2.409, de 14 de dezembro de 2007, a Companhia reconheceu perdas decorrente de energia livre não faturada pelas distribuidoras no prazo estabelecido pela legislação, no montante de R\$ 599.822 mil, apresentado na rubrica “Perdas na recuperação de ativos”, do grupo despesas operacionais, o qual encontrava-se totalmente provisionado até o quarto trimestre de 2007.

Como consequência, foram baixadas, também, obrigações correspondentes de mesma natureza, no montante de R\$ 300.136 mil, apresentado na rubrica “Ganhos na desoneração de passivos” do grupo de receitas operacionais, de igual forma integralmente provisionado, sendo o efeito líquido da perda com energia livre, portanto, de R\$ 299.686 mil.

As provisões existentes em valores equivalentes foram revertidas, não produzindo dessa forma efeito no resultado de 2007.

Os valores residuais líquidos registrados como ativos regulatórios decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico apresentam-se na conta de Consumidores e Revendedores (Vide Anexo I) conforme apresentado abaixo:

	R\$ mil
	CONSOLIDADO
RTE - Parcela A, Energia Livre e Ressarcimento Gerador	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.113.667
(-) Perdas	(299.686)
(-) Realizado	(287.279)
Saldo a realizar, em 31 de dezembro de 2007	526.702
PCLD	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	(351.988)
(+) Reversão	299.686
(-) Constituição	(257.430)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	(309.732)
	216.970

Nos termos do citado Ofício Circular ANEEL 2.409/2007, o saldo a realizar correspondente a energia livre, líquido das perdas já reconhecidas, é de R\$ 526.702 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 1.413.803 mil) e terá o mesmo tratamento caso não se realize nos prazos estabelecidos, cujos vencimentos se darão, em sua maioria, até o exercício de 2009.

Nos termos do mesmo Ofício circular ANEEL, e amparado por estudos elaborados pela sua administração, a Companhia registrou PCLD no montante de R\$ 257.430 mil no quarto trimestre de 2007. Dessa forma, o montante de PCLD atinge R\$ 309.732 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 351.988 mil), julgado suficiente para cobertura de eventuais perdas que venham a ocorrer até o final do prazo de realização.

A controlada FURNAS cedeu ao Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC) - FURNAS I o valor de R\$ 126.000 mil (Vide Nota 23), relativo a RTE.

II - Decorrente da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Em 30 de maio de 2007, foi aprovada a Lei 11.480 que autorizou a ELETROBRÁS a negociar a retirada do índice do fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com ITAIPU Binacional e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007.

O artigo 1º da citada Lei estabelece que fica assegurado a ELETROBRÁS a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos decorrente da retirada do fator de ajuste dos contratos de financiamento.

Foi editado, ainda, o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, com o objetivo de regulamentar a comercialização da energia elétrica de ITAIPU Binacional, definindo o diferencial à ser aplicado na tarifa de repasse, criando um Ativo Regulatório referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008.

João Vicente A. Torres

O artigo 6º da citada Lei autoriza a ELETROBRÁS a incluir na tarifa de repasse da potência proveniente da ITAIPU Binacional, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste cujos valores serão definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Dessa forma, na tarifa de repasse a vigorar em 2008, encontra-se incluído o montante de R\$ 65.196 mil, equivalente a US\$ 36,807 mil, homologado pela portaria MME/MF 318/2007.

Neste sentido, no exercício de 2007 foi apurado e reconhecido um Ativo Regulatório representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, decorrente da comercialização da energia elétrica de ITAIPU Binacional, no montante de R\$ 590.025 mil, equivalente a US\$ 333,103 mil, fixado pela portaria interministerial MME/MF 318/2007, de 17 de dezembro de 2007, dos quais R\$ 302.279 mil, equivalente a US\$ 170,654 mil, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

Dessa forma, a perda de receita financeira da ELETROBRÁS, gerada pela retirada do índice do fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com ITAIPU Binacional, foi compensada pela sua inclusão na tarifa de repasse da potência, não gerando ao final perdas para a Companhia.

A metodologia de apuração do Ativo Regulatório foi regulamentada por Portaria Interministerial MME/MF 313/2007, de 11 de dezembro de 2007

NOTA 16 – ESTUDOS E PROJETOS

Referem-se, principalmente, aos custos incorridos pela companhia, com estudos de viabilidade de aproveitamentos de bacias hidrográficas e de linhas de transmissão, destinados à construção de novas usinas hidrelétricas e sistemas de transmissão.

Cabe destaque aos estudos próprios de viabilidade de aproveitamento da bacia do Rio Uruguai, desenvolvidos ao amparo de Tratado Internacional firmado entre os Governos da Argentina e do Brasil, para a implantação da Usina de Garabi, cujos custos incorridos até 31 de dezembro de 2007, montam a R\$ 30.921 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 30.921 mil), recuperáveis na avaliação da administração da Companhia.

É composto, também, pelos custos incorridos com diversos outros estudos e projetos voltados para o aproveitamento de potenciais hidráulicos, com destaque para os Rios Madeira e Xingu. Tais ativos, de acordo com o artigo 45, da Lei 8.987/95, serão indenizados pelo Poder Concedente, com recursos obtidos pela licitação de concessões de exploração desses potenciais.

O montante dos gastos incorridos, incluídos os valores referentes às concessões a licitar, já ajustado para refletir seu valor provável de realização, é demonstrado como segue:

EMPREENDEMENTOS	R\$ mil	
	2007	2006
Inventário bacia Rio Uruguai	30.921	30.921
Inventário bacia Rio Madeira	26.500	26.500
Inventário bacia Baixo Araguaia – Tocantins	7.000	7.000
Inventário bacia Rio Xingu	40.000	40.000
Inventário bacia Rio Tapajós	7.000	7.000
Inventário complexo Trombetas – Erepecuru	7.500	7.500
Inventário bacia Médio Tocantins	20.078	20.078
UHE Barra do Peixe	9.374	9.374
UHE Belo Monte	52.256	52.256
UHE Cachoeira Porteira	17.521	17.521
UHE Serra Quebrada	27.163	27.163
UHE Ji-Paraná	10.667	10.667
Outros estudos	36.599	36.350
TOTAL DA CONTROLADORA	292.579	292.330
Estudo de viabilidade da Foz do Rio Bezerra	14.086	14.086
Outros estudos	5.457	1.595
TOTAL DO CONSOLIDADO	312.122	308.011

NOTA 17 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas term nucleares Angra I e Angra II são constituídos de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Após concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível e periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

Abaixo, está apresentada a composição, em 31 de dezembro de 2007, do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

João Vicente A. Torres

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
CIRCULANTE		
Almoxarifado	42.990	47.018
Estoque de Combustível Nuclear	243.325	217.684
	<u>286.315</u>	<u>264.702</u>
NÃO CIRCULANTE		
Estoque de Combustível Nuclear		
Concentrado de urânio	71.301	77.442
Elementos prontos	194.633	101.808
Material de almoxarifado	242.615	226.992
Serviço em curso - combustível nuclear	148.639	187.927
	<u>657.188</u>	<u>594.169</u>
	<u>943.503</u>	<u>858.871</u>

NOTA 18 – ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A ELETROBRÁS apresenta no ativo não circulante, valores correspondentes à adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Controladas:				
FURNAS	31.154	31.154	-	-
CHESF	294.397	294.397	-	-
ELETROSUL	94.576	114.599	-	-
LIGHTPAR	62.285	62.285	-	-
ELETRONORTE	1.337.552	117.030	-	-
ELETRONUCLEAR	264	236	-	-
	<u>1.820.228</u>	<u>619.701</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	4.027	80.384	4.027	80.383
	<u>1.824.255</u>	<u>700.085</u>	<u>4.027</u>	<u>80.383</u>

Como decorrência da reestruturação da dívida da ELETRONORTE (Vide Nota 10), parte de suas dívidas, no montante de R\$ 1.213.233 mil, foi convertida em adiantamento para futuro aumento de capital, já considerado no saldo acima.

João Vicente A. Torres

NOTA 19 – INVESTIMENTOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Equivalência Patrimonial				
a) Controladas (Anexo III)	39.344.716	38.672.726	-	-
b) Coligadas Relevantes				
CEEE-D (a) (b)	18.951	3.156	18.951	3.156
CEEE-GT (a) (b)	105.234	74.348	105.234	74.348
EMAE (a) (b)	252.219	294.127	252.219	294.127
CEMAT	455.384	363.157	455.384	363.157
CTEEP (a)	1.393.534	1.321.554	1.393.534	1.321.554
CEMAR (a)	169.790	154.261	169.790	154.261
CELPA	379.584	438.695	379.584	438.695
REDE LAJEADO	218.445	212.599	218.445	212.599
CEB LAJEADO	61.233	60.513	61.233	60.513
EDP LAJEADO (a)	102.957	101.738	102.957	101.738
PAULISTA LAJEADO(a)	23.380	23.380	23.380	23.380
	<u>3.180.711</u>	<u>3.047.528</u>	<u>3.180.711</u>	<u>3.047.528</u>
Custo de aquisição				
CESP	269.680	269.680	269.680	269.680
CELESC	28.242	28.242	28.242	28.242
AES TIETÊ	23.047	23.047	23.047	23.047
COELCE	15.329	15.329	15.329	15.329
CDSA	11.801	11.801	11.801	11.801
SAELPA	11.272	11.272	11.272	11.272
Outros investimentos	177.340	225.368	1.643.816	1.158.846
	<u>536.711</u>	<u>584.739</u>	<u>2.003.187</u>	<u>1.518.217</u>
	<u><u>43.062.138</u></u>	<u><u>42.304.993</u></u>	<u><u>5.183.898</u></u>	<u><u>4.565.745</u></u>

(a) Demonstrações Contábeis examinadas por outros auditores independentes.

(b) Parecer dos auditores independentes relativos às Demonstrações Contábeis não disponíveis até a data de encerramento das presentes Demonstrações Contábeis.

A avaliação dos investimentos em controladas e coligadas relevantes tomou por base o patrimônio líquido das investidas, em 31 de dezembro de 2007, exceto CEEE-D e CEEE-GT, para as quais foram utilizados os patrimônios líquidos de novembro de 2007.

Conforme divulgado em nota de evento subsequente às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2006, o Conselho Nacional de Desestatização aprovou a reestruturação societária das empresas CEAM e MANAUS ENERGIA, mediante a incorporação da CEAM pela

João Vicente A. Torres

MANAUS ENERGIA, sendo a ELETROBRÁS responsável pela execução do processo. Até o encerramento dessas Demonstrações Contábeis ainda não havia sido concluído o processo de incorporação.

A ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário, em vários estágios de julgamento, onde figura como ré (Vide Nota 32), nas quais foram oferecidos em garantia para os recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 5,30% do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

Investimentos	R\$ mil	Percentual de bloqueio	R\$ mil
	Valor do investimento		Investimento bloqueado
CTEEP	1.393.534	82,61%	1.151.198
EMAE	252.219	100,00%	252.219
CESP	269.680	95,82%	258.407
AES TIETE	23.047	94,43%	21.763
COELCE	15.329	100,00%	15.329
DUKE	3.344	62,48%	2.089
CEMAT	455.384	97,30%	443.089
CEB	3.528	100,00%	3.528
CELPA	379.584	5,31%	20.156
CELPE	4.689	70,32%	3.297
CELESC	28.242	15,24%	4.304
CEEE-D	18.951	87,39%	16.561
CEEE-GT	105.234	87,39%	91.964
	<u>2.952.765</u>		<u>2.283.904</u>
Outros Investimentos	40.109.373	-	-
	<u>43.062.138</u>	5,30%	<u>2.283.904</u>

Ao longo dos últimos anos a ELETROBRÁS firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista minoritário, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo Não Circulante - Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão do investimentos no Setor Elétrico, em consonância com a intenção do Governo Federal em atrair novos capitais na forma estabelecida pela Lei 10.438/2002, as empresas controladas pela ELETROBRÁS participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica, incluídos na rubrica Outros, dos investimentos avaliados pelo Custo de Aquisição.

João Vicente A. Torres

	R\$ mil			
	CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
GUASCOR	3.300	3.300	3.300	3.300
ITIQUIRA	41.339	41.339	41.339	41.339
EPTE	5.066	8.781	5.066	8.781
EATE	28.016	48.782	28.016	48.782
TANGARA	21.738	24.822	21.738	24.822
ELEJOR	44.606	65.068	44.606	65.068
ENERPEIXE	-	-	350.763	350.763
STN	-	-	97.020	97.020
TRANSLESTE	-	-	11.896	11.896
TRANSIRAPÉ	-	-	5.474	5.474
ARTEMIS	-	-	64.976	64.976
SC ENERGIA	-	-	69.005	51.352
TRANSUDESTE	-	-	7.500	7.500
CENTROESTE DE MINAS	-	-	6.440	6.440
CHAPECOENSE	-	-	230.000	-
RS ENERGIA	-	-	73.492	18.060
UIRAPURU	-	-	19.600	19.600
ETAU	-	-	11.713	13.198
INTESA	-	-	73.500	63.700
AMAZÔNIA - EATE	-	-	21.300	21.300
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	-	-	74.240	-
SERRA DO FACÃO	-	-	95.743	-
OUTROS	-	-	48.897	5.218
	<u>144.065</u>	<u>192.092</u>	<u>1.405.624</u>	<u>928.589</u>

a) ENERPEIXE – Refere-se à participação de FURNAS em 40% do capital social da Enerpeixe S.A., que tem como objetivo a construção e operação da UHE Peixe Angical, localizada no rio Tocantins, cuja capacidade de geração é de 452 MW, tendo o início de operação ocorrido em maio de 2006.

b) STN - formada pela CHESF e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, para exploração da concessão de linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina (PI) - Sobral e Fortaleza (CE), com proposta de receita anual de R\$ 77.900 mil. O capital da Empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. é distribuído na seguinte proporção: Alusa 51% e à CHESF 49%. O empreendimento foi concluído em dezembro de 2005 e a operação comercial iniciada em janeiro de 2006. Ainda no âmbito desta parceria, a CHESF mantém com a STN contratos para a operação e manutenção da linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.775 mil.

c) TRANSLESTE – Sociedade criada em 2003, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Montes Claros (MG) – Irapé (MG), na tensão de 345 kV, com 150 km de extensão. A participação da controlada FURNAS na sociedade corresponde a 24% do capital social.

d) TRANSIRAPÉ - Sociedade criada em 2004, com o objetivo de construção, operação e manutenção das instalações da linha de transmissão de energia elétrica Irapé (MG) – Araçuaí (MG), na tensão de 230 kV, com 65 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 24,5% do capital social.

João Vicente A. Torres

e) ARTEMIS Transmissora de Energia S.A. – sociedade cujo objetivo é a exploração de linhas de transmissão em 525 kV, ligando Salto Santiago – Ivaiporã e Ivaiporã – Cascavel D'Oeste, onde a controlada ELETROSUL participa com 46,5% das ações do capital social, com início de suas operações em outubro de 2005.

f) SC ENERGIA – Empresa Transmissora de Energia Elétrica de Santa Catarina S.A., sociedade cujo objetivo é a exploração de 375 Km de linha de transmissão em 525 kV, ligando Campos Novos (SC) a Blumenau (SC), com participação da ELETROSUL em 49% das ações do capital social, tendo iniciado suas operações em setembro de 2006 (Vide Nota 51).

g) TRANSUDESTE – sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, a linha de transmissão ligando Itutinga (MG) – Juiz de Fora (MG), na tensão de 345 kV, com 140 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 25% do capital social.

h) CENTROESTE DE MINAS - sociedade criada em 2004, com o objetivo de implantar e explorar, pelo prazo de 30 anos, linha de transmissão ligando Furnas (MG) – Pimenta (MG), na tensão de 345 kV, com 75 km de extensão. A participação de FURNAS na sociedade corresponde a 49% do capital social.

i) Chapecoense Geração S.A. - tem por objetivo construir e explorar a UHE Foz do Chapecó, localizada no rio Uruguai. A participação acionária de FURNAS é de 49,9% do Capital Social da empresa que irá gerir a Usina, com potência de 885 MW, que será operada pelo consórcio composto pela CPFL, com 51% de participação, CHAPECOENSE, com 40%, e CEEE com 9%, cabendo à FURNAS o desempenho das atividades de engenharia do proprietário. As obras foram iniciadas em janeiro de 2007, com a entrada em operação da primeira máquina prevista para 2010.

j) RS ENERGIA - Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul – A ELETROSUL possui 49% das ações representativas do capital social da RS ENERGIA, ficando as empresas Schahin Engenharia Ltda. com 41% e Engevix Engenharia S.A. com 10%. A Empresa foi constituída em 2005, para a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS), com concessão por 30 anos. O empreendimento com 273 km de linha de transmissão, 570 torres e investimento estimados da ordem de R\$ 183.000 mil, tem seu término de construção previsto para 2008 (Vide Nota 51).

l) Uirapuru Transmissora de Energia S.A. - A ELETROSUL possui 49,0% das ações representativas do capital social da Uirapuru, ficando a empresa Cymi Holding S.A. com 51,0%. A Uirapuru foi constituída em 2004, para a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR), com concessão por 30 anos. O empreendimento com 120 km de linha de transmissão, 265 torres e investimentos que atingiram o valor na ordem de R\$ 107.000 mil, foi concluído em 2006.

m) ETAU – Empresa Transmissora do Alto Uruguai S.A. - A ELETROSUL possui 27,4% das ações do capital social da ETAU, ficando as empresas Alcoa Alumínio S.A. com 42,0%, Camargo Correa Cimentos S.A. com 10,6%, DME Energética Ltda com 10,0% e Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE com 10,0%. A ETAU foi constituída para a construção, operação e manutenção da linha de Transmissão 230 kV, Campos Novos (SC) – Barra Grande (SC) – Lagoa Vermelha (RS) – Santa Marta (RS), com concessão por 30 anos. O empreendimento

com 187 km de linha de transmissão, 411 torres e investimentos que atingiram o valor total de R\$ 116.000 mil, foi concluído em 2005.

n) INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A. – Empresa constituída para a construção, implantação, operação e manutenção de linha de Transmissão de Energia Elétrica em 500kV, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, com prazo de concessão de 30 anos. O capital da INTESA distribui-se em: CHESF com 12%, Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP, com 48%, ELETRONORTE, com 37% e Engevix Engenharia S.A., com 3%. O início da operação comercial da INTESA esta previsto para 2008.

o) Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. – sociedade constituída para a construção, operação e manutenção de 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó (MT) – Cuiabá (MT), com extensão de 25 km e Cuiabá (MT) – Rondonópolis (MT) com extensão de 168 km, tendo entrado em operação comercial em setembro de 2005. A ELETRONORTE participa com 49% do capital social da AETE.

p) Energética Águas da Pedra S.A. – Investimentos no valor total de 31.800 mil, na qual a CHESF possui a participação 24,5%, juntamente com a ELETRONORTE 24,5% e a Neoenergia S.A. 51,0%. A referida empresa tem origem no Consórcio Aripuanã, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada, para implantação da UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760.800 mil. A Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 à 2041, no período de concessão de 30 anos.

q) Serra do Facão – Consórcio de Empresas Associadas Serra do Facão (GEFAC), foi constituído com a finalidade de construção e operação da UHE Serra do Facão, com potência instalada de 210 MW, localizada no rio São Marcos, nos municípios de Catalão e Divinópolis, ambos no estado de Minas Gerais. A participação acionária de FURNAS no referido consórcio é de 49%. As obras foram iniciadas em março de 2007, estando a entrada em operação comercial da primeira máquina, prevista para maio de 2010.

r) UHE Santo Antonio – Em 10 de dezembro de 2007, o Consórcio MESA S.A., constituído por FURNAS (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), CEMIG 10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%), conquistou, em leilão realizado pela ANEEL, a concessão para construir e operar o projeto de construção da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia.

s) ELETRONET - FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE ingressaram no negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte de suas infra-estruturas de transmissão, com intermediação da controlada LIGHTPAR, em empreendimento juntamente com a iniciativa privada, onde participa, de forma minoritária, no capital social da ELETRONET, constituída para a exploração do negócio de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A LIGHTPAR, a partir de 20 de setembro de 2002, conforme deliberado em AGE, assumiu a administração temporária da ELETRONET, em razão de previsão do acordo de acionistas

como decorrência do inadimplemento do acionista majoritário AES Bandeirante Empreendimentos Ltda. em aportar a correção monetária da quarta parcela do capital social.

O Conselho de Administração da ELETRONET, em reunião extraordinária iniciada no dia 18 de março de 2003 e concluída no dia 27 de março de 2003, decidiu pela confissão da falência da empresa, em razão de terem sido esgotadas todas as possibilidades de se obter uma solução definitiva. Nesta mesma reunião foi convocada a AGE para deliberar sobre a matéria.

Na Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONET, iniciada em 24 de abril de 2003 e encerrada em 25 de abril de 2003, foi aprovada a confissão de falência da Companhia, com pedido liminar de continuação do negócio, e autorizados os administradores a tomarem as medidas judiciais cabíveis.

Assim, em 16 de maio de 2003, a ELETRONET, representada por seus sócios Diretores, requereu ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro a declaração de sua falência com pedido liminar de continuação de negócio, tendo a 5ª Vara Empresarial decretado a falência na forma requerida. Nesta condição, a ELETRONET continuou com suas operações sob a administração do Poder Judiciário, havendo, ainda, pendências de julgamento de recursos de credores junto ao STJ.

Em 06 de junho de 2007, a LIGHTPAR, juntamente com a Massa Falida ELETRONET, foi notificada extrajudicialmente pelas empresas cedentes, da rescisão unilateral do contrato de cessão de direito de acesso e uso de cabos e infra-estrutura firmado com a LIGHTPAR, em junho de 1999, e respectivos Termos Aditivos, que permitiam à esta transferir à ELETRONET o direito de acesso e uso de cabos e infra-estrutura, bem como de reembolsar à LIGHTPAR 50% dos custos incorridos na administração dessa estrutura. Ressalta-se, entretanto, que esta rescisão não compromete o recebimento dos créditos correspondentes aos reembolsos devidos e cobrados até 31 de dezembro de 2006.

Por meio deste ato, as EMPRESAS CEDENTES, baseadas em previsões contratuais, pleiteiam, dentre outras:

- a) a imissão na posse dos bens que compõem a infra-estrutura implantada para prestação de serviços de telecomunicações;
- b) o exercício do direito a reivindicar os cabos ópticos, e
- c) a determinação, para fins de manutenção de serviço essencial ao sistema integrado nacional de transmissão de energia elétrica, bem como a não-interrupção nos serviços prestados pelos empregados da ELETRONET.

Na mesma data, as CEDENTES protocolaram perante a 5ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, petição requerendo decisão em caráter liminar sobre o assunto, a qual foi concedida, em 14 de janeiro de 2008, estando pendente apenas para a sua efetivação, a disponibilização na conta-corrente da Massa Falida da ELETRONET, da quantia de R\$ 380.000 mil, apurada pericialmente.

Em face desta decisão, ingressaram com recurso de agravo de instrumento as CEDENTES, a LT BANDEIRANTES EMPREENDIMENTOS Ltda. (sócia da LIGHTPAR na

ELETRONET) e a Massa Falida da ELETRONET S.A. Em nenhum dos casos foi deferida a antecipação de tutela ou mesmo o efeito suspensivo.

NOTA 20 – IMOBILIZADO

O valor do imobilizado, cujo detalhamento está demonstrado no Anexo IV e IV.a, é retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, que representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e de consumidores, bem como doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, sendo seu vencimento vinculada ao final da respectiva concessão e são constituídos dos seguintes elementos:

	CONSOLIDADO	
	R\$ mil	
	2007	2006
Participação da União	406.688	400.569
Amortização	81.998	102.267
Contribuições de consumidores	27.826	30.496
Doações e subvenções - investimentos	71.147	23.096
Outras	36.452	102.620
	<u>624.111</u>	<u>659.048</u>

a) Participação da União - refere-se a recursos recebidos do Governo Federal para aplicação em obras prioritárias de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Amortizações - provenientes das Reservas para Amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

c) Contribuições de consumidores - referem-se a recursos recebidos para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.

d) Doações e subvenções – doações puras e simples, não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica.

De acordo com o Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

João Vicente A. Torres

NOTA 21 – INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
GERAÇÃO	-	-	54.856	30.561
em serviço	-	-	17.871	5.519
(-) Reintegração	-	-	(4.224)	(186)
em curso	-	-	41.209	25.228
TRANSMISSÃO	-	-	283.110	265.728
em serviço	-	-	241.758	225.758
(-) Reintegração	-	-	(2.436)	(1.959)
em curso	-	-	43.788	41.929
ADMINISTRAÇÃO	55.558	57.410	125.639	98.126
em serviço	61.114	61.114	163.113	84.293
(-) Reintegração	(5.556)	(3.704)	(53.595)	(18.671)
em curso	-	-	16.121	32.504
OUTROS	-	-	6.205	18.123
	<u>55.558</u>	<u>57.410</u>	<u>469.810</u>	<u>412.538</u>

NOTA 22 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos, incluindo encargos, cujos recursos são destinados ao programa de investimentos do Sistema ELETROBRÁS está apresentado no Anexo V (Vide Nota 46).

I - Captação de recursos no mercado internacional

a) Captação em curso - O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 31 de julho de 2007, deliberou pela captação de recursos no mercado internacional, no montante de até US\$ 600,000 mil, para fazer face a investimentos previstos em 2008.

O programa de captação será viabilizado mediante a realização operação financeira a ser realizada de forma consistente com as condições do mercado e de menor custo para a ELETROBRÁS.

Esta captação, prevista no programa de investimentos da ELETROBRÁS, têm como objetivo financiar os investimentos os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

b) Captação concluída – Até a data de encerramento destas Demonstrações Contábeis os recursos contratados em 2007 pela ELETROBRÁS com as instituições financeiras *China Development Bank* e *BNP Paribás*, no valor de US\$ 430,000 mil não haviam sido desembolsados.

Este financiamento destina-se à construção UTE Candiota II, Fase C, cuja execução da obra está a cargo da controlada CGTEE e possuem as seguintes condições:

- a) celebrado ao amparo do Acordo Bilateral Brasil-China-Resolução do Senado Federal 34;
- b) amortização em 16 anos, em parcelas semestrais;
- c) 4 anos de carência, e
- d) juros anuais com base na *Libor*

II - Captação de recursos no mercado nacional

Outros financiamentos estão em fase de contratação:

a) junto ao BNDES, nos montantes de R\$ 1.034.410 mil e R\$ 183.330 mil, e destinam-se ao financiamento de projetos nas controladas FURNAS e ELETROSUL, respectivamente, nas seguintes condições (previstas):

- a) amortização em 16 anos, em parcelas semestrais;
- b) 2 anos de carência;
- c) juros mensais com base na TJLP + 1,91% a.a.

b) junto ao Banco da Amazônia - BASA, no montante de R\$ 193.330 mil, e destinam-se ao financiamento de projetos na controlada FURNAS, nas seguintes condições (previstas):

- a) amortização em 16 anos, em parcelas semestrais;
- b) 2 anos de carência, e
- c) juros mensais com base na TJLP + 1,91% a.a

NOTA 23 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

A controlada FURNAS possui operações de cessão de créditos de sua titularidade, realizadas no exercício de 2005, com a finalidade de obter recursos para fazer face ao seu programa de investimentos. As principais condições da cessão são as seguintes:

a) FIDC FURNAS I

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, sendo o seu administrador.
2. A cessão de créditos ao Fundo FURNAS I foi formalizada por Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em setembro de 2004.
3. A taxa de desconto é de 1,38% a.a..
4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.
5. A controlada manteve-se como mandatária da cobrança.

João Vicente A. Torres

6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.

7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
RTE	01/2007 a 01/2008	126.000
Financiamento - CEMAT	10/2004 a 03/2009	164.000
Energia - PROMAN	10/2004 a 12/2006	52.000
Total cedido		342.000

b) FIDC FURNAS II

1. Constituído pelo Banco Santander Brasil, em conjunto com os bancos Bradesco, BB Banco de Investimento, Itaú BBA e Votorantim, sendo o administrador a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA..

2. A cessão de créditos ao Fundo FURNAS II foi formalizada pelo Instrumento Particular de Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assinado em maio de 2005.

3. A taxa de desconto é de 1,80% a.a..

4. A atualização do fluxo cedido é feita mediante a aplicação da taxa SELIC anual, do BACEN, apurada no período compreendido entre a data da cessão e o último dia útil que anteceder a data de pagamento.

5. A controlada Furnas manteve-se como mandatária da cobrança.

6. A cessão foi efetuada com a co-obrigação de FURNAS pelo pagamento dos Direitos Creditórios, nos termos do Código Civil Brasileiro.

7. Créditos cedidos:

CRÉDITOS CEDIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	R\$ mil
		VALOR CEDIDO
Créditos – Lei 8.727/93	06/2005 a 05/2010	228.000
Refinanciamento energia CEB	06/2005 a 05/2010	162.000
Refinanciamento energia CELG	06/2005 a 05/2010	258.000
Contratos diversos (*)	06/2005 a 02/2008	255.050
Total cedido		903.050

(*) Refere-se a ELETRONORTE e ELETRONUCLEAR e nos montantes de R\$ 89.100 mil e R\$ 165.950 mil respectivamente.

João Vicente A. Torres

As demonstrações consolidadas, nos termos da Instrução CVM 408/2004, dadas as características dos fundos, consideram o saldo de recebíveis como parte integrante do ativo, mantidos nas rubricas de origem, e o montante dos patrimônios dos FIDC's refletido como financiamentos e empréstimos a pagar de curto e longo prazos cujo o saldo total em 31 de dezembro é de R\$ 583.715 mil (em 31 de dezembro de 2006 R\$ 1.020.605 mil). Vide Anexo V.

NOTA 24 – FORNECEDORES

Inclui, principalmente, a energia comprada de ITAIPU Binacional (Ver Nota 9) e tem a seguinte composição:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	51.805	83.754	1.068.073	989.076
Uso da Rede Elétrica	-	-	91.771	86.105
Energia Comprada para Revenda	1.188.771	1.062.641	1.014.607	850.457
CCEE – Energia de curto prazo	28.789	13.526	117.478	51.265
	<u>1.269.365</u>	<u>1.159.921</u>	<u>2.291.929</u>	<u>1.976.903</u>

NOTA 25 – TAXAS REGULAMENTARES

	R\$ mil	
	2007	2006
PASSIVO CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão – RGR	71.166	70.943
CCC/CDE	29.384	54.223
Compensação financeira - recursos hídricos	382.438	431.500
Taxa de fiscalização ANEEL	4.217	2.945
PROINFA	27.692	31.679
	<u>514.897</u>	<u>591.290</u>

João Vicente A. Torres

NOTA 26 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de Renda				
Passivo circulante	763.721	627.745	1.014.943	742.411
Passivo não circulante	-	497.827	381.949	679.539
Contribuição Social				
Passivo circulante	280.669	258.316	318.900	282.496
Passivo não circulante	-	150.017	138.756	216.688
PASEP e COFINS				
Passivo circulante	28.234	27.357	136.368	102.933
Passivo não circulante	-	-	-	15.958
ICMS				
Passivo circulante	-	-	38.167	26.900
Passivo não circulante	-	-	40.982	64.590
PAES				
Passivo circulante	-	-	109.761	113.220
Passivo não circulante	-	-	1.016.133	1.163.523
OUTROS				
Passivo circulante	19.936	5.065	205.699	180.695
Passivo não circulante	-	-	47.710	10.450
TOTAL	<u>1.092.560</u>	<u>1.566.327</u>	<u>3.449.368</u>	<u>3.599.403</u>
Passivo circulante	<u>1.092.560</u>	<u>918.483</u>	<u>1.823.838</u>	<u>1.448.655</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>647.844</u>	<u>1.625.530</u>	<u>2.150.748</u>

As obrigações referentes à IRPJ e CSLL referentes ao exercício de 2007, no montante de R\$ 1.044.390 mil serão compensadas com créditos tributários existentes, no valor total correspondente (Vide Nota 14).

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSLL registrados como despesa nos exercícios de 2007 e 2006 e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

João Vicente A. Torres

	CONTROLADORA			
	2007		2006	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.401.020	1.401.020	1.470.606	1.470.606
Total do IRPJ e CSLL calculado as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	350.255	126.092	367.652	132.355
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(200.971)	(72.349)	(49.162)	(17.698)
Equivalência patrimonial	(211.343)	(76.083)	(41.203)	(14.833)
JCP	(175.872)	(63.314)	(114.887)	(41.359)
Perdas em Investimentos	143.794	51.766	133.164	47.939
Demais adições (exclusões)	(52.839)	16.027	(84.960)	(24.719)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	<u>(146.976)</u>	<u>(17.861)</u>	<u>210.603</u>	<u>81.685</u>

b) Parcelamento Especial – PAES

A controlada, FURNAS optou em julho de 2004, pelo refinanciamento de R\$ 968.789 mil relativos a PASEP, COFINS, ITR, IRPJ e CSLL. O valor a ser recolhido à SRF representa 1,5% do faturamento mensal, com prazo de financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2007, esta assim discriminada:

	R\$ mil
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	968.789
Atualização monetária - até 31.12.2005	248.654
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	<u>(207.585)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	1.009.858
Atualização monetária – em 2006	79.356
Pagamentos efetuados - em 2006	<u>(88.438)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	1.000.776
Atualização monetária – em 2007	60.848
Pagamentos efetuados - em 2007	<u>(197.625)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2007	<u>863.999</u>

O valor presente desses débitos, a serem liquidados com base na taxa mensal equivalente a 1,5% da receita bruta, limitada às parcelas restantes, é de R\$ 756.975 mil, sendo as seguintes premissas utilizadas para sua determinação:

João Vicente A. Torres

1 - a receita foi projetada com base no montante faturado até dezembro de 2007, atualizado pela taxa média anual de inflação, estimada em 4,5%.

2 - o valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, de 6,0% a.a. e descontados à taxa de 11% a.a., taxas estas compatíveis com o cenário econômico descrito.

Da mesma forma, com o objetivo de regularizar débitos junto à Receita Federal e INSS, em 2003 à controlada ELETRONORTE optou pelo refinanciamento. O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2007, está assim discriminada:

	<u>R\$ mil</u>
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	94.486
Atualização monetária - até 31.12.2005	5.992
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	<u>(8.859)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	91.619
Atualização monetária – em 2006	5.059
Pagamentos efetuados - em 2006	<u>(62.251)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	34.427
Atualização monetária – em 2007	1.571
Pagamentos efetuados - em 2007	<u>(4.191)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2007	<u>31.807</u>

Também de forma análoga, a controlada ELETROSUL em agosto de 2003, em virtude de decisão desfavorável em ação judicial decorrente do PASEP e COFINS sobre a receita da venda de energia de ITAIPU Binacional, emanada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região, optou pelo pagamento desta exigibilidade, por meio de parcelamento, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 230.088 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 241.539 mil).

O montante da dívida do Parcelamento Especial - PAES em 31 de dezembro de 2007 está assim discriminada:

	<u>R\$ mil</u>
Débito total consolidado em 2003, incluído no PAES	241.809
Atualização monetária - até 31.12.2005	42.589
Pagamentos efetuados - até 31.12.2005	<u>(36.637)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2005	247.761
Atualização monetária – em 2006	16.369
Pagamentos efetuados - em 2006	<u>(22.591)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2006	241.539
Atualização monetária – em 2007	11.254
Pagamentos efetuados - em 2007	<u>(22.705)</u>
Saldo do PAES em 31 de dezembro de 2007	<u>230.088</u>

João Vicente A. Torres

NOTA 27 – ADIANTAMENTO DE CLIENTE

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	35.191	32.522
PROINFA	202.250	102.387	202.250	102.387
	<u>202.250</u>	<u>102.387</u>	<u>237.441</u>	<u>134.909</u>
NÃO CIRCULANTE				
ALBRÁS	-	-	1.056.761	942.330
	<u>202.250</u>	<u>102.387</u>	<u>1.294.202</u>	<u>1.077.239</u>

I - ALBRÁS

A controlada ELETRONORTE venceu o leilão de compra de energia elétrica realizado pela ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço compatível com a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na bolsa de *commodities* de Londres - Inglaterra.

Com base nestas condições, a ALBRÁS, visando reduzir o preço base, fez uma oferta de pré-compra de energia, com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia e que será amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento.

O cronograma de pagamentos antecipados ocorreu da seguinte forma:

Ano	R\$ mil	
	Liberações contratadas	Liberações realizadas
2004	300.000	300.000
2005	500.000	500.000
2006	250.000	250.000
2007	150.000	150.000
Total	<u>1.200.000</u>	<u>1.200.000</u>

O passivo correspondente apresenta a seguinte posição em 31 de dezembro de 2007:

Ano	R\$ mil		
	Valores recebidos	Pagamentos efetuados	Saldo
2004	300.000	(15.968)	284.032
2005	500.000	(29.201)	470.799
2006	250.000	(29.979)	220.021
2007	150.000	(32.900)	117.100
Total	<u>1.200.000</u>	<u>(108.048)</u>	<u>1.091.952</u>

João Vicente A. Torres 

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base em novas fontes.

O Programa assegura à ELETROBRÁS a compra da energia elétrica a ser produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, que será repassada as concessionárias de distribuição, consumidores livres e auto produtores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à ELETROBRÁS o valor anual da quota de custeio correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos auto produtores conectados as suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

Adicionalmente, para fazer face às necessidades de pagamentos aos empreendedores de geração do PROINFA, no primeiro ano de funcionamento do Programa, as concessionárias de distribuição e de transmissão, além das quotas relativas ao exercício corrente, anteciparam o pagamento, de forma adicional, de um duodécimo da quota anual, considerando a contratação plena de todos os empreendimentos inseridos no PROINFA.

Neste sentido a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2007, na rubrica Adiantamento de clientes, o montante de R\$ 202.250 mil (em 31 de dezembro de 2006 – R\$ 102.387 mil), que serão exigidos à medida da evolução do PROINFA e o conseqüente fornecimento de energia elétrica associada.

NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como prazo final de arrecadação.

Em uma primeira fase desse empréstimo compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/76, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela ELETROBRÁS.

Em um segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o empréstimo compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela ELETROBRÁS.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 3ª conversão em capital ocorrida em abril de 2005, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo

circulante e não circulante, vencível a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E e correspondem, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 299.084 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 134.976 mil), dos quais R\$ 202.375 mil no não circulante (31 de dezembro de 2006 - R\$ 23.870 mil).

As Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/62 e no artigo 1º do Decreto 20.910/32, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Dessa forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais constituídos de 1988 à 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 Kw/h, referentes à segunda fase desse empréstimo compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2007	2006
Créditos Arrecadados	202.375	23.870
Juros a Pagar	96.709	111.106
	<u>299.087</u>	<u>134.976</u>

NOTA 29 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do capital social relativo a essas espécies e classes de ações.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado, e o valor do dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei 6.404/76, bem como, o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

João Vicente A. Torres

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2007	2006
Lucro líquido do exercício	1.547.857	1.161.318
Reserva legal	(77.393)	(58.066)
Lucro líquido ajustado	1.470.464	1.103.252
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	367.616	275.813
Remuneração proposta aos acionistas		
Ações ordinárias	363.416	119.479
Ações preferenciais da classe A	297	297
Ações preferenciais da classe B	339.773	339.773
	703.486	459.549

Remuneração Proposta, por ação – expressa em Reais

	2007	2006(*)
Ações ordinárias – 1,87% do capital (2006–0,61%)	0,40	0,13
Ações preferenciais "A" - 9,41% do capital (2006–9,41%)	2,02	2,02
Ações preferenciais "B" - 7,06% do capital (2006–7,06%)	1,51	1,51

(*) Considera o grupamento de ações

Dessa forma, a ELETROBRÁS registrou como remuneração integral aos acionistas, relativa ao exercício de 2007, juros sobre o capital próprio – JCP no valor de R\$ 703.486 mil, imputados ao dividendo mínimo obrigatório, de acordo com as disposições estatutárias.

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte – IRRF à alíquota de 15%.

A remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2007 corresponde a 47,84% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76 (2006 – 41,65%) será atualizada com base na taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre o capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2008 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Contábil e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC incidirá IRRF à alíquota de 20%.

Em atendimento a Deliberação CVM 207/96 a ELETROBRÁS, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou esses juros em contrapartida de despesas financeiras, revertendo-os em conta específica, optando por não apresentá-los, entretanto, na demonstração do resultado, tendo em vista não produzir efeito no lucro líquido do exercício, mas, tão somente, produzindo efeitos fiscais reconhecidos nas rubricas contribuição social e imposto de renda.

Em cumprimento ao deliberado na 47ª Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2007, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2006 na forma de dividendos, teve início em 15 de junho de 2007, fazendo jus ao recebimento os acionistas registrados na data base de 02 de maio de 2007 e foi efetuado conforme abaixo (antes do grupamento):

Tipo/Classe	Em Reais / por lote de 1.000 Ações	
	Valor bruto em 31.12.2006	Valor bruto atualizado em 15.6.2007
Ações Ordinárias	0,33824150	0,27872570
Ações Preferenciais A	3,43314543	4,26370961
Ações Preferenciais B	2,57485907	3,19778221

O saldo da remuneração aos acionistas demonstrado no passivo circulante contém a parcela de R\$ 177.516 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 106.494 mil) referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.

A remuneração relativa ao exercício de 2003, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto de Companhia.

NOTA 30 – CRÉDITOS DO TESOUREO NACIONAL

	R\$ mil			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	2007	2006	2007	2006
Aquisição de Ações da CEEE-GT e CEEE-D	50.439	41.660	386.888	405.855
Obrigação de Ressarcimento (Vide Nota 15)	-	-	302.279	-
Outros	7.711	9.463	37.822	53.953
	<u>58.150</u>	<u>51.123</u>	<u>726.989</u>	<u>459.808</u>

NOTA 31 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

I – CONTROLADORA

A ELETROBRÁS é patrocinadora da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade social - ELETROS, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, com patrimônio próprio, segregada da patrocinadora, que tem por finalidade gerir plano previdenciário visando complementar benefícios de aposentadoria e pensão em favor dos empregados da patrocinadora que se filiarem como participantes daquela entidade.

A ELETROS administra dois planos de benefícios previdenciários patrocinados pela ELETROBRÁS, como demonstrados a seguir:

João Vicente A. Torres

1 – Plano de benefício definido

Complementa o salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao valor do benefício da Previdência Social, e encerrou os três últimos exercícios apresentando superávit técnico, estando fechado a novas adesões desde 01 de abril de 2006. Tal plano conta na data base de 31 de dezembro de 2007, com 480 participantes ativos, 1.186 participantes aposentados e 261 pensionistas. O plano têm suas reservas matemáticas, revisadas anualmente e calculadas atuarialmente segundo o regime de capitalização.

A ELETROBRÁS efetua contribuições mensais, paritárias às contribuições dos participantes, que são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, R\$ 10.331 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 11.933 mil).

As taxas de contribuições praticadas para o plano de benefício definido são as seguintes:

- 4,08% - até a metade do teto de contribuição para a Previdência Social;
- 8,16% - da metade do teto até o teto de contribuição para a Previdência Social;
- 17,13% - do teto da previdência até 3 vezes o teto de contribuição para a Previdência Social, e
- 24,48% - acima de 3 vezes do teto de contribuição para a Previdência social para os participantes de regulamentos antigos.

Em consonância com o pronunciamento do IBRACON aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação 371, de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a forma de contabilização, pelas patrocinadoras, dos benefícios concedidos aos empregados, a administração da ELETROBRÁS promove, anualmente, uma reavaliação atuarial do plano de benefício do qual é patrocinadora, cuja eventual necessidade de cobertura do passivo atuarial de sua responsabilidade é apontada com base em relatório de atuário independente, pelo método da unidade de crédito projetada.

A avaliação atuarial realizada na data base de 31 de dezembro de 2007 demonstrou que para os planos beneficiários o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	
	2007	2006
Valor justo dos ativos dos planos	1.590.535	1.402.208
(-) Valor presente da obrigação atuarial	(1.493.373)	(1.348.077)
	97.162	54.131
Obrigações com garantia de renda mínima	(33.565)	(33.195)
Ativo Líquido	63.597	20.936

A ELETROBRÁS garante aos assistidos do plano de benefícios definidos (BD) da ELETROS garantia de renda mínima de 90% da renda global (INSS + ELETROS) inicial corrigida.

Esquema de cálculo do custo esperado para o plano de benefício definido.

João Vicente A. Torres

	R\$ mil
	CONTROLADORA
Custo do serviço corrente	5.647
Custo dos juros	122.600
Retorno dos investimentos	(160.972)
Contribuição esperada dos empregados	(2.696)
Custo estimado para 2008	<u>(35.421)</u>

Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de premissas atuariais tais como salários, taxas de juros (nominais e efetivas), inflação, mortalidade, invalidez e outros. Os resultados atuariais obtidos a partir dessas premissas não podem ser analisados sem o prévio conhecimento do cenário utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas utilizadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Por consequência, a curto prazo, elas podem não necessariamente se realizar.

Para efeito da reavaliação atuarial efetuada nos termos da Deliberação CVM 371/2000, foram utilizadas as seguintes premissas:

a) HIPÓTESES ECONÔMICAS

Taxa de desconto	9,72% (inflação + 5,5% a.a. de juros reais)
Taxa de rendimento esperada dos ativos	10,76% a.a. (inflação + 6,5% a.a. de juros reais)
Taxa de crescimento salarial	7% a.a. (inflação + 2,86% a.a. de crescimento real)
Índice de reajuste de benefícios concedidos	4% a.a. (somente inflação)
Fator de capacidade do benefício	0,98

b) HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

Taxa de rotatividade	Rotatividade Nula
Tábua de mortalidade	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83

2 – Plano de contribuição definida

Em 2006 iniciou-se um processo de migração de participantes do plano de benefício definido da ELETROS para um novo plano com características de contribuição definida patrocinado pela ELETROBRÁS. Parte dos que já migraram para o novo plano optaram por manter parcial ou totalmente o direito a benefício saldado na modalidade de benefício definido. O processo aqui mencionado, continuará a acontecer até o dia 28 de junho de 2008.

Na data base de 31 de dezembro de 2007 o plano contava com 142 participantes ativos e 11 aposentados.

João Vicente A. Torres

As taxas de contribuições praticadas para o plano de contribuição definida são as seguintes:

- 4,5% - até 10 Unidades Reajustáveis do Plano – URP
- 15% - para valores superiores a 10 Unidades Reajustáveis do Plano - URP

II – CONSOLIDADO

Além da ELETROS, que é patrocinada pela ELETROBRÁS, as empresas controladas são patrocinadoras de entidades específicas de previdência privada que têm, de igual forma, finalidade de complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições, conforme abaixo:

Patrocinadora	Fundação
FURNAS	REAL GRANDEZA
CHESF	FACHESF
ELETROSUL	ELOS
ELETRONORTE, MANAUS e BOA VISTA	PREVINORTE
ELETRONUCLEAR	NUCLEOS e REAL GRANDEZA
ITAIPU	FIBRA (Brasil) e CAJA (Paraguai)
CGTEE	ELETROCEEE

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, R\$ 222.646 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 310.864 mil).

Com base nos diversos regulamentos dos planos de benefício e em atendimento ao pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM 371/2000, as empresas avaliam atuarialmente suas obrigações relativas a benefícios complementares a empregados, cuja necessidade de cobertura apurada está refletida nas Demonstrações Contábeis, atingindo o montante de R\$ 982.135 mil, estando apresentadas no passivo circulante a parcela de R\$ 183.512 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 338.355 mil) e no passivo não circulante a parcela de R\$ 798.623 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 1.992.061 mil), sob o título Previdência Complementar.

No exercício de 2007, os resultados das avaliações atuariais das Fundações de Previdência Complementar das Empresas do Sistema ELETROBRÁS, demonstraram um superávit de R\$ 1.224.384 mil de acordo com as condições estabelecidas pela deliberação CVM 371/2000, registrada como redução da obrigação atuarial, conforme abaixo:

	R\$ Mil
CONSOLIDADO	
Saldo em 31.12.2006	2.330.417
(-) ajustes atuariais – CVM 371/2000	(1.224.384)
(-) realizações contratos de dívidas	(123.898)
Saldo em 31.12.2007	982.135

A apresentação de superávits nos planos de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a companhia.

João Vicente A. Torres

NOTA 32 – PASSIVOS CONTINGENTES

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	377.155	331.311
Tributárias	-	-	13.575	4.615
Cíveis	-	-	677.599	620.487
Outros	-	-	118.241	47.249
(-) Depósitos judiciais	-	-	(157.461)	(110.363)
	-	-	1.029.109	893.299
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	17.072	17.072	304.711	247.807
Tributárias	-	-	127.384	157.548
Cíveis	1.328.244	1.328.244	1.872.640	1.868.764
(-) Depósitos judiciais	(130.788)	(46.927)	(261.948)	(126.198)
	1.214.528	1.298.389	2.042.787	2.147.921
	1.214.528	1.298.389	3.071.896	3.041.220

A ELETROBRÁS e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. A Administração da Companhia, de acordo com a Deliberação 489 de 03 de outubro de 2005 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *provável*, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *possível*, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como *remoto*, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima, líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31.12.2006	1.298.389	3.041.220
Constituição de provisões	-	335.829
Reversão de provisões	-	(165.407)
Pagamentos	-	(25.629)
Atualização monetária	-	19.886
Depósitos judiciais	(83.861)	(139.824)
Levantamento de depósitos judiciais	-	5.821
Saldo em 31.12.2007	1.214.528	3.071.896

I - Ações judiciais movidas contra a Companhia

1) Ações judiciais cíveis

1.a) Na controladora

a) A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.328.244 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 1.328.244 mil), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do empréstimo compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na Legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do empréstimo compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnam a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o empréstimo compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela ELETROBRÁS por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembléias Gerais Extraordinárias da ELETROBRÁS.

Existem atualmente 3.181 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre oito a dez anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos de conhecimento em curso.

A Administração da ELETROBRÁS, ademais, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia que o risco de perda dessas ações, que discutem os critérios de atualização monetária aplicados aos créditos escriturais do empréstimo compulsório, constituídos a partir de 1978, é classificado com possível.

Contudo, dada a relevância dos valores envolvidos, a verificação de decisões desfavoráveis já ocorridas, à não pacificação do mérito em julgamento pelo STJ e, ainda, baseada no princípio da prudência, a Companhia adota a prática de manter provisão para contingências, integralmente constituída em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis.

Neste cenário, portanto, dada à relevância da questão, a Administração da Companhia, opta por reconhecer e divulgar de forma cautelosa, fatores que possam influenciar o patrimônio da

Companhia, caso ocorra algum fato ou evento no curso dos julgamentos, adverso à Companhia, cumprindo assim o dever de preservar, da melhor maneira possível, os usuários das Demonstrações Contábeis, em particular quanto a avaliação de seus passivos e, conseqüentemente do patrimônio líquido, buscando evitar análises excessivamente otimistas nas tomadas de decisão com base na informação contábil.

Desse modo, o valor acumulado da provisão, no montante de R\$ 1.328.244 mil, mantida. apesar da classificação de risco possível, é julgado suficiente pela administração da Companhia, está em conformidade com os diversos estágios em que se encontram as ações judiciais e reflete a incerteza sobre o desfecho dos processos judiciais, pela sua própria natureza, não sendo possível, no estágio e circunstâncias atuais, concluir sobre o final das demandas, que poderão atingir a cifra aproximada de R\$ 3.000.000 mil.

b) A ELETROBRÁS figura como ré em uma ação movida pela Associação Brasileira dos Consumidores de Água e Energia Elétrica – ASSOBRAEE, que tramita na 17ª Vara da Justiça Federal – DF, cujo objeto é a busca da utilização do valor de mercado da ação da ELETROBRÁS como preço de emissão das ações emitidas para pagamento dos créditos do empréstimo compulsório, as quais são realizadas utilizando-se o valor patrimonial da ação. A tal causa foi atribuído, pelo autor, o valor de R\$ 2.397.003 mil, sendo que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda dessa demanda é remoto.

c) A ELETROBRÁS também é parte em diversas outras ações judiciais cujo objeto é o resgate de Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia em decorrência do empréstimo compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 à 1976. Ditas Obrigações são inexigíveis, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/62 e no artigo 1º do Decreto 20.910/32.

A administração da Companhia, então, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, conclui que a possibilidade de perda da ELETROBRÁS nas ações que têm esse objeto é remota, pois a jurisprudência tem confirmado a prescrição do direito à postulação do resgate das obrigações emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório e a conseqüente inexigibilidade desses títulos (Vide Nota 28).

1.b) Em empresas controladas:

a) A controlada CHESF é ré em ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Controlada e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas de contrato referente à construção da UHE Xingo, sendo uma, impetrada em junho de 1999, para as faturas emitidas a partir de abril de 1990 e outra, impetrada em maio de 2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedido genérico, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo para a liquidação da sentença a apuração dos valores. Atualmente os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para prolação da sentença, sendo julgadas como de risco possível.

b) Ação cível pública proposta contra a controlada CHESF, no valor de R\$ 100.000 mil, tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados a pescadores, provocados pela construção da UHE Xingó. Conforme avaliação dos advogados que patrocinam a causa pela Controlada, a expectativa de perda é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto ao valor do pedido. Não foi feita provisão para tal ação.

c) A controlada CHESF possui, também, ações consideradas como de risco de perda remoto, pelos seus consultores jurídicos, destacando-se uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior Engenharia S.A., contratada para a construção da UHE Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da CHESF. A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à CHESF, assegurando ressarcimento financeiro.

d) A Controlada CHESF é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da UHE Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução em dobro de importâncias pagas, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 mil. A ação ajuizada pela Controlada foi julgada improcedente e a reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife - PE. Em 31 de dezembro de 2007, permaneciam sem movimentação o Recurso Especial e os Agravos de Instrumento interpostos pela CHESF, sendo que os trabalhos periciais já se encontravam concluídos e os autos conclusos para o Juiz. A administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou provisão, mantida no passivo não circulante, no valor de R\$ 330.537 mil, para eventuais perdas decorrentes de julgamentos desfavoráveis.

Nesta ação de cobrança cabia à Mendes Júnior, por decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Superior Tribunal de Justiça, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra da UHE Itaparica, em decorrência do atraso da CHESF no pagamento de algumas faturas, e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teria sido superior ao total de acréscimos monetários pagos pela CHESF.

Por determinação do Juízo Federal da 12ª Vara, em Pernambuco, está em andamento perícia contábil, em que, respondendo quesito da CHESF, o Perito Judicial declarou não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da UHE Itaparica.

Entregue o laudo pericial, em juízo, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos ao Perito, que ainda não foram objeto de análise pelo Juízo da 12ª Vara Federal. Os autos foram ainda encaminhados ao Ministério Público Federal que declarou estar concluindo manifestação sobre a ação, a ser entregue ao Juízo.

Considerando a anulação de todos os atos anteriores desenvolvidos na esfera da Justiça Estadual, e as rígidas determinações da Justiça Federal com relação à nova perícia, exigindo a completa identificação dos recursos próprios ou captados pela Mendes Júnior, e a comprovação de sua efetiva aplicação nas obras da UHE Itaparica, não é possível estimar valor para o litígio, nem mesmo em caráter de expectativa. Até a conclusão das Demonstrações Contábeis não foi comprovada a existência de qualquer crédito em favor da autora sendo, na avaliação dos consultores jurídicos da Controlada, como de risco de perda remota para a Companhia.

2) Ações judiciais trabalhistas

João Vicente A. Torres

2.a) Na Controladora

Não existem contingências de natureza trabalhistas individualmente relevantes envolvendo a Companhia, sendo que as referidas causas têm a probabilidade de perda avaliada, substancialmente, como possível pelos consultores jurídicos. No entanto, a administração da Companhia mantém uma provisão de R\$ 17.072 mil, constituídas integralmente em exercícios anteriores, para fazer face a eventuais perdas em processos ainda em curso.

2.b) Em empresas controladas

a) A controlada FURNAS possui diversas ações judiciais de natureza trabalhista, para as quais constitui provisões para contingências, sendo as mais relevantes referentes a questão relacionada à mudança de data-base dos engenheiros, no valor de R\$ 71.500 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 64.686 mil), sendo R\$ 5.674 mil relativos a empregados transferidos para a ELETRONUCLEAR em decorrência da cisão ocorrida em 1997 e, a que versa sobre adicional de periculosidade para eletricitários que, de acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, deve ser concedido pelo percentual integral e não proporcional como vinha sendo praticado por FURNAS a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. O montante estimado e provisionado para cobertura de eventuais perdas destas ações é de R\$ 58.156 mil.

b) A controlada FURNAS, matem, ainda, o montante de R\$ 38.921 mil provisionados para complementação de aposentadorias – paridade com os empregados ativos.

c) A controlada em conjunto ITAIPU Binacional, possui provisões para contingências para fazer face a diversas ações judiciais de natureza cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 160.770 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 188.755 mil) e R\$ 208.759 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 176.569 mil), respectivamente, em diversos estágios de julgamento.

d) A controlada ELETRONORTE vem sendo acionada em diversos processos judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista. Administração da Controladora, com base em avaliação dos riscos de contingência relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, mantém provisões no valor total de R\$ 866.239 mil, (31 de dezembro de 2006 – R\$ 793.819 mil), sendo, ações cíveis, no valor de R\$ 667.006 mil (31 de dezembro de 2006– R\$ 604.718 mil), trabalhista, no valor de R\$ 194.889 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 167.123 mil) e outras no valor de R\$ 4.344 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 21.978 mil), líquidas dos respectivos depósitos judiciais, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas nos riscos cujas chances de desfecho desfavorável são considerados prováveis.

II - Contingências Tributárias

1) Na Controladora

A Secretaria da Receita Federal lavrou em 2003, Auto de Infração contra a ELETROBRÁS referente à contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no valor original de R\$ 281.702 mil, que atualizado até 31 de dezembro de 2007 atinge o montante de R\$ 514.219 mil.

João Vicente A. Torres

O referido Auto diz respeito à exclusão da base de cálculo da referida contribuição, das receitas decorrentes das operações de financiamento destinadas à aquisição de bens do ativo imobilizado, praticadas com ITAIPU Binacional.

A administração e seus consultores jurídicos discordam dessa autuação, amparados nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai e legislações posteriores correlatas, incluindo atos normativos da SRF, que regem todas as operações praticadas pela e com a ITAIPU Binacional, inclusive sob os aspectos fiscais e tributários.

A ELETROBRÁS, impugnou o auto de infração, não obtendo sucesso em 1ª instância administrativa, onde foi confirmado o débito em discussão, tendo sido interposto recurso, pendente de decisão pelo Conselho de Contribuintes, instância na qual, o processo encontra-se em diligência.

Com base na opinião dos consultores jurídicos, a administração da Companhia espera obter decisão favorável nesse processo, cuja avaliação de risco de perda é remota, razão pela qual não foi constituída provisão para contingências.

2) Em empresas controladas

a) Em maio de 2001, a controlada FURNAS recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal em relação ao FINSOCIAL, COFINS e PASEP, no montante atualizado, em 31 de dezembro de 2007, de R\$ 1.098.900 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 1.068.958 mil), em decorrência de exclusões nas relativas bases de cálculo, principalmente, das receitas decorrentes do repasse e transmissão de energia elétrica de ITAIPU por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepuseram-se a outros emitidos em 1999 para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089 mil, que haviam sido objeto de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em março de 2000 e transferidos, em julho de 2003, para o Parcelamento Especial – PAES, em amortização.

Por discordar da autuação, a Administração de FURNAS apresentou recurso de impugnação, justificado por procedimento fiscal incompleto, cumprido *extra lege*, superposição de fiscalização e por um período abrangido pela decadência. No exercício de 2004, o Conselho de Contribuintes julgou favoravelmente a FURNAS o recurso interposto relativo ao Auto de Infração relativo ao FINSOCIAL. No exercício de 2005 houve também decisão favorável à FURNAS com relação ao Auto de Infração referente ao PASEP, em função do período de fiscalização ter ultrapassado cinco anos. Quanto ao Auto de Infração da COFINS não houve, até a presente data, julgamento do recurso interposto por FURNAS.

A administração da controlada, fundamentada na opinião de sua Consultoria Jurídica, entende que a ação fiscal extrapola os limites legais, com possibilidade de sucesso favorável a FURNAS, razão pela qual não são constituídas provisões para contingências.

NOTA 33 – OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares que constitui-se em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares. No caso das usinas termonucleares brasileiras - Angra I e Angra II, o

método selecionado para o programa de descomissionamento é aquele internacionalmente designado com “SAFSTOR”, que consiste da desmontagem total da usina após um período de dormência de 15 anos.

A mensuração das obrigações associadas à execução do programa de desmobilização desses ativos é baseada nas leis e regulamentos nacionais e internacionais vigentes, tecnologia atualmente disponível para execução das respectivas atividades e custos específicos associados ao local de implantação das usinas.

A ELETRONUCLEAR está legalmente responsável, segundo as disposições da Lei 10.308/2001, pelos depósitos iniciais de rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento de Angra I e Angra II, e dessa forma os custos são incluídos na obrigação para desmobilização das duas usinas. Pelas disposições da Lei 10.308/2001, a responsabilidade e, portanto, os custos para implantação de depósitos intermediários e finais de rejeitos é da CNEN e, por conseguinte, esses custos não estão incluídos na estimativa da obrigação de desmobilizações das usinas termonucleares. Entretanto, o custo de armazenagem dos rejeitos decorrentes das atividades do programa de descomissionamento estão nela incluídos. Ainda, no seu artigo 18, foi estabelecido que o serviço de depósito de rejeitos intermediários e finais terá seus respectivos custos indenizados à CNEN pelos depositantes, conforme tabela aprovada pela Comissão Deliberativa da CNEN a vigorar a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação no Diário Oficial da União.

Com o início da operação de Angra II em 2000, foram realizados novos estudos sobre os custos de descomissionamento, tomando como referência estimativas aplicáveis a um conjunto de 17 usinas dos Estados Unidos da América e 10 usinas Européias, Canadenses e Japonesas que se encontram em estágios diferentes de descomissionamento, bem como os critérios estipulados pela NRC – *Nuclear Regulatory Commission* dos EUA. Esses critérios foram utilizados em estudos de usinas similares às brasileiras, incluindo um estudo específico realizado na usina de *Krisiko*, que é considerada gêmea de Angra I.

Naquele estudo, o custo de desmobilização de Angra I e Angra II foi estimado no montante de US\$ 197,816 mil e US\$ 240,000 mil e o final da vida útil econômica da usina está projetado para dezembro de 2014 e agosto de 2030, respectivamente.

Recentemente a administração da Companhia reuiu e atualizou os valores, além de definir parâmetros e regulamentos para o estabelecimento de reservas financeiras necessárias para a cobertura do descomissionamento das usinas. Dessa forma, o custo passou a ser estimado em US\$ 307,000 mil e US\$ 426,000 mil para Angra I e Angra II, respectivamente. A vida útil econômica das usinas foi reavaliada para 40 anos.

Como decorrência desta reavaliação, o total da obrigação foi reavaliada de US\$ 437,816 mil para US\$ 733,000 mil, sendo complementada a obrigação já constituída em R\$ 123.252 mil, equivalente a US\$ 69,583 mil.

O saldo, em 31 de dezembro de 2007, do passivo correspondente as obrigações para a desmobilização das usinas termonucleares Angra I e II é de R\$ 451.017 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 356.604 mil), conforme demonstrado abaixo:

João Vicente Al Torres

CONSOLIDADO

	Passivo Constituído		Passivo a Constituir		Total	
	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Angra I	176,225	312.678	130,775	231.111	307,000	543.789
Angra II	78,100	138.339	347,900	616.235	426,000	754.574
	<u>254,325</u>	<u>451.017</u>	<u>478,675</u>	<u>847.346</u>	<u>733,000</u>	<u>1.298.363</u>

Os valores apresentados na formação do passivo para descomissionamento de usinas termonucleares são estimados e serão revistos durante a vida útil das instalações, considerando-se os avanços tecnológicos e a forma a alocar o período de acúmulo dos custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional.

Não existe atualmente legislação brasileira específica que regulamente o descomissionamento de usinas termonucleares, não sendo portanto estabelecidas as condições sob as quais o descomissionamento efetivamente ocorrerá, nem definidos os procedimentos a serem implementados, os montantes de recursos financeiros a serem gastos e o tratamento a ser dado na hipótese de recursos financeiros insuficientes ou excessivos por ocasião dos desembolsos.

A ELETRONUCLEAR gerencia os rejeitos de baixa, média e alta radioatividade. Os rejeitos de baixa radioatividade incluem materiais descartáveis utilizados durante as atividades de operação e manutenção das usinas termonucleares. Os rejeitos de média radioatividade são constituídos por resinas e filtros de purificação de fluidos. Os rejeitos de alta radioatividade estão contidos nos elementos de combustíveis usados.

Dessa forma, a ELETRONUCLEAR tem implantado um Centro de Gerenciamento de Rejeitos para aqueles de baixa e média radioatividade, localizados, na cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Para os rejeitos de alta radioatividade, a ELETRONUCLEAR opera 2 depósitos iniciais denominados como piscinas de estocagem de combustível usado, integrados às usinas de Angra I e Angra II. Encontra-se em projeto uma piscina de estocagem de elementos combustíveis usados externa às usinas que expandirá a capacidade de armazenagem, permitindo estocar todo o combustível usado pelos reatores de Angra I e Angra II durante toda sua vida útil.

Os custos de descomissionamento incluem os serviços referentes à remoção, transporte e disposição final dos rejeitos de baixa e média radioatividade gerados durante a realização do programa de descomissionamento. Incluem também a remoção e transporte dos elementos combustíveis usados para armazenagem em depósito para esse fim designado pela CNEN. Esses custos, entretanto, não incluem os serviços de armazenagem intermediária e final subsequente desses elementos combustíveis.

O fato desses últimos custos não serem considerados, decorre de inexistir procedimentos, regulamentação técnica e legislação específica para a armazenagem de longa duração de elementos combustíveis usados. Os combustíveis usados poderão ser futuramente reciclados através de técnicas de reprocessamento, como já é feito hoje em países como a França e o Japão,

o que poderia gerar recursos para ao custeio da armazenagem final dos rejeitos de alta radioatividade.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

NOTA 34 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia é de R\$ 24.235.829 mil e suas ações não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendo, às taxas anuais de 8% no caso de ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a essas classes de ações.

Conforme divulgado em aviso aos Acionistas datado de 16 de julho de 2007, a 147ª Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada na mesma data, aprovou o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei 6.404/76, na proporção de 500 ações para cada ação da mesma espécie, passando o capital social a ser representado por 1.129.498.502 ações escriturais, sem valor nominal, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia, que em 31 de dezembro de 2007, está distribuído, pelos principais acionistas e espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	QUADRO DE AÇÕES						
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
UNIÃO	488.656.241	53,99	-	35.191.002	15,69	523.847.243	46,38
BNDESPAR	133.757.951	14,78	-	-	-	133.757.951	11,84
F N D	45.621.589	5,04	-	-	-	45.621.589	4,04
FGP	40.000.000	4,42	-	-	-	40.000.000	3,54
OUTROS	196.987.746	21,77	146.920	189.137.053	84,31	386.271.719	34,20
	<u>905.023.527</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>224.328.055</u>	<u>100,00</u>	<u>1.129.498.502</u>	<u>100,00</u>

Do total das 386.271.719 ações em poder dos minoritários, 247.205.522 ações, ou seja, 64% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 140.058.203 ações ordinárias, 27 ações preferenciais da classe "A" e 107.147.292 ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 82.507.374 ações ordinárias e 27.740.069 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts – ADR*, de nível I.

João Vicente A. Torres

As ações da ELETROBRÁS, via ADR do nível I, estão sendo negociadas na proporção de 1 ADR para 500 ações e no Mercado de Valores Latino Americano em Euros (LATIBEX), na mesma proporção de 500 ações

Em 31 de dezembro de 2007 o valor patrimonial da ação, é de R\$ 70,79 (31 de dezembro de 2006 - R\$ 68,91 considerando o grupamento de ações).

A partir de 20 de agosto de 2007, as ações representativas do capital social da Companhia são negociadas exclusivamente grupadas e com cotação em Reais por ação.

II - Reservas de Capital

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
Compensação de insuficiência de remuneração – CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.243.272	3.243.272
Especial – Decreto-lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do empréstimo compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções – FINOR, FINAM e outros.	297.424	297.424
	25.907.304	25.907.304

A Reserva de Capital denominada Conta de Resultado a Compensar - CRC corresponde à participação percentual da ELETROBRÁS, no reconhecimento das insuficiências de remuneração de suas controladas no extinto regime de remuneração garantida vigente no setor elétrico brasileiro até o exercício de 1993, absorvidas e reconhecidas patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos pelo Tesouro Nacional.

III - Reservas de Lucros e Lucros Acumulados

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de reserva de investimentos e de 1% para a reserva de estudos e projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social, respectivamente:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
Legal (art.193 – Lei 6.404/76)	1.731.038	1.653.644
Estatutárias (art. 194 – Lei 6.404/76):		
Estudos e projetos	255.899	240.422
Investimentos	15.432.771	14.658.843
Outras	11.081	11.081
Retenção de lucros (art. 196 – Lei 6.404/76)	68.748	68.748
Especial (art.202 – Lei 6.404/76):		
Dividendos não distribuídos	8.300.832	7.421.521
	25.800.369	24.054.259

IV – Reservas de Reavaliação

Refere-se a reserva reflexa das coligadas relevantes CELPA e CEMAT avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que procederam à reavaliação de bens de seu ativo imobilizado.

V - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador são classificados no Patrimônio Líquido nos termos da Norma de Execução Conjunta 20/1990, da Coordenadoria de Contabilidade do Tesouro Nacional e destinaram-se a:

	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2007	2006
Aquisição de participação acionária na CEEE	1.742.265	1.571.393
Aquisição da participação acionária na CGTEE	1.673.938	1.482.931
Linha de transmissão Banabuí-Fortaleza	57.670	51.561
Usina Hidrelétrica de XINGÓ	162.034	144.869
Linhas de transmissão no Estado da Bahia	25.365	22.677
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	150.353	134.427
	<u>3.811.625</u>	<u>3.407.858</u>

NOTA 35 – OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
Fornecimento	7.091.009	7.901.155
Suprimento	8.384.910	5.608.078
Repasse de Energia de ITAIPU	3.781.161	2.860.190
Transmissão	3.380.463	3.669.373
Comercialização CCEE – energia de curto prazo	1.066.798	945.944
Acréscimo moratório energia vendida	2.260	21.030
Outras	-	5.584
	<u>23.706.601</u>	<u>21.011.354</u>

João Vicente A. Torres

NOTA 36 – DEDUÇÕES ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
RGR	454.519	418.870
CCC	373.055	394.462
CDE	67.434	62.489
PROINFA	57.975	37.242
P&D	161.493	379.466
	<u>1.114.476</u>	<u>1.292.529</u>
ICMS	438.710	465.555
	<u>1.553.186</u>	<u>1.758.084</u>

NOTA 37 – PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.149.525	175.852	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	423.184	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	39.325	42.623	39.325	42.623
	<u>1.188.850</u>	<u>641.662</u>	<u>39.325</u>	<u>42.623</u>
Investimentos em coligadas relevantes				
Equivalência patrimonial	411.725	111.119	411.725	111.119
	<u>411.725</u>	<u>111.119</u>	<u>411.725</u>	<u>111.119</u>
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	126.878	17.095	126.878	15.260
Dividendos	88.004	139.626	88.004	139.626
Remuneração dos investimentos em parcerias	67.832	79.062	87.360	53.039
	<u>282.714</u>	<u>235.780</u>	<u>302.242</u>	<u>207.925</u>
	<u>1.883.289</u>	<u>988.561</u>	<u>753.292</u>	<u>361.667</u>

No exercício de 2007, do montante de R\$ 1.883.289 mil referentes à receita decorrente das participações acionárias, R\$ 913.818 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 682.887 mil), são

realizados mediante o recebimento de dividendos e JCP, correspondentes a R\$ 803.882 mil e R\$ 109.936 mil, respectivamente (31 de dezembro de 2006 – R\$ 196.649 mil e R\$ 486.238 mil).

NOTA 38 – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Pessoal	260.425	189.108	2.927.383	2.561.881
Material	2.284	2.871	197.874	241.616
Serviços	55.661	95.045	1.230.010	1.174.203
	<u>318.370</u>	<u>287.024</u>	<u>4.355.267</u>	<u>3.977.700</u>

NOTA 39 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	R\$ mil	
	CONSOLIDADO	
	2007	2006
Suprimento	1.672.567	1.441.455
Energia de ITAIPU	3.320.526	2.856.722
Comercialização CCEE – Energia de curto prazo	1.108.673	595.427
Outras	23.866	1.621
	<u>6.125.632</u>	<u>4.895.225</u>

NOTA 40 – PROVISÕES OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
Contingências	-	(3.127)	160.446	158.017
PCLD – Consumidores e Revendedores	-	-	6.408	213.872
PCLD - RTE	-	-	(42.256)	351.988
PCLD - CCEE	-	-	293.560	-
PCLD – Financiamentos e Empréstimos	62.977	(365.874)	62.977	(359.999)
Créditos de ICMS	-	-	127.709	73.447
Prov. p/Desmobilização de Ativos	-	-	171.736	39.840
Investimentos temporários				
Passivo a descoberto	532.781	288.415	532.781	288.415
Perdas na realização	42.394	244.242	42.394	244.242
Outras	(51.669)	(48.722)	(75.079)	(51.480)
	<u>586.483</u>	<u>114.934</u>	<u>1.280.676</u>	<u>957.613</u>

João Vicente A. Torre

NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO

	R\$ mil			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Receitas (Despesas) Financeiras				
Receita de juros, comissão e taxas	4.188.934	3.937.621	2.090.688	1.709.150
Encargos de dívidas	(447.237)	(438.203)	(1.389.793)	(1.347.442)
Encargos sobre recursos de acionistas	(1.353.792)	(1.475.447)	(1.370.808)	(1.526.524)
Receita de aplicações financeiras	537.453	340.012	867.825	692.473
Outras receitas (despesas)	142.913	140.522	1.347.696	131.847
	<u>3.068.272</u>	<u>2.504.505</u>	<u>1.545.608</u>	<u>(340.496)</u>
Atualizações Monetárias e Cambiais				
Atualizações monetárias líquidas	529.245	330.606	92.184	(954.741)
Atualizações cambiais líquidas	(3.001.673)	(1.599.337)	(2.564.462)	(1.410.802)
	<u>(2.472.428)</u>	<u>(1.268.731)</u>	<u>(2.472.278)</u>	<u>(2.365.543)</u>
	<u>595.844</u>	<u>1.235.774</u>	<u>(926.669)</u>	<u>(2.706.039)</u>

NOTA 42 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DA COMPANHIA

A ELETROBRÁS, e suas controladas, adotam um programa de participação dos empregados nos resultados da Companhia que tem como objetivo incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da empresa, aplicáveis a todos os empregados.

A participação dos empregados nos lucros ou resultados ocorre com base em acordos coletivos de trabalho firmados com os empregados e entidades sindicais, nos termos da legislação federal em vigor, através da pactuação prévia de metas e compromissos.

Dessa forma, no exercício de 2007, a ELETROBRÁS provisionou o montante de R\$ 18.000 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 17.000 mil) sendo, no consolidado, R\$ 159.926 mil (31 de dezembro de 2006 – R\$ 138.468 mil), correspondente à participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados – PLR, observada a Resolução 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

O pagamento da PLR será objeto de deliberação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas que apreciará as presentes Demonstrações Contábeis.

NOTA 43 – SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

As informações sobre a demonstração do resultado por segmentos de negócios operacionais do Sistema ELETROBRÁS estão apresentadas no Anexo VI, de acordo com o modelo de gestão, a partir de bases internas utilizadas para avaliação de performance dos segmentos e para a decisão de alocação de investimentos.

Os critérios de divulgação estão de acordo com o previsto pela ANEEL e recomendações da CVM e apoiados, também, no pronunciamento *SFAS 131 - Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*, contemplando as seguintes áreas de negócio:

GERAÇÃO – construção e operação de usinas hidráulicas, térmicas, termonucleares e outras fontes, objetivando a produção de energia elétrica para fornecimento prioritário no país;

TRANSMISSÃO – construção e operação de linhas de transmissão, objetivando o transporte da energia elétrica entre os centros de produção e de consumo.

COMERCIALIZAÇÃO – intermediação em operações de compra e venda de energia elétrica.

DISTRIBUIÇÃO – construção e operação de sistemas de distribuição de energia elétrica em centros urbanos e destinados a consumidores finais.

ADMINISTRAÇÃO – órgãos corporativos cujos custos não podem ser atribuídos às demais áreas, em particular vinculados à gestão financeira, participações acionárias e administração central.

As informações por segmento de negócios foram elaboradas na premissa de atribuição de itens que tenham efetivo controle e gestão exercida pelas áreas totalmente identificadas com o segmento operacional.

NOTA 44 – SEGUROS

Os principais ativos imobilizados em serviço do Sistema ELETROBRÁS estão segurados de acordo com a política de cobertura de ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, estando as principais especificações abaixo indicadas:

RISCO	R\$ mil	
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	Importância Segurada	Prêmio
Nomeados	17.660.464	57.238
Aeronáuticos	16.578	459
Diversos	635.574	2.781
	<u>18.312.616</u>	<u>60.478</u>

Riscos Nomeados - cobertura para perdas e danos materiais decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos nas instalações.

Riscos Aeronáuticos - cobertura para prejuízos sofridos, reembolsos de despesas e responsabilidades civis em decorrência de acidentes, relacionados a aeronaves.

Riscos Diversos - cobertura para equipamentos móveis, transporte nacional, internacional e outros.

João Vicente A. Torres

NOTA 45 – LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E LINHAS DE TRANSMISSÃO

I – Energia existente

Ao longo do ano de 2007, a controlada ELETRONORTE participou, com êxito, de diversas licitações para venda de energia a consumidores finais e comercializadoras, no âmbito do Ambiente de Contratação Livre – ACL, negociando em contratos de curtíssimo prazo 400,5 MW médios, frente a uma disponibilidade de 610,08 MW médios, representando um desempenho de 65,65%. Com efeito, o valor resultante de receita total acumulada no ano alcançou R\$ 267.750 mil, que representam 12,54%, da meta anual de R\$ 237.000 mil, não sendo considerados os valores da contabilização e liquidação da CCEE.

II – Energia nova

A Companhia, através de leilão de energia promovido pela ANEEL para novos empreendimentos, que segue às regras estabelecidas pela Lei 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004, conquistou autorizações para a construção e operação das usinas hidroelétricas, citadas a seguir, e, ainda, vendeu, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, as respectivas energias que serão geradas:

a) UHE Santo Antonio – Em 10 de dezembro de 2007, o Consórcio MESA S.A., constituído por FURNAS (39%), Odebrecht Investimentos (17,6%), Andrade Gutierrez Participações (12,4%), CEMIG (10%), Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia (20%) e Construtora Norberto Odebrecht (1%), conquistou em leilão realizado pela ANEEL, a concessão para construir e operar o projeto de construção da Usina de Santo Antonio, no Rio Madeira, em Rondônia, com investimentos previstos na ordem de R\$ 12.200.000 mil. A obra tem previsão de início em dezembro de 2008, sendo prevista a entrada em operação da primeira, e segunda unidades geradoras, em dezembro de 2012 e a última em junho de 2016.

b) UHE São Domingos – Usina com capacidade instalada de 48MW, com a venda de 36MW médios, ao preço de R\$ 128,73 MWh, para suprimento no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2041.

III – Linhas de Transmissão

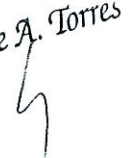
a) O consórcio Jauru, liderado pela ELETRONORTE, venceu o Leilão 004/2007 ANEEL, Lote C, objetivando a outorga de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, com receita anual permitida de R\$ 14.946 mil.

b) Ainda no contexto do Leilão ANEEL 004/2007, a ELETRONORTE foi vencedora, individualmente, do Lote “G”, para construção e operação dos seguintes empreendimentos:

b.1) Linha de Transmissão entre São Luis II – São Luis III, 230 kV, com 36 Km de extensão;

b.2) Subestação São Luis III 230/69 kV, com receita anual permitida de R\$ 2.122 mil.

c) Linha de Transmissão Presidente Médici/Santa Cruz (RS) de 230 kV, com 233 Km de extensão. A LT irá receber R\$ 52.700 mil em investimentos e deverá estar concluída em 2009.

João Vicente A. Torres 

NOTA 46 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

I – Gestão de recursos

Nas aplicações de recursos financeiros da ELETROBRÁS destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, detalhados nas notas 10 e 19 e nos anexos II e III.

II - Instrumentos Financeiros

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de financiamento do setor elétrico nacional, onde se destacam aqueles concedidos à ITAIPU Binacional e as controladas ELETRONORTE e CHESF, sendo remunerados em média a 8,99% a.a. (31 de dezembro de 2006 - 8,83 % a.a.).

Os financiamentos estão restritos as concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar outras alternativas, que não o próprio setor elétrico, o valor justo desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No exigível a longo prazo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto à instituições financeiras, notadamente no exterior e a Fundos Setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão - RGR.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais - BID, BIRD, CAF, não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor justo.

O Empréstimo Compulsório, extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento, o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente a ELETROBRÁS gerencia o estoque residual do empréstimo compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Dadas as suas restrições de aplicações, os saldos contábeis estão apresentados ao valor justo.

A ELETROBRÁS finalizou o exercício de 2007 com 12 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 1.716.302 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 2.177.429 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	620,127	64,00	1.098.431
Yen	207,069	21,37	366.781
EURO	141,755	14,63	251.090
Total	968,951	100,00	1.716.302

João Vicente A. Torres

No encerramento deste exercício, a Companhia mantinha 846 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 36.522.430 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 37.319.541 mil), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US\$ mil (equivalentes)	%	R\$ mil
Dólar Norte-Americano	8,894,873	43,14	15.755.489
IGP-M	5,480,114	26,58	9.706.925
Real	5,590,876	27,12	9.903.118
Yen	225,010	1,09	398.561
EURO	428,125	2,08	758.337
Total	20,618,998	100,00	36.522.430

III - Riscos

a) Risco Regulatório

A Companhia, por meio de suas Controladas, detém concessões para a exploração de serviços de geração e transmissão de energia elétrica cujos vencimentos, nos termos da legislação vigente, estão indicados na nota 2. Caso aquelas concessões não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Risco Cambial

Parte relevante do ativo da Companhia e do resultado de suas operações são afetados significativamente pelo fator de risco da taxa de câmbio, em especial no que se refere ao Dólar Norte-Americano. Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia possui créditos decorrentes de financiamentos concedidos em moeda estrangeira no montante de R\$ 16.912.387 mil, equivalente a US\$ 9,548,007 mil.

Comparando-se os recebíveis em moeda estrangeira com a dívida, observa-se uma cobertura de cerca de 9,8 vezes.

A ELETROBRÁS não detém, na data de encerramento destas demonstrações, operações financeiras com a finalidade de proteger-se dos riscos inerentes à flutuação das taxas cambiais. Contudo, o saldo de recebíveis, em moeda estrangeira, e o fluxo de sua realização são suficientes para que Companhia se mantenha adimplente com seus compromissos.

c) Risco de Crédito

A Companhia, através de suas Controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica, amparada em contratos firmados em ambiente regulado. Nos contratos bilaterais firmados com distribuidoras de energia elétrica, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes.

Nas transações com clientes industriais denominados consumidores livres, o risco de crédito é minimizado através de análises prévias das condições do negócio.

d) Risco de Preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração, eram fixados pela ANEEL. A partir da realização do Leilão 001/2004 realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

e) Risco de Mercado

Parte substancial da energia elétrica gerada pelas empresas controladas pela ELETROBRÁS é comercializada por meio de contratos de comercialização de energia, em ambiente regulado - CCEAR's, celebrados em decorrência da participação de suas empresas controladas em leilão de energia existente, promovido pela ANEEL.

IV – Gerenciamento de investimentos

A ELETROBRÁS exerce a função de *holding*, com investimentos em participações societárias, detendo controle acionário em seis empresas geradoras e de transmissão de energia elétrica - FURNAS, CHESF, ELETRONORTE, ELETRONUCLEAR, ELETROSUL e CGTEE, cujas ações não são negociadas em bolsas de valores.

Além dessas participações majoritárias, a ELETROBRÁS detém 50% do capital da ITAIPU Binacional, onde exerce o controle em conjunto com a empresa paraguaia ANDE e o controle acionário da LIGHTPAR. Participa também, em regime de investimento temporário, nas empresas federais de distribuição - ELETROACRE, CEAM, CERON, CEAL e CEPISA, inseridas no Programa Nacional de Desestatização - PND.

A ELETROBRÁS mantém, também, participações minoritárias, relevantes, em outras onze concessionárias de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2007, a ELETROBRÁS mantinha, também, investimentos não relevantes, avaliados ao custo, no montante de R\$ 536.710 mil, dos quais R\$ 378.320 mil referem-se a empresas de capital aberto - concessionárias de serviço público de energia elétrica. Embora as ações dessas empresas sejam admitidas em negociação em bolsas de valores, seu reduzido volume de negócios não caracteriza a existência de um mercado ativo, conforme definido na Instrução CVM 235/96, bem como os preços praticados não representam, necessariamente, os valores que seriam obtidos na negociação de um volume significativo de ações, demonstrando, portanto, a inexistência de condições razoáveis para o estabelecimento de preços de mercado para esses ativos, de forma a permitir uma adequada comparação com os valores contábeis.

NOTA 47 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A menor e a maior remuneração pagas à empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2007, foram de R\$ 1.571,79 e R\$ 26.798,58 (inclui adicional de transferência) respectivamente.

de acordo com a política salarial praticada pela ELETROBRÁS. O maior honorário atribuído a dirigente, tomando-se por base o mês de dezembro de 2007, correspondeu a R\$ 27.013,12.

NOTA 48 – PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

A ELETROBRÁS implantou um Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVE, destinado ao redimensionamento do seu quadro de empregados e aberto a todos aqueles que estiverem enquadrados nas seguintes condições:

- a) Participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS - esteja aposentado pelo INSS e em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto a ELETROS no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE;
- b) participantes do Plano de Contribuição Definida da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS - esteja em condições de obter os benefícios decorrentes da aposentadoria complementar junto à ELETROS no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE; e
- c) não Participantes da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS - esteja aposentado pelo INSS ou em condições de se aposentar no prazo de vinte e quatro meses após a adesão ao PDVE, ainda que de forma proporcional pelo Regime Geral da Previdência Social.

Após o término empregatício com a ELETROBRÁS, a Companhia não será responsável por qualquer contribuição à Previdência Pública ou Privada.

O incentivo ao empregado no âmbito do PDVE se dará pelo pagamento de uma indenização complementar, por ano trabalhado, acrescidas das verbas rescisórias devidas em uma dispensa imotivada, de acordo com os seguintes critérios:

- a) cinquenta por cento de uma remuneração mensal por ano completo trabalhado, limitado a vinte e quatro anos e ao correspondente a doze vezes o maior salário da Companhia;
- b) assistência à saúde por doze meses a partir da data de desligamento.

O período de adesão ao PDVE encerrou-se em 31 de dezembro de 2007, com a inclusão de 311 empregados, sendo que 30 empregados já se desligaram em dezembro de 2007.

Os demais desligamentos se darão da seguinte forma:

- a) 35 empregados com desligamento previsto para 2008;
- b) 246 empregados com desligamento previsto para 2009.

Para fazer face aos gastos decorrentes da implantação do PDVE a Companhia mantém provisionado na rubrica “obrigações estimadas”, na data-base de 31 de dezembro de 2007, o montante de R\$ 66.500 mil a ser realizado até dezembro de 2009, na proporção dos desligamentos.

João Vicente A. Torres

NOTA 49 – GESTÃO DE RECURSOS SETORIAIS

A ELETROBRÁS é responsável pela gestão de recursos setoriais denominado Reserva Global de Reversão - RGR, que se constitui em um fundo criado para cobertura de gastos com indenizações de eventuais reversões de concessões vinculadas ao serviço público de energia elétrica. Os recursos são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas PROCEL, RELUZ, LUZ PARA TODOS e PROINFA.

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada reversão e encampação de serviços de energia elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço daquelas entidades (Vide Nota 6.i).

Os concessionários recolhem ao Fundo suas quotas anuais de RGR, em duodécimos, até o ultimo dia útil de cada mês, em conta bancária vinculada, administrada pela ELETROBRÁS, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/71 e alterações posteriores e não estão refletidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Nesse sentido, os recursos da RGR são aplicados em projetos específicos de investimento, a saber:

I - Nas concessionárias, permissionárias e cooperativas de eletrificação rural, para expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica especialmente em áreas urbanas e rurais de baixa renda e para o programa de combate ao desperdício de energia elétrica;

II - para instalações de produção a partir de fontes eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, assim como termelétrica associada a pequenas centrais hidrelétricas;

III - para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos, mediante projetos específicos de investimento;

IV - para implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

V – para o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, instituído pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 e revisado pela Lei 10.762, de 11 de novembro de 2003, que tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira e a busca por soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis, objetivando a partir do aumento da participação da energia elétrica produzida com base naquelas fontes, na implantação de 3.300 MW de capacidade,

VI – para o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ que visa, para tornar eficientes 5 milhões de pontos de iluminação pública, e instalar mais 1 milhão no País e pretende abranger até 96% do potencial de conservação de energia da rede nacional de iluminação pública, atualmente composta de 13 milhões de pontos de iluminação.

João Vicente A. Torres

VII – para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, programa de governo federal instituído em dezembro de 1985 voltado para a conservação de energia elétrica, tanto no lado da produção como no do consumo, concorrendo para a melhoria da qualidade de produtos e serviços, reduzindo os impactos ambientais e fomentando a criação de empregos.

VIII – Para o Programa de Universalização de Acesso à Energia Elétrica – LUZ PARA TODOS, do Ministério das Minas e Energia.

IX – Para o Projeto Ribeirinhas, desenvolvido em regiões com grande dispersão de comunidades e de difíceis condições de acesso, em função do tipo de solo e do regime de chuvas, tendo como premissa básica o aproveitamento dos recursos naturais renováveis existentes nas localidades onde o fornecimento de energia elétrica não pode se realizar mediante extensão de rede de transmissão.

A ELETROBRÁS remunera a RGR, pelos recursos utilizados, com juros de 5% a.a.. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, utilizados em diversos investimentos totalizava R\$ 6.769.011 mil (31 de dezembro de 2006 - R\$ 6.171.300 mil), apresentado na rubrica Reserva Global de Reversão – RGR, no passivo circulante e não circulante. Neste exercício os saques à RGR, corresponderam a R\$ 847.462 mil e as reposições ao fundo foram de R\$ 517.575 mil.

A ELETROBRÁS gere, também, o fundo federal denominado Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que visa o desenvolvimento energético a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelo sistema interligado, bem como, financiar a universalização do serviço público de energia elétrica. Este Fundo tem duração de 25 anos, contados de 2004 sendo os recursos provenientes dos pagamentos a título de Uso de Bem Público - UBP e das multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados a explorar o serviço de energia elétrica, e cuja movimentação financeira não afeta as Demonstrações Contábeis da Companhia.

NOTA 50 – ESCLARECIMENTO DE ASSUNTOS RELEVANTES

I – Garantias prestadas pela CGTEE

Para apurar fatos relacionados a pretensas garantias junto ao Banco *KfW Bankengruppe*, concedidas pela Companhia no montante de EUR 156,700 mil (equivalente a aproximadamente R\$ 408.766 mil), que teriam sido emitidas em nome da CGTEE, em favor de empresas privadas, a Companhia instaurou sindicância, cujo relatório final foi aprovado pelo Conselho de Administração em 6 de agosto de 2007.

Entre as conclusões da Sindicância destaca-se:

- a. as pretensas garantias foram constituídas ao arripio da legislação brasileira e das normas estatutárias da CGTEE, envolvendo, inclusive, fortes indícios de falsificação de documentos e de assinaturas; e
- b. a CGTEE não tem e nunca teve qualquer negócio ou relação contratual com as empresas beneficiadas.

João Vicente A. Torres
4

Apuradas evidências de autoria e materialidade, o relatório da sindicância foi encaminhado, para as medidas legais cabíveis, às instituições e autoridades competentes: Ministério Público Federal; Polícia Federal; Tribunal de Contas de União; Controladoria Geral da União; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica e Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

Em 22 de junho de 2007, a CGTEE já havia encaminhado à Polícia Federal denúncia sobre as pretensas garantias.

Para a salvaguarda institucional da Companhia e do interesse público, a CGTEE contratou escritório de advocacia especializado – Pinheiro Neto Advogados, e notifica extrajudicialmente o Banco *K/W*, em 18 de julho de 2007, sobre a inexistência das supostas garantias prestadas em seu nome, ajuizando, no Foro Central da Comarca de Porto Alegre, em 10 de setembro de 2007, Ação Declaratória de Falsidade Documental cumulada com Pedido de Exibição de Documentos. Oportunamente serão avaliadas outras medidas judiciais cabíveis.

A administração da Companhia não espera incorrer em perdas com relação a esse assunto.

II – Obrigações ao Portador emitidas pela ELETROBRÁS

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do empréstimo compulsório não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da ELETROBRÁS esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação (vide nota 28).

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da ELETROBRÁS. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/62. A esses títulos, portanto, não se aplicam os dispositivos da Lei 6.404/76 nem da Lei 6.385/76.

A Comissão de Valores Mobiliários, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma, textualmente, que “as obrigações emitidas pela ELETROBRÁS em decorrência da Lei 4.156/62 não podem ser consideradas valores mobiliários”.

Entendeu, ainda, a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela ELETROBRÁS em suas Demonstrações Contábeis, no que se refere às referidas obrigações nem, tampouco, na divulgação quanto à existência de ações judiciais pleiteando o resgate desses títulos (vide nota 30).

Além disso, a inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada pela recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, que corrobora o entendimento de que esses títulos não são debêntures e não se prestam para garantir execuções fiscais.

João Vicente A. Torres

NOTA 51 – EVENTOS SUBSEQUENTES

I – Conversão do Empréstimos Compulsório em Ações

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em 24 de janeiro de 2008, pela 4ª conversão em ações preferenciais nominativas de classe B, representativas do capital social da ELETROBRÁS, da totalidade dos créditos existentes em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 202.375 mil, constituídos após a 3ª conversão aprovada em AGE realizada em 28 de abril de 2005.

O preço de emissão das ações tomará por base o valor patrimonial da ação da ELETROBRÁS em 31 de dezembro de 2007, correspondente a R\$ 70,79 observados os termos do artigo 4º da, Lei 7181/83.

Os valores residuais que não perfizerem número inteiro de ações serão pagos em espécie, conforme estabelece o artigo 10 do Decreto 81.668/78, acrescidos dos valores eventualmente recebidos decorrentes do exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, conforme estabelece orientação da CVM.

O prazo para o exercício do direito de preferência de subscrição pelos demais acionistas, será em conformidade com o Artigo 171, § 2º da Lei 6.404/76, bem como o prazo para a entrega das ações oriundas da conversão. Estes prazos serão de 30 e 60 dias, respectivamente, contados a partir da realização da AGE, alterando o artigo 6º do Estatuto Social da ELETROBRÁS, que trata da composição do Capital Social e das Ações.

II – Aquisição de investimentos societários

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado datado de 22 de fevereiro de 2008, o Conselho de Administração da controlada ELETROSUL aprovou em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2008, exercer o direito de preferência de compra de participação acionária, correspondentes a 51% do capital da Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A. - SC ENERGIA e da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA, de propriedade das empresas Schahin Engenharia S.A. e Engevix Engenharia S.A..

Os empreendimentos totalizam 620 km de linhas de transmissão, sendo 360 km relacionados à SC ENERGIA, ligando Campos Novos (SC) a Blumenau (SC) e 260 km à RS ENERGIA, a ser concluída em 2008, ligando Campos Novos (SC) à Nova Santa Rita (RS).

Estas novas linhas de transmissão representam cerca de 6,8% da extensão atual das linhas de transmissão da controlada, que, em 31 de dezembro de 2007, totalizavam 9.145 km.

III - Alterações na Lei 6.404/76 que regula as sociedades por ações

Em 28 de dezembro de 2007, o Presidente da República sancionou a Lei 11.638, promovendo alterações e revogações na Lei 6.404/76, no sentido da harmonização das práticas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS, no que tange à preparação e divulgação das demonstrações contábeis.

João Vicente A. Torres

Apresentamos a seguir as principais alterações contábeis ou novos requerimentos introduzidas na legislação societária:

1) Demonstrações Financeiras

Foi extinta a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, e introduzida a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, e para as companhias abertas, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

2) Escrituração Contábil

A legislação determinava que as disposições da lei tributária ou legislação especial fossem escrituradas em registros auxiliares. Com as alterações esses registros podem ser realizados em livros auxiliares ou nos próprios livros contábeis, desde que, nesse último caso, sejam efetuados os respectivos registros contábeis para fins de elaboração das demonstrações contábeis.

As companhias abertas deverão observar as normas expedidas pela CVM e estas deverão observar as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. As companhias de Capital Fechado podem ou não observar as normas expedidas pela CVM para as companhias abertas. Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer efeitos tributários.

3) Balanço Patrimonial

O ativo permanente foi subdividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido, segregando os bens e direitos intangíveis dos tangíveis.

A estrutura do Patrimônio Líquido foi alterada, sendo eliminada a Reserva de Reavaliação e os Lucros Acumulados. Passam a fazer parte do PL as Ações em Tesouraria e, no lugar da reserva de reavaliação, surgiram os Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Os saldos das reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

4) Ativo

a) No Ativo Imobilizado serão classificados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

b) Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas

Os investimentos em coligadas, sobre cuja administração tenha influência significativa ou participe com 20% ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

João Vicente A. Torres

Os requerimentos da nova lei sendo avaliados e aplicam-se às demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados a partir de 01 de janeiro de 2008, não sendo possível, no momento, determinar os impactos decorrentes da entrada em vigor da referida lei no resultado e patrimônio líquido da ELETROBRÁS.

c) No Ativo Diferido serão classificados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

d) No Ativo Intangível serão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

5) Critérios de avaliação do ativo

I - Os instrumentos financeiros, inclusive derivativos, direitos e títulos de créditos, classificados no Ativo Circulante ou no Realizável a Longo Prazo passam a ser avaliados:

a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e

b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

II - Os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

III - Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

6) Critérios de avaliação do Passivo

As obrigações, encargos e riscos classificados no Exigível a Longo Prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

7) Patrimônio líquido

Foram abolidas das Reservas de Capital o Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures e as Doações e Subvenções para Investimento.

8) Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício discriminará as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

João Vicente A. Torres

9) Reservas e Retenção de Lucros

Criada a Reserva de Incentivos Fiscais - doações e subvenções governamentais para investimento, que passarão a compor o resultado do exercício e, por proposta dos órgãos da administração, a Assembléia Geral poderá destinar a parcela do lucro líquido decorrente desses incentivos para a formação da referida reserva.

10) Limite do saldo das Reservas de Lucros

O saldo das Reservas para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar podem ultrapassar o montante do capital social.

José Antonio Muniz Lopes

Presidente

Astrogildo Fraguglia Quental

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ubirajara Rocha Meira

*Diretor de Projetos Especiais e Desenvolvimento
Tecnológico e Industrial*

Valter Luiz Cardeal de Souza

Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno

Diretor de Administração

João Vicente Amato Torres

Contador

CRC-RJ-057.991/O-S-DF



CENTRAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
CONSUMIDORES E REVENDEDORES EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de Reais)

	CONTROLDADORA				CONSOLIDADO				
	Circulante		Circulante		Circulante		Longo Prazo		
	2007	2006	2007	2006	2006	2007	2006	2006	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
AES ELETRIPAULO	200.238	-	-	194.261	290.496	-	-	290.496	283.032
AES SUL	33.336	200.238	-	32.392	52.031	-	-	52.031	37.441
AES TIETÊ	-	33.336	-	-	690	-	-	690	14.272
AMPLA	28.399	-	-	36.781	66.548	-	-	66.548	59.560
ANDE	-	28.399	-	-	38.779	-	-	38.779	-
EBE	65.661	-	-	63.757	90.474	-	-	90.474	80.602
CEA	-	65.661	-	-	9.973	385.907	-	423.275	307.911
CEB	13.169	-	-	14.930	31.004	27.395	-	41.205	27.549
CEEE-D	29.507	13.169	-	29.507	43.993	10.201	-	43.993	25.314
CEEE-GT	-	29.507	-	-	3.432	-	-	3.432	16.787
CELESC	50.824	-	-	36.827	59.016	-	-	59.016	63.866
CELG	26.169	50.824	-	56.405	60.378	33.700	-	187.784	50.009
CELPA	-	153.575	93.706	29.033	38.484	-	29	38.513	52.193
CELPE	-	-	-	-	47.465	-	-	47.465	45.130
CEMAR	-	-	-	-	24.511	-	-	24.511	42.330
CEMIG	-	-	-	-	279.535	-	-	279.535	271.914
CERON	196.914	196.914	-	191.100	21.835	-	-	21.835	23.091
CEPISA	-	-	-	-	19.186	-	-	19.186	130.281
CESP	-	-	-	-	2.267	-	-	2.267	-
COELCE	-	-	-	-	30.794	-	-	30.794	25.848
COELBA	-	-	-	-	65.096	-	-	65.096	57.833
COPEL	-	-	-	-	160.921	-	-	160.921	112.563
CPEL	74.090	74.090	-	71.874	118.581	-	-	118.581	107.370
ELEKTRO	91.718	91.718	-	89.044	99.840	-	-	99.840	77.442
ENERSUL	49.982	49.982	-	48.504	18.473	-	-	18.473	13.406
ESCELSA	28.834	11.738	-	27.988	49.075	-	-	49.075	42.142
LIGHT	134.829	134.829	-	130.889	218.058	-	53	218.111	208.420
PIRATININGA	62.310	62.310	-	60.534	1.208	-	-	1.208	60.534
RGE	24.304	24.304	-	23.630	30.373	-	-	30.373	34.820
Comercialização CCEE	-	-	-	-	89.887	-	-	89.887	383.448
Ativo Regulatório	-	-	-	-	446.644	705	-	448.361	571.743
Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	124.169	659	-	134.620	90.925
PROINFPA	76.439	89.010	8.426	51.622	76.439	4.145	-	89.010	51.622
Consumidores	5.218	-	5.603	9.436	286.806	74.603	-	708.018	630.005
Outros	-	-	-	-	226.028	9.822	-	271.223	507.073
(c) PCLLD	-	-	-	-	-	-	-	(1.171.694)	(628.203)
	1.203.679	37.815	107.735	1.180.392	3.222.489	151.029	248.825	3.622.343	3.994.924
									17.460
									628.203
									(69.622)
									(350.970)
									589.223

9000 Vicente B. Torres
 264



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

	CONSOLIDADO											
	2007						2006					
	ENCARGOS			ENCARGOS			ENCARGOS			ENCARGOS		
	TAXA MÉDIA	CIRCULANTE	PRINCIPAL	TAXA MÉDIA	CIRCULANTE	PRINCIPAL	TAXA MÉDIA	CIRCULANTE	PRINCIPAL	TAXA MÉDIA	CIRCULANTE	PRINCIPAL
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO												
FURNAS	8,86%	4.779	460.606	530.877	6,41%	7.043	103.852	617.797	-	-	-	-
CHESF	11,68%	43.047	420.273	3.747.908	11,74%	52.271	414.560	4.131.249	-	-	-	-
ELETROSUL	7,54%	261	2.676	183.629	6,87%	133	83.086	55.337	-	-	-	-
ELETRONORTE	15,63%	117.671	319.986	6.253.973	12,03%	2.855.216	852.408	4.360.464	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	12,35%	6.023	179.138	2.263.506	13,21%	6.136	178.257	2.064.798	-	-	-	-
LIGHTPAR	12,00%	-	3.259	-	12,00%	6.808	11.047	-	-	-	-	-
ITAIPU	7,07%	-	46.191	14.624.980	6,97%	2.927.607	16.381	14.594.746	7,07%	23.096	7.312.490	7.297.373
		171.781	1.432.129	27.604.873		2.927.607	1.659.471	25.824.391		23.096	7.312.490	7.297.373
OUTRAS												
CEPSA	10,71%	406	65.258	278.848	11,10%	446	41.932	248.916	10,71%	65.258	278.848	248.916
CERON	11,44%	1.264	21.773	354.518	15,38%	20.227	46.629	296.896	11,44%	21.773	354.518	296.896
CEMIG	6,76%	2.353	58.020	355.958	6,76%	1.858	47.772	237.238	6,76%	2.353	58.020	237.238
COPEL	8,39%	2.130	35.855	271.965	8,33%	2.263	44.387	267.499	8,39%	2.263	44.387	267.499
CEEE	9,33%	1.174	90.383	54.436	9,33%	2.290	66.411	104.198	9,33%	1.174	90.383	104.198
DUKE	10,00%	3.966	144.026	865.083	10,00%	4.303	122.822	940.574	10,00%	3.966	144.026	940.574
AES TIETÉ	10,00%	5.062	183.766	1.104.299	10,00%	5.492	156.709	1.200.652	10,00%	5.062	183.766	1.200.652
AES ELETRIPAULO	9,85%	262.048	120.904	8.917	9,85%	249.689	117.733	23.977	9,85%	262.048	120.904	23.977
TRACTIBEL	12,00%	1.005	31.909	68.559	12,00%	1.808	87.437	93.402	12,00%	1.005	31.909	93.402
CELPE	6,02%	679	16.295	82.851	6,04%	563	12.802	94.945	6,02%	679	16.295	94.945
CEMAR	6,07%	924	8.157	284.790	7,97%	1.140	1.768	307.973	6,07%	924	8.157	284.790
CESP	9,32%	1.185	24.106	245.098	9,44%	1.294	26.316	254.418	9,32%	1.185	24.106	254.418
OUTRAS	-	67.154	361.246	1.907.908	-	54.599	330.937	1.439.386	-	64.234	266.320	1.684.729
(-) PCLD	-	(38.785)	(41.845)	(27.449)	-	(24.180)	(41.845)	(27.449)	-	(38.785)	(41.845)	(27.449)
		310.565	1.119.853	5.883.230		321.792	1.076.266	5.510.074		310.577	1.172.838	6.092.879
TOTAL		482.346	2.551.982	33.488.103		3.249.399	2.735.677	31.334.465		310.577	1.195.934	13.405.369

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e serotais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013	TOTAL
CONTROLADORA	3.334.182	3.354.348	3.182.315	3.131.991	3.051.026	17.434.241	33.488.103
CONSOLIDADO	1.334.681	1.342.754	1.273.888	1.253.744	1.221.333	6.978.969	13.405.369

Sócio Vicente A. Torres

265



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

2006

2007

DADOS DAS EMPRESAS

	FURNAS (b)	CHESF	ELETROSUL	ELETO- NORTE	ELETO- NUCLEAR	LIGHTPAR	CGTEE	ITAIPU (c)	TOTAL
Capital social	3.194.000	1.696.306	279.072	2.843.235	3.295.768	113.790	868.721	177.130	-
Patrimônio líquido (a)	13.400.554	11.571.608	2.109.175	7.283.436	4.455.313	55.769	642.208	177.130	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	676.524	652.630	196.940	(542.315)	117.668	16.097	(69.149)	-	-
PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS									
Quantidade de ações - lote de mil									
Ordinárias	50.618.949	40.478	42.582.421	68.736.323	9.611.945	8.480.196	1.126.273	-	-
Preferenciais	14.088.233	1.002	-	-	2.687.056	-	-	-	-
Participação em %	98,56	99,45	99,71	98,66	99,80	81,61	99,94	50,00	-
Subscrito e integralizado	99,82	100,00	99,71	98,66	99,92	81,61	99,94	50,00	-
Volante	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:									
Saldo no início do exercício	12.692.991	11.097.604	1.953.343	7.720.886	4.357.407	32.665	710.930	106.900	38.503.522
Equivalência patrimonial - resultado do exercício	796.567	649.040	196.556	(535.047)	117.335	12.516	(69.107)	(18.335)	1.149.525
Dividendos	(164.121)	(238.680)	(46.841)	-	(27.895)	-	-	-	(6.647)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(477.535)
Saldo no final do exercício	13.325.437	11.507.964	2.103.058	7.185.839	4.446.849	45.181	641.823	88.565	39.344.716
									38.672.726
									1.149.525
									(477.535)
									(6.647)
									(423.184)
									38.672.726

(a) Exclui Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

(b) Patrimônio líquido ajustado.

(c) A participação da ELETOBRAS, de acordo com o Decreto-Lei 72.707/73, é fixa e equivale a US\$ 50,000 mil.

Os exames das Demonstrações Contábeis das empresas FURNAS, ELETROSUL, CHESF, ELETRONUCLEAR, LIGHTPAR e CGTEE foram realizados por outros auditores independentes.

Os exames das Demonstrações Contábeis da empresa controlada ELETRONORTE e da controlada em conjunto ITAIPU BINACIONAL, foram realizados pelos mesmos auditores independentes da controladora.

João Vicente A. Torres



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS



ATIVO IMOBILIZADO

(em milhares de Reais)

	CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO										CONSOLIDADO
	dez/07	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	ITAIPU	CGTEE	LIGHTPAR	TOTAL	dez/07
Geração											
Em serviço	-	7.657.039	17.143.404	19.762.511	6.036.619	-	15.132.699	1.880.963	-	-	67.613.235
Depreciação acumulada	-	(2.879.918)	(6.593.464)	(7.698.655)	(1.860.924)	-	-	(1.576.832)	-	-	(20.609.793)
	-	4.777.121	10.549.940	12.063.856	4.175.695	-	15.132.699	304.131	-	-	47.003.442
Em curso	-	1.973.816	169.207	580.437	2.294.264	93.768	207.234	176.578	-	-	5.495.304
	-	6.750.937	10.719.147	12.644.293	6.469.959	93.768	15.339.933	480.709	-	-	52.498.746
Transmissão											
Em serviço	-	12.180.452	6.936.848	5.990.161	-	2.914.876	1.090.279	-	-	-	29.112.616
Depreciação acumulada	-	(5.981.580)	(3.135.709)	(2.716.878)	-	(1.279.948)	-	-	-	-	(13.114.115)
	-	6.198.872	3.801.139	3.273.283	-	1.634.928	1.090.279	-	-	-	15.998.501
Em curso	-	1.252.690	1.175.238	567.970	-	280.638	-	-	-	-	3.276.536
	-	7.451.562	4.976.377	3.841.253	-	1.915.566	1.090.279	-	-	-	19.275.037
Distribuição/Comercialização											
Em serviço	-	1.480	-	1.054.108	-	-	-	-	-	-	1.055.588
Depreciação acumulada	-	(502)	-	(478.420)	-	-	-	-	-	-	(478.922)
	-	978	-	575.688	-	-	-	-	-	-	576.666
Em curso	-	39	-	291.518	-	-	-	-	-	-	291.557
	-	1.017	-	867.206	-	-	-	-	-	-	868.223
Administração											
Em serviço	53.704	195.521	895.235	319.186	13.137	44.586	746.544	8.418	171	-	2.276.502
Depreciação acumulada	(24.897)	(83.559)	(441.070)	(185.563)	(7.255)	(12.171)	-	(2.793)	(129)	-	(757.437)
	28.807	111.962	454.165	133.623	5.882	32.415	746.544	5.625	42	-	1.519.065
Em curso	-	20.535	131.056	72.177	4.170	1.986	390.305	-	-	-	620.229
	28.807	132.497	585.221	205.800	10.052	34.401	1.136.849	5.625	42	-	2.139.294
	28.807	14.336.013	16.280.745	17.558.552	6.480.011	2.043.735	17.567.061	486.334	42	-	74.781.300
Obrigações Vinc. a Concessão											
(-) Amortizações e reversões	-	(81.998)	-	-	-	-	-	-	-	-	(81.998)
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(3.344)	(24.482)	-	-	-	-	-	-	(27.826)
(-) Participação da União Federal	-	(28.539)	(108.052)	(266.480)	(3.617)	-	-	-	-	-	(406.688)
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	(2.003)	(43.865)	(18.260)	(204)	(6.815)	-	-	-	-	(71.147)
(-) Outras	-	(112.540)	(155.641)	(36.072)	(3.821)	(6.815)	-	-	-	-	(306.452)
TOTAL	28.807	14.223.473	16.125.104	17.213.258	6.476.190	2.036.920	17.567.061	486.334	42	-	74.157.189

* Em 2006, o Ativo Intangível foi segregado do saldo total da rubrica Ativo Imobilizado

Taxa anual média de depreciação (%)

Geração	0,00%	2,20%	2,41%	2,56%	3,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,12%
Transmissão	0,00%	3,00%	2,97%	2,76%	0,00%	3,19%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Distribuição / Comercialização	0,00%	5,70%	0,00%	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	12,50%
Administração	7,95%	9,30%	6,57%	15,00%	10,00%	7,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

João Vicente R. Torres



CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS

ATIVO IMOBILIZADO
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONTROLDADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO							CONSOLIDADO		
	dez/06	ELETOBRAS	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ELETROSUL	ITAPU	CGTEE	LIGHTPAR	dez/06	TOTAL
Geração												
Em serviço	-	7.645.283	16.919.707	15.261.051	6.020.507	-	-	19.028.648	1.867.236	-	66.752.432	
Depreciação acumulada	-	(2.701.018)	(6.243.636)	(7.341.091)	(1.683.564)	-	-	-	(1.532.705)	-	(19.502.014)	
	-	4.944.265	10.676.071	7.919.960	4.336.943	-	-	19.028.648	334.531	-	47.250.418	
Em curso	-	1.570.447	225.602	4.496.633	1.999.010	31.984	-	245.729	73.474	-	8.642.879	
	-	6.514.712	10.901.673	12.416.593	6.335.953	31.984	-	19.284.377	408.005	-	58.893.297	
Transmissão												
Em serviço	-	11.777.072	6.566.634	5.754.556	-	2.720.160	-	1.314.584	-	-	28.133.606	
Depreciação acumulada	-	(5.660.212)	(2.954.095)	(2.541.411)	-	(1.215.966)	-	-	-	-	(12.371.684)	
	-	6.117.460	3.612.539	3.213.145	1.504.194	-	-	1.314.584	-	-	15.761.922	
Em curso	-	1.394.882	1.318.712	545.168	-	281.845	-	-	-	-	3.540.607	
	-	7.512.342	4.931.251	3.758.313	1.786.039	-	-	1.314.584	-	-	19.302.529	
Distribuição/Comercialização												
Em serviço	-	1.361	-	1.004.272	-	-	-	-	-	-	1.005.633	
Depreciação acumulada	-	(428)	-	(427.073)	-	-	-	-	-	-	(427.501)	
	-	933	-	577.199	-	-	-	-	-	-	578.132	
Em curso	-	113	-	242.114	-	-	-	-	-	-	242.227	
	-	1.046	-	819.313	-	-	-	-	-	-	820.359	
Administração												
Em serviço	50.710	174.194	803.293	307.080	27.827	41.768	-	896.299	5.969	50	2.307.190	
Depreciação acumulada	(19.888)	(74.991)	(416.182)	(169.443)	(18.000)	(9.534)	-	-	(2.119)	-	(710.157)	
	30.822	99.203	387.111	137.637	9.827	32.234	-	896.299	3.850	50	1.597.033	
Em curso	-	30.539	175.689	53.780	4.245	2.547	-	474.148	2.168	-	741.116	
	30.822	129.742	560.800	191.417	14.072	34.781	-	1.370.447	6.018	50	2.338.149	
	30.822	14.157.842	16.393.724	17.185.636	6.350.025	1.852.804	-	21.969.408	414.023	50	78.354.334	
Obrigações Vinc. a Concessão												
(-) Amortizações e reversões	-	(81.998)	(20.269)	-	-	-	-	-	-	-	(102.267)	
(-) Contribuições de consumidores	-	-	(6.048)	(24.448)	-	-	-	-	-	-	(30.496)	
(-) Participação da União Federal	-	(28.539)	(108.052)	(263.978)	-	-	-	-	-	-	(400.569)	
(-) Doações e subvenções p/ investimentos	-	(2.003)	(20.839)	-	-	(254)	-	-	-	-	(23.096)	
(-) Outras	-	(112.540)	(155.208)	(55.077)	(47.543)	(254)	-	-	-	-	(102.620)	
	-	14.045.302	16.238.516	16.842.133	6.302.482	1.852.550	-	21.969.408	414.023	50	77.695.286	
TOTAL	30.822	14.045.302	16.238.516	16.842.133	6.302.482	1.852.550	-	21.969.408	414.023	50	77.695.286	

* Em 2006, o Ativo Intangível foi segregado do saldo total da rubrica Ativo Imobilizado

Taxa anual média de depreciação (%)

Geração	0,00%	2,20%	2,47%	3,02%	3,30%	0,00%	-	0,00%	6,17%	0,00%	0,00%
Transmissão	0,00%	3,00%	3,07%	2,83%	0,00%	3,19%	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Distribuição / Comercialização	0,00%	9,00%	0,00%	2,78%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administração	7,95%	5,60%	5,10%	18,26%	10,00%	7,31%	-	0,00%	12,50%	0,00%	0,00%

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA						CONSOLIDADO								
	2007			2006			2007			2006					
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO CIRCULANTE			
	TAXA MÉDIA	VALOR		TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR	TAXA MÉDIA	VALOR		
MOEDA ESTRANGEIRA															
Instituições Financeiras															
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	5,62%	4.578	32.957	313.091	6,97%	6.860	49.074	417.687	32.957	4.578	313.091	6,97%	6.860	49.074	417.687
Coperação Andino de Fomento - CAF	8,06%	1.934	6.959	184.089	8,06%	1.913	8.399	238.998	6.959	1.934	184.089	7,94%	1.913	8.399	238.998
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	5,73%	199	24.773	100.540	5,73%	259	26.783	135.793	47.610	479	123.378	5,73%	259	26.783	135.793
AMFOP & BERCO	6,59%	-	296	303	6,59%	-	607	1.218	296	-	303	6,59%	-	607	1.218
Dresdner Bank	6,25%	266	24.772	100.539	6,25%	345	26.783	135.792	35.859	382	111.625	6,25%	345	26.783	135.792
Eximbank	2,18%	1.721	34.767	330.291	2,18%	2.136	39.410	413.807	34.767	1.721	330.291	2,18%	2.136	39.410	413.807
Outras		366	1.790	16.629	5,18%	347	2.160	22.766	14.858	558	34.699		1.332	56.347	57.006
		9.064	126.314	1.045.482		11.860	153.216	1.366.061	173.306	9.652	1.097.476		12.845	207.403	1.473.655
Bônus															
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.052	-	531.300	7,75%	4.892	-	641.400	-	4.052	531.300	7,75%	4.892	-	641.400
		4.052	-	531.300		4.892	-	641.400	-	4.052	531.300		4.892	-	641.400
Outros															
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-	-	-	-	-	-	6.202	667.338		6.202	546.469	13.751.786
		-	-	-	-	-	-	-	6.202	6.202	667.338		6.202	546.469	13.751.786
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
		13.116	126.314	1.576.872		16.752	153.216	2.007.461	840.644	19.906	10.808.419		25.979	753.872	15.866.841
MOEDA NACIONAL															
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios		-	-	-	-	-	-	-	-	-	277.296		-	534.272	486.333
Outros		-	-	-	-	-	-	-	306.419	32.162	1.895.607		8.530	667.525	1.466.752
		-	-	-	-	-	-	-	306.419	32.162	1.895.607		8.530	667.525	1.466.752
		-	-	-	-	-	-	-	-	32.162	2.172.903		8.530	1.201.797	1.953.085
		-	-	-	-	-	-	-	536.487	32.162	2.172.903		8.530	1.201.797	1.953.085
		13.116	126.314	1.576.872		16.752	153.216	2.007.461	1.377.131	52.068	12.981.322		34.509	1.955.669	17.819.936

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 1.716.302 mil, equivalente a US\$ 968.951 mil e no consolidado a R\$ 11.668.969 mil, equivalente a US\$ 6.587.799 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

US\$	EURO	YEN
64%	15%	21%
91%	5%	4%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2007, foi de 7,03%aa.a. e 2006, foi de 6,83 %aa.a.


d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2009	2010	2011	2012	2013	Após 2013	TOTAL
CONTROLADORA	64.174	106.441	106.441	106.441	93.384	413.353	890.234
CONSOLIDADO	397.481	444.844	501.932	633.921	467.046	4.883.473	7.328.697

João Vicente R. Torres

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
RESULTADO POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(em milhares de reais)

	CONSOLIDADO					TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	ELIMINAÇÕES	
RECEITAS OPERACIONAIS	13.277.440	3.791.948	2.893.331	9.458.012	(6.112.245)	23.308.486
DESPESAS OPERACIONAIS	(7.809.716)	(2.995.315)	(4.699.472)	(8.742.570)	4.199.452	(20.047.621)
TOTAL RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>5.467.724</u>	<u>796.633</u>	<u>(1.806.141)</u>	<u>715.442</u>	<u>(1.912.793)</u>	<u>3.260.865</u>
RESULTADO FINANCEIRO	(2.363.490)	593.741	195.782	596.453	50.845	(926.669)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>3.104.234</u>	<u>1.390.374</u>	<u>(1.610.359)</u>	<u>1.311.895</u>	<u>(1.861.948)</u>	<u>2.334.196</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(12.324)	(23.564)	(485)	(506)	-	(36.879)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, IMPOSTO DE RENDA E DAS PARTICIPAÇÕES	<u>3.091.910</u>	<u>1.366.810</u>	<u>(1.610.844)</u>	<u>1.311.389</u>	<u>(1.861.948)</u>	<u>2.297.317</u>
Contribuição social	(201.276)	(105.641)	117.386	17.540	-	(171.991)
Imposto de renda	(575.814)	(309.535)	326.081	145.958	-	(413.310)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	<u>2.314.820</u>	<u>951.634</u>	<u>(1.167.377)</u>	<u>1.474.887</u>	<u>(1.861.948)</u>	<u>1.712.016</u>
Participação nos lucros	(42.137)	(98.695)	(1.095)	(18.000)	(4.232)	(159.927)
Participação minoritária	-	-	-	-	-	(4.232)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>2.272.683</u>	<u>852.939</u>	<u>(1.168.472)</u>	<u>1.456.887</u>	<u>(1.866.180)</u>	<u>1.547.857</u>



 João Vicente A. Torres

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de Reais)

	BALANÇO PATRIMONIAL													
	2007					2006								
	ATIVO		PASSIVO		TOTAL	ATIVO		PASSIVO		TOTAL				
Circulante	Imobilizado, Inangível e diferido	Circulante	Imobilizado, Inangível e diferido	Circulante		Imobilizado, Inangível e diferido	Circulante	Imobilizado, Inangível e diferido						
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO														
FURNAS	1.870.702	2.266.530	14.426.075	18.563.307	13.431.708	2.513.342	2.618.257	18.563.307	14.239.713	18.692.333	2.549.482	3.222.366	12.920.485	18.692.333
CHESF	1.789.042	415.335	16.263.627	18.468.004	11.866.004	4.832.314	1.769.686	18.468.004	16.356.602	18.239.310	1.647.877	5.138.059	11.451.374	18.239.310
ELETROSUL	488.855	873.677	2.038.700	3.401.232	2.203.751	777.212	420.269	3.401.232	1.854.624	3.138.032	449.888	634.543	2.053.601	3.138.032
ELETRONORTE	2.143.497	1.308.261	17.274.411	20.726.169	8.617.406	9.594.867	2.513.896	20.726.169	16.901.557	21.009.810	7.363.967	7.363.967	7.942.782	21.009.810
MANAUS	274.121	604.484	1.590.753	2.469.358	1.243.072	613.890	612.396	2.469.358	481.533	2.400.175	402.380	844.114	1.153.681	2.400.175
BOA VISTA	53.009	46.993	85.105	186.007	45.154	40.589	40.589	186.007	101.310	187.249	33.548	44.545	109.156	187.249
ELETRONUCLEAR	729.988	679.616	6.485.044	7.894.648	4.455.577	2.912.127	526.944	7.894.648	6.302.482	7.633.208	560.783	2.706.629	4.365.796	7.633.208
CGTEE	184.785	11.213	527.777	723.775	642.208	6.579	74.988	723.775	439.051	773.908	52.082	10.469	711.357	773.908
LIGHTPAR	97.209	93.650	42	190.901	118.054	1	72.846	190.901	51	187.635	85.323	1	102.311	187.635
ITAIPU	1.530.658	4.437.118	31.047.697	37.015.473	177.130	34.459.468	2.378.875	37.015.473	43.938.816	45.741.338	2.640.411	42.887.128	213.800	45.741.339

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2007										2006									
	Despesa Operacional		Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado não Operacional		I Renda e Cont. Social	Resultado Exercício	Despesa Operacional		Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado não Operacional		I Renda e Cont. Social	Resultado do Exercício				
	Líquida	Operacional			Operacional	Operacional			Operacional	Operacional			Operacional	Operacional						
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO																				
FURNAS	5.105.173	(5.202.370)	(97.197)	1.055.733	958.536	(5.319)	(276.693)	676.524	5.219.183	(4.525.632)	693.551	(296.892)	396.659	96.218	(128.673)	364.204				
CHESF	3.980.753	(2.506.177)	1.474.576	(486.608)	987.968	(6.125)	(329.213)	652.630	3.265.709	(2.119.261)	1.146.448	(602.786)	343.662	234.152	(120.464)	457.350				
ELETROSUL	549.145	(338.301)	210.844	101.744	312.588	(16.508)	(99.140)	196.940	539.268	(320.497)	218.771	(5.882)	212.880	64.355	(67.789)	209.455				
ELETRONORTE	4.624.070	(4.426.515)	197.555	(688.650)	(491.095)	(7.466)	(43.754)	(542.315)	3.743.587	(3.611.127)	132.460	(454.258)	(321.798)	(10.230)	(17.054)	(349.082)				
MANAUS	812.406	(1.293.406)	(481.000)	(63.702)	(544.702)	267	(43.754)	(544.435)	886.469	(1.095.893)	(209.424)	(37.919)	(247.343)	(2.165)	(249.508)	(249.508)				
BOA VISTA	108.652	(127.098)	(18.446)	9.371	(9.075)	183	-	(8.892)	85.572	(101.941)	(16.369)	5.581	(10.788)	1	(10.787)	(10.787)				
ELETRONUCLEAR	1.271.697	(1.099.028)	172.669	(53.282)	119.387	(507)	(1.212)	117.668	1.204.488	(922.604)	281.884	(251.520)	30.364	(506)	(1.811)	28.047				
CGTEE	131.122	(219.864)	(88.742)	19.358	(69.384)	235	-	(69.149)	156.928	(196.218)	(39.290)	43.924	4.634	(837)	(2.581)	1.216				
LIGHTPAR	19.089	(3.475)	15.614	609	16.223	-	(126)	16.097	3.832	(897)	2.935	439	3.374	(571)	2.803	2.803				
ITAIPU	5.967.576	(2.312.945)	3.654.631	(2.330.870)	1.323.761	(2.171)	-	1.321.590	6.107.603	(2.408.842)	3.698.761	(4.478.555)	(779.794)	(2.038)	-	(781.832)				

João Vicente R. Torres

Glossário**ANEXO VIII**

ALBRÁS	Alumínio Brasileiro S.A.
AES BANDEIRANTE	AES Bandeirante Empreendimentos Ltda.
AES ELETROPAULO	AES Eletropaulo Metropolitana de Eletricidade de São Paulo S.A.
AES SUL	AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
AES TIETÊ	AES Tietê S.A.
AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANDE	Administración Nacional de Electricidad
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ARTEMIS	Artemis Transmissora de Energia S.A.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
CAJA	Caja Paraguaya de Judicaciones y Pensiones del Personal de Itaipu Binacional
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDSA	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEB Lajeado	CEB Lajeado S.A.
CEEE - D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE - GT	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CENTROESTE DE MINAS	Companhia de Transmissão Centro-Oeste de Minas
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CHAPECOENSE	Chapecoense Geração S.A.
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
COELCE	Companhia Energética do Ceará
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.
EDP Lajeado	EDP - Lajeado Energia S.A.
ELEJOR	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
ELEKTRO	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ELOS	Fundação ELETROSUL de Previdência e Assistência Social
ELETROS	Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELETROCEEE	Fundação CEEE de Seguridade Social
ELETRONET	Eletronet S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
ENERPEIXE	Enerpeixe S.A.
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul

EPTÉ	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
ETAU	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
FACHESF	Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social
FGP	Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas
FIBRA	Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
GUASCOR	Guascor do Brasil Ltda.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
INTESA	Integração Transmissora de Energia S.A.
INVESTCO	Investco S.A.
ITIQUIRA	Itiquira Energética S.A.
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
NUCLEOS	Nucleos Instituto de Seguridade Social
NUCLEP	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
PAULISTA LAJEADO	Paulista Lajeado Energia S.A.
PIRATININGA	Companhia Piratininga de Força e Luz
PREVINORTE	Previnorte - Fundação de Previdência Complementar
REAL GRANDEZA	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social
REDE LAJEADO	Rede Lajeado Energia S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica S.A.
RS ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul
SC ENERGIA	Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S.A.
STN	Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
TANGARÁ	Tangará Energia S.A.
TRACTBEL	Tractbel Energia S.A.
TRANSIRAPÉ	Companhia Transirapé de Transmissão
TRANSLESTE	Companhia Transleste de Transmissão
TRANSUDESTE	Companhia Transudeste de Transmissão
UIRAPURU	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

João Vicente A. Torres



BDO Trevisan

274

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua 7 de Setembro, 71
15º e 21º andares - Centro
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
20050-005

Tel.: +55 (21) 2509-9627
Fax.: +55 (21) 2221-1395
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS - controladora e consolidado, levantado em 31 de dezembro de 2007 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota 19, em 31 de dezembro de 2007 os investimentos em determinadas empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações contábeis examinadas por outros auditores independentes e, nosso relatório, no que se refere aos valores desses investimentos e da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$ 33.759.973 mil e R\$ 2.010.440 mil, respectivamente, está baseado exclusivamente nos relatórios desses auditores.
- 2 Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Não nos foi apresentado até a presente data o parecer dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, de determinadas coligadas relevantes (nota 19), cujos investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Conseqüentemente, não foi possível, por meio de procedimentos adicionais de auditoria, avaliar a adequação dos valores desses investimentos, bem como da receita de equivalência patrimonial por eles produzida, nos montantes de R\$ 376.404 mil e R\$ 4.774 mil, respectivamente.
- 4 Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres emitidos por outros auditores independentes, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos procedimentos de auditoria omitidos mencionados no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás em 31 de dezembro de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 5 As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e da segmentação de negócios, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, representam informações complementares às demonstrações contábeis, não sendo requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.
- 6 Conforme mencionado na nota 32, a Companhia mantém registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 1.328.544 mil correspondente à provisão para contingências cíveis relacionadas à reclamação, por parte de determinadas pessoas jurídicas, do direito de receber a correção monetária plena sobre os valores de Empréstimo Compulsório arrecadado em favor da Eletrobrás. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, que revelam incerteza sobre a probabilidade de perda dos correspondentes processos judiciais (em 2003 a probabilidade de perda foi classificada como possibilidade de insucesso na defesa das ações judiciais em curso), e no princípio da prudência, à luz da verificação de decisões desfavoráveis em 1ª instância e na inexistência de julgamento nos tribunais superiores, a Administração da Companhia manteve registrada a provisão para contingências, substancialmente constituída em exercícios anteriores, como forma de fazer face a eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis. Dada a controvérsia do assunto, não é possível nas circunstâncias atuais concluir sobre o desfecho da lide, bem como os eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis.
- 7 A Companhia visando à certificação junto à U.S. – Security and Exchange Commission - SEC, vem trabalhando no processo de melhorias de seus controles internos e de sua governança corporativa, para aderência à Lei Sarbanes Oxley (seção 404) e conseqüente redução da possibilidade de riscos e fraudes em seus negócios, em todos os níveis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 8 As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 21 de fevereiro de 2008, contendo ênfase referente ao saldo de ICMS no valor de R\$ 44.067 mil, registrado por FURNAS no ativo circulante, decorrente de Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira entre a ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso, para realização de obras e implantação e asfaltamento de estrada de acesso ao Aproveitamento Múltiplo de Manso, os quais foram transferidos para a Companhia em 1999 por Resolução de Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999, complementada pela Resolução nº 04/1999. Em 13 de junho de 2007 foi lavrado o Termo de Conclusão da Ação Fiscal, no qual consta que o Governo do Estado do Mato Grosso ressarcirá Furnas do valor correspondente ao percentual da sua participação, destacando que "Após conclusão das ordens de serviço correspondentes a todas as empresas, será possível apurar o valor a ser restituído à Companhia Furnas, se for o caso". Assim, a liquidação desse crédito depende ainda das gestões resultantes das ações da Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso, quanto a definição do valor, bem como da época de sua realização. A Administração de FURNAS entende que estando esses trabalhos em fase de conclusão existem grandes possibilidades de realização desses créditos no exercício de 2008.
- 9 As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram por nós examinadas e emitimos parecer sem ressalvas, datado de 20 de fevereiro de 2008, contendo ênfases referentes aos seguintes fatos: a) insuficiência de capital de giro e prejuízos operacionais acumulados nos últimos exercícios, na subsidiária Manaus Energia S.A., dependendo de aportes de recursos por parte de seu acionista controlador para garantir a continuidade normal de suas operações; b) continuidade normal dos negócios da subsidiária Boa Vista Energia S.A.; e c) a Eletronorte é patrocinadora, juntamente com suas subsidiárias integrais, Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., da Entidade de Previdência Privada denominada "Previnorte - Fundação de Previdência Complementar". As reservas matemáticas/atuarias foram preparadas, pelo atuário independente da Fundação, com base na tábua biométrica AT-49, desagradada em 2 (dois) anos para projeção da longevidade dos participantes e assistidos. A Previnorte está promovendo, gradativamente, a implementação da tábua AT-83, conforme requerida pela Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, cujo prazo final para adoção dessa tábua se encerra em 31 de dezembro de 2008. Dessa forma, em virtude do atual estágio desse processo, bem como da data limite para adoção da referida tábua, eventuais ajustes futuros poderão vir a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis futuras, decorrentes da aplicação da NPC nº 26 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 10 As demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 15 de fevereiro de 2008, contendo ênfase referente ao fato de que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da companhia. Contudo, apesar dos lucros apurados nos dois últimos exercícios, essa vem mantendo prejuízos acumulados ao longo dos anos, suportados pelo acionista controlador, mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital. Assim, para desenvolvimento e continuidade das operações, a companhia vem implementando medidas visando à viabilidade econômico-financeira do empreendimento.
- 11 As demonstrações contábeis da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 30 de janeiro de 2008, contendo ênfase referente ao fato que, de acordo com a decisão da 49ª. Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria Geral do Estado passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites estaduais constitucionais determinados para pagamento dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionada ao assunto em questão é de responsabilidade do Governo do Estado. Como consequência, nenhuma obrigação em relação a esse plano foi registrada.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- 12 As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cujos valores estão sendo apresentados para fins comparativos, foram examinadas por nós e emitimos parecer datado de 26 de março de 2007, sem ressalvas, contendo ênfases semelhantes às descritas nos parágrafos 5, 6, 7, 8 c, 9, 10 e 11, além das descritas a seguir:
- a) As demonstrações contábeis de FURNAS - Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 16 de março de 2007, contendo ênfase referente ao fato de contas a receber que a Companhia possui no montante de R\$ 293.560 mil correspondente a transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (antigo MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento. No exercício de 2007, diante da incerteza da realização financeira dos valores a receber, FURNAS constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa considerando a integralidade desses valores.
 - b) As demonstrações contábeis da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 14 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente a não homologação do reposicionamento tarifário aplicado sobre a tarifa a partir de 01 de julho de 2005. Essa homologação ocorreu em 02 de julho de 2007, acarretando uma redução da Receita Anual Permitida – RAP de 1,36% representando um ajuste de R\$ 23.632 mil que será deduzido nos faturamentos mensais em 24 parcelas de R\$ 985 mil a partir de julho de 2007.
 - c) As demonstrações contábeis da Eletrobrás Termonuclear S.A. ELETRONUCLEAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 09 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente a inclusão do Projeto Angra 3 no Programa de investimentos do Governo Federal, o que permitiria um incremento nas operações e a recuperação dos recursos já empregados no imobilizado em curso. No exercício de 2007, o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, através da resolução nº 3/2007, de 25 de julho de 2007, determinou que a Eletrobrás e a Eletronuclear conduzissem a retomada da construção da usina nuclear Angra 3, com vistas a sua entrada em operação comercial em 2013.

4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- d) As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2007, contendo ênfases referentes aos seguintes assuntos: a) em 2 de março de 2005, a Secretaria da Fazenda Estadual, comunicou que apesar de o grupo de trabalho constituído ainda não ter concluído o trabalho de conciliação das contas de energia elétrica, que compõem parte do parcelamento de débitos de energia no montante de R\$ 49.885 mil, o mesmo já informou a existência de divergências, sendo prudente aguardar a conclusão dos trabalhos para qualquer manifestação; e b) a Empresa tem registrado no ativo realizável a longo prazo valores a receber no montante de R\$ 15.889 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e R\$ 13.207 mil, referentes a Encargos de Serviço do Sistema, e no passivo exigível a longo prazo valores a pagar no montante de R\$ 40.607 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ocorridas em exercícios anteriores.
- e) As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE - GT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente ao fato de que empresa registrou no ativo realizável a longo prazo valores a receber no montante de R\$ 52.108 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária, e no passivo exigível a longo prazo valores a pagar no montante de R\$ 73.058 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ocorridas em exercícios anteriores.

7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

- f) As demonstrações contábeis da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 1º de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente aos reajustes da Receita Anual Permitida – RAP com base nas variações do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M para os ciclos tarifários de julho de 2005 a junho de 2006 e de julho de 2006 a junho de 2007. Em 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica, reduzindo a Receita Anual Permitida – RAP em 26,15%, o resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 01 de julho de 2005.
- g) As demonstrações contábeis da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 09 de março de 2007, contendo ênfase referente ao fato de a empresa estar avaliando os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo novo modelo setorial e as recentes experiências com os leilões de energia. A avaliação da administração da empresa é de que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente, além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas, para permitir rentabilidade a suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta em R\$ 811.913 mil em 31 de dezembro de 2006.


BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

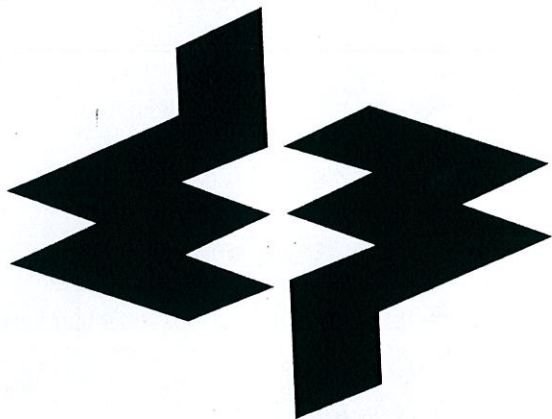
- h) As demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 27 de fevereiro de 2007, contendo ênfase referente ao fato de as demonstrações contábeis terem sido preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da companhia, no entanto a mesma vem sofrendo prejuízos ao longo dos anos, sendo que para o desenvolvimento e continuidade de suas operações a companhia vem implementando medidas, visando à viabilidade econômico-financeira do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2007, a Eletrobrás mantém registrada, provisão para o passivo a descoberto na proporção de sua participação na CERON.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2008.



Luiz Carlos de Carvalho
Sócio-contador
CRC 1SP197193/O-6 "S" RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC2SP013439/O-5"S"

CENTRAIS ELÉTRICAS
BRASILEIRAS S.A.



Eletrobrás

RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
2007

Adri
Astrogildo Fraguglia Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2007**

1- INTRODUÇÃO

- 1.1 PERFIL DA COMPANHIA
- 1.2 SISTEMA ELETROBRÁS
- 1.3 PANORAMA MUNDIAL
- 1.4 PANORAMA BRASILEIRO
- 1.5 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA
- 1.6 EVOLUÇÃO DOS DADOS OPERACIONAIS DAS CONTROLADAS
- 1.7 ATIVIDADES INTERNACIONAIS
- 1.8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2- ANÁLISE EMPRESARIAL E FINANCEIRA

- 2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO
- 2.2 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS
- 2.3 ESTRUTURA DE CAPITAL E ENDIVIDAMENTO
- 2.4 REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS
- 2.5 RESULTADO PRIMÁRIO
- 2.6 ANÁLISE DO RISCO EMPRESARIAL
- 2.7 DÉBITOS VENCIDOS - RENEGOCIAÇÃO
- 2.8 EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

3- RELAÇÕES COM INVESTIDORES E O MERCADO FINANCEIRO

- 3.1 RATING
- 3.2 BASE ACIONÁRIA
- 3.3 INDICADORES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
- 3.4 ANÁLISE DAS AÇÕES DA ELETROBRÁS E DO IBOVESPA
- 3.5 PROGRAMAS DE ADR
- 3.6 LATIBEX
- 3.7 CARTEIRA DE AÇÕES DA ELETROBRÁS
- 3.8 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO INTERNACIONAL
- 3.9 AUDITORES INDEPENDENTES

4- COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

- 4.1 ITAIPU
- 4.2 PROINFA
- 4.3 INTERLIGAÇÕES FRONTEIRIÇAS

5- INVESTIMENTOS

- 5.1 EMPRESAS E PROJETOS
- 5.2 EM GERAÇÃO
- 5.3 EM TRANSMISSÃO
- 5.4 NOS SISTEMAS ISOLADOS
- 5.5 EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SISTEMA ELETROBRÁS
- 5.6 NOVOS EMPREENDIMENTOS E PARCERIAS
- 5.7 RECURSOS ORDINÁRIOS
- 5.8 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

6- ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CEPEL

- 7- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL
- 8- FUNDOS SETORIAIS

- 8.1 RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR
- 8.2 CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE
- 8.3 CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC
- 8.4 LUZ PARA TODOS
- 8.5 RELUZ
- 8.6 PROCEL

- 9- GESTÃO EMPRESARIAL
 - 9.1 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL
 - 9.2 RECURSOS HUMANOS
 - 9.3 AÇÕES ADMINISTRATIVAS
 - 9.4 AUDITORIA
 - 9.5 OUVIDORIA

- 10- RESPONSABILIDADE SOCIAL
 - 10.1 COORDENADORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

- 11- AS EMPRESAS FEDERAIS DE DISTRIBUIÇÃO

- 12- MEIO AMBIENTE

- 13- INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

EM BRANCO


Astrogildo Fraguglia Cuenal
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2007

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás, relativo ao ano de 2007, destacando as principais ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Perfil da Companhia

A Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha e nos Estados Unidos, por meio dos programas de ADR nível 1. O Governo Federal por ter 53,99 % das ações ordinárias, detém o controle da empresa.

Criada em 1962, a Eletrobrás tem atualmente por objetivo a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica.

A Eletrobrás é uma empresa holding, controlando empresas de geração e transmissão de energia elétrica. São elas: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE. A companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. - Lightpar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai. A atuação na distribuição de energia se dá por intermédio das empresas federalizadas: Eletroacre (Acre), Ceal (Alagoas), Ceam (Amazonas), Cepisa (Piauí) e Ceron (Rondônia), assim como pelas distribuidoras Manaus Energia e Boa Vista Energia S.A., subsidiárias integrais da Eletronorte.

As empresas do Sistema Eletrobrás têm capacidade instalada de 38.566* MW, representando 39,6% do total nacional distribuídos em 29 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas nucleares e 57.441 km de linhas de transmissão, representando mais de 63 % do total nacional.

Desde sua criação, a Eletrobrás tem sido responsável pela gestão de uma carteira de recursos setoriais, atualmente composta pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização do Bem Público - UBP e pela Conta de Consumo de Combustível - CCC, que financia os combustíveis fósseis utilizados nos Sistemas Isolados localizados na Região Norte do país.

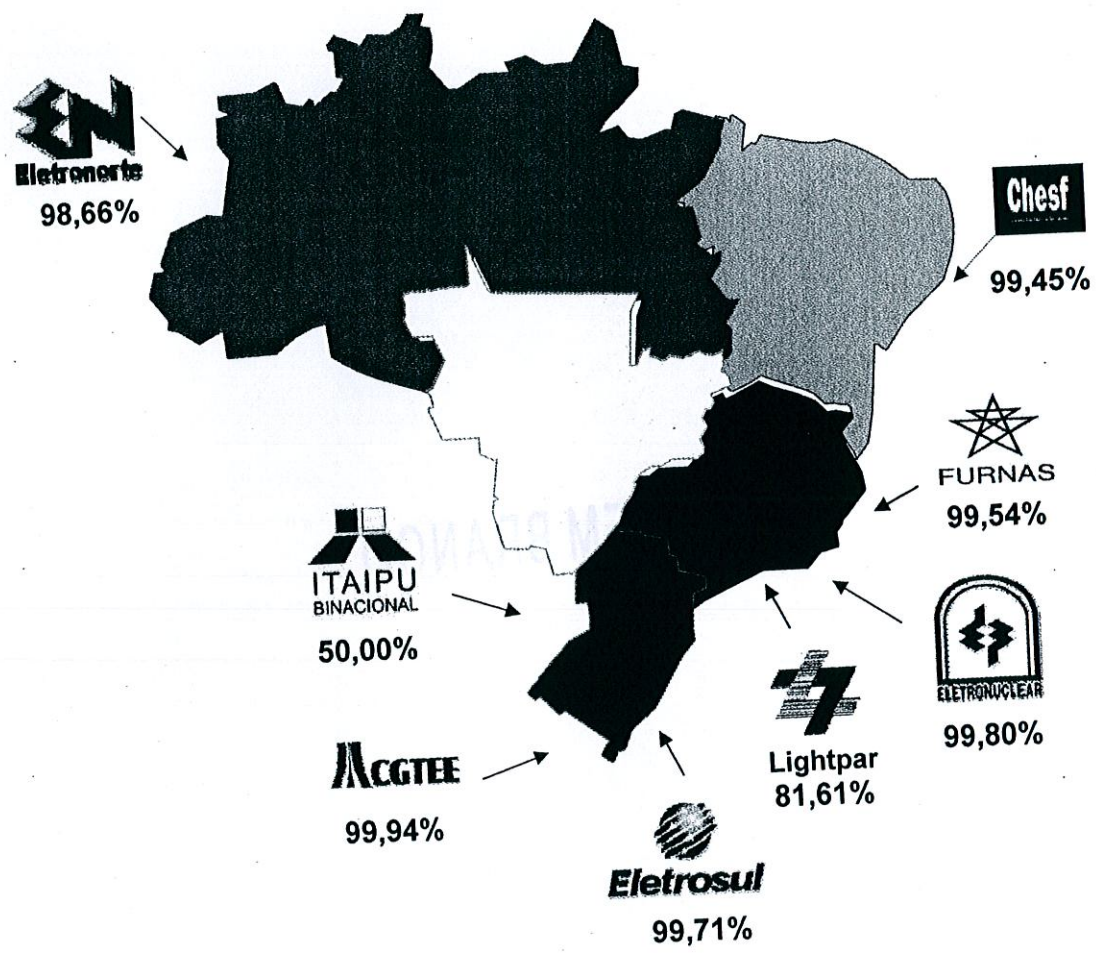
Atualmente, os recursos da RGR e CDE financiam quatro Programas do Governo Federal, quais sejam: Luz para Todos - universalização do acesso à energia; RELUZ - estímulo à eficiência na iluminação pública; PROINFA - incentivo às fontes alternativas de energia elétrica e PROCEL - conservação de energia elétrica. Além disso, esses recursos são também aplicados no financiamento de obras de geração e transmissão de energia elétrica.

O sistema Eletrobrás atua de forma integrada. As políticas e diretrizes adotadas são definidas pelo seu Conselho de Administração e operacionalizadas pelo Conselho Superior da Eletrobrás (CONSISE), formado pelos presidentes da *holding* e das empresas controladas, que se reúne regularmente.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento do Grupo Eletrobrás constituem-se as principais atribuições do CEPEL que é a maior instituição do gênero no Hemisfério Sul e conta com 34 anos de existência.
 * Incluída Itaipu (7.000MW)

1.2 SISTEMA ELETROBRÁS

Area de atuação e participação total da Eletrobrás no capital das empresas controladas
 - Dezembro/2007



Companhias	Linhas de Transmissão (km)	Capacidade Instalada (MW)
Eletronorte/Manaus Energia	10.450	9.714
Chesf	18.468	10.618
Eletronuclear	---	2.007
Furnas	19.278	8.737
CGTEE	---	490
Eletrosul	9.145	---
Itaipu	---	7.000
TOTAL	57.441	38.566

Assinatura
 Astrogildo Fragaglia Quental
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Assinatura

1.3 PANORAMA MUNDIAL

A expectativa de crescimento da economia mundial para 2007, segundo a Organização das Nações Unidas, é de 3,4% ante os 3,8% de 2006. As principais economias apresentaram taxas moderadas de expansão, sobretudo em virtude da crise imobiliária americana que afetou os mercados financeiros mundiais notadamente no último trimestre do ano.

Os Estados Unidos cresceram 2,2% e 3,8% em 2007 e 2006, respectivamente. A crise no setor imobiliário oriunda da grande inadimplência ocorrida nos empréstimos de alto risco – *subprime* – foi o fator responsável pela desaceleração. A redução na taxa de crescimento nas vendas do varejo e na venda de imóveis, prejudicando a construção civil, o aumento do desemprego foram apontadas como as principais conseqüências da crise financeira. Foi a menor taxa de crescimento econômico em cinco anos (1,6% em 2002). Analistas estimavam que o PIB no quarto trimestre cresceria 1,2%, Entretanto, foi de apenas 0,6%, o que contrastou fortemente com o terceiro trimestre, quando o PIB se expandiu 4,9%, refletindo a crise no sistema financeiro.

Em relação ao déficit comercial americano, observou-se uma queda de 6,2% em relação ao ano anterior, notadamente em virtude da desvalorização do dólar em relação às principais moedas. Apesar da redução do déficit geral, houve um aumento de 10,2% em relação ao comércio com a China, chegando a US\$256,3 bilhões no ano. É o maior déficit no comércio com um único país já registrado pelos EUA.

No Japão, contrariando a opinião de analistas, o crescimento foi muito superior ao esperado. Acreditava-se que o crescimento da segunda maior economia do mundo fosse de 1,5%, entretanto o valor alcançado foi de 2,1%. De acordo com o governo japonês, o crescimento no último trimestre de 2007 foi decorrente de um aumento de 2,9% nos investimentos corporativos. Soma-se a isso o aumento de suas exportações em 2,9%, principalmente para a China.

A economia chinesa obteve em 2007 seu maior crescimento dos últimos 13 anos, 11,4%. Esse é o quinto ano consecutivo que a economia chinesa apresenta uma taxa de crescimento com dois dígitos. Fica assim confirmada sua posição de quarta maior economia no mundo, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Dados preliminares apresentados pela Eurostat – agência de estatísticas da União Européia – indicam que a atividade econômica na região cresceu 2,9%. Ainda segundo a agência, a taxa de desemprego alcançou 7,1%. Vale ressaltar que as taxas de desemprego da Alemanha, Espanha, França e Portugal giraram em torno de 8,3%. A menor taxa verificada foi de 3,2% na Holanda.

Estima-se que a inflação dos países do bloco ficará em torno de 2,4%. Segundo as previsões, não haverá nenhum "salto" na inflação. A maior diferença que poderá ser verificada será de 0,5 pontos percentuais.

Analisando-se os principais países europeus, verificou-se que o crescimento da economia alemã em 2007 foi de 2,5% ante os 2,9% apresentados em 2006, notadamente em função do crescimento das exportações e pela ampliação dos investimentos. Acompanhando as previsões feitas, o crescimento da economia francesa atingiu 1,9% em 2007 frente os 2,2% anteriores.

A economia espanhola cresceu 3,8%, um décimo a menos que em 2006. Esse crescimento foi caracterizado por uma forte moderação da demanda interna e uma grande melhora do setor externo. O crescimento da economia britânica foi de 3,1%. O último trimestre do ano



apresentou uma taxa de apenas 0,6% - o pior desempenho desde o terceiro trimestre de 2006 - devido à desaceleração do setor de serviços que representa 75% de sua economia.

Em 2007, o preço do barril de petróleo aumentou 57,21% comparado a 2006. Foi um desempenho semelhante ao de 2002, quando o aumento foi de 57,26%. A forte demanda de petróleo e combustíveis em nível mundial (principalmente EUA, China e Índia) e as tensões geopolíticas nas principais regiões produtoras foram os fatores determinantes para a disparada das cotações da *commodity*. O preço do Petróleo Intermediário do Texas (WTI, leve) ficou próximo dos US\$ 100, valor nunca visto desde 1983.

América Latina

A expectativa para a expansão do PIB na região é de 5,6% em 2007, mesma taxa alcançada em 2006. Destaque para Argentina que atingiu a marca de 8,6% alcançando, assim, o quinto ano consecutivo com taxas superiores aos 8%. Ademais, no rastro da disparada dos preços do petróleo, a Venezuela continua em seu ritmo de expansão e cresceu 8,5% ante os 10,3% de 2006.

Segundo relatório divulgado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, em 2007 mantiveram-se muitas das principais características da atual fase de crescimento econômico da região que perdura por mais de cinco anos. Dentre as mais importantes destacam-se: o superávit em conta corrente (porém em nível menor), a melhora nos termos de troca, o superávit fiscal primário, o desemprego decrescente, o aumento das reservas internacionais e a redução da dívida externa.

Os principais fatores que determinaram o crescimento econômico na região foram: o aumento do consumo e os investimentos de capital. O Investimento Direto Estrangeiro na região encerrou o ano com saldo de US\$ 77 bilhões, crescimento de 69% frente a 2006, destacando-se o Brasil com US\$ 34,6 bilhões, seguido do México com US\$ 16,9 bilhões.

1.4 PANORAMA BRASILEIRO

O crescimento da economia brasileira em 2007 foi de 5,4% ante os 3,8% de 2006, segundo dados divulgados pelo IBGE. Analisando-se o resultado pela ótica da demanda observa-se que o consumo das famílias (representando 60,9% do PIB) e a formação bruta de capital fixo cresceram 6,5% e 13,4%, respectivamente. O consumo da administração pública elevou-se em 3,1% e o setor externo, com um aumento de 6,6% nas exportações e 20,7% nas importações. Pela ótica da oferta, o setor que apresentou o melhor desempenho foi o agropecuário, registrando 5,3% de crescimento. No setor industrial destaca-se a indústria de transformação (5,1%) seguida pela construção civil e por eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, que apresentaram taxas de 5,0% cada. Já no setor de serviços, a intermediação financeira e seguros (13,0%), os serviços de informação (8,0%) e o comércio (7,6%), foram as maiores altas. Cresceram também transporte, armazenagem e correio (4,8%), serviços imobiliários e aluguel (3,5%), outros serviços (2,3%) e administração, saúde e educação pública (0,9%). A balança comercial fechou 2007 com saldo positivo de US\$ 40,039 bilhões. O resultado foi 13,8 % menor do que o registrado em 2006, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essa redução foi atribuída à valorização da moeda nacional frente ao dólar e ao euro.

Em 2007, as exportações somaram US\$ 160,683 bilhões, registrando um aumento de 16,6% em relação ao ano anterior. Já as importações registraram avanço de 32%, passando dos US\$ 91,351 bilhões em 2006 para US\$ 120,583 bilhões em 2007.

O melhor desempenho exportador foi dos produtos básicos, com US\$ 51,59 bilhões em 2007, alta de 28,08%; nos semimanufaturados, as vendas de US\$ 21,80 bilhões foram 11,7%

maiores; e nos manufaturados, responsáveis por 52,3% do total exportado pelo país em 2007, a alta foi de 11,9%, de US\$ 75,02 bilhões em 2006 para US\$ 83,94 bilhões em 2007.

Na conta de capitais e financeira do Balanço de Pagamentos, destaca-se o item 'investimentos em carteira' (títulos públicos, ações, etc.) em que se registrou um montante de US\$ 47,9 bilhões frente os US\$ 9,5 bilhões de 2006. As aplicações estrangeiras em ações e títulos de renda fixa apresentaram crescimento significativo frente ao verificado em 2006, 240% e 1.530%, respectivamente. Alcançando um volume de R\$ 26,2 bilhões e R\$ 21,7 bilhões.

Durante o ano de 2007, o ingresso de investimentos estrangeiros diretos foi de US\$ 34,6 bilhões, o que representa um crescimento de 84,3% em relação ao ano anterior. Esse resultado representa um novo recorde desde 1947. Segundo o Banco Central, o recorde anterior foi registrado no ano de 2000, quando US\$ 32,7 bilhões em investimentos ingressaram no Brasil. Entretanto, naquele ano houve elevado ingresso de recursos para as privatizações.

As reservas internacionais aumentaram em US\$ 94,5 bilhões no ano, acumulando um volume recorde de US\$ 180,3 bilhões em 2007.

Política monetária e metas de inflação:

A política monetária adotada pelo governo, via Banco Central do Brasil (BACEN), possui como diretriz o controle da inflação utilizando-se do regime de metas. Para o ano de 2007 a meta foi estipulada em 4,5% para o IPCA (índice oficial), sendo que há possibilidade de desvios de 2,0% para mais ou para menos, denominadas de banda superior e inferior, respectivamente. Tendo em vista o comportamento dos preços ao longo do ano, o COPOM seguiu a política de redução das taxas de juros em 2007.

A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano de 2007 em 4,46%. Com peso de 21,44% no índice, o grupo alimentação e bebidas foi o principal responsável pela alta de 10,79% em doze meses. Os produtos não alimentícios, com peso de 78,56%, aumentaram 2,83% no acumulado do ano devido às reduzidas variações em itens como telefonia fixa (0,34%), energia elétrica (-6,16%), habitação (1,76%), entre outros.

O IGP-M encerrou o ano com aumento de 7,75% ante os 3,14% de 2006. O referido índice é muito sensível às mudanças cambiais, pois 60% de seu peso são produtos do atacado, muitos dos quais referenciados em dólar. Haja vista a desvalorização da moeda americana frente ao real observa-se que o câmbio não foi fator determinante para o aumento observado. Em síntese, o INCC aumentou 4,6% (construção civil), sendo sua participação de 10% na formação do índice; o IPC (consumidor) que corresponde a 30% registrou 4,5% de aumento; por fim, o IPA (atacado), registrando elevação de 9,9%, contribui com 60% do referido índice.

Finanças Públicas:

A política de promoção de superávits primários permaneceu em 2007. A Necessidade de Financiamento do Setor Público - NFSP no conceito primário encerraram 2007 em -3,98% do PIB, superando a meta de -3,8%. O governo federal respondeu pela maior parcela do esforço fiscal, 4,11% do PIB, seguido pelos governos estaduais (0,48%) e empresas estatais (0,48%). Os juros nominais recuaram de 6,86% do PIB em 2006 para 6,25% em 2007, acarretando redução das NFSP nominais em 0,73%.

A dívida pública federal aumentou 7,8% em relação a 2006, alcançando R\$ 1,334 trilhão. Ainda assim, situou-se abaixo da meta estipulada pelo Tesouro Nacional que, devido a crise financeira (*subprime*) do segundo semestre, interrompeu o lançamento de novos papéis. O aumento de 12% da DPMFi (dívida interna) foi o responsável pela elevação da dívida pública

total do governo federal, passando dos R\$ 1.093,5 trilhão em 2006 para R\$ 1.224,9 trilhão em 2007. Enquanto a dívida externa encerrou o ano em R\$ 108,88 bilhões, queda de 24,1% em relação a 2006 (R\$ 143,5 bilhões). A valorização do real e o programa de resgate antecipado (buyback), além do fato de que os vencimentos de bônus e dívidas contratuais superaram a novas emissões e contratações responderam pela redução dessa parcela da dívida.

A estabilização político-econômica do país vem trazendo benefícios para a rolagem da dívida pública. O governo considerou positiva a gestão da dívida pública em 2007. De fato, pode-se destacar a elevação do prazo médio de vencimento dos papéis de 35 meses em 2006 para 39 meses em 2007, contribuindo para a redução do risco de refinanciamento. Ademais, observase a continuidade de redução dos títulos indexados ao câmbio (12,7% e 8,2% para os anos de 2006 e 2007, respectivamente) e à taxa Selic (33,4% em 2006 e 30,7% em 2007). Por fim, os títulos prefixados em conjunto com os remunerados por índices de preços se consolidam como os principais instrumentos de financiamento do governo federal, passando de 51,8% em 2006 para 59,2% em 2007.

Bolsa de Valores de São Paulo:

O índice Ibovespa obteve uma rentabilidade de 43,65% em 2007, fechando o ano com 63.886 pontos. No pregão de quinta-feira, 06 de dezembro, registrou sua máxima histórica: 65.790,81 pontos.

O valor de mercado das empresas com ações listadas na Bovespa atingiu R\$ 2.477,6 bilhões em dezembro de 2007, um acréscimo de 60,4% em relação ao ano anterior. As empresas que integram a carteira do Índice Bovespa e do Índice Brasil (IbrX-100) responderam por 71,2% e 75,9%, respectivamente, do valor total da capitalização. Os setores de atividade com maior valor de mercado em 2007 foram: Instituições Financeiras, com R\$ 473,7 bilhões (19,1% do total); Petróleo, Gás e Biocombustíveis, com R\$ 437,2 bilhões (17,6%); Mineração, com R\$ 291,7 bilhões (11,8%); e Energia Elétrica, com R\$ 182,0 bilhões (7,3%).

Esse excelente desempenho foi acompanhado por superação de máximas históricas e também pelo maior volume financeiro já alcançado na história da Bolsa. Novamente, o aporte de capitais estrangeiros foi o maior responsável pela valorização do índice, respondendo por 34,5% do volume total, pouco abaixo dos 35,5% de 2006. Destaca-se a participação dos estrangeiros nas ofertas públicas de ações, incluindo IPOs, de 75,8%. O fluxo de recursos estrangeiros para o mercado de ações brasileiro foi de R\$ 45,2 bilhões, resultado de R\$ 49,4 bilhões em aquisições realizadas pelos estrangeiros nas ofertas públicas de ações e do saldo negativo da negociação direta na BOVESPA, de R\$ 4,2 bilhões.

A Bovespa encerrou o ano de 2007 com 64 ofertas públicas iniciais de ações, um crescimento de 146%, que representaram uma captação de R\$ 55,5 bilhões ante os R\$30,4 bilhões de 2006. Os fatores responsáveis pelo excepcional desempenho da bolsa podem ser atribuídos à alta liquidez internacional, ao bom desempenho do setor produtivo, à inflação controlada, aos juros em queda e à expansão do crédito.

Outro ponto que corrobora o 'boom' do mercado de capitais brasileiro foi o crescimento de 108% no número de investidores individuais, passando de 219.634 contas em 2006 para 456.557 em 2007. Ademais, a Bolsa alcançou uma média diária de negócios de 152.872 - aumento de 74,7% em relação a 2006, enquanto que o volume total negociado elevou-se em 100,3%, atingindo R\$ 1,2 trilhão. Logo, a média diária saltou para R\$ 4,9 bilhões, 101,1% a mais do que os R\$ 2,4 bilhões de 2006.

1.5 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O mercado de fornecimento de energia elétrica em 2007 totalizou 367.278 GWh, representando um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior (Tabela 1). Considerando a evolução do mercado por subsistemas, é importante ressaltar o desempenho do subsistema Isolado e Nordeste, cujas taxas de crescimento foram de 6,1% e 6,3% respectivamente. Entretanto, no que concerne à distribuição espacial do consumo de energia elétrica, o Sudeste/Centro-Oeste representou 59,3% do mercado de fornecimento brasileiro, enquanto as participações dos subsistemas Sul, Nordeste, Norte Interligado e Sistemas Isolados foram de 17,4%, 14,2%, 7% e 2,1%, respectivamente.

Analisando o mercado sob a ótica das classes de consumo, é possível identificar as tipicidades do consumo de energia elétrica de cada um dos subsistemas. Enquanto no Norte e Sul a classe comercial foi a que apresentou a maior taxa de crescimento (8,1% e 8,4%, respectivamente), nos Sistemas Isolados e no Nordeste o desempenho da classe industrial foi a de maior destaque (5,2% e 6,2%, respectivamente). No Sudeste/Centro Oeste, o maior crescimento foi observado na classe Comercial e Residencial (6,1% e 5,2% respectivamente) (ver Tabela 2).

Dentre os aspectos que interferiram, em 2007, no comportamento do mercado de energia elétrica na classe de consumo residencial, cabe frisar: a ampliação da oferta de crédito, queda da taxas de juros impulsionando a venda de eletrodomésticos, o bom desempenho da construção civil, aumento expressivo na quantidade de novas ligações residenciais, impulsionadas pelo Programa Luz para Todos, constituíram um ambiente favorável para que o crescimento da respectiva classe de consumo superasse a do mercado total.

Por outro lado, o aumento significativo do *quantum* importado em todas as categorias de uso, com destaque para os bens de consumo duráveis (crescimento de 54,4% no acumulado de janeiro-outubro de 2007, sob mesmo período do ano anterior), limitou o crescimento de consumo da Classe Industrial (demanda doméstica atendida por uma parcela crescente de bens produzidos externamente).

Em relação às Outras Classes (agregado das classes Iluminação Pública, Rural, Serviço Público, Poder Público e Consumo Próprio), é digno de nota o crescimento do consumo rural, sobretudo em função do Programa Luz para Todos no Norte e Nordeste e maior utilização da irrigação.

(Tabela 1)

Mercado de Fornecimento* - Brasil 2003-2007 (GWh)					
Classe	2003	2004	2005	2006	2007
Residencial	76.162	78.470	82.650	85.784	90.940
Industrial	136.221	146.065	149.040	157.423	136.323
Comercial	47.531	49.686	52.939	55.224	58.874
Outras Classes	47.073	46.551	49.936	51.796	54.141
Total	306.987	320.772	334.565	350.227	367.278

*Fonte: EPE - Consumo Cativo + Consumo Livre

(Tabela 2)

Taxas de Crescimento - Mercado de fornecimento(*)					
Classes de Consumo e Subsistema 2006/2007 (%)					
Subsistema	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total
Sistemas Isolados	5,6	5,2	6,0	7,9	6,1
Norte Interligado	9,7	4,0	8,1	7,6	5,3
Nordeste Interligado	7,4	6,2	6,5	4,6	6,3
Sudeste/C. Oeste	5,2	2,9	6,1	5,1	4,3
Sul	6,9	4,6	8,4	1,8	5,2
Brasil	6,0	3,7	6,6	4,5	4,9

*Fonte: EPE /Consumo Cativo + Consumo Livre

1.6 EVOLUÇÃO DOS DADOS OPERACIONAIS DAS CONTROLADAS

Consolidado - Sistema Eletrobrás					
Informações gerais	2003	2004	2005	2006	2007
Capacidade Instalada (MW)*	35.398	36.282	37.056	37.221	38.566
Linhas de Transmissão (km)	55.512	55.869	56.443	57.053	57.341
Geração Própria (GWh)**	207.842	212.266	218.955	241.162	233.112
Energia Vendida (GWh)**	233.615	218.718	221.087	243.105	239.998
Empregados*	21.685	22.332	23.076	24.998	26.177

*Inclui 50% de Itaipu e as subsidiárias da Eletronorte Manaus e Boa Vista Energia.

1.7 ATIVIDADES INTERNACIONAIS

Em sintonia com a política de ampliar e consolidar sua atuação no setor energético internacional, a Eletrobrás participou juntamente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), de entendimentos com entidades de países da América Latina, visando atender a 3 projetos de cooperação técnica que deverão ser assinados em 2008. A Costa Rica, através do Instituto Costarricense de Eletricidade - ICE efetuou 2 solicitações, sendo: 1 encaminhada a Furnas e outra ao Cepel, que também recebeu 1 solicitação da CVG Edelca da Venezuela. Além disso, foi dado prosseguimento à prospecção de oportunidades de negócios de mútuo interesse na África - Angola e Namíbia, em conjunto com Furnas. Em apoio ao Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás também participou juntamente com o MRE de negociações relativas à realização de estudos de inventário do trecho do Rio Uruguai, na fronteira do Brasil com a Argentina. Esses estudos estão amparados pelo Tratado Internacional firmado em 1982 entre os Governos desses dois países.

Visando fomentar a integração energética regional, a Eletrobrás que exerce a Presidência e a gestão da Secretaria Executiva do Comitê Brasileiro (BRACIER), da Comissão de Integração Energética Regional (CIER), participou de duas reuniões internacionais promovidas pela Comissão no Uruguai e na Colômbia.

Fora do âmbito regional, em 2007, a Eletrobrás participou das tratativas relativas ao fornecimento de serviços de consultoria internacional solicitado à Itaipu, pela *China Three Gorges Project Corporation - CTGPC*. Recebeu ainda, a visita de delegações estrangeiras oriundas da Costa Rica, China, Equador, França, Rússia, Polônia, Inglaterra, Coreia, Zimbábue, El Salvador, Índia e Nigéria.

1.8 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em seqüência aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos desde 2006, para o alcance e desdobramentos dos Objetivos Estratégicos, parte dos grupos de trabalho constituídos concluíram seus trabalhos em 2007, resultando em propostas de Resolução que foram aprovadas ou que estão sob a apreciação da Diretoria Executiva relativas às seguintes Estratégias Corporativas: Governança, Investimento/Novos Negócios, Carteira de Ações e Imagem da Empresa.

2. ANÁLISE EMPRESARIAL E FINANCEIRA

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A ELETROBRÁS encerrou o exercício de 2007 com lucro de R\$ 1.547,9 milhões, equivalente a R\$ 1,37 por lote de mil ações. No exercício de 2006, a empresa registrou lucro de R\$ 1.161,3 milhões, equivalente a R\$ 1,03 por lote de mil ações, equivalendo a uma elevação de 33%.

O comportamento do Real frente a diversas moedas estrangeiras e o fato de a ELETROBRÁS deter relevante parcela de seus recebíveis (líquidos de obrigações) - R\$ 15.197,0 milhões (US\$ 8,579.6 milhões) - indexados a moedas externas, com destaque para o dólar norte-americano, criaram um cenário de perda para a Companhia no exercício de 2007, que conteve a sua evolução. Nestes doze meses de 2007 a ELETROBRÁS registrou perdas cambiais de R\$ 3.001,7 milhões. No mesmo período de 2006, a Companhia reconheceu perdas cambiais de R\$ 1.599,3 milhões, decorrentes de sua carteira de financiamentos e empréstimos. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, neste exercício de 2007, a Companhia verificou um ganho de R\$ 529,2 milhões, 60% maior do que o verificado em 2006, onde foram reconhecidos ganhos de R\$ 330,6 milhões.

Contudo, apesar da forte redução do resultado da Companhia motivada por questões cambiais, a influência do resultado financeiro decorrente, em grande parte, de sua carteira de financiamentos e empréstimos, possibilitou à Companhia obter expressivo ganho, líquido, de R\$ 3.741,7 milhões, fruto de seu programa de investimentos ao longo dos anos e do baixíssimo nível de endividamento. Em 2006, a carteira de financiamentos e empréstimos concedidos, gerou ganho líquido de R\$ 3.499,4 milhões.

O reconhecimento dos resultados obtidos pelas 21 empresas investidas da ELETROBRÁS, avaliadas por equivalência patrimonial, impactou de forma positiva e determinante o resultado da Companhia neste exercício, onde a ELETROBRÁS registrou ganhos decorrentes de R\$ 1.883,3 milhões. Este resultado está influenciado pelo reconhecimento do superávit verificado nas Fundações de Previdência Complementar patrocinadas pelas empresas do Sistema ELETROBRÁS, no montante de R\$ 1.224,4 milhões, com destaque para a Fundação Real Grandeza que, isoladamente, contribuiu com um superávit de R\$ 1.138,0 milhões.

A atividade de comercialização de energia elétrica, apesar de significar um expressivo faturamento da ordem de R\$ 7.555,6 milhões, correspondente à venda da energia gerada pela ITAIPU Binacional e pelo PROINFA, não representa ganhos para a Companhia, nos termos da Lei nº. 10.438/02. No tocante à energia de ITAIPU, a Companhia apurou uma obrigação equivalente a R\$ 96,0 milhões, decorrente do desenvolvimento da atividade de comercialização de energia elétrica no período de janeiro a dezembro de 2007, correspondente ao superávit produzido pela atividade, nestes 12 meses, a ser repassado aos consumidores em exercícios futuros, via tarifa. O déficit acumulado e recuperável decorrente das operações de comercialização de energia elétrica de ITAIPU corresponde, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 179,5 milhões e não representa risco para os investidores da Companhia, dada a modelagem da atividade, estabelecida em legislação aplicável.

O PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia, que assegura à ELETROBRÁS o direito à comercialização da energia produzida pelos próximos 20 anos, gerou, neste exercício de 2007, superávit de R\$ 250,4 milhões, a ser realizado nos limites do próprio programa, sem impactar, portanto, a rentabilidade do acionista.

A ELETROBRÁS também vem buscando alternativas de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a incrementar sua participação no setor, aumentando sua capacidade de geração de recursos, com foco na ampliação de sua rentabilidade e maior remuneração de seus acionistas.

A ELETROBRÁS encontra-se inserida no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, o que significa que a empresa é considerada pelo mercado como transparente, praticante de boas práticas de governança corporativa e aliada a uma boa política sócio-ambiental.

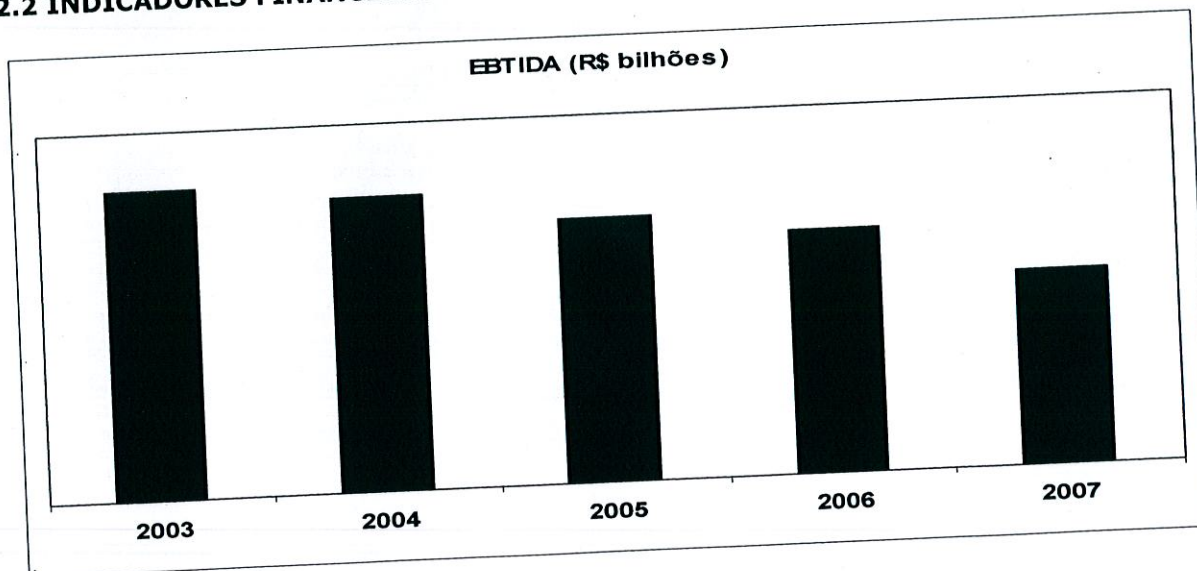
O conceito de avaliação da sustentabilidade empresarial tem como base o princípio do *triple bottom line*, que pressupõe o mesmo peso para indicadores ambientais, sociais e financeiros. Este princípio pressupõe que um projeto pode vir a ser inviabilizado por um grande passivo ambiental ou por práticas trabalhistas não aceitáveis internacionalmente. Por este motivo, as grandes instituições financeiras internacionais atribuem menor risco às empresas que apresentam estas práticas de sustentabilidade inseridas em sua estratégia de negócio. Estar em um índice de sustentabilidade significa para as empresas signatárias um menor custo de captação internacional, seja no mercado de *equity* ou no de *debt*. Os grandes fundos de pensão manifestam grande interesse em ações de empresas que são sustentáveis.

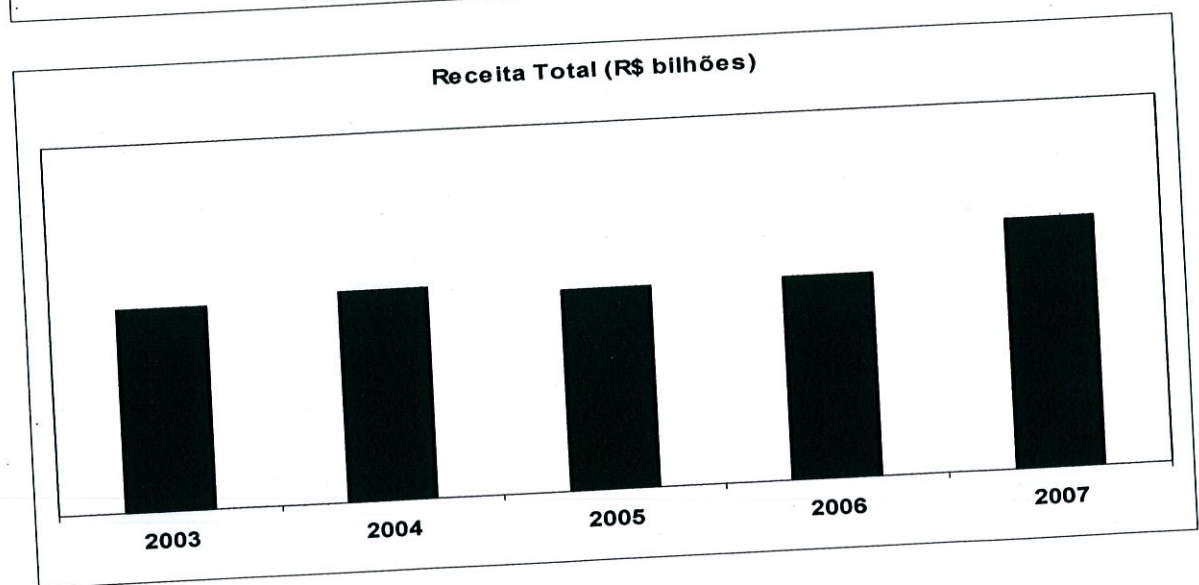
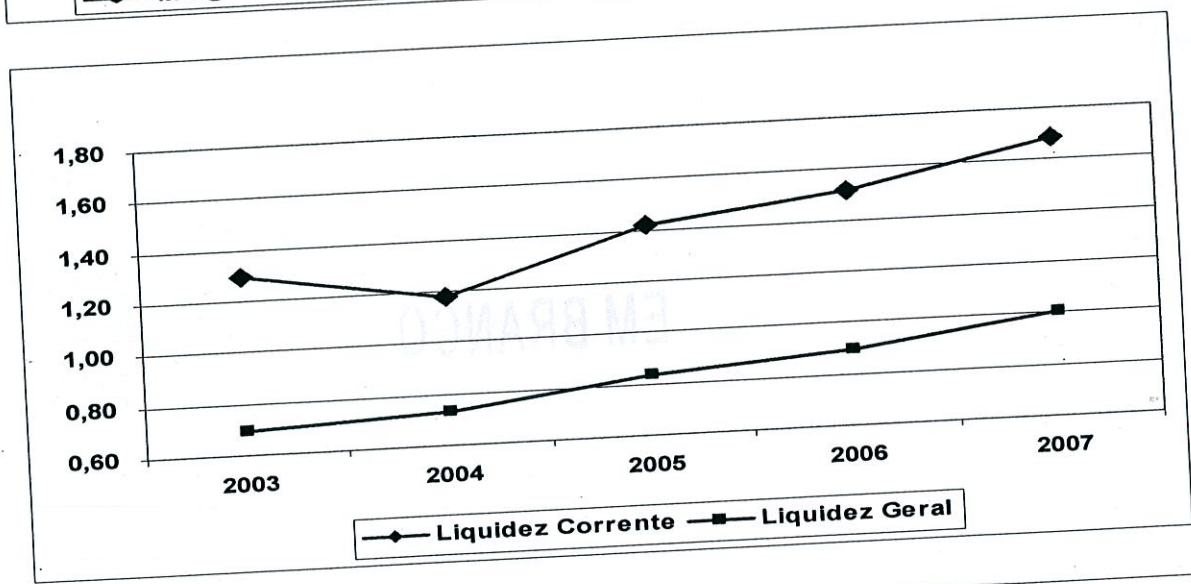
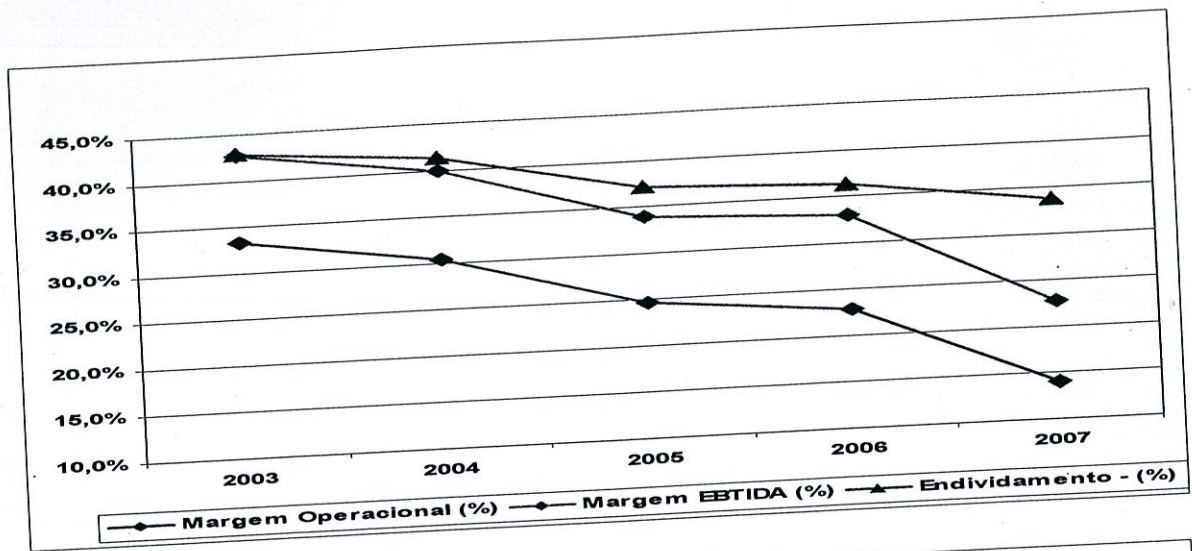
A empresa também aderiu ao Pacto Global se posicionando estrategicamente com as maiores corporações mundiais, alinhadas pela ONU, visando a responsabilidade social corporativa. Em busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva, o Pacto advoga dez Princípios Universais, envolvendo direitos humanos, direito do trabalho, proteção ambiental e princípios contra a corrupção. O Pacto Global está ligado aos grandes movimentos de ISR (Investimento Socialmente Responsável) que tratam a nível mundial do conceito de sustentabilidade empresarial. À exemplo do ISE Bovespa, a ELETROBRÁS está trabalhando, visando demonstrar aos investidores suas ações sócio-ambientais consideradas como "politicamente corretas".

Em conjunto com estas medidas, a Companhia está em vias de obter seu registro na SEC dos Estados Unidos da América do Norte e ultimando o atendimento à Lei *Sarbanes-Oxley*. Vale ressaltar que a ELETROBRÁS encontra-se no nível I de governança corporativa da BOVESPA.


	01/01/06 a 31/12/06	01/01/07 a 31/12/07
Varição do IGPM	3,85%	7,75%
Varição do US\$	-8,66%	-17,15%

2.2 INDICADORES FINANCEIROS

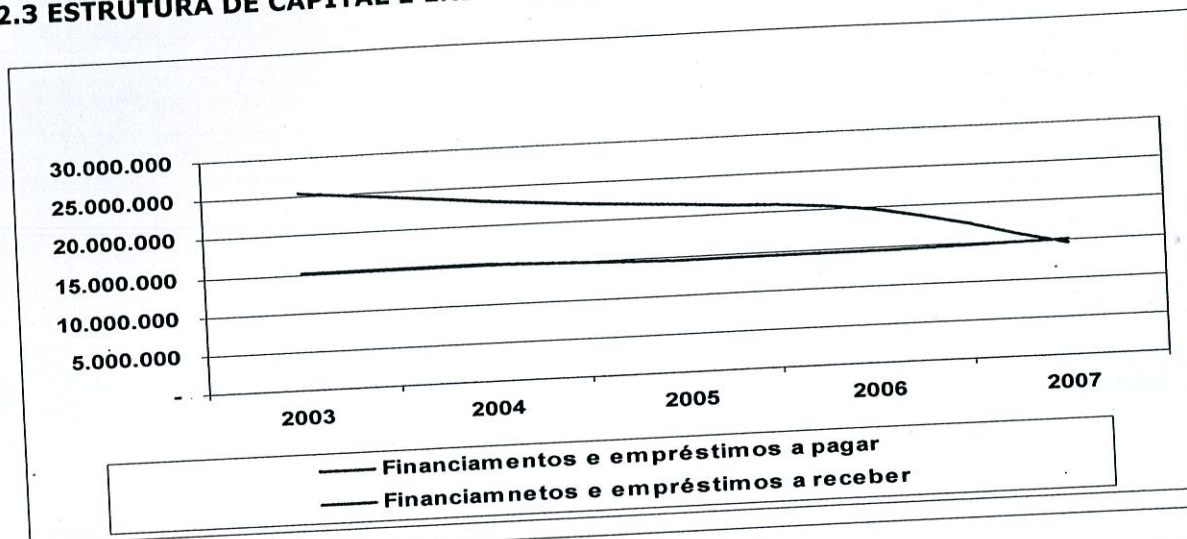




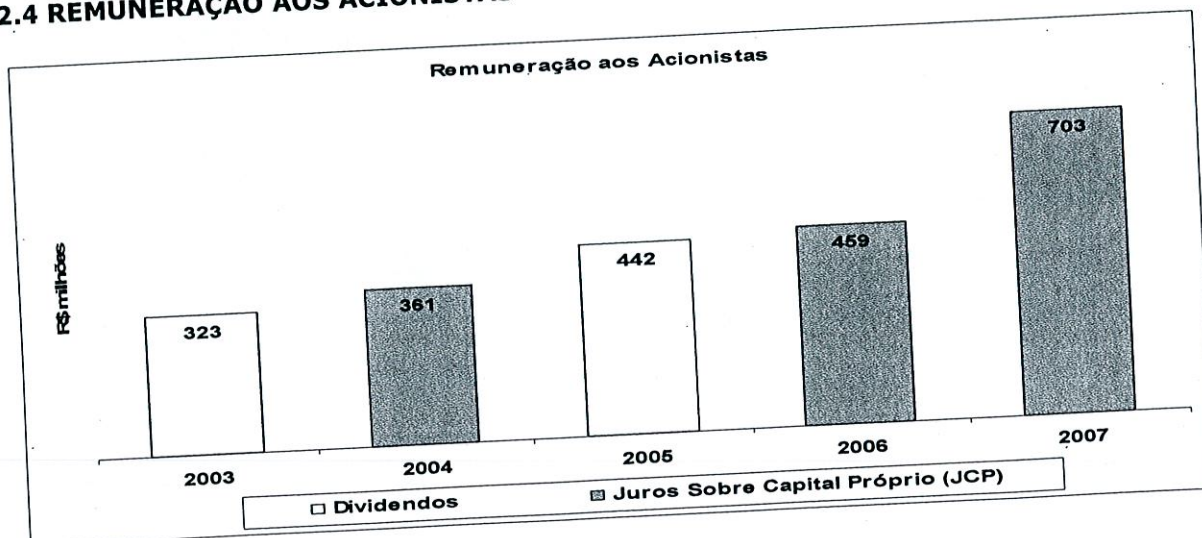
[Handwritten Signature]
Astrogló Frágua Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

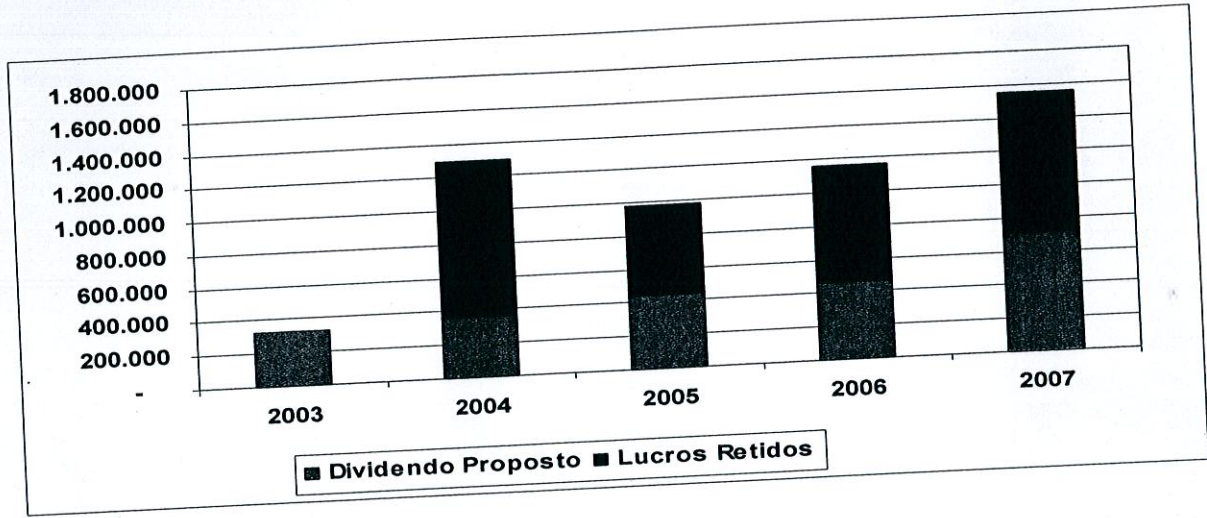


2.3 ESTRUTURA DE CAPITAL E ENDIVIDAMENTO



2.4 REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS





2.5 RESULTADO PRIMÁRIO

A meta do Resultado Primário do Sistema Eletrobrás para o ano de 2007, foi de R\$ 1.380 milhão, conforme Decreto nº. 5.939, de 19 de outubro de 2006.

Anos	Resultado	R\$ milhão
2007	Superávit	2.789,0
2006	Superávit	2.137,2
2005	Superávit	2.864,8
2004	Superávit	1.650,5
2003	Superávit	1.211,0

2.6 ANÁLISE DO RISCO EMPRESARIAL

A partir da criação da Divisão de Análise de Riscos e de Rentabilidade, foram dados os primeiros passos no sentido de dotar a Eletrobrás de práticas e ferramentas para o tratamento sistemático de riscos. Com isso, procura-se atender às premissas fundamentais de governança corporativa e de sustentabilidade empresarial, melhorando a imagem da empresa diante dos diversos *stakeholders* e agregando valor às suas operações.

Durante o ano de 2007, dois grandes projetos foram iniciados. O primeiro diz respeito ao programa de *hedge* com instrumentos derivativos para mitigação do risco cambial da Eletrobrás. A partir de estudos que se estenderam de maio a julho e de reuniões com instituições financeiras, foram aprovadas no segundo semestre, quatro resoluções de Diretoria Executiva e três deliberações do Conselho de Administração sobre o assunto, definindo a base regulamentar para a estruturação das operações. O início das negociações está previsto para o primeiro trimestre de 2008. O programa procurará reduzir, de forma substancial, a volatilidade observada nos resultados da empresa, tornando-os mais previsíveis e alinhados ao seu desempenho operacional.

O segundo projeto de destaque foi a implantação da gestão de riscos corporativos, inicialmente focada na Diretoria Financeira. O objetivo foi desenvolver uma metodologia de análise e mensuração qualitativa, de modo a consolidar a cultura de risco, permeando todos os processos de decisão dentro da empresa. Foram mapeadas diversas áreas estratégicas, com ênfase no impacto das atividades sobre o nível de volatilidade do fluxo de caixa projetado.

Assini
Astroglido Fragugila Quental
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O processo culminou com a contratação da consultoria *Ernst & Young*, já responsável pelos trabalhos de adequação à Lei *Sarbanes-Oxley*. O trabalho da consultoria se estenderá por todo o primeiro semestre de 2008, e dotará a empresa de um modelo de gestão integrada de riscos que permita identificar, gerir e monitorar as exposições e as oportunidades relevantes com foco nos objetivos estratégicos da Eletrobrás. Esse modelo permitirá, também, a integração de práticas isoladas já existentes na empresa, como o tratamento dos riscos ambientais, patrimoniais, operacionais e de TI.

2.7. DÉBITOS VENCIDOS - RENEGOCIAÇÃO

No exercício de 2007, as principais negociações realizadas foram com as empresas controladas e federais de distribuição, visando equacionar o quadro de inadimplência apresentado e, desta forma, possibilitar a continuidade do recebimento de empréstimos e financiamentos, as suas participações em leilões de energia e os reajustes tarifários autorizados. Objetivou-se ainda, a redução das frustrações de receita da Eletrobrás e uma melhor previsibilidade no ingresso destes recebíveis, com reflexos positivos nos seus demonstrativos econômicos e financeiros, tendo sido renegociados R\$ 7.398,2 milhões, conforme quadro a seguir:

Companhia	Repactuado R\$ milhão	Condições
Ceal	44,0	Suspensão de principal no período de 01.01.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes.
Ceron	55,0	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.01.2007 a 30.12.2007 do contrato ECF-1861/99, com modificações nas taxas de juros e administração.
Ceam	37,0	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.01.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes.
Cepisa	73,2	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.01.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes, exceto para o contrato ECF-2582/06.
Manaus Energia	68,0	Suspensão de principal e incorporação de juros no período de 01.02.2007 a 31.12.2007 dos contratos vigentes, com exceção aos contratos ECF-2301/03 e RES-0391/03, que terão incorporação de juros, e o contrato ECR-0237/86.
Manaus Energia	61,2	Parcelamento da dívida vencida referente ao pagamento efetuado pela Eletrobrás, como garantidora junto a El Paso.
Chesf	52,8	Incorporação da taxa de administração entre 01/01/07 e 30/11/07 e alongamento do prazo de amortização em mais três parcelas para o contrato ECF-1197/95. Resolução 043/07.
Chesf	38,0	Incorporação da taxa de administração entre 01/01/07 e 30/11/07 e alongamento do prazo de amortização em mais três parcelas para o contrato ECF-1197/95. Resolução 196/07.
Lightpar	15,3	Liquidação da dívida vencida do contrato RES-734/99, em espécie e através de encontro de contas.
Itaipu	2.965,2	Retirada da inflação americana dos contratos de financiamento e adequação dos saldos devedores entre Eletrobrás e o Tesouro Nacional.
Furnas	105,3	Prorrogação do prazo de carência do contrato ECF-2614/2007, transferindo a amortização única para 30/01/2008.
Eletronuclear	74,5	Suspensão da exigibilidade de principal das parcelas dos contratos de repasse com vencimento em 21/06/2007, transferindo o pagamento para 21/12/2007.
Eletronuclear	156,5	Refinanciamento das parcelas de principal dos contratos de repasse com vencimento em 21/12/2007.
Eletronorte	3.577,2	Quitação integral de valores vencidos de contratos RGR. Transferência de valores vencidos e a vencer de contratos para a

		conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Refinanciamento de valores vencidos do contrato Res-929/98.
Ceee	75,0	Refinanciamento de valores vencidos dos contratos financiados com RO e suspensão da exigibilidade de principal do contrato ECF- 1714/98.
TOTAL	7.398,2	

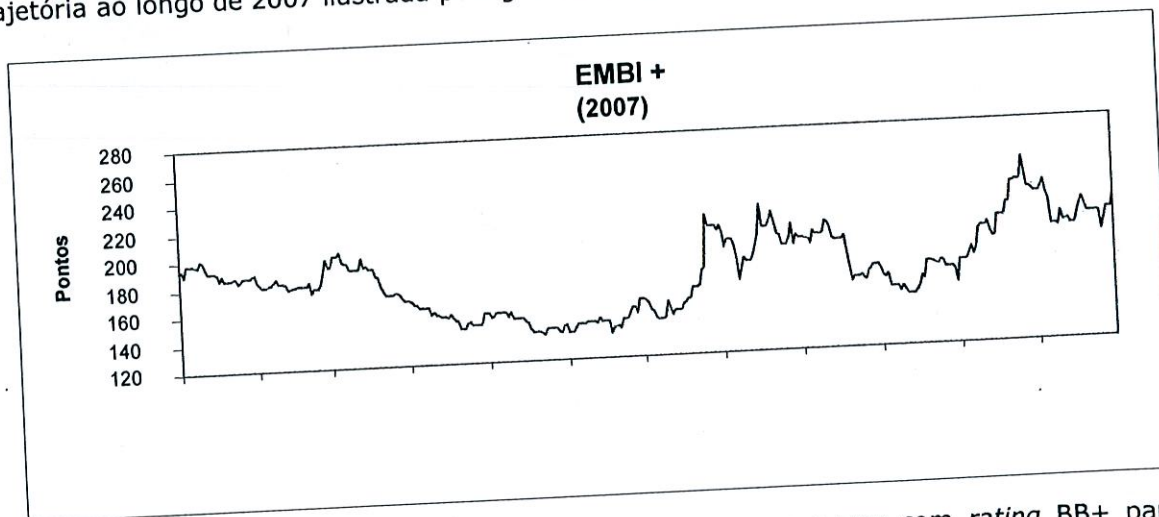
2.8. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, em 2007, a Eletrobrás implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A., 13.016.222 ações preferenciais da classe "B". Enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R\$15.713.762,78, referentes aos juros da correção dos créditos do empréstimo compulsório.

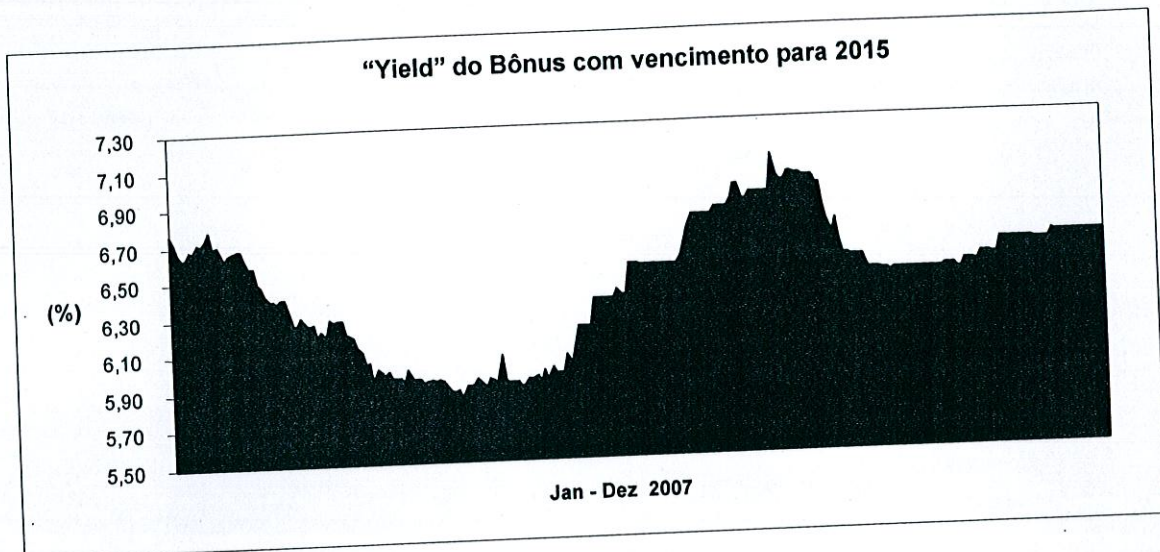
3. RELAÇÕES COM INVESTIDORES E O MERCADO FINANCEIRO

3.1 RATING

A classificação de risco dos papéis de dívida da Eletrobrás está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo país por ser a União o seu acionista majoritário. Segundo a agência de classificação de risco *Standard & Poor's*, o *rating* soberano, na escala global, fechou o ano com nível BBB para negócios em moeda nacional e BB+ para moeda estrangeira. Tendo atingido o "*investment grade*" para os negócios em moeda nacional, portanto. Na prática, observa-se o reflexo dessa classificação por meio do risco-país (diferença entre a taxa de juros paga pelos títulos do tesouro brasileiro e americano). O maior valor alcançado ocorreu em 26 de novembro, 252 pontos, enquanto que o menor, 137, foi registrado em 18 de junho. O risco-país fechou o ano de 2007 em 222 pontos, sendo a trajetória ao longo de 2007 ilustrada pelo gráfico abaixo:



O bônus da Eletrobrás com vencimento para 2015 encerrou o ano com *rating* BB+ para negócios em moeda estrangeira, segundo a agência de classificação *Standard & Poor's*. Houve uma redução do *yield* dos papéis de dívida de emissão da Eletrobrás, de 1,9% ao longo de 2007. O maior valor registrado ocorreu em 23 de agosto, 7,1%, enquanto o menor, 5,8%, verificado em 24 de abril.



3.2 BASE ACIONÁRIA

Acionistas	Nº. de Ações em 31/12/2006	*Nº. de Ações em 31/12/2007
União	261.923.621.935	523.847.243
BNDSPAR	66.878.975.753	133.757.950
FND	22.810.749.898	45.621.589
FGP	20.000.000.000	40.000.000
Outros	193.135.858.339	386.271.720
TOTAL	564.749.250.925	1.129.498.502

(*) Houve grupamento de ação na proporção de 500/1 em agosto/07.

Quantidade de acionistas – sistema escritural:


Tipo	31/12/2006	31/12/2007	Variação %
Ordinária	3.721	3.992	7,28
Preferenciais	16.384	16.444	0,36
TOTAL	20.105	20.436	1,64

Quantidade de acionistas não – residentes:

Tipo	31/12/2006	31/12/2007	Variação %
Ordinaristas	264	288	9,09
Preferencialistas	257	283	10,11
TOTAL	521	571	9,59

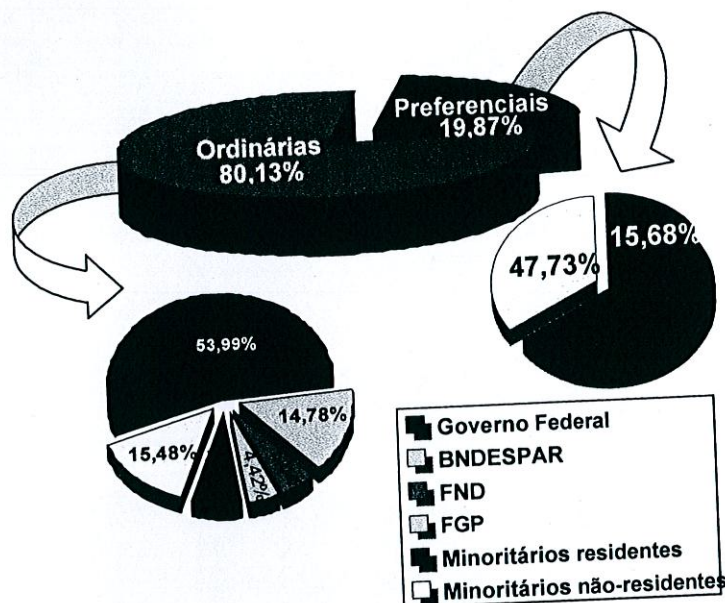
Quantidade de acionistas residentes:

Tipo	31/12/2006	31/12/2007	Variação %
Ordinaristas	3.457	3.704	7,14
Preferencialistas	15.235	16.161	6,07
TOTAL	18.692	19.865	6,27


Astrogildo Fraguela Quental
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Estrutura de Capital – Dezembro 2007:



3.3 INDICADORES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

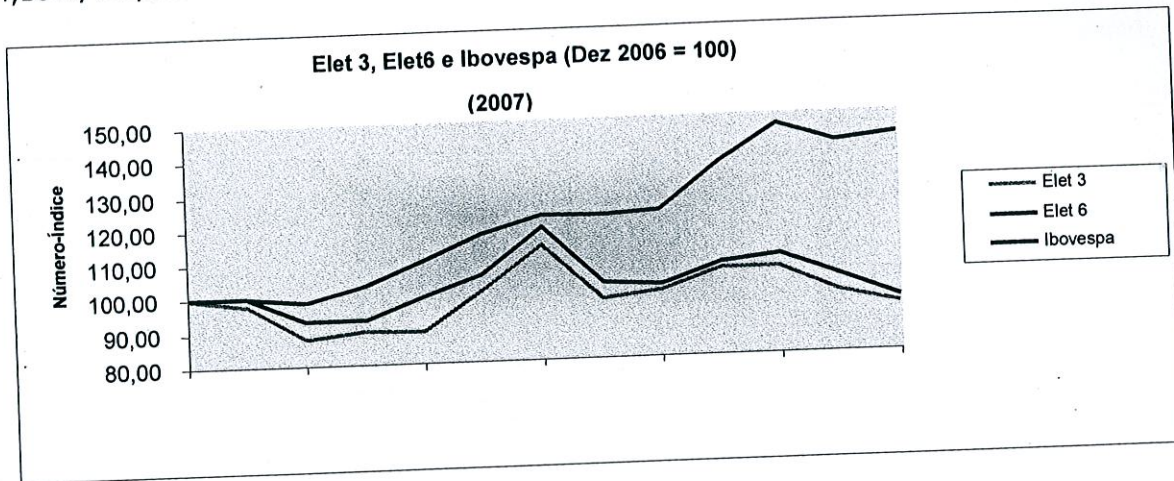
Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE): A Eletrobrás teve suas ações listadas no referido índice em dezembro de 2007, fazendo parte das empresas que possuem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial baseadas no conceito do *Triple Bottom Line*. Atualmente, 43 ações emitidas por 34 empresas de 14 setores da economia estão listadas no ISE Bovespa.

Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa: A Eletrobrás continua atuando no sentido de aumentar sua transparência. Em 29 de setembro de 2006, aderiu ao Nível 1 de governança corporativa. Essa adesão é voluntária e a companhia, seus controladores e administradores assumem o compromisso de seguir as regras do regulamento de listagem da Bovespa. Os objetivos principais são a melhoria na prestação de informações ao mercado (maior *disclosure*) e a dispersão acionária.

American Depositary Receipts (ADRs) Nível 1: são certificados emitidos por bancos estrangeiros que correspondem a ações de empresas brasileiras, visto que essas não podem ser negociadas no exterior. Os ADRs possuem três níveis diferenciados de emissão, sendo o nível três aquele que permite o lançamento de novas ações. Atualmente, os ADRs negociadas pela Eletrobrás encontram-se no nível 1 e são negociados no mercado de balcão, ou seja, não são negociados em bolsa e não é possível a captação de recursos com esses papéis. O objetivo é a apresentação da empresa para o investidor, preparando-se para futuras captações. A Eletrobrás vem realizando a adaptação da contabilidade ao padrão USGAAP, levantamento de ajustes da parte atuarial, levantamento legal para realização do formulário 20-F e iniciando o mapeamento de controle da Lei Sarbanes & Oxley (SOX) com o objetivo de ascender ao Nível 2 e fazer o registro na *Securities and Exchange Commission (SEC)*. Com isso, suas ações passarão a ser negociadas em bolsa, como por exemplo a NYSE (bolsa de valores de Nova Iorque).

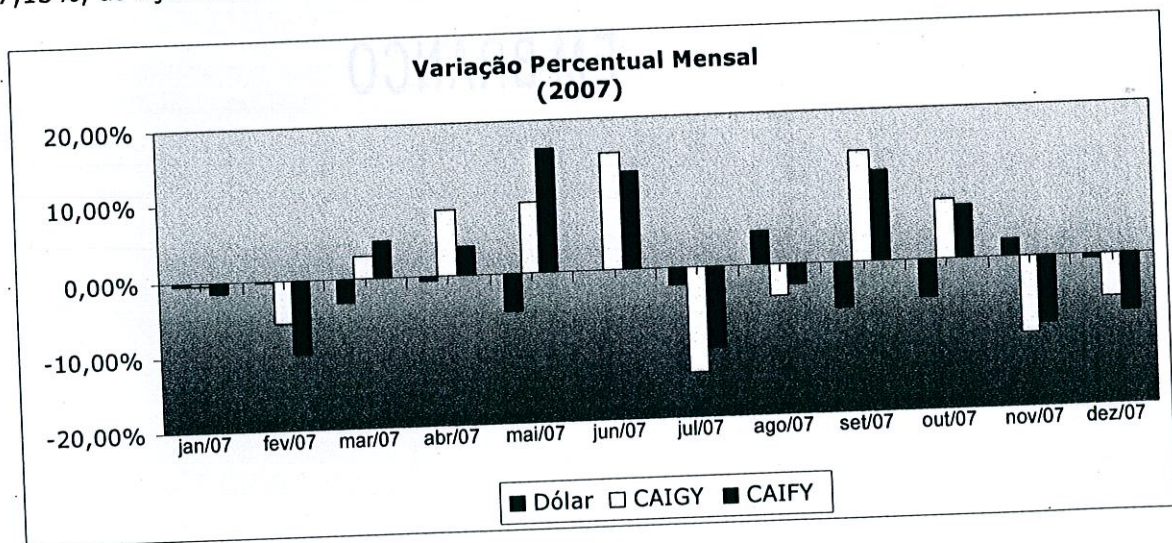
3.4 ANÁLISE DAS AÇÕES DA ELETROBRÁS E DO IBOVESPA

Entre dezembro de 2006 e dezembro de 2007, a valorização do Ibovespa foi de 43,65 %, enquanto que as ações ordinárias (Elet3) e as preferenciais (Elet6) desvalorizaram 6,32% e 4,18%, respectivamente.



3.5 PROGRAMAS DO AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR)

ADR Nível I: As ações da Eletrobrás negociadas no mercado de balcão de Nova Iorque, tanto as ordinárias (CAIFY) quanto as preferenciais (CAIGY), obtiveram uma valorização de 9,28% e 13,66%, respectivamente, em 2007. Enquanto o real apreciou-se em relação ao dólar 17,15%, as ações ordinárias valorizaram-se 9,28% e as preferenciais 13,66%.



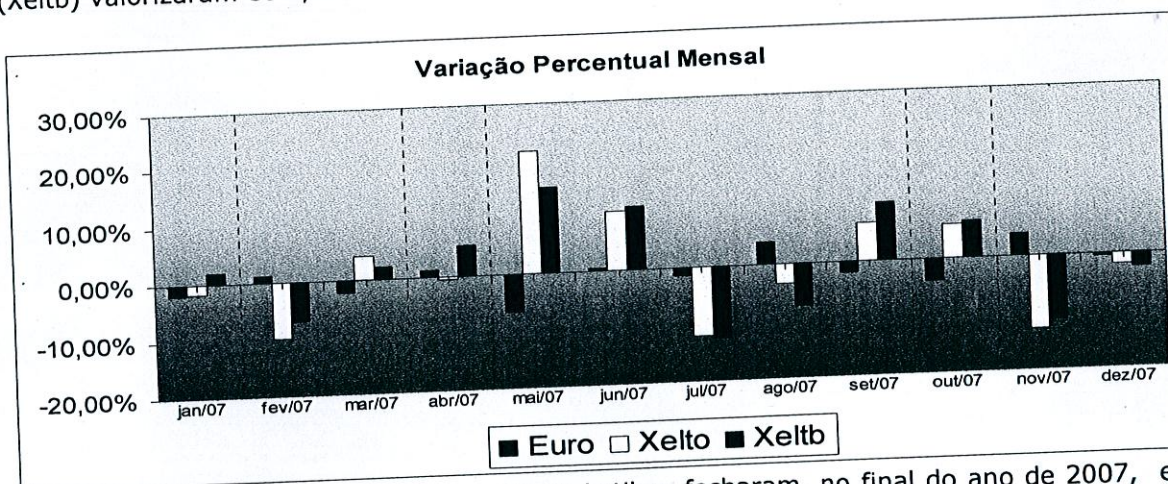
CAIGY — Ações preferenciais da Eletrobrás (Lote de 500 ações): As ADRs de ações preferenciais da Eletrobrás apresentaram o valor mais alto no dia 06 de novembro de 2007, fechando a US\$ 15,30. O valor mínimo registrado no ano dessas ações ocorreu no dia 05 de março, quando a cotação atingiu US\$ 9,65. Em 2007, esse papel encerrou o ano cotado a US\$ 12,90, com uma valorização de 13,66% em relação ao fechamento de dezembro de 2006, quando foi de US\$ 11,35.

CAIFY — Ações ordinárias da Eletrobrás (Lote de 500 ações): No ano de 2007, as ADRs de ações ordinárias da Eletrobrás registraram uma cotação máxima de US\$ 15,85, no dia 06

de novembro. O valor mínimo registrado foi de US\$ 9,90 no dia 05 de março. Em 2007 essa ação encerrou o ano cotada a US\$ 12,95, obtendo uma apreciação de 9,28% em relação a 2006, quando fechou o ano cotada a US\$ 11,85.

3.6 LATIBEX - (Mercado de Ações Latino-Americanas existente na Bolsa de Madri):

O euro sofreu uma desvalorização, frente ao real, de -7,50%, no ano de 2007. As ações ordinárias (Xelto) valorizaram-se, no mesmo período, 1,66%, enquanto que as preferenciais (Xeltb) valorizaram-se 8,25%.



Xeltb: As ações preferenciais do programa Latibex fecharam, no final do ano de 2007, em € 9,05. Já em 2006, este ativo fechou em € 8,36, o que reflete uma valorização de 8,25%. Durante o ano de 2007, a cotação mais alta foi atingida no dia 02 de julho, quando chegou a € 11,29. Já a mais baixa foi observada no dia 16 de agosto, quando foi de € 7,24.

Xelto: Esse ativo que representa as ações ordinárias do programa Latibex, obteve no ano de 2007 uma valorização de 1,66%, visto que no ano de 2006 fechou a € 9,06 e no ano de 2007 fechou a € 9,21. Ao longo do ano de 2007 a cotação mais alta foi atingida no dia 21 de junho, quando foi de € 11,30. Já a mais baixa foi observada no dia 17 de agosto, quando foi de € 6,50.

3.7 CARTEIRA DE AÇÕES DA ELETROBRÁS

A Eletrobrás possui ações de empresas abertas do setor elétrico, englobando empresas de geração, transmissão e distribuição, cotadas no valor de R\$ 6.576,1 bilhões, em 31 de dezembro de 2007. Deste montante, R\$ 4.626,1 bilhões foram oferecidos como garantia de diversas ações judiciais, em sua maior parte em questionamentos relativos a empréstimos compulsórios e obrigações.

Companhia	Tipo	Cotação - R\$	Valor Total - R\$ milhão	Valor Bloqueado - R\$ milhão
CTEEP - PN	PN	38,70	1.800,5	1.543,8
CTEEP - ON	ON	35,36	217,8	130,8
CESP - ON	ON	35,30	1,3	0,0
CESP - PNA	PNA	33,01	220,0	212,0
CEB - PNA	PNA	41,97	8,2	8,2
CEB - PNB	PNB	39,39	4,2	4,2
AES TIETÊ - ON	ON	79,00	3,0	1,0
AES TIETÊ - PN	PN	66,50	500,5	474,2
COPEL - ON	ON	29,50	45,2	0,0

CELG - ON	ON	26,20	0,6	0,0
CELPE - PNA	PNA	29,00	33,0	23,8
CELPE - PNB	PNB	29,23	0,2	0,0
CELPE - ON	ON	24,59	0,5	0,0
CELPA - PNA	PNA	16,50	2,0	1,4
CELPA - PNB	PNB	14,61	15,7	15,7
CELPA - ON	ON	14,89	307,7	0,0
CEEE D - ON	ON	7,49	918,9	799,6
CEEE D - PNB	PNB	16,00	56,1	56,1
CEEE GT - ON	ON	5,70	699,3	608,6
CEEE GT - PNB	PNB	5,70	20,0	20,0
EMAE - PN	PN	12,34	177,9	177,9
CEMAT - ON	ON	10,00	21,1	9,4
CEMAT - PN	PN	9,30	383,2	383,2
COELCE - PNA	PNA	21,50	85,3	85,3
COELCE - PNB	PNB	21,69	33,2	33,2
CEMAR - PNA	PNA	0,00	0,0	0,0
CEMAR - PNB	PNB	0,28	17,0	0,0
CEMAR - ON	ON	0,15	810,2	0,0
CGEEP - PN	PN	39,00	17,2	10,8
CELESC - PNB	PNB	42,50	176,1	26,9
CELESC - ON	ON	53,78	0,2	0,0
Total	---	---	6.576,1	4.626,1

Varição anual da carteira da Eletrobrás

R\$ milhão em 31/12/2006	R\$ milhão em 31.12.2007	% 2006-2007
4.731,5	6.576,1	138,98%

3.8 CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO INTERNACIONAL

Após negociações iniciadas nos anos anteriores, em abril de 2007 foram assinados contratos de financiamento entre a Eletrobrás e os bancos *China Development Bank - CDB* e *BNP Paribas* no valor de US\$ 430 milhões. Os recursos estão sendo destinados à CGTEE, mediante a efetivação de contrato de repasse com a Eletrobrás e aplicados no projeto de construção da Fase C, da Usina Térmica de Candiota II.

O financiamento nasceu a partir da celebração, em 05/06/2006, do Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-estrutura de Construção, assinado em Pequim entre os governos do Brasil e da China e aprovado pelo Decreto Legislativo nº. 409. A operação de financiamento recebeu aprovação do Senado Federal de acordo com os termos da Resolução nº. 34, de 03/08/2006, a qual aprovou a contratação, pela Eletrobrás, de financiamento junto aos bancos CDB e BNP Paribas. A operação foi realizada em duas partes, conforme se segue: Parte I, no valor de US\$ 281 milhões, prazo de 15 anos e juros de *Libor* acrescida de 0,75% a.a.; Parte II, no valor de US\$ 149 milhões, com prazo de 8 anos e juros de *Libor* acrescida de 1,30% a.a.

Durante o ano foram realizadas negociações para obtenção de empréstimo junto ao banco KfW no valor de € 37,5 milhões, para repasse à Eletrosul, cujos recursos serão destinados à construção do projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas Complexo São Bernardo. Para a realização de tal operação aguardam-se ainda as autorizações governamentais.

O ano de 2007 foi marcado pela agitação no mercado financeiro norte-americano e pelo conseqüente aperto de crédito nos mercados financeiros internacionais, enquanto que no mercado de capitais houve redução no número de emissões de países emergentes. Diante desse cenário, a Eletrobrás não efetuou operação de captação de recursos ao longo de 2007.

No ano de 2007 a Eletrobrás solicitou autorização à Secretaria do Tesouro Nacional - STN para realizar um programa de captação de recursos no mercado internacional, no valor de US\$ 600 milhões, para os anos de 2007 e 2008. Os recursos captados irão compor o Fundo de Financiamento às Controladas - FFC, criado em 2007, a fim de financiar os projetos das empresas controladas.

Em 2007, estavam previstos no Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas um total de R\$ 5,5 bilhões, em projetos de geração e transmissão, alguns deles incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

3.9 AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobrás informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratados pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005 para execução de auditoria das Demonstrações Contábeis da controladora e das informações consolidadas do Sistema Eletrobrás, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a Companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria.

Segue abaixo a relação dos auditores independentes das empresas do Sistema Eletrobrás, que, individualmente, também prestaram em 2007 serviços exclusivos de auditoria independente:

Companhias	Investida
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
Chesf	Boucinhas & Campos + SOTECOMTI
Eletronorte	BDO Trevisan Auditores Independentes
Eletronuclear	HLB Audilink e CIA.
Eletrosul	Horwath Tufani, Reis & Soares
Furnas	HLB Audilink e CIA.
Itaipu	BDO Trevisan Auditores Independentes
Lightpar	Russell Bedford Brasil

4. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

4.1 ITAIPU

A Lei nº. 10.438, de 26/04/02, determinou que a Eletrobrás fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2007, repassou para as concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, uma energia contratada de 71.711.655 GWh, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US\$ 3.3 bilhões. A energia suprida acima vinculada a potência contratada e adquirida pela Eletrobrás, foi de 11.040.795 GWh, correspondente a um faturamento junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de R\$ 210 milhões. Cabe destacar a entrada em operação comercial da unidade geradora 18A que acresceu 700 MW à Usina 7 elevando a sua capacidade total para 14.000 MW.

4.2 PROINFA

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) tem por objetivo principal e imediato aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN). Dessa forma, o Proinfa contribui para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais e a criação de oportunidades de emprego, o que lhe permite estar em absoluta consonância com os programas de desenvolvimento do governo federal.

Na condição de agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pela Eletrobrás em 2007: a entrada em operação comercial de 38 empreendimentos sendo: seis Eólicas, 14 PCHs e 18 Biomassa, acrescentando 986,18 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional.

Total de empreendimentos do Proinfa em operação comercial até 31/12/2007:

Fontes	Empreendimentos em operação	Potência em operação (MW)
PCH	14	268,34
Eólica	6	218,50
Biomassa	18	499,34
TOTAL	38	986,18

Montantes de Energia e Custeio do Proinfa - 2007

A Eletrobrás elabora, periodicamente, o Plano Anual do Proinfa (PAP), documento que sintetiza os valores de energia e custeio do programa para cada ano e encaminha à Aneel, para aprovação em setembro. Em setembro de 2007 foram apurados e informados os valores realizados de janeiro a agosto, bem como feitas as previsões para os meses subsequentes até o término do ano. A Tabela a seguir, apresenta estes valores, referentes a 2007, constantes do PAP-2008. Os valores de energia e custeio expressos referem-se à parcela de energia contratada dos empreendimentos.

PAP - realizado (1/1/07 a 31/8/07) e previsto (1/9/07 a 31/12/07)			
Fonte	Nº. de Empreendimentos	Energia (MWh)	Custo Anual (R\$ milhão)
Biomassa	20	1.367.780	149.031,0
Eólica	06	625.491	145.189,3
PCH	23	1.209.183	164.225,3
TOTAL	49	3.202.454	458.445,6

4.3 INTERLIGAÇÕES FRONTEIRIÇAS

Interligação com o Uruguai através da estação conversora de frequência de Rivera:

A Eletrobrás, por meio da autorização concedida pela resolução ANEEL nº 043, de 1º de fevereiro de 2001, detém, pelo lado brasileiro, a exclusividade do direito de uso das instalações da Conversora de Frequência de Rivera para importação ou exportação de energia. A conversora, cuja potência é de 70 MW, interliga Rivera, no Uruguai, à subestação de Santana do Livramento, localizada no Rio Grande do Sul.

Durante 2007, a Eletrobrás, por meio de acordo com a empresa estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas - UTE* cedeu, mediante ressarcimento, o direito de uso das instalações da conversora. O resultado da comercialização da conversora de Rivera na CCEE no ano de 2007 foi positivo em R\$ 6,5 milhões.

Interligação com a Argentina por meio da estação conversora de frequência de Uruguaiana:

A Eletrobrás, por meio da resolução ANEEL nº. 266, de 13 de julho de 2001, foi autorizada a importar e exportar energia elétrica através da Estação Conversora de Frequência de Uruguaiana, com capacidade de 50 MW, que liga *Paso de Los Libres*, na Argentina, à Subestação de Uruguaiana 5, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2007, foram realizadas reuniões envolvendo a Eletrobrás, a Eletrosul e a *Emprendimientos Energeticos Binacionales Sociedad Anonima - Ebisa*, com o objetivo de negociar o equacionamento da dívida da empresa Argentina *Ebisa*, com a Eletrosul, de forma a viabilizar a retomada das operações de intercâmbio através daquela conversora.

5. INVESTIMENTOS

5.1 EMPRESAS E PROJETOS

A realização do orçamento de investimento do Sistema Eletrobrás em 2007, foi de R\$ 3,1 bilhões nos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica pelas empresas controladas e federais de distribuição, correspondendo a 56,8% do limite anual aprovado de R\$ 5,5 bilhões, fixado pela Lei nº. 11.625, de 26 de dezembro de 2007.

Investimento do Sistema Eletrobrás em 2007 (Em R\$ milhão)			
Companhias	Limite Aprovado Lei 11.625/07 (A)	Realizado no Ano (B)	% (B/A)
ELETOBRÁS	130.015,7	8.113,6	6,2
FURNAS	1.200.000,0	822.539,4	68,5
ELETRONUCLEAR	504.579,2	307.586,4	61,0
CHESF	802.642,9	524.603,2	65,4
ELETRONORTE	720.000,0	572.919,2	79,6
ELETROSUL	507.471,7	298.464,9	58,8
CGTEE	560.243,2	142.763,4	25,5
LIGHTPAR	30,0	4,6	15,3
CEPEL	20.600,0	18.043,6	87,6
Total das Controladas	4.445.582,7	2.695.038,4	60,6
MANAUS	325.500,0	59.530,2	18,3
BOA VISTA	17.973,2	9.895,3	55,1
CERON	186.651,5	63.387,5	34,0
ELETROACRE	70.000,0	67.112,8	95,9
CEAM	101.000,0	49.902,3	49,4
CEPISA	190.000,0	70.418,8	37,1
CEAL	128.450,0	88.993,0	69,3
Total das Federais de Distribuição	1.019.574,6	409.239,8	40,1
Total	5.465.157,3	3.104.278,2	56,8
Natureza dos Investimentos	Aprovado Lei nº. 11.625/07	Realização	
		Acumulado R\$ milhão	Em %
Geração	2.541.598,8	1.284.272,7	49,0
Transmissão	1.872.063,7	1.287.926,1	68,6
Distribuição	582.048,1	331.847,3	58,0
Qualidade Ambiental	104.538,7	20.211,3	74,2
Pesquisa	20.600,0	18.043,6	87,6
Infra-estrutura	344.308,0	161.977,2	47,1
Total Geral	5.465.157,3	3.104.278,2	56,8

Algumas empresas apresentaram baixos resultados em seus investimentos explicados pelos seguintes fatores:

A holding Eletrobrás:

- Atrasos nas licitações para aquisição de ativos de informática, informação e tele processamento. Postergados para 2008 os gastos com manutenção e adequação de imóveis, móveis, veículos, máquinas e equipamentos.
- Não foram concluídos acordos com as controladas e/ou parceiros para realização de estudos de viabilidade, com o objetivo de participação societária em empreendimentos de geração de energia elétrica.
- Ações judiciais vêm impedindo a conclusão dos Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na Região Amazônica.

Controladas e Federais de Distribuição:

- Atraso na assinatura do convênio ECV - 205/2006 e no processo licitatório para construção e montagem da rede de ramais termelétricos - gasoduto - para atendimento aos Produtores Independentes de Energia Elétrica, em Manaus (AM).
- Dificuldades enfrentadas pelas empresas nos processos de licitação.
- Problemas relacionados a questões ambientais.
- Atraso no cronograma de obras, entrega de equipamentos e execução de serviços.
- Inadimplência junto a Eletrobrás, impedindo o recebimento de recursos.
- No tocante ao Programa Luz Para Todos, que representa a maior parte do orçamento de investimento das empresas federalizadas, fatores como: difícil acesso a certas localidades no período de chuvas, o embargo de obras por órgãos ambientais, e as dificuldades nos processos licitatórios afetaram o cumprimento do programa.
- Atraso na instalação de canteiros de obras para construção de usinas e linhas de transmissão das controladas Furnas, Eletrosul e Chesf, motivado por licenças ambientais.
- Adiamento da construção de Angra III para 2008 - Eletronuclear.
- Atraso na contratação de obras civis para ampliação da Usina de Candiota III - CGTEE

5.2 EM GERAÇÃO

Em 2007, as empresas do Sistema Eletrobrás estiveram isoladamente ou em parcerias com empresas privadas para realização dos seguintes empreendimentos:

UTE Santa Cruz: Prosseguimento das obras de ampliação da Usina, com uma unidade de 200 MW em ciclo aberto (Unidade 6), com data de geração prorrogada para fevereiro/2008.

UHE Retiro Baixo: Prosseguimento das obras civis, iniciadas em fevereiro/2007, sendo previsto o início da operação comercial da 1ª unidade geradora em abril/2009. Destaca-se a participação acionária nesse empreendimento de Furnas Centrais Elétricas S.A. com 49%.

UHE Simplício: Prosseguimento das obras civis, iniciadas em janeiro/2007, com previsão de início da operação comercial da 1ª unidade geradora em junho/2010. Participação acionária de 100% de Furnas

UHE Baguarí: Prosseguimento das obras civis, iniciadas em maio/2007, sendo previsto o início da operação comercial da 1ª unidade geradora em setembro/2009. Destaca-se a participação acionária nesse empreendimento de Furnas Centrais Elétricas S.A. com 15%.

UTN Angra 3: Destaca-se a autorização para a retomada da construção da Usina através da resolução CNPE nº. 003 de 25 de junho de 2007, tendo como desafio a obtenção da Licença de Instalação (LI) até abril/2008 visando o início da operação comercial da unidade geradora de 1.350 MW em maio/2014.

UHE Serra do Facão: Obra iniciada em maio/2007, com previsão de início da operação da 1ª unidade geradora em outubro/2010, destacando-se a participação acionária nesse empreendimento de Furnas Centrais Elétricas S/A com 49,5%.

UHE Dardanelos: Obra iniciada em setembro/2007, com previsão de início da operação da 1ª unidade geradora em dezembro/2010, destacando-se a participação acionária das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte com 24,5% e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF com 24,5%.

UHE Itaipu: Obras de ampliação da usina concluída, estando as duas unidades 9A e 18A em operação comercial.

UHE Foz do Chapecó: Obra iniciada em janeiro/2007, com previsão de início da operação comercial da 1ª unidade geradora em agosto/2010. Destaca-se a participação acionária de Furnas Centrais Elétricas S.A. nesse empreendimento com 40%.

UHE Mauá: Obra com empreiteiro das obras civis contratado, com início previsto para janeiro/2008, tendo como meta o início da operação comercial da 1ª unidade geradora em dezembro/2010. Destaca-se a participação acionária das Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul nesse empreendimento com 49%.

UHE Passo de São João: Obra iniciada em novembro/2007, tendo como meta o início da operação comercial da 1ª unidade geradora em dezembro/2009, com 100% de participação acionária da Eletrosul.

UTE Candiota III (Pres. Médice - Fase C): Em andamento as obras civis, tendo como meta o início da operação comercial da 1ª unidade geradora em dezembro/2009.

5.3 EM TRANSMISSÃO

Em 2007, 68,8% dos recursos investidos foram destinados para transmissão - R\$ 1.287,8 milhões - fundamentalmente canalizados para obras de construção e ampliação de subestações. Entre as principais ações estão: a expansão do Sistema Acre/Rondônia, destacando-se o prosseguimento das obras das LTs 230 kV Ji-Paraná/Pimenta Bueno Circuito 1 e Pimenta Bueno/Vilhena, LT 138 kV Rio Branco/Epitaciolândia, LT 69 kV Rio Branco I/Sena Madureira Circuito 1; ampliação do Sistema de Transmissão do Sul, destacando-se a conclusão das novas subestações Atlântida, Gravataí e ampliação das subestações Campos Novos e Itajaí, a construção da LT 230 kV Atlântida 2/Osório 2 - CD, LT 230 kV Biguaçu/Palhoça - CD, LT 230 kV J. Lacerda A - Blumenau/Biguaçu e prosseguimento da construção da LT 230 kV Desterro/Palhoça, ampliação do Sistema de Transmissão Nordeste, destacando-se as ampliações de subestações: Cauípe, Cotegipe, Irecê, Piripiri, Barreiras, Santo Antônio de Jesus, Picos e Juazeiro II e a construção da LT 230 kV Milagres/Tauá, reforços e melhorias nos Sistemas de Transmissão das Regiões Norte e Nordeste, destacando-se as subestações Marabá e São Luís, reforços nos Sistemas de Transmissão RJ, ES, SP, MG, GO, MT e DF. Ressalta-se que o desempenho das empresas na implementação dos projetos de transmissão, foi fortemente afetado pelo atraso na concessão das licenças pelo órgão ambiental, ocasionando reprogramação de vários empreendimentos para 2008. Nesse rol destacam-se: LT 230 kV Milagres/Coremas - C2, LT 345 kV Macaé/Campos - C3, LT 345 kV Tijuco Preto/Itapeti, LT 345 kV Itapeti/Nordeste, LT 230 kV Ibiçara - Brumado, LT 230 kV Funil - Itapebi, LT 230 kV Picos - Tauá e LT 230 kV Paraíso - Açu.

5.4 NOS SISTEMAS ISOLADOS

A Eletrobrás, por meio do grupo Técnico-Operacional da Região Norte - GTON apóia as atividades de planejamento, operação e manutenção dos cerca de 300 Sistemas Isolados, compreendendo o acompanhamento da geração, do parque térmico e do consumo de combustível, além de atuar junto às concessionárias controladas com o objetivo de investir em melhorias no atendimento à Região Norte. As empresas do Sistema Eletrobrás que atuam na região (Sistema Isolado), investiram em 2007, R\$ 304,7 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Sistema isolado (Em R\$ milhão)			
Projetos	Previsto	Realizado	Relação %
Geração	273,8	48,6	9,29
Transmissão	297,6	191,1	64,23
Distribuição	125,3	65,0	51,86
Qualidade Ambiental	0,1	0,0	0,00
TOTAL	696,8	304,7	43,73

5.5 EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SISTEMA ELETROBRÁS

Os estudos de planejamento da expansão do setor elétrico são de fundamental importância ao planejamento estratégico da Eletrobrás e servem como subsídio às tomadas de decisão quanto aos investimentos, sejam para fins de concessão de financiamento ou para a participação societária em empreendimentos de geração. No Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) 2007-2016, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o Grupo Eletrobrás destaca-se com uma forte presença nos estudos dos grandes empreendimentos hidrelétricos, tais como Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, usinas do rio Teles Pires, entre outras. Também tem destaque à participação do grupo nos estudos da usina nuclear Angra III e das usinas térmicas a carvão no sul do país, que demonstram a crescente relevância dessas fontes de energia e a importância que o Grupo Eletrobrás certamente terá na viabilização de empreendimentos dessa natureza.

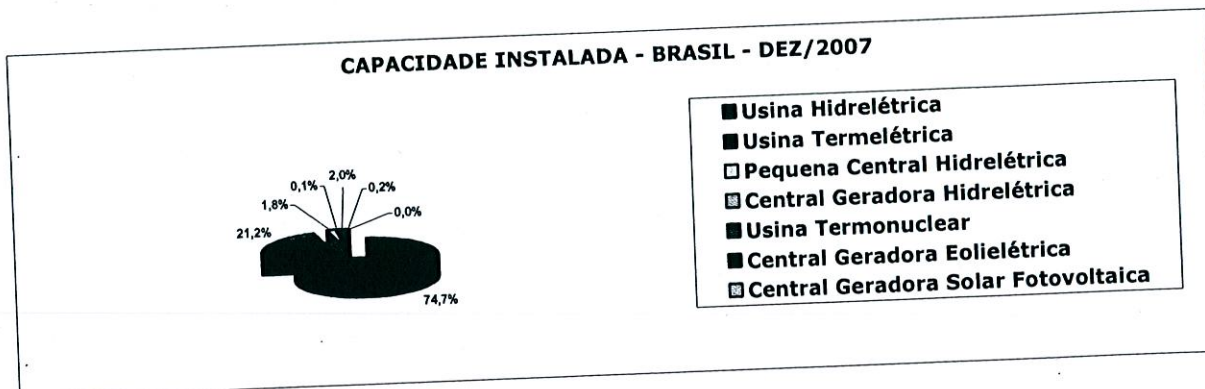
Como referências iniciais para a análise da expansão do grupo, são apresentados o histórico da sua participação no país nos últimos cinco anos e a atual capacidade instalada do país por tipo de geração:

Brasil	2003	2004	2005	2006	2007
Capacidade Instalada (MW)**	83.807	90.679	92.866	96.295	100.352
Sistema Eletrobrás					
Capacidade Instalada (MW)**	35.398	36.282	37.056	37.941	39.735
Capacidade Instalada (% Brasil)	42,2%	40,0%	39,9%	39,4%	39,6%
Usinas em Operação**	47	47	46	46	46

**Fonte: Relatório SFG da Aneel - 15/01/2008. Obs.: A Capacidade instalada do Sistema Eletrobrás considera 50% da UHE Itaipu.

Tipo	Potência (MW)*	%
Usina Hidrelétrica - UHE**	74.937	74,7
Usina Termelétrica - UTE	21.229	21,2
Pequena Central Hidrelétrica - PCH	1.820	1,8
Central Geradora Hidrelétrica - CGH	112	0,1
Usina Termonuclear - UTN	2.007	2,0
Central Geradora Eolielétrica - EOL	247	0,2
Central Geradora Solar Fotovoltaica - SOL	0,02	0,0
TOTAL	100.353	100,0

*Fonte: Aneel - SFG - 15/01/2008/** Com Itaipu Nacional (7.000 MW)



O cenário de referência de médio prazo do PDEE apresenta uma taxa de crescimento do PIB de 4,2% ao ano no período de 2007 a 2016, o que resulta numa taxa de crescimento da carga própria de energia de 5,0% ao ano para o Sistema Interligado Nacional - SIN. Visando atender a essa demanda, está previsto pelo lado da oferta uma expansão na capacidade instalada de 69% (13 GW) em termelétricas e 41% (32GW) em hidrelétricas para o mesmo período. Na tabela abaixo, são apresentadas as usinas planejadas que possuem investimentos diretos do grupo. É importante ressaltar que a expansão do grupo também ocorre de forma indireta através de investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), envolvendo 5.514 MW de capacidade instalada em usinas já licenciadas.

Sistema Eletrobrás - Usinas Previstas para Entrar em Operação*			
Companhia	Hidrelétrica	Capacidade (MW)	Data Prevista
Eletrosul	Passo São João	77	09/2009
	Barra do Chapéu **	15	11/2008
	Itararé **	9	11/2008
	João Borges **	19	12/2008
	Pinheiro**	10	12/2008
	São Domingos***	48	Sem previsão
Furnas	Simplicio	334	09/2009
	Batalha**	53	06/2010
CGTEE	Presidente Médici (Candiota III)	350	01/2010

* Fonte: Site Aneel em 21/01/2008/** Obras atrasada. Fonte: Relatório SFG da Aneel - 15/01/2008/*** Obras muito atrasada. Fonte: Relatório SFG da Aneel - 15/01/2008.

O cenário de referência de longo prazo do Plano Nacional de Energia - PNE 2030, elaborado pela EPE, indica um crescimento de 53 milhões de pessoas ou um total de 239 milhões de brasileiros em 2030. Para este cenário, foi adotada uma taxa média de crescimento da economia de 4,1%. Neste contexto, o PNE 2030 assumiu premissas favoráveis à expansão da oferta de energia hidrelétrica, demonstrando uma clara posição de apoio do governo à este tipo de geração. Em termos estratégicos, isso abriria espaço para uma forte atuação do grupo Eletrobrás na defesa da vocação natural do país para a hidroeletricidade.

5.6 NOVOS EMPREENDIMENTOS E PARCERIAS

Em 2007, as empresas do Sistema Eletrobrás participaram em parceria com empresas privadas nos seguintes empreendimentos:

Principais Participações em SPEs *				
Companhia	Empreendimento	Capacidade (MW)	Participação %	Previsão
Chesf	UHE Dardanelos	261	24,5	Jan/2011
Eletronorte	UHE Dardanelos	---	24,5	Jan/2011
Eletronorte	UHE Mauá	361	49,0	Jan/2011
Eletronorte	UHE Santo Antônio**	3.150	39,0	Jan/2012
Furnas	UHE Peixe Angical***	452	40,0	---
	UHE Foz do Chapecó	855	40,0	Ago/2010
	UHE Baguari	140	15,0	Set/2009
	UHE Retiro Baixo	82	49,0	Abr/2009
	UHE Serra do Facão	213	49,0	Out/2010
	Eletronorte	LT Juba/Jauru - 402 km	230 kV	45,0

* Sociedade de Propósito Específico (SPE) - Fonte: Banco de Dados de Geração - BIG da ANEEL - 22/01/08/** fonte: EPE/*** Única em operação comercial.

5.7 RECURSOS ORDINÁRIOS

Os recursos aplicados em 2007 nas empresas federais de distribuição, nas controladas e nas participações societárias, foram realizados conforme o quadro a seguir, destacando-se:

- Os destinados à Eletronorte: para quitação integral de valores vencidos de contratos RGR, transferência de valores vencidos e a vencer de contratos RO para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e refinanciamento de valores vencidos do contrato Res-929/98.
- Os destinados à Furnas: empréstimo de curto prazo para o programa de investimento da implantação das UHEs Simplicio e Batalha e modernização das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia e Funil.
- Os destinados à Eletronuclear: cobertura da parada não programada da Usina de Angra I.
- Os Destinados à CEAM: Empréstimo de longo prazo para cobertura de déficit operacional.

Aplicações	Liberação Econômica*	Liberação Financeira	Total
	R\$ milhão	R\$ milhão	R\$ milhão
Para futuro aumento de capital:			
Eletronorte	1.213.232,7	---	1.213.232,7
Empréstimos/Financiamentos:			
Federalizadas:	---	247.458,9	247.458,9
Ceam	---	12.000,0	12.000,0
Cepisa	62.170,0	---	62.170,0
Manaus Energia			
Controladas:			
Eletronuclear	177.538,6	---	177.538,6
Eletronorte	1.980.178,5	---	1.980.178,5
Eletrosul	83.730,4	18.638,1	102.368,5
Furnas	99.802,1	300.197,9	400.000,0
Itaipu	17.609,2	21.917,0	39.526,2
Participações Societárias			
CEEE-GT	35.832,1	---	35.832,1
TOTAL	3.670.093,6	600.211,9	4.270.305,5

*Liberação Econômica - É a liberação sem transferência de numerário, que ocorre por meio de compensação entre débitos e créditos.

5.8 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

Liberação Financeira (R\$ mil)

Companhia	Previsto para 2007	Realizado em 2007
Eletronorte	9.450	173
Eletronuclear	955.015	745.083
Furnas	50	0
Eletronuclear	54.207	80.875
Chesf	570.717	746.864
Eletronorte	332.610	160.751
Eletrosul	413.237	88.615
Cgtee	5.770	710
Boa vista	83.205	49.568
Ceron	45.695	53.844
Eletroacre	110.087	31.630
Cepisa	80.064	61.918
Ceal		
TOTAL	2.660.107	2.020.032

**Investimentos em geração:
Estudos e inventários:**

Referem-se, principalmente, à participação das empresas do Sistema Eletrobrás em estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de bacias hidrográficas, destinados à construção de novos empreendimentos de geração. Destacando-se os seguintes empreendimentos: UHE Belo Monte (11.181,3 MW); UHE Jirau (3.300 MW); UHE Mirador (80 MW); UHE Maranhão Baixo (125 MW); UHE Buriti Queimado (320 MW); UHE Água Limpa (142 MW); UHE Castelhana (64 MW); UHE Estreito Parnaíba (56 MW); UHE Uruçuí (134 MW); UHE Ribeiro Gonçalves (113 MW); UHE Cachoeira (63 MW); UHE Pedra Branca (320 MW); UHE Riacho Seco (240 MW); UHE Novo Acordo (160 MW); UHE Jurema (46 MW); UHE Cachoeirão (64 MW); UHE Toricoejo (76 MW); UHE Torixoréu (408 MW); UHE Marabá (2.160 MW); UHE Tabajara (350 MW).

Obras com contrato de concessão:

UHE Batalha (53,6 MW), UHE Simplício (305,7 MW), UHE Passo São João (71,1 MW), UTE Candiota III - Fase C (350 MW), Usina nuclear Angra 3 (1.350 MW).

Destaca-se como fato relevante em 2007, à realização do leilão para concessão da UHE Santo Antonio 3.150 MW, realizado em 10/12/2007, tendo como vencedor o consórcio Madeira Energia, liderado por Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 39%, composto pelo Fundo Amazônia Energia (Banco Banif e Santander com 20%), Odebrecht Investimentos com 17,6%, Construtora Andrade Gutierrez com 12,4%, Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, com 10% e pela Construtora Norberto Odebrecht com 1%, com previsão de início das obras em 2008.

6. ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO CEPEL

Os beneficiários da atuação do Centro transcendem o Sistema Eletrobrás. Entre eles, estão os Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, entidades setoriais como a EPE, o ONS, a CCEE e a Aneel, além de concessionárias e fabricantes.

Desenvolve estudos e pesquisas que geram tecnologias para transmissão, permitindo, por exemplo, aumento da capacidade, redução das faixas de passagem e melhores traçados para instalação de linhas; monitoramento e diagnóstico de equipamentos, visando otimização de investimentos e segurança na operação; conservação e uso eficiente de energia; e metalurgia e materiais, como supercondutores.

Dá, ainda, apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, como o Luz Para Todos, Proinfa, Procel e Reluz, colaborando também na elaboração dos Planos de Expansão de Energia.

Possui um complexo de 30 laboratórios. Vinte deles estão instalados em sua sede, na Cidade Universitária, no Rio de Janeiro, e os outros dez, na Unidade do Cepel localizada em Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu (RJ). Em seus laboratórios são realizados ensaios para a condução de projetos de pesquisa, ensaios de tipo, análises periciais e de conformidade para certificação. Vários destes laboratórios são pioneiros no Brasil e outros, sem similares na América do Sul.

Em parceria com a Eletrobrás e o Procel, tem equipado seus laboratórios de eficiência energética, e a parceria atua na concessão do Selo Procel, além de fornecer informações técnicas para a certificação de equipamentos, como parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem do Inmetro. Ao longo dos anos, os ensaios e os serviços tecnológicos realizados pelo Centro vêm contribuindo para a melhoria da qualidade dos equipamentos elétricos da indústria brasileira e o desenvolvimento tecnológico no setor, propiciando maior confiabilidade

a sistemas de transmissão e distribuição e gerando economia para o consumidor de energia elétrica.

O Cepel em 2007 desenvolveu 102 projetos corporativos de P&D para as empresas do Sistema Eletrobrás, sendo: Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações (16); Conservação e Uso Eficiente de Energia (13); Tecnologia de Transmissão (10); Planejamento; Operação e Análise de Redes (9); Tecnologias Scada/EMS - Sage (8); Metalurgia e Materiais (7); Geração Distribuída (7); Planejamento da Operação (5); Planejamento da Expansão da Geração (4); Meio Ambiente (4); Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos (3); Medidas Elétricas e Combate a Perdas (3); Energias Renováveis (3); Técnicas e Metodologias Computacionais (3); Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão (2); Automação Local e Análise de perturbações (2); Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1); Confiabilidade (1); Qualidade de Energia (1).

Na garantia do financiamento dos projetos de pesquisa do Centro, a Eletrobrás e suas controladas (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos para o orçamento do exercício na ordem de R\$ 109,9 milhões, com crescimento real de 3,4% se comparado ao exercício de 2006. Outros recursos, advindos de projetos e serviços tecnológicos do próprio Centro, participaram com mais R\$ 22,3 milhões, totalizando em R\$ 132,2 milhões, investidos diretamente no ano de 2007, no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel.

7. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL (PDTI)

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:

A *holding* Eletrobrás, além das inversões e contribuições legais, destina anualmente 0,5% de seu capital social ao Fundo de Desenvolvimento Tecnológico (FDT), cuja parcela mais importante (de 60% a 70%) beneficia o Centro de Pesquisas Elétricas - Cepel. Também as suas empresas controladas contratam no Cepel os chamados Projetos Institucionais, dirigidos basicamente para P&D.

Do ano 2000 até 2007, o Sistema Eletrobrás investiu R\$ 1.276,5 milhão, dos quais R\$ 220,2 milhões somente em 2007, estando previsto o montante de R\$ 353,5 milhões, para o ano de 2008. Adicionalmente a esses montantes em 2007, foram recolhidos R\$ 50 milhões ao MCT e R\$ 19,2 milhões para MME/EPE.

As Empresas Federais de Distribuição contrataram R\$ 25 milhões em P&D no ciclo 2006/2007. Os projetos e os estudos desenvolvidos, com as inovações tecnológicas buscaram principalmente: o combate ao desperdício de energia elétrica; a redução de custos operacionais; o aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações; o controle ambiental e o desenvolvimento de alternativas energéticas. Tais ações exercidas no âmbito do Sistema Eletrobrás são coordenadas pelo Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento - Cicop.

Capacitação da Indústria Nacional e Programas de Política de Suprimento e Logística:

Na área de logística, em 2007, foram desenvolvidas as principais atividades: manutenção do Sistema Eletrobrás de Classificação de Material - Seclam, responsável pela padronização dos descritivos de materiais utilizados na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; o Centro de Catalogação do Setor Elétrico - Cecase, responsável pela catalogação de pedidos de materiais, equipamentos e serviços do Setor Público empregados em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; o apoio logístico às políticas de planejamento de compras das empresas do Sistema Eletrobrás, visando à programação setorial das aquisições de bens e serviços junto aos fornecedores.

Normas de Qualidade e Estímulo à Nacionalização da Produção Nacional:

As principais atividades na área de normas e qualidade foram as seguintes: Certificação ISO 9001: Foram desenvolvidas melhorias no Sistema de Gestão da Qualidade –SGQ, visando à manutenção da certificação concedida pela BRTÜV, certificadora credenciada pelo Inmetro. Normas Técnicas Setoriais: Atendimento de demandas sobre Turbinas para Geração Eólica com base em normas internacionais IEC.

8. FUNDOS SETORIAIS

8.1 RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobrás aplicou no exercício financeiro de 2007, o montante de R\$ 847,5 milhões. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2007 está apresentada a seguir:

Ingressos e aplicações em 2007:

Movimentação		R\$ milhão
Ingressos:		
Arrecadação de Quotas		1.845,2
Outros		472,1
Aplicações:		
Financiamentos		847,5
Outras		47,0

Região	Financiamento Liberado - R\$ milhão	%
Norte	89.838,1	10,6
Nordeste	266.074,0	31,4
Centro-Oeste	130.025,1	15,3
Sul	64.004,0	7,6
Sudeste	297.521,1	35,1
TOTAL	847.462,3	100,0

Linhas de crédito

Programa	Liberações - R\$ milhão	%
Luz Para Todos	491.980,1	58,1
Reluz / Conservação	33.522,0	4,0
Geração	38.174,0	4,5
Transmissão	245.164,1	28,8
Distribuição	26.797,1	3,2
Revitalização de Parques Térmicos	11.825,0	1,4
TOTAL	847.462,3	100,0

8.2 CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi criada a subvenção econômica, a princípio com recursos da RGR, e depois, em 2004, da CDE. Em 2007, foi liberado, a título dessa fonte de recursos, um montante de R\$ 3.366 milhões, sendo R\$ 1.030 milhão para Baixa Renda, atendendo a 51 concessionárias de distribuição de energia elétrica, R\$ 1.417 milhão e para o Programa Luz Para Todos, conforme movimentação apresentada a seguir:

Ingressos e Aplicações em 2007:

Movimentação	Em R\$ milhão
Ingressos: CDE+UBP+Multas Aneel	2.537,1
Arrecadação de quotas	161,1
Outros	
Aplicações:	1.416,8
Subvenção Luz Para Todos	1.030,3
Subvenção Baixa Renda	655,4
Outras	

Com um orçamento destinado pela Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia da ordem de R\$ 503 milhões, a Eletrobrás efetivou os repasses para os Agentes Geradores proprietários de termelétricas participantes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que utilizam o carvão mineral de origem nacional.

8.3 CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC é um fundo gerido pela Eletrobrás que visa à cobertura de parte das despesas com aquisição de combustíveis utilizados na geração de energia elétrica nas termelétricas que não estão integradas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, usinas essas localizadas em sua quase totalidade na região norte do Brasil. Faz parte também da CCC os incentivos para os empreendedores que promoveram ações que visem a economicidade atual ou futura da Conta, bem como a substituição de derivados de petróleo por outras fontes de geração de energia elétrica.

A cobertura dos custos dá-se por meio de reembolso das despesas, sendo a receita que suporta a referida cobertura oriunda dos recolhimentos mensais efetivados pelas empresas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica de todo o país. No ano de 2007, foi prevista no Plano Anual de Combustíveis uma quota anual de R\$ 2,871 bilhões para fazer frente a uma despesa de R\$ 3,352 bilhões. A diferença entre receita e despesa de R\$ 481 milhões será coberta com o saldo positivo trazido do exercício anterior. Da despesa referida, 96% foram destinados para a cobertura dos combustíveis e 4%, para os repasses para os empreendedores.

A geração indicada pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte - GTON para ser atendida em 2007, foi da ordem de 8.736.149 MWh, com o consumo de 717 mil toneladas de óleo combustível, 224 mil toneladas de óleo PGE, 831 milhões de litros de óleo diesel e 537 milhões de litros de óleo leve PTE.

8.4 LUZ PARA TODOS

No ano de 2007, foram realizadas 397.877 novas ligações no âmbito do Programa, acumulando até 31.12.2007, um montante de 1.435.935 ligações efetuadas, o que corresponde a um total de mais de 7 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Foram liberados R\$ 1,91 bilhão, sendo R\$ 1,42 bilhão originado de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e R\$ 0,49 bilhão da Reserva Global de Reversão - RGR.

Foram cadastrados 76.493 projetos no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos, totalizando desde 2004, 192.821 projetos cadastrados que compreenderam: (I) a realização de ligações no meio rural de 5.055 municípios brasileiros, (II) a construção de 246.596 km de redes elétricas de alta e baixa tensão, (III) a implantação de 2.551.329 postes, (IV) a instalação de 389.149 transformadores e (V) a implementação de 1.943 sistemas fotovoltaicos.

Com relação às metas assumidas para 2007, foram realizadas 88,4% da meta global de 450.000 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobrás e os Governos Estaduais. Até 31.12.2007, foram cadastradas 1.058.874 ligações, o que corresponde a 68,8 % do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobrás. Até a mesma data foi liberado para os citados Agentes um montante de R\$ 4,80 bilhões (recursos da CDE e da RGR) de um total contratado de R\$ 7,03 bilhões, ou seja, 68,2 % do total de recursos contratados.

A seguir são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados até 31.12.2007, distribuídos por região.

Região	Montantes acumulados até 31.12.2007 (R\$ milhão)					
	Recursos contratados			Recursos liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	1.056,9	119,1	1.176,0	795,4	92,6	888,0
Nordeste	3.022,3	521,1	3.543,4	1.953,4	354,5	2.307,9
Centro-Oeste	381,3	312,2	693,5	260,3	219,1	479,4
Sudeste	488,1	731,2	1.219,3	395,3	473,2	868,5
Sul	262,5	140,0	402,5	161,2	93,4	254,6
Brasil	5.211,1	1.823,6	7.034,7	3.565,6	1.232,8	4.798,4

Região	Nº. de Ligações Contratadas até 31.12.2007 entre os Agentes Executores e a Eletrobrás
Centro-Oeste	112.442
Norte	213.100
Nordeste	824.903
Sul	97.552
Sudeste	290.563
Total	1.538.560

8.5 RELUZ

O Reluz beneficiou 131 municípios em 2007, tornando eficientes mais de 166 mil pontos o que resultou em uma economia de energia de 66,7 mil MWh/ano e uma redução na demanda de 15,2 mil kW. Além disso, instalou outros 1.065 novos pontos eficientes. Os investimentos totalizaram em 2007, R\$ 50,2 milhões, cabendo à Eletrobrás o financiamento de R\$ 37,6 milhões.

A tabela a seguir demonstra, por região, a utilização dos recursos investidos no Programa no ano de 2007.

Região	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Recursos - R\$ milhão	---	0,4	1,0	---	48,8

A tabela a seguir mostra, por região, os resultados efetivos alcançados com o Programa Reluz, no ano de 2007.

Região	C.-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Número de pontos	---	425	5.387	---	162.239	168.051

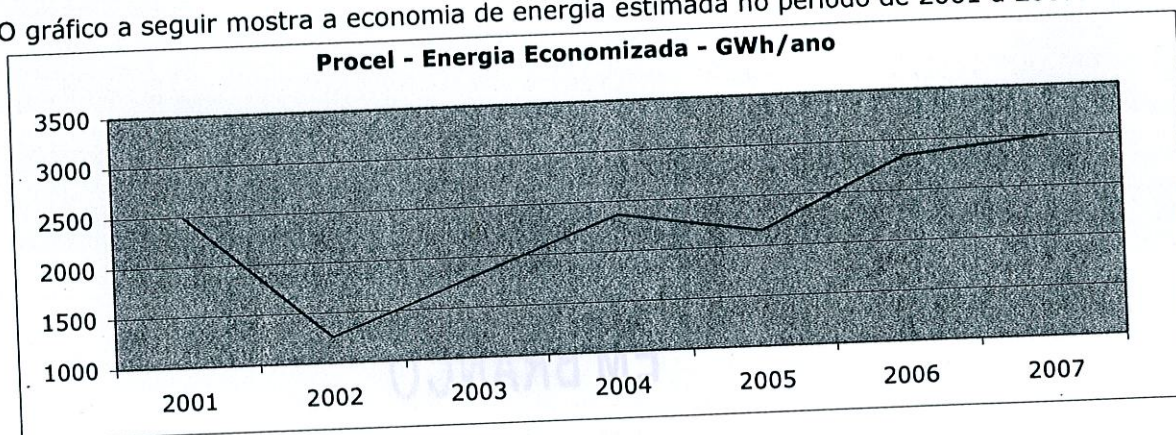
Região	C.-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	TOTAL
Redução demanda kw	---	---	644	---	14.594	15.238

*Quantidade de pontos referente à implementação de projeto de expansão da iluminação pública eficiente e, portanto, não há redução de demanda.

PROCEL

O Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel) é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e o combate ao seu desperdício. A Eletrobrás, na função de Secretaria Executiva do Procel, é responsável pelo planejamento e execução das ações do Programa. Em 2007, o Procel, com investimentos de aproximadamente R\$ 65,4 milhões incluindo recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), desenvolveu projetos que contribuíram para uma economia de energia estimada, preliminarmente, em cerca de 3 mil GWh. Estes resultados podem ser comparados ao consumo de energia elétrica de quase 1,7 milhão de residências no período de um ano, representando um investimento postergado no setor elétrico em torno de R\$ 2,35 bilhões, recursos que podem ser alocados em outros projetos, por exemplo, na área social ou de infra-estrutura.

O gráfico a seguir mostra a economia de energia estimada no período de 2001 a 2007.



Instituído em 1993, o Selo Procel de Economia de Energia destina-se a destacar, anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é fruto do trabalho conjunto da Eletrobrás/Procel com o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Inmetro.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito do Selo Procel em 2007, vale destacar: O Selo Procel foi concedido a 2.431 modelos, distribuídos em 21 categorias de equipamentos e eletrodomésticos, representando um acréscimo de aproximadamente 55% em relação a 2006. Este também foi o primeiro ano de concessão do Selo Procel para televisores em modo espera (*stand-by*), categoria que contemplou 38 equipamentos. Estima-se para este ano, preliminarmente, uma economia de energia de cerca de 3 mil GWh em função do programa do Selo Procel.

O Procel atua ainda, em todo Brasil através de seus programas setoriais nas áreas de prédios públicos, saneamento ambiental, gestão energética municipal, indústria e edificações. Os resultados de 2003 a 2007 são expressivos: 718 grandes e médias indústrias participantes, 4.200 técnicos treinados na indústria e 446 na área de saneamento, 120 companhias de água e esgoto participantes, 456 municípios com gestão energética, 37 laboratórios com 210 bolsas de estudos e 25 unidades hospitalares eficientizadas.

9. GESTÃO EMPRESARIAL

9.1 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Imprensa e comunicação interna

Em 2007, foi produzido o primeiro Relatório de Imagem da Eletrobrás na mídia. A média de leitores expostos ao nome Eletrobrás entre janeiro e dezembro de 2007 foi de 44 milhões (dados baseados no Instituto Verificador de Circulação - IVC). O Índice de Favorabilidade de Exposição (relação percentual entre as exposições - medidas em centímetros por colunas - favoráveis e o total de exposições) teve a média de 70,94 % no período.

O *clipping* - acompanhamento de matérias divulgadas na mídia - contou com 15.283 matérias, sendo que, dessas, 2.828 em jornais e revistas, 626 em rádio, 46 em TV e 943 matérias publicadas em sites de notícias, mencionando diretamente a Eletrobrás.

A comunicação interna produziu e divulgou, em 2007, o informativo eletrônico Notícias da Eletrobrás, a Revista e o Jornal da Eletrobrás, além de ter produzido e editado os programas da Rádio Eletrobrás.

Publicidade

Em dezembro de 2007, foi firmado com a Agência 3 um contrato que envolve prestação de serviços de Publicidade. Dessa forma, iniciou-se os estudos para o desenvolvimento de uma primeira campanha publicitária a ser implementada em 2008, com o principal objetivo de divulgar para toda a população brasileira, o Sistema Eletrobrás e a sua importância para o desenvolvimento do país. Tendo como base esse desafio é que se iniciou o desenvolvimento de uma proposta para uma campanha institucional denominada "comparações", que visa transformar os dados técnicos do sistema elétrico em uma linguagem mais próxima do público em geral.

Patrocínios

Em consonância com as estratégias corporativas definidas pelo Planejamento Estratégico elaborou-se uma Política de Patrocínio aprovada pela Diretoria Executiva, que tem por objetivo promover a divulgação de imagem transparente da empresa, conciliando interesses institucionais, mercadológicos em sua condição de empresa de economia mista, articulada com as políticas do governo federal, com ênfase na valorização da cultura e dos esportes e na difusão da produção técnica do setor de energia elétrica. A citada política destina-se ao apoio a projetos de patrocínio nos segmentos de:

- Cultura: projetos enquadrados pelo Ministério da Cultura, na Lei de Incentivo à Cultura;
- Desportos e Paradesportos: projetos independentes da utilização de benefícios fiscais, desde que alinhados às políticas difundidas pelo Ministério do Esporte, e em conformidade com os critérios técnicos e administrativos de avaliação e de seleção definidos pela empresa.
- Projetos Socioambientais: projetos desenvolvidos por meio de ações orientadas para a promoção e a recuperação de ambientes e espécies ameaçados, a promoção do desenvolvimento sustentável, e que visem à obtenção de melhorias nas condições de vida das pessoas e comunidades.
- Demais segmentos: projetos com foco nas áreas de interesse de atuação da empresa, desde que em conformidade com os critérios técnicos e administrativos de avaliação e de seleção definidos pela empresa.

No segmento cultura, a Eletrobrás patrocinou o Teatro Municipal do Rio de Janeiro com vistas à apresentação do balé "O Quebra Nozes de Tchaikovsky". No segmento esportivo, o patrocínio das seleções brasileiras de basquete masculino e feminino, além do projeto "Cuidando do presente com a energia necessária para ter futuro" que consistiu na realização das etapas de preparação dos selecionados brasileiros, feminino e masculino, de basquetebol em cadeiras de rodas para participação nos Jogos Parapanamericanos Rio 2007.

9.2 RECURSOS HUMANOS

Oriundos do concurso público realizado em 2005, em 2007, a Eletrobrás integrou aos seus quadros, 124 novos empregados, e, realizou também, um novo concurso público para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva para diversos cargos de níveis superior e médio. Estão previstas para o início de 2008 as primeiras convocações para a continuação dos processos seletivos. Conforme o ano anterior, foi dada continuidade aos programas de Avaliação e Desenvolvimento da Eletrobrás – Pade, de Reedecução Alimentar, Ergonomia, de Atenção ao Tabagismo, Saúde da Mulher, do Coração, Medicina de Viagem e Energia & Movimento, bem como a realização de campanhas de vacinação contra a gripe para seus empregados, o que totalizou a aplicação de cerca de 521 vacinas. A *holding* Eletrobrás cumprindo as diretrizes do Programa Jovem Aprendiz, assinou acordo de cooperação técnica com o Ministério de Trabalho e Emprego e o Senai, para a contratação de 42 jovens em atendimento à Lei do Jovem Aprendiz.

Treinamento e Desenvolvimento:

Com relação a Treinamento e Desenvolvimento, em 2007 foram realizados 406 eventos tendo a participação de 3.951 empregados, sendo 150 inscrições para o Programa de Idiomas Estrangeiros, 3.739 inscrições para o treinamento de curta duração (cursos, seminários, congressos, palestras) e 212 inscritos em treinamento de longa duração (MBA, mestrado, doutorado), voltados à capacitação dos quadros técnicos e gerenciais da empresa, para atuação em seus principais negócios. A totalização dos investimentos nesses programas de capacitação e desenvolvimento de pessoal foi de R\$ 4.648 mil e o reembolso de despesas para empregados que cursam nível superior foi de R\$ 153,1 mil. Visando maior integração e conhecimento de seus empregados, a Eletrobrás promoveu 20 visitas técnicas nas suas dependências, no ano passado, resultando a participação efetiva de 387 empregados.

9.3 AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Principais atividades desenvolvidas em 2007:

Criação da área de recebimento físico e fiscal, desenvolvimento do projeto Escola de Contratações da Eletrobrás, Encontro de Gestores da Eletrobrás, Workshop de Licitação e Contratos, Implantação do Sistema de Gerenciamento de Veículos, reduzindo as despesas com combustíveis em 8,76%, em relação a 2006.

Em 2007, foram concluídos processos licitatórios nas seguintes modalidades: 13 contratos em carta convite, no montante de R\$ 612,4 mil; 23 pregões, sendo: dez pregões presenciais, totalizando R\$ 2,7 milhões e 13 pregões eletrônicos totalizando R\$ 1,1 milhão, e um contrato na modalidade tomada de preços no valor de R\$ 58 mil.

9.4 AUDITORIA

Dentre as ações propostas no Plano de Auditoria Interna, contemplam-se as auditorias em todos os segmentos administrativos da empresa, a auditoria de gestão das empresas federais de distribuição: Ceal, Cepisa, Eletroacre, Ceron E Ceam, auditoria geral na Lightpar e auditoria geral na Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros.

Para atendimento às exigências da Seção 404 da Lei Sabanes-Oxley, a Auditoria Interna foi responsável pelos trabalhos de mapeamento e avaliação-identificação e mitigação dos riscos associados aos controles internos, em nível de entidade (*Entity-Level*) e dos processos administrativos, financeiros e orçamentários das empresas que compõem o Sistema Eletrobrás, tendo como foco principal a execução dos testes de efetividade dos controles.

Além das suas atribuições institucionais, a Auditoria Interna coordena também a Comissão Permanente de Ética da Eletrobrás – CEE, e tem, ainda, atuação ativa no nivelamento dos procedimentos com as demais Auditorias Internas das empresas do Sistema Eletrobrás.

9.5 OUVIDORIA-GERAL

A Ouvidoria-Geral foi criada em maio de 2005, com a finalidade de estabelecer um canal permanente de comunicação ágil e eficiente entre a alta administração da Companhia, seus empregados e com a sociedade em geral. Diversas atividades foram realizadas no período, tais como: Seminário Interno de Gestão da Ouvidoria; Reunião dos Ouvidores das Empresas do Sistema Eletrobrás; Canal de Gênero, em parceria com a Área de Responsabilidade Social da Eletrobrás, com a finalidade de receber confidencialmente comentários, sugestões e/ou denúncias com relação às questões que envolvem a equidade de direitos entre os sexos, como também as questões relativas ao Assédio Moral e Sexual; Canal Denúncia - objetivando o recebimento de denúncias e informações sobre possíveis irregularidades ou impropriedades nos registros contábeis, etc. Em 2007, foram encaminhadas 2.444 solicitações, com 72% de soluções apresentadas.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

10.1 COORDENADORIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em 2007, a Eletrobrás avançou na consolidação do compromisso de incorporar, de forma efetiva, a Responsabilidade Social. Desta forma, destacaram-se: investimentos em projetos sociais beneficiando aproximadamente 50 mil pessoas, voltados para o atendimento às políticas públicas de inclusão digital, igualdade racial, educação e capacitação e geração de trabalho e renda, elaboração do primeiro Balanço Social, filiação ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social, realização do I Encontro de Responsabilidade Social da Eletrobrás, elaboração do Perfil Social da Eletrobrás, criação do Canal do Gênero e Raça/Cor, implantação do Portal de Responsabilidade Social na intranet, unificação das políticas de Responsabilidade Social nas empresas controladas da Eletrobrás, criação do Comitê Técnico para avaliação e definição de critérios de Projetos Sociais encaminhados à Eletrobrás. Os seguintes Programas receberam o apoio da Eletrobrás: Educação para a Cidadania Energética e Ambiental - PECEA, Promovendo a Ação Alfabetizadora, Negro Cosme, Cidadão Mirim, Os Oito Objetivos nas Comunidades - COEP, Mulher, Educar para Participar Alfabetizar para uma Vida Melhor e Alfabetização dos Empregados Terceirizados.

Ainda, neste ano, a Eletrobrás foi premiada com o Selo Pró-Equidade de Gênero, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM, por ter promovido a igualdade e oportunidade para homens e mulheres no ambiente de trabalho.

11. AS EMPRESAS FEDERAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Resultados das Empresas Federais de Distribuição:

As empresas continuaram a ser monitoradas pelo Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial - SIAGE. Em 2007, não obstante os esforços empreendidos pela CEAL, CEPISA, CERON e Manaus Energia, essas empresas não conseguiram atingir os níveis de perdas de energia elétrica reconhecidos pela ANEEL, bem como as metas pactuadas com a Eletrobrás. No caso da CEAM, embora apresente uma curva descendente das perdas de energia elétrica, também não atingiu a meta estabelecida pela ELETROBRÁS. A ELETROACRE e a Boa Vista Energia, que atingiram os níveis reconhecidos pela ANEEL, destacam-se como as empresas de melhor desempenho no combate às perdas de energia elétrica.

Com relação à inadimplência, a ELETROACRE foi a única empresa a atingir a meta estabelecida pela ELETROBRÁS para a relação arrecadação x faturamento em 2007.

Os trabalhos para o processo de reestruturação societária da Companhia Energética do Amazonas - CEAM e da Manaus Energia S.A., para a integração das atividades de distribuição

de energia elétrica das duas concessionárias no Estado do Amazonas, foram executados e estão em fase final de conclusão.

Em 2007, a Eletrobrás continuou com os estudos para uma proposta de mudança no modelo de governança que vem adotando nas empresas federais de distribuição, com vistas ao saneamento econômico financeiro dessas empresas conforme previsto na própria Lei que autorizou a participação da Eletrobrás em tais empresas e que as colocou no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Exercício	2003	2004	2005	2006	2007
Total de Consumidores	2.376.727	2.465.889	2.574.481	2.724.847	2.868.792
Consumidores por Empregado	4.091	4.009	3.893	3.767	3.594
Municípios e Localidades	564	568	571	575	579
Ligações Realizadas - Urbanas	264.751	252.423	270.821	272.817	300.403
Ligações Realizadas - Rurais	28.171	30.393	44.165	55.055	50.803
Perdas Técnicas/Comerc. (MWh)	4.184.498	4.536.466	4.911.157	5.295.800	5.890.317
Mercado/MWh					
Energia Requerida	12.920.541	13.750.228	14.812.196	15.677.112	16.868.794
Energia Adquirida	13.049.676	13.995.821	15.012.012	15.829.582	16.907.959
Energia Vendida	8.734.020	9.151.253	9.885.817	10.363.848	10.976.100
Geração Própria	2.390.790	2.284.871	2.634.849	2.583.651	2.459.186
Geração de PIEs	3.027.938	3.513.281	3.655.726	4.071.591	4.818.924
Operacionais					
Usinas em operação	136	137	133	139	144
Subestações	225	227	232	235	249
Redes de Distribuição (km)	86.125	88.010	92.059	105.396	113.562
EBTIDA					
Ceal	15,20	51,53	84,81	42,28	48,55
Ceam	(76,70)	(71,18)	(67,57)	(190,84)	(348,77)
Cepisa	(33,30)	(41,18)	(25,91)	4,40	22,82
Ceron	0,60	19,97	10,18	15,25	15,07
Eletroacre	(3,50)	0,92	25,87	18,93	23,46
Boa Vista Energia	(70,40)	(24,06)	(19,57)	(11,12)	(13,75)
Manaus Energia	(58,60)	(48,10)	73,06	(134,05)	(408,22)

12 MEIO AMBIENTE

A dimensão ambiental está inserida nas atividades empresariais e de governo exercidas pela Eletrobrás como subsídio aos processos decisórios. Em linhas gerais, as ações de gestão ambiental estão relacionadas às atividades-fim da empresa, destacando-se o tratamento das questões socioambientais nas empresas do Grupo, o licenciamento ambiental do AHE de Belo Monte, a implantação do Proinfa, a gestão dos sistemas isolados, as operações de financiamento a empresas do Grupo, a captação de recursos externos e o relacionamento com os mercados de capitais.

Ao conceder empréstimos para a realização de projetos, a Eletrobrás realiza a avaliação ambiental prévia dos mesmos e acompanha a sua execução no que diz respeito às questões ambientais. Em 2007, podemos destacar a coordenação da análise técnica do projeto de gestão ambiental financiado para a Itaipu Binacional. O projeto tem como objetivo a aplicação dos princípios de gestão ambiental praticados na margem brasileira à margem paraguaia do reservatório.

Na vertente de gestão de projetos e programas de governo, a Eletrobrás é a responsável legal pelo licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Belo Monte e coordena a

execução dos Estudos de Impacto Ambiental do empreendimento. Em 2007, foram retomados os trabalhos de revisão e complementação dos estudos ambientais que se encontravam interrompidos por decisão judicial. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento junto ao Ibama foi retomado, tendo sido concluídas as atividades de Consulta Pública, Inspeção Técnica e emissão do Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental.

A Eletrobrás, como gestora dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do PROINFA, executa também, em caráter permanente, as atividades de acompanhamento ambiental dos 144 empreendimentos integrantes do Programa, compreendendo a aferição da conformidade dos processos de licenciamento e da implantação dos programas ambientais.

No âmbito da gestão do Programa de Operação de Sistemas Isolados foram realizadas, em 2007, atividades de identificação e avaliação das principais questões ambientais relacionadas aos parques térmicos e seus entornos, através de visitas técnicas.

A Eletrobrás também participa de estudos sobre temas ambientais críticos, em parceria com universidades e centros de pesquisa. Tiveram continuidade os projetos: Avaliação Ambiental Estratégica para o Planejamento da Expansão da Geração e Incorporação da Dimensão Ambiental ao Planejamento da Transmissão, em desenvolvimento no Cepel; e Uso de Microalgas na Gestão de Emissões em Usinas Térmicas a Carvão, em desenvolvimento na FURG. Também tiveram continuidade as tratativas com o MCT visando estimar a contribuição dos reservatórios das hidroelétricas para elaboração do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa.

Nessa área podemos destacar, em 2007, a contratação de um projeto junto ao Cepel para subsidiar um sistema de gestão ambiental corporativo. O Projeto IGS - Indicadores Socioambientais para a Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Grupo Eletrobrás tem como objetivos estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental e implementar um banco de dados para as informações relacionadas com os indicadores, como subsídio à avaliação e à comunicação da melhoria do desempenho socioambiental do Grupo.

Junto às empresas do Grupo, a Eletrobrás desenvolve atividades na área ambiental que possibilitam uma ação coerente, continuamente aprimorada, ajustada à legislação vigente e às diretrizes estabelecidas de comum acordo. Estas ações visam assegurar o cumprimento dos princípios da Política Ambiental do Grupo Eletrobrás e implementar uma agenda de trabalhos envolvendo questões de interesse comum, definidas em um fórum específico das áreas de meio ambiente das empresas do Grupo, o Subcomitê de Meio Ambiente (SCMA), coordenado pela Eletrobrás. O SCMA é organicamente vinculado ao Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente (Copem) que, por seu turno, é vinculado ao Conselho Superior do Sistema Eletrobrás (Consise).

O SCMA atua como um espaço técnico e institucional que proporciona uma maior interação entre as empresas e viabiliza a definição de diretrizes comuns para o tratamento das questões socioambientais e a realização de procedimentos articulados nos necessários relacionamentos interinstitucionais. Em 2007, o SCMA concluiu o Relatório sobre Aspectos Técnicos no Desenvolvimento da Aqüicultura em Reservatórios, de grande importância para a compatibilização dessa atividade com a geração de energia elétrica, e o Inventário de Gases de Efeito Estufa do Grupo Eletrobrás - ano base 2005, que será anualmente atualizado e aperfeiçoado. Além disso, manteve o acompanhamento dos Projetos de Lei de interesse do setor, como salvaguarda e formulação técnica às assessorias parlamentares das empresas e ao MME.

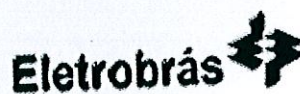
No âmbito do Comitê de Sustentabilidade do Grupo, a Eletrobrás vem coordenando ações integradas e sistematizadas que incluem o diagnóstico da gestão ambiental das empresas e a implementação de melhorias, de modo a atingir seus objetivos estratégicos.

EM BRANCO

A. M. M.
Astrogildo Fraguscia Quental
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



13 INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL




	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
I – RECURSOS HUMANOS				
1.1 – Remuneração				
Folha de pagamento bruta (FPB)	86.869	41.971	2.156.580	1.829.833
- Empregados	85.232	40.283	2.141.200	1.814.096
- Administradores	1.637	1.688	15.380	15.737
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	16,05	14,07	-	-
- Administradores	1,00	1,00	-	-
1.2 – Benefícios Concedidos				
Encargos Sociais	27.663	24.671	551.791	494.939
Alimentação	7.850	5.760	127.708	123.268
Transporte	525	562	13.278	13.839
Previdência Privada	10.331	11.933	175.828	175.696
Saúde	10.988	7.351	184.048	160.744
Segurança e medicina do trabalho	2.106	1.383	14.239	14.214
Educação / Creches ou Aux. Creche	684	487	22.187	15.471
Cultura	-	-	3.075	2.060
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.729	2.602	54.464	49.145
Participações nos lucros ou resultados	18.000	17.000	224.013	204.502
TOTAL	81.876	71.749	1.370.631	1.253.878
1.3 – Composição do corpo funcional				
Nº de empregados no final do exercício	934	975	20.351	19.098
Nº de admissões	25	138	1.667	1.279
Nº de demissões	67	68	415	580
Nº de estagiários no final do exercício	272	258	2.104	2.030
Nº de empreg. Port. de neces. especiais no final do exercício	4	4	368	350
Nº de prestadores de serviços Terceirizados no final do exercício	-	-	1.878	2.081
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	638	671	16.591	15.637
- Feminino	296	304	3.760	3.461
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	-	-	-	-
- De 18 a 35 anos	224	243	4.573	3.846
- De 36 a 60 anos	678	703	15.049	14.772
- Acima de 60 anos	32	29	729	480
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	-	21
- Com ensino fundamental	22	26	2.334	2.269
- Com ensino médio	177	189	3.331	2.941
- Com ensino técnico	0	0	6.060	6.511
- Com ensino superior	402	440	6.347	5.216
- Pós-graduados	333	320	2.279	2.140
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,76	0,76	-	-
- Feminino	0,24	0,24	-	-

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas				
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	341	531	2.680	3.629
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	50	140	716	689
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	25	69	395	682
Valor total de indeniz. e multas pagas por determin. da justiça	16.314	2.379	43.873	33.820

II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo

2.1 - Relacionamento com a Comunidade

Totais dos investimentos em:				
- Educação	286	2.602	17.010	14.632
- Cultura	19.752	27.334	39.000	63.522
- Saúde e infra-estrutura	623	-	34.946	44.222
- Esporte e lazer	6.695	6.769	10.654	9.896
- Alimentação.	-	-	3.967	3.284
- Geração de trabalho e renda	831	738	3.372	4.009
- Reassentamento de Famílias	413	-	113.896	149.456
Outros	235	-	3.106	3.626
Total dos investimentos	28.835	37.443	225.951	292.647
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.131.336	938.054	2.554.314	2.034.421
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos	-	-	512.566	509.902
Total - Relacionamento com a comunidade	28.835	37.443	3.292.831	2.836.970

2.2 - Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores

III - Interação com o Meio Ambiente

Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	-	-	93.577	81.338
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	-	-	22.429	19.925
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	-	-	141	154
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	-	-	5.235	3.446
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	-	-	215.635	91.335
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	-	-	12	9
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais.	-	-	-	43
Total da interação com o meio ambiente	-	-	337.017	196.241

IV - Outras Informações

Receita Líquida (RL)	9.439	7.286	15.768.577	14.260.322
Resultado Operacional (RO)	1.401	1.471	1.961.327	896.848